

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CÁSSIO FELIPE DE OLIVEIRA PIRES

O SIGNO DA LIBERDADE E A EXECUÇÃO DO ESTADO:

O PENSAMENTO NEOLIBERAL POR MEIO DO FÓRUM DA LIBERDADE
DE PORTO ALEGRE (1988 – 1993)

PORTO ALEGRE
2011

CÁSSIO FELIPE DE OLIVEIRA PIRES

O SIGNO DA LIBERDADE E A EXECUÇÃO DO ESTADO:

O PENSAMENTO NEOLIBERAL POR MEIO DO FÓRUM DA LIBERDADE
DE PORTO ALEGRE (1988 – 1993)

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre, pelo Programa
de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Claudia Wasserman

PORTO ALEGRE
2011

O SIGNO DA LIBERDADE E A EXECUÇÃO DO ESTADO:

**O PENSAMENTO NEOLIBERAL POR MEIO DO FÓRUM DA LIBERDADE
DE PORTO ALEGRE (1988 – 1993)**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre, pelo Programa
de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Claudia Wasserman

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Gantus Jasmin – Conceito A
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa César – Conceito A
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós – Conceito A
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª Dr^ª Claudia Wasserman (orientadora) – Conceito A
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aos socialistas de todos os partidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e a todos aqueles que trabalham para manter a UFRGS funcionando, em especial, ao corpo docente do Departamento de História. São esses os profissionais que proporcionam uma formação qualificada de professores e pesquisadores de história, ano após ano. Uma tarefa que nós, alunos, sempre admiraremos. É muito difícil citar apenas alguns dos nomes que compõem o Departamento de História do IFCH. Contudo, seria hipocrisia dizer que não houve um grupo seleto de professores que marcou minha trajetória tornando-se, por várias razões, referências perenes para mim. Por isso, agradeço especialmente aos professores Benito Schmidt, Claudia Mauch, Fernando Seffner, Luis Dario, Sílvia Petersen, Enrique Padrós e Temístocles Cezar. Os dois últimos, que foram membros de minha banca de qualificação, fizeram inúmeros apontamentos fundamentais para a evolução deste trabalho. À Claudia Wasserman, minha orientadora, é difícil exprimir em poucas palavras o quanto foram importantes nossas discussões e, principalmente, o apoio que recebi durante toda a minha trajetória profissional.

Agradeço aos estagiários e funcionários do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, que trabalham auxiliando os pesquisadores no setor de imprensa da instituição. É preciso reconhecer que se trata de árduo exercício de serenidade ter que conviver com a situação de armazenamento e conservação em que se encontra parte dos acervos da instituição.

Agradeço aos funcionários do Instituto de Estudos Empresariais que me atenderam sempre solícitamente, possibilitando que eu tivesse acesso aos materiais da instituição. Inclusive, obtivemos por meio do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS doações de DVDs e de exemplares de edições mais recentes do Fórum da Liberdade enviadas pelo IEE. Todavia, a execução da pesquisa em tempo viável não possibilitou que esses materiais fossem incorporados ao recorte cronológico da dissertação.

Agradeço a ajuda e o apoio de Alexandre Veiga, Berenice Gonzalez, Marcos Machry, Nathália Cadore, Paulo Sérgio Pereira, Soraia Dornelles e a todos os amigos que incentivaram, de algum modo, essa empreitada. Agradeço, em especial, Gabriela Konrath pela última leitura atenta.

Por fim, agradeço aos meus familiares pelo apoio irrestrito às escolhas profissionais que realizei.

“[...] Tens um interesse erudito na Novilíngua, não é?

Winston recuperara um pouco do seu autocontrole.

- Erudito, não. Sou um mero amador [...]”.

George Orwell, 1984.

RESUMO

Essa pesquisa analisou os sentidos do conceito de liberdade difundidos pelo Fórum da Liberdade de Porto Alegre no período de 1988 a 1993, isto é, durante as primeiras seis edições do encontro que é anual. Organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), instituição voltada à formação de lideranças empresariais, o Fórum revelou-se como um espaço privilegiado para a compreensão do neoliberalismo e do perfil relativamente novo de atuação de uma “elite orgânica” durante o período da Nova República (1985 –). Por meio de aspectos teórico-metodológicos da História dos Conceitos alemã de Reinhart Koselleck e da História do Pensamento Político de Quentin Skinner, foi possível perceber a centralidade política do conceito em questão. “Liberdade” foi um instrumento indispensável para a tradução da necessidade econômica neoliberal e para a difusão de um estímulo de predisposição à luta política pelos discursos realizados no Fórum. Desse modo, o conceito de liberdade disseminado relacionou eventos e processos históricos coetâneos a uma projeção específica e limitada de futuro proposta pelo neoliberalismo, configurando-se em elemento discursivo indispensável para a imposição dessa expectativa.

PALAVRAS-CHAVE: Conceito de liberdade. Neoliberalismo. História dos Conceitos. Elite orgânica. Atuação política do empresariado na Nova República.

ABSTRACT

This research has analyzed the meanings of the concept of liberty put forth by the *Fórum da Liberdade* of Porto Alegre in the period from 1988 to 1993, in other words, during the six firsts editions of that annual encounter. Organized by the *Instituto de Estudos Empresariais* (IEE), an institution dedicated to the formation of entrepreneurial leadership, the *Fórum* became a privileged space for the understanding of neoliberalism and the relatively new operational profile of an “organic elite” in the Brazilian New Republic. Using theoretical and methodological aspects from Reinhart Koselleck’s Germanic Conceptual History and Quentin Skinner’s History of Political Thought, it was possible to identify the political centrality of the studied concept. “Liberty” was an indispensable instrument for the translation of neoliberal economic needs and for the propagation of a stimulus to the predisposition for political struggle by the *Fórum* speeches. In this manner, the concept of freedom disseminated by the *Fórum* connected historical events and processes to a specific and limited projection of future, becoming an imperative discursive aspect for the imposition of this expectation.

KEYWORDS: Concept of liberty. Neoliberalism. Conceptual History. Organic Elite. Entrepreneur political agency in Brazilian New Republic.

LISTA DE TABELAS

1 – Edições do Fórum da Liberdade (1988 – 2011)

2 – Palestrantes do Fórum da Liberdade (1988 – 1993)

LISTA DE SIGLAS

CACB – Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CEE – Comunidade Econômica Europeia
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicato)
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FREDEMO – Frente Democrática
FSM – Fórum Social Mundial
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IEA – Institute of Economic Affairs
IEE – Instituto de Estudos Empresariais
IL – Instituto Liberal
IPES – Instituto de Pesquisas Sociais
ISI – Industrialização por Substituição de Importações
LSE – London School of Economics
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAFTA – North America Free Trade Agreement
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS – Partido Progressista Social
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PT – Partido dos Trabalhadores
SESI – Serviço Social da Indústria
STF – Supremo Tribunal Federal
UDR – União Democrática Ruralista
UE – União Europeia
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VASP – Viação Aérea de São Paulo
ZH – Zero Hora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 HISTÓRIA DE UMA LIBERDADE	43
1.1 NEOLIBERALISMO COMO TEORIA UTÓPICA.....	45
1.2 NEOLIBERALISMO COMO ORTODOXIA POLÍTICA.....	52
1.3 NEOLIBERALISMO COMO AÇÃO EMPRESARIAL.....	61
2 CONFIGURAÇÃO DA “ELITE ORGÂNICA”	69
2.1 EXPRESSÕES DA LIBERDADE: TEMAS, PÚBLICOS E SEDES.....	71
2.2 PROTAGONISTAS DA LIBERDADE: PALESTRANTES.....	82
2.3 INSTITUIÇÕES DA LIBERDADE: REDE NEOLIBERAL.....	91
3 TRADUÇÃO DA NECESSIDADE ECONÔMICA	99
3.1 ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA.....	101
3.2 AJUSTE ESTRUTURAL.....	109
3.3 INTEGRAÇÃO DE MERCADOS.....	119
4 PREDISPOSIÇÃO À LUTA POLÍTICA	127
4.1 LIBERDADE NEGADA: CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	129
4.2 LIBERDADE ESPERADA: ELEIÇÕES DE 1989.....	139
4.3 LIBERDADE FALSEADA: GOVERNO COLLOR.....	151
4.4 LIBERDADE INEVITÁVEL: TRIUNFO DO CAPITALISMO.....	159
CONCLUSÃO: O SIGNO DA LIBERDADE E O PENSAMENTO ÚNICO	171
REFERÊNCIAS	178

PREFÁCIO

A viabilização deste estudo dependeu do acesso a registros audiovisuais das primeiras seis edições do Fórum da Liberdade, que ocorreram entre 1988 e 1993. Essas fontes são oriundas do acervo do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), organizador do Fórum.

A partir de 2007 estive em contato com o IEE. Inicialmente, o objetivo era obter informações sobre o trabalho da instituição, em especial, dados concernentes à série de livros “Pensamentos Liberais”, publicada pelo instituto desde 1994. As quatro primeiras edições dessa coleção (1994, 1995, 1998 e 1999) foram as principais fontes de minha monografia “Uma história do conceito contemporâneo de liberdade através da série *Pensamentos Liberais* (1994 – 1998)”. Esse foi um estudo que realizei para a extinta disciplina de Técnicas de Pesquisa em História – II, no segundo semestre de 2007, durante a graduação em História na UFRGS (2004 – 2008).

Em 2008, com o objetivo de elaborar um projeto para a seleção do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, retomei os contatos com o IEE para a aquisição de cópias dos registros audiovisuais do Fórum da Liberdade. Em um primeiro momento, arqueei com os custos da conversão de fitas VHS para DVD e das cópias dos mesmos. Felizmente, durante o período de 2008 a 2010, o IEE iniciou a organização de uma videoteca de fato. Isso exigiu que o instituto realizasse as conversões dos vídeos que estavam em meio magnético para o novo suporte. A partir de então foi possível comprar cópias diretamente em DVD do acervo do instituto. Logo, não precisei mais encomendar a atualização do suporte antes de solicitar as cópias.

Os discos que adquiri durante esses anos são referentes às gravações das palestras e debates do primeiro ao quinto Fórum da Liberdade (1988 a 1992, anualmente). Houve uma fita VHS, referente à palestra de Fernando Collor, do primeiro encontro, que não foi localizada conforme disseram funcionários da instituição em uma de minhas primeiras visitas. No que diz respeito ao sexto Fórum da Liberdade (1993), o IEE informou que as fitas VHS estavam deterioradas quando eles tentaram realizar a conversão, portanto, não tive acesso a registros audiovisuais remanescentes dessa edição. O ano de 1993 foi contemplado nesta pesquisa exclusivamente por meio de outros tipos de fontes, como matérias de jornais.

Além desses cinco primeiros anos de Fórum da Liberdade, também adquiri gravações do oitavo (1995), nono (1996), décimo (1997) e décimo quinto (2002) encontros. Essas

compras foram motivadas pela ambição própria de um historiador iniciante que pretendia abarcar em uma dissertação de mestrado uma quantidade descabida de horas de vídeo. De fato, na prática de pesquisa e diante dos alertas de minha orientadora e da banca de qualificação, essa pretensão se mostrou tola. Não foi sem dificuldade, por causa do elevado número de horas de vídeo, que trabalhei efetivamente com uma sequência de gravações de cinco edições do Fórum. A conclusão dessa etapa significou assistir diversas vezes uma mesma cena das filmagens: parar e retroceder o vídeo até conseguir transcrever séries de excertos que se mostravam representativas.

Todos esses DVDs foram doados ao Núcleo de Pesquisa em História (NPH) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da universidade. Deste modo, estão disponíveis em um espaço público a todos os pesquisadores interessados no tema. Espero que esse material contribua para o desenvolvimento de novos trabalhos comprometidos com a ampliação de alternativas de desenvolvimento que se contraponham à lógica imposta pelo capital.

O registro audiovisual como fonte de pesquisa demandou uma dedicação específica, sobretudo, por causa da permanente atenção necessária no decorrer de todo o tempo de reprodução. Além disso, é preciso também operar um aparelho para obter acesso ao documento. Nesse caso, a possibilidade de conversão dos DVDs para um formato de vídeo digital por meio de codec *freeware*, como o (atualmente) popular DivX, facilitaram em muito esse processo. Por meio dessa operação, foi possível criar uma biblioteca digital, composta pelos audiovisuais e armazenada no disco rígido de um computador. Isso tornou a manipulação virtual dessas fontes mais ágil, possibilitando que, no mesmo terminal de reprodução dos vídeos, as transcrições necessárias fossem realizadas quase que simultaneamente.

Por causa da recorrência de falas transcritas citadas, optei por destacar no corpo do texto, entre parênteses, uma referência resumida (edição do Fórum e nome do disco) da fonte audiovisual que contém aquele conteúdo. As informações completas estão nas referências gerais da dissertação. A empresa “Mídia A” consta nessas referências porque foi a responsável pela transposição dos vídeos de fitas VHS para DVDs.

Em síntese, essa pesquisa foi possível apenas por causa de uma série de tecnologias que se sucederam: o VHS, o DVD e, por fim, um formato de vídeo digital comprimido, o DivX. A primeira delas cedeu lugar à segunda que, atualmente, é substituída pelos discos Blu-ray. Como ensinou Reinhart Koselleck e outros grandes humanistas, o avanço da técnica é

uma das características da Modernidade, simultaneamente, é um dos principais fatores que possibilitam a aceleração temporal própria dessa condição moderna...

INTRODUÇÃO

No dia 28 de março de 1995, aconteceu no centro de eventos do Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre, a oitava edição do Fórum da Liberdade, evento anual de ampla repercussão na mídia, realizado por uma organização sem fins lucrativos, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE). O propósito do evento organizado era discutir problemas e soluções políticas e econômicas para o país a partir de palestras e debates. O título do evento, naquele ano, era “Globalização irreversível”. Não se tentava, por meio do Fórum, declarar apenas a impossibilidade de reversão dos processos de abertura e integração econômica no mundo, mas também enfatizar a suposta inexorabilidade de transformações econômicas e políticas próprias da dita “globalização”.

O presidente do IEE, Carlos Souto (1994 – 1995), após breve exposição dos valores do instituto e dos propósitos daquele evento, entre outras formalidades, deu as boas-vindas aos presentes. Encerrado esse discurso de abertura, o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (1995 – 1999, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB), saudou a iniciativa dos organizadores. O mediador, o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, concluiu as formalidades explicando o funcionamento dos debates e, enfim, o conferencista principal (equivocadamente chamado pelo mediador de “Nobel de literatura”)¹, o escritor peruano Mario Vargas Llosa, iniciou a leitura de um ensaio denominado “Libertad y Nacionalismo”.

O objetivo central de Vargas Llosa era demonstrar a contradição existente entre as noções que compunham o título do texto por ele lido. O que, de fato, era muito oportuno naquela situação, tendo em vista que o nacionalismo era caracterizado pelo intelectual como um sentimento ou um valor contraditório também ao que era considerado no encontro como “irreversível”: a globalização. E assim como essa palavra-chave do título do oitavo Fórum, também a “liberdade” se mostrava irreversível pelas palavras do escritor, pois no diagnóstico da situação mundial por ele apresentado, não eram apenas liberdades econômicas que

¹ Vargas Llosa corrigiu Gianetti, agradecendo-o pelo que considerou uma gentileza, ser denominado “Nobel” e, descontraidamente, afirmou que esperava que o comentário do brasileiro fosse premonitório. De fato, em 2010, o escritor peruano foi agraciado com o prêmio, equiparando-se ao colombiano Gabriel García Márquez (1982). Cf. NOBELPRIZE.ORG. Disponível em: <http://nobelprize.org/nobel_prizes/literature>. Acesso em: 11 ago. 2011.

triunfavam progressivamente. As liberdades políticas, na visão dele, enfim avançavam a passos largos no planeta durante a década de 1990. Nas palavras do escritor:

la democratización va también infiltrándose en aquellas ciudadelas autoritarias del Asia que querían combinar el mercado libre y economía descentralizada con la autocracia política, en Corea del Sur, en Taiwan, en Singapur, vemos ahora, y sin duda lo veremos en el futuro en China popular, como lo vimos en Chile, que la libertad es de un solo signo (VIII FÓRUM, Manhã)².

A liberdade é de um único signo, disse Vargas Llosa. E ao fazer tão taxativa afirmação, ele evidenciava justamente o contrário: a existência de muitos sentidos de liberdade. Ao dizer, por meio da expressão grifada, que a liberdade não podia ser limitada ou dividida, que seria triunfante de maneira completa na história, não se restringindo apenas à liberdade de mercado, o escritor exemplificava a extrema polissemia do conceito, declarando que todos os seus sentidos se realizariam.

Desconsiderando-se a filosofia da história implícita nas declarações de Vargas Llosa, que projetavam um futuro de “democratização” impulsionado por “mercados livres”, um elemento é notável: a fala do escritor expressou que o conceito de liberdade pode assumir muitos significados, assim como acontece com qualquer outro conceito central para a política. Consequentemente, “liberdade” pode ter incontáveis usos políticos. Aliás, o próprio Vargas Llosa possivelmente tinha de maneira clara a multiplicidade de significados dos conceitos que tratava porque, na situação narrada, citou o filósofo inglês Isaiah Berlin, cujo célebre ensaio “Dois conceitos de liberdade”³ não deixa dúvidas a respeito da quantidade de significados que carrega esse famoso conceito. No entanto, esse conhecimento não foi um obstáculo para que o escritor projetasse um triunfo da liberdade sem precedentes. Ainda assim, não se tratou de uma expectativa totalmente arbitrária, mas de um produto de experiências históricas contemporâneas que se tornaram constituintes dos sentidos de liberdade que orientavam futuros projetados para os povos, mas não pelos povos.

De qualquer modo, em um aspecto central era correto o diagnóstico político do escritor. Durante as últimas décadas do século XX, os regimes democráticos se difundiram, conforme o entendimento de democracia do Departamento de Estado dos EUA, na América Latina, na África subsaariana e no sudeste asiático, região a qual se referia Vargas Llosa especificamente na conferência de 1995 em Porto Alegre. A partir de 2010, essa difusão de novos regimes adquiriu um novo impulso no Oriente Médio e na África saariana, com as

² Todos os grifos nas citações são meus, exceto quando estiver informado o contrário.

³ BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: _____. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 133-175.

chamadas Revoluções ou Primaveras Árabes, que se disseminaram a partir das revoltas na Tunísia⁴.

Todavia, os conflitos políticos no mundo não se restringiam, em 1995, a lutas exitosas pelo avanço de regimes democráticos no mundo. Na verdade, esse ano integrou um período de refluxo global das lutas antisistêmicas, pois foi uma década notoriamente caracterizada pela desarticulação das esquerdas. Fato que, em considerável medida, foi impulsionado pela queda do muro de Berlim e pela conseqüente desagregação da União Soviética entre 1989 e 1991. Concomitantemente a esses acontecimentos no leste europeu, um processo de reestruturação do capitalismo, designado como neoliberalismo, avançava nos países que se incluíam como parte do Ocidente. Na América Latina, especialmente no Cone sul, novas democracias buscavam consolidação após anos de regimes autoritários orientados pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. O Brasil era um desses países.

Em 1995, o segundo presidente eleito pelo voto direto após o fim da ditadura civil-militar, iniciava seu primeiro ano de governo. Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002, Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB), tal qual outros governantes do subcontinente, procurou efetivar reformas no Estado brasileiro. E, de maneira análoga ao que fizeram governos de outros países, eleitos nos anos 1980 e 90, essas reformas estiveram permeadas por concepções econômicas e políticas que encontraram um ambiente profícuo para serem divulgadas nesses anos de fim da Guerra Fria. Em incontáveis lugares do mundo, instituições voltavam-se, pelos mais variados meios, à difusão de uma visão de mundo pautada pela desconstituição de conquistas das lutas sociais do século XX assimiladas por Estados.

O geógrafo David Harvey é autor de uma sentença fundamental para se entender o tipo de transformação que se operava: *“for any way of thought to become dominant, a conceptual apparatus has to be advanced that appeals to our intuitions and instincts, to our values and our desires, as well as to the possibilities inherent in the social world we inhabit”*⁵. Nesse sentido, o neoliberalismo não foi uma forma de pensar radicalmente nova. Para empreender com êxito uma ofensiva política nas últimas décadas do século passado, foram amalgamados desejos, intuições, instintos e valores por meio de um conceito de aceitação política e social

⁴ ANDERSON, Perry. On the concatenation in the arab world (editorial). *New Left Review*, n. 68, Mar. – Abr. 2011, p. 5 – 15. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?page=article&view=2883>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

⁵ “Para qualquer forma de pensamento tornar-se dominante, é preciso que se desenvolva um aparato conceitual que apele para nossas intuições e instintos, para nossos valores e nossos desejos, bem como às possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos” [todas as traduções sob minha responsabilidade]. HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University, 2005, p. 5.

indiscutível: “liberdade”. Esse é um vocábulo cujo potencial político reside, exatamente, na polissemia característica dos conceitos de longa trajetória histórica, capacidade que se expressa por meio de incontáveis definições que extrapolam qualquer campo de estudo específico e reiteram um poder singular a ser instrumentalizado. De modo análogo ao conceito de igualdade, poucos têm uma capacidade mobilizadora desse vulto, que serviu à composição de versos como os mais célebres de Cecília Meireles, do “Romanceiro da Inconfidência” (1953). Nessa obra ela se referiu à liberdade como a “palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”: uma evidência poética da riqueza de sentidos do conceito.

Platão, Maquiavel, Locke, Rousseau, Tocqueville, Stuart Mill e Arendt são uma amostra de nomes, escolhidos quase que aleatoriamente para exemplificarem uma lista que seria interminável, caso fossem enumerados os pensadores que trataram de analisar o conceito de liberdade como um conceito político na tradição de pensamento eurocêntrico, dito ocidental. Obviamente, esses textos estão ligados, de alguma maneira, às contradições das sociedades nas quais esses homens e essa mulher estavam inseridos. E, também, às contradições e desafios das sociedades contemporâneas, caso contrário, não seriam designados “clássicos”.

Para citar apenas um exemplo evidente do potencial político desse conceito, quantas ditas “intervenções” foram promovidas pelos EUA em países africanos, asiáticos, latino-americanos e caribenhos em nome da liberdade? As guerras no Afeganistão e no Iraque foram apenas dois casos marcantes e de grande repercussão do princípio do século XXI. Portanto, embora seja difícil determinar se “liberdade” é ou não é um problema político perene na história, sem dúvida o conceito de liberdade é um instrumento político recorrentemente empregado e com grande potencial mobilizador.

Em países como os EUA, pesquisas chegaram a contabilizar 69% de entrevistados que diziam que a “liberdade” era o que mais lhes orgulhava no país.⁶ Dados como esse também evidenciam a capacidade politicamente mobilizadora do conceito e esclarecem, em parte, porque ações arbitrárias são justificadas de modo relativamente eficaz por meio do apelo ao conceito de liberdade. Embora esse número não possa ser transposto automaticamente para o caso de outros países, como o Brasil, o exemplo não deixa de explicitar que, ao menos parte desse potencial mobilizador pode ser explorado também em outros países e por outros grupos que não estejam necessariamente ligados a um governo ou a um Estado.

⁶ FONER, Eric. *La historia de la libertad en EE.UU.* Barcelona: Ediciones Panínsula, 2010, p. 513.

Tendo em vista a carga histórica do conceito de liberdade, a proposta desta pesquisa é investigar os sentidos desse conceito que foram colocados em proeminência por uma “elite orgânica” neoliberal no Brasil, por meio das edições do Fórum da Liberdade, durante um período de transição político-econômica nacional e mundial (1988 – 1993) influenciada pelo avanço do neoliberalismo. O objetivo desse questionamento é revelar a reconfiguração das camadas históricas de significados do conceito de liberdade que a atuação política de uma “elite orgânica” pretendeu instituir.

A pertinência dessa investigação reside no fato de que o conceito de liberdade difundido pelo Fórum da Liberdade de Porto Alegre emergiu da convergência de três inflexões históricas: a alteração nos sentidos políticos do conceito de liberdade, o avanço do neoliberalismo na América Latina e a mudança no padrão de atuação política do empresariado brasileiro na Nova República. Logo, o Fórum da Liberdade deve ser entendido, em significativa medida, como um resultado da intersecção desses três processos. Em decorrência disso, é imprescindível analisar cada um deles para demonstrar a representatividade do Fórum da Liberdade como via de acesso privilegiada para o estudo do neoliberalismo. A justificativa da delimitação temporal desse estudo é tratada posteriormente, junto às considerações metodológicas.

O conceito de liberdade é o objeto específico dessa investigação por causa da centralidade da apropriação e da resignificação desse conceito no ideário neoliberal e, conseqüentemente, no Fórum. Isso é evidenciado pelo próprio nome do encontro e pelo uso irrestrito que o IEE fez desse conceito com a intenção de legitimar publicamente sua existência e suas ações políticas. Em síntese, era promovido um choque histórico-semântico pelo neoliberalismo, no qual “liberdade” foi instrumento central.

Curiosamente, era perceptível à época, por aqueles que propunham esse choque, que explicitar um posicionamento em prol de uma alteração radical nos rumos de um país nem sempre era o caminho mais vantajoso politicamente. Foi isso que demonstrou o ministro do governo argentino de Carlos Menem, Alvaro Alsogaray, conforme registrou reportagem de ZH:

O ministro argentino Alvaro Alsogaray está certo de que a população tem medo da palavra “choque”. O uso desta palavra seria um dos motivos da queda do candidato Vargas Llosa à presidência do Peru. Na Argentina, o governo preferiu substituir “choque” pela expressão “Plano Global de Aplicação Simultânea de Todas as Medidas”⁷.

⁷ *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 mai. 1990, p. 31.

Entretanto, o fato de se alterar denominações acerca das ações de governo que procuravam implementar não muda o caráter do conceito que subsidiava essas ações.

De acordo com o respectivo sítio de Internet, o IEE tem como “Missão”: “Formar Lideranças Empresariais que se comprometam com um Modelo de Organização Social e Política para o Brasil baseado no Ideal Democrático de **Liberdades Individuais** subordinadas ao Estado de Direito”. Além disso, a “Visão” enunciada busca o reconhecimento do Instituto como “o melhor Centro de Desenvolvimento de Lideranças Empresariais do Brasil”⁸. Em síntese, noções de liberdade permanecem fundamentais nos autodenominados propósitos divulgados pelo IEE duas décadas depois de sua fundação.

O Fórum da Liberdade foi caracterizado por seus organizadores como:

um dos maiores eventos de debate de idéias das Américas. Direcionado a grandes empresários, profissionais liberais, políticos, formadores de opinião, professores, estudantes e representantes dos meios de comunicação [...] e propõe a análise de questões sociais, políticas e econômicas buscando uma ampla discussão e a proposição de alternativas e sugestões para uma sociedade mais **livre** e próspera. Assim, forjado na crença de uma nação plural e **livre**, o Fórum da Liberdade é uma iniciativa que fomenta a cultura no Brasil⁹.

Novamente, na caracterização de suas iniciativas, o IEE enfatizou alguns sentidos que o conceito de liberdade pode abarcar, expressos, dessa vez, em uma enunciada contribuição para uma “sociedade mais livre” a partir da ação de um evento que seria “forjado na crença de uma nação plural e livre”. Logo, cabe afirmar que o IEE recorreu, como forma de se legitimar, a ideais de liberdade. Isso foi expresso, inclusive, no título da mencionada iniciativa de maior projeção social da instituição: o Fórum da Liberdade.

Também houve um apelo recorrente ao termo “liberdade” e a derivados nos discursos proferidos no Fórum, como se pode observar na abertura da oitava edição (1995), realizada pelo presidente do IEE naquele momento, Carlos Souto (1994 – 1995):

Excelentíssimo sr. Governador do Estado, Antônio Britto. Excelentíssimas autoridades que compõem a mesa, já mencionadas. Senhoras e senhores [referindo-se ao restante do público]. Promover o debate sobre o **livre comércio** é, antes de tudo, reconhecer a fundamental importância da **liberdade**. **Liberdade** esta que

⁸ IEE – Instituto de Estudos Empresariais. Disponível em: <http://www.iee.com.br/o_iee/>. Acesso em: 21 jun. 2011. Em 2008, a página do IEE exibia como “Visão”, que o instituto fosse “como um Centro de Excelência na formação de lideranças disponibilizando os Agentes da Mudança para uma Sociedade com mais **Liberdade** (econômica, política e intelectual)”.

⁹ FÓRUM da Liberdade. Disponível em: <www.forumdaliberdade.com.br>. Acesso em: 14 jul. 2008.

proporciona aos indivíduos indistintamente a possibilidade de exercer sua vontade, de viver sua vida, de ambicionar conquistas (VIII FÓRUM, Manhã).

Contudo, a formulação desse apelo não foi monopólio dos indivíduos presentes no Fórum ligados diretamente à instituição promotora do evento, também recorreram à “liberdade” convidados estrangeiros, como Hon Ruth Richardson, uma das responsáveis pela implementação de reformas de caráter neoliberal na Nova Zelândia, quando ocupava o cargo de ministra da economia (1990 – 1993). Referindo-se à experiência de “flexibilização do mercado de trabalho” neozelandês, ela afirmou: “[...] *the big shift has been from control to liberty. And the liberty has been the freedom to set the terms and conditions. And that big shift has been not just in contracting, it has been in culture [...]*”¹⁰ (X FÓRUM, Fita 01). Dessa forma, tendo em vista a “Missão” e a “Visão” do IEE; a definição do Fórum da Liberdade; e os exemplos de discursos citados, torna-se evidente a centralidade que o IEE e o Fórum atribuíram à “liberdade”.

Entretanto, é importante ressaltar alguns pressupostos que delimitam a abordagem sobre esse conceito. Não se trata de desenvolver uma investigação a respeito de “liberdade” em um sentido antropológico ou filosófico, embora também seja impossível pretender isolar a dimensão estritamente “política”, “econômica” ou, ainda, “histórica” para analisá-la. O interesse em “liberdade” é, nesta dissertação, restrito ao conceito como um instrumento de disputa política entre possibilidades de projetos nacionais de desenvolvimento sob um sistema econômico específico, o capitalismo, e a partir de um momento histórico aberto pelo fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria.

Somente após esses marcos cronológicos é possível referir-se com propriedade a um processo designado “neoliberalismo”, e somente a partir da década de 1970 é possível falar na consolidação de um ideário em experiências históricas nacionais de neoliberalismo. Para tanto, é indispensável compreender a diferença entre liberalismo e neoliberalismo, abordada no decorrer do capítulo 2. No momento, basta evidenciar que o que se entende por neoliberalismo são duas definições complementares: *“as a utopian Project to realize a theoretical design for the reorganization of international capitalism or as political project to*

¹⁰ “A grande mudança foi do **controle para a liberdade. E a liberdade [*liberty*] que houve, foi a liberdade [*freedom*] de definir termos e condições.** E aquela grande mudança não aconteceu apenas nos contratos, aconteceu na cultura [...]”.

re-establish the conditions for capital accumulation and to restore power of economic elites”¹¹.

Considerando a relevância de “liberdade” para o IEE e para o Fórum da Liberdade, é preciso reiterar uma observação a respeito da relação histórica existente entre esse conceito e o neoliberalismo: não é possível defini-lo sem ter em vista que esse é um processo que assenta também sobre a instrumentalização de “liberdade”. O neoliberalismo possui um caráter histórico antikeynesiano¹² como pressuposto central. Essa foi uma das razões determinantes para que o ideário só pudesse concretizar-se mundialmente, por meio de políticas de governos, a partir da crise econômica do capitalismo de fins dos anos 1960, aprofundada com a alta dos preços do petróleo em 1973. Esse foi o contexto que possibilitou a difusão do neoliberalismo e o destaque de novos estratos históricos de significados do conceito de liberdade.

O avanço das ideias neoliberais no mundo ocorreu somente décadas após o surgimento das formulações teóricas neoliberais que se opunham ao keynesianismo, orientação então predominante no chamado “mundo livre”. A passagem do neoliberalismo das formulações teóricas, dotadas de alta carga utópica, à concretização em políticas de governos, é objeto do capítulo 1 deste trabalho, que se encarrega de situar o IEE e o Fórum da Liberdade dentro desse amplo processo. Todavia, é imprescindível realizar, previamente, duas observações a esse respeito que têm implicações teóricas não desprezíveis.

Em primeiro lugar, essas formulações originárias do neoliberalismo não foram concebidas de maneira a compor uma doutrina imutável e fechada, reunida sob o conceito de neoliberalismo. Esse termo foi atribuído posteriormente e, como muitos outros conceitos históricos de reconhecidos potenciais explicativos, possui uma conotação que, em geral, é vista como negativa. Isso foi causado em grande parte pela ação política das esquerdas, que obtiveram certo êxito em associar o termo ao empobrecimento, à exploração e à precarização do trabalho, sobretudo, a partir da década de 1990. Contudo, a utilização difusa e, em muitos casos, vulgarizada, de conceitos históricos de fundamental importância, não anula a validade dos mesmos. Um exemplo é a palavra ligada ao conceito de populismo, recorrentemente empregada como sinônimo de manipulação sistemática dos desvalidos ou de mera demagogia, uso que não implica na inutilização do conceito acadêmico de populismo como representação de um modo histórico de fazer política na América Latina do século XX.

¹¹ “como um projeto utópico para conceber um desenvolvimento teórico para a reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político para reestabelecer as condições para acumulação de capital e para restauração do poder das elites econômicas”. HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 19.

¹² Referente ao economista John Maynard Keynes (1883 – 1946). Ver o capítulo 1.

Em segundo lugar, salvo possíveis exceções, não houve pensadores que voluntariamente escreveram e tornaram explícito que suas obras visavam o desenvolvimento do neoliberalismo como uma teoria específica. Entretanto, isso também não é o bastante para invalidá-lo como um conceito explicativo. O fato de que filósofos do século XVIII também não o fizeram em relação ao Iluminismo, por exemplo, não é motivo para se trocar o termo, que, aliás, refere-se a um conjunto que agrega não poucas contradições entre as afirmações daqueles pensadores consagrados pela historiografia como os principais integrantes. A existência de certa arbitrariedade inerente ao ato de agrupar formulações diversas sob um único conceito é demonstrada, entre outros estudiosos, por historiadores das ideias¹³.

Portanto, o conceito de neoliberalismo remete a um processo histórico específico que, por meio da instrumentalização de “liberdade”, subsidiou a atuação política de grupos e indivíduos, dentro e fora do Estado, em fins do século XX. Uma das instituições cujo surgimento foi possibilitado pelo avanço dessas ideias foi o IEE, fundado em 1984, e responsável pela organização do Fórum da Liberdade.

A definição do Fórum da Liberdade, de acordo com a perspectiva atribuída pelos organizadores das primeiras edições, é inseparável da definição do IEE, pois é uma ação que vai ao encontro da Missão e da Visão do instituto. As palavras do presidente da organização, André Loiferman (1990 – 1991), atestaram isso na abertura do quarto Fórum (1991):

O IEE é um instituto de estudos e de empresários, como bem diz seu nome. Formado por jovens empreendedores, de até 35 anos, com a função básica de formação de lideranças empresariais e através destas, a disseminação do espírito crítico e de seus aprendizados a todas as associações e entidades empresariais e, logo, à toda a sociedade. O Fórum é mais uma dessas atividades (IV FÓRUM, Fita 01).

O Fórum reuniu desde 1988, diversos políticos, economistas, jornalistas, empresários, chefes de Estado, ex-chefes de Estado e outros indivíduos que denotavam, na perspectiva do IEE, autoridade política ou intelectual e participaram do encontro proferindo palestras para o público. No sítio de Internet do Fórum, um breve balanço das vinte primeiras edições apontou que, até 2010, o encontro “reuniu 298 palestrantes, sendo 81 deles estrangeiros, 4 ganhadores do Prêmio Nobel (James Buchanan, Gary Becker, Heckman e Douglass North), 4 chefes de Estado, 39 Lideranças Políticas Nacionais e Internacionais, 19 lideranças empresariais, 132 Acadêmicos e Intelectuais e 14 Ministros de Estado”¹⁴.

¹³ Para o caso do Iluminismo, ver, especialmente: BAUMER, Franklin L. *Pensamento Moderno Europeu – Volume I*. Lisboa: Edições 70, 1990.

¹⁴ XXIV FÓRUM da Liberdade. Disponível em: <<http://www.forumdaliberdade.com.br/fl24/sobre-o-forum/>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

As edições do encontro ocorreram no Centro de Eventos do Hotel Plaza São Rafael de 1988 a 1998; no Teatro do Serviço Social da Indústria (SESI) do Centro de Eventos da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) de 1999 a 2003; e, desde então, em um auditório no *campus* de Porto Alegre da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), momento em que atingiu o ápice de público participante. No segundo encontro, que reunia seis candidatos às eleições de 1989 para a presidência da República, havia cerca de mil e duzentos participantes, conforme o jornal *Correio do Povo*¹⁵. Em 2004, de acordo com o sítio do evento, havia cerca de seis mil participantes¹⁶.

Inicialmente, seria plausível pensar que a instituição organizadora do Fórum é um “*think tank*”, tal qual a rede de Institutos Liberais, fundada também na década de 1980, e cujos diretores não raro tornavam-se futuramente parte da diretoria do IEE e vice-versa. No entanto, o IEE ao mesmo tempo que se diferenciou das entidades tradicionais de representação classista, como a FIERGS e a Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), também se diferenciou dos “*think tanks*” coetâneos. Isso ocorreu por uma questão de ênfase de ação política. Na definição utilizada pela cientista política Denise Gros, os “*think tanks*” são:

institutos privados de pesquisa e debate sobre teoria econômica e políticas públicas; têm uma equipe técnica de alto nível ou contratam consultores e divulgam o resultado dessas pesquisas através de livros, periódicos e publicações em geral e de participação em debates nos meios universitários, na mídia e nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos¹⁷.

Organizações desse tipo, comprometidas com o ideário neoliberal, passaram a atuar no Brasil desde os anos 1970 e, além de possuírem as características descritas acima, não se restringiam a apresentar suas propostas como de único e exclusivo interesse de um determinado setor produtivo. Diferenciavam-se das instituições tradicionais de representação de interesses, mas, como mencionado, também divergiram do IEE por se voltarem, basicamente, para a pesquisa e a divulgação de suas produções intelectuais com o intuito de influenciar políticas públicas. Logo, “*think tanks*” visam, fundamentalmente, uma ação social externa.

O IEE tem como propósito fundamental, como dito, “formar lideranças empresariais [...]”, assim, é um objetivo perene a coesão interna e a reprodução de um grupo que se define

¹⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 abr. 1989, p. 1.

¹⁶ FÓRUM da Liberdade. Disponível: <www.forumdaliberdade.com.br>. Acesso em: 14 jul. 2008.

¹⁷ GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003, p. 18. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2011.

pela atuação política e econômica que exerce: o empresariado. Entretanto, isso não significa que o IEE não tenha produção intelectual voltada para não membros, pois há uma vasta produção que inclui uma revista eletrônica, a Revista Leader¹⁸, e uma série de livros, a coleção “Pensamentos Liberais”, que em 2009 chegou ao décimo terceiro volume. Também foram publicados estudos específicos promovidos pelo IEE, como, por exemplo, uma proposta de reforma constitucional de 1993, encomendada a juristas liderados por Ives Gandra Martins¹⁹.

Contudo, é preciso ter em vista a finalidade que mantém a existência do IEE, e essa finalidade é o treinamento de empresários. As publicações são, via de regra, consequências dessa função básica. Até mesmo a série de livros “Pensamentos Liberais” é uma consequência disso, pois o lançamento dos livros tornou-se atrelado ao Fórum da Liberdade, que é o evento que marca o encerramento de uma gestão de “lideranças empresariais” em treino no IEE. Logo, o Fórum da Liberdade também é uma decorrência, na realidade, um exercício prático de atividade política desses empresários em formação ideológica. E principalmente por meio dessa iniciativa de evento anual que se realizou uma contribuição ao neoliberalismo no Brasil.

Se, por um lado, a especificidade do IEE impede que a instituição seja designada como um “*think tank*”, por outro, não há como entendê-la e, por extensão conceituar o Fórum da Liberdade, sem problematizar o termo “elite”. O economista Amaury Temporal, um dos intelectuais convidados para o primeiro Fórum da Liberdade (1988), realizou uma contribuição nesse sentido ao procurar resgatar antigas camadas de significado do conceito. De acordo com ele, “elite” era uma expressão de origem francesa que remetia à “escolha” e que passou a designar o que era de melhor em um conjunto de coisas: os melhores produtos de uma loja, por exemplo. Isso, conforme Temporal, em francês, e por volta do século XVIII. Por analogia, o termo foi empregado na sociedade para se referir aos melhores de cada grupo (I FÓRUM, Fita 02).

Essa brevíssima trajetória do conceito em língua estrangeira foi usada pelo economista para contrastar com o repúdio que, de acordo com ele, existia ligado ao termo “elite” no Brasil e, assim, defender sem constrangimento que “todos que estão aqui nessa sala fazem parte das elites nacionais” (I FÓRUM, Fita 02). Uma afirmação verossímil no que se refere ao primeiro Fórum da Liberdade, pois, em 1988, os palestrantes do evento não raro deixavam claro que se dirigiam a um público de empresários ou, ainda, a um grupo privilegiado, seletivo, de empresários. Logo, no mínimo, esse grupo teria poder aquisitivo acima da média nacional,

¹⁸ REVISTA LEADER. Disponível em: <<http://www.revistaleader.com.br>>. Acesso em: 08 fev. 2010.

¹⁹ Zero Hora, Porto Alegre, 12 abr. 1993, p. 4.

entre outras possíveis “superioridades” implícitas na lógica capitalista. Anos depois, principalmente após a mudança de local do evento para a PUCRS, em 2004, a situação mudou e uma afirmação como essa não teria o mesmo sentido diante de um público muito maior e mais diversificado.

Entretanto, mais relevante do que a constatação de falar naquele momento para uma “elite”, foi o destaque dado por Temporal ao papel histórico dela:

Uma das pré-condições da democracia é, justamente, a capacidade das elites de chegarem a um *modus vivendi* que é conflitante. Mas é a tolerância de um segmento da elite com outro que permite a existência de uma democracia. O Brasil está passando esse momento de transição. Nós somos preocupadíssimos com o *day after* da Constituinte, o dia seguinte da Constituinte, [...] as elites nacionais têm uma obrigação de provar à sociedade brasileira de que a democracia é uma melhor forma de convívio social e nós não temos nenhuma experiência de vivência democrática verdadeira (I FÓRUM, Fita 02).

A declaração foi, de certa maneira, paradigmática, porque explicitou o sentimento de passagem por um momento de transição no qual era preciso, segundo o palestrante, que as “elites” de cada setor da sociedade convivessem mantendo a democracia. Como deixou claro no decorrer de sua explicação, a acepção de “elite” empregada por Temporal não estava relacionada a uma questão econômica, mas a um grupo seletivo de cada grupo da sociedade, incluindo, até mesmo, tradicionais antagonistas de empresários, como “elites” sindicais.

Essa definição do economista, precária como categoria histórica, evidencia exemplarmente a dificuldade de se lidar com a noção de “elite”. Afinal, o que quer dizer, exatamente, o “melhor” de um grupo? O que não foi explicitado na fala de Temporal é o inevitável vínculo existente entre “elite” e “poder”²⁰. Ou seja, a “elite”, qualquer que seja, está em uma posição privilegiada em relação ao restante de seu próprio grupo na capacidade de exercício de poder. Se esse exercício é traduzido através de uma ação política, e o Fórum da Liberdade é, obviamente, uma ação política, em termos gramscianos trata-se de um exercício, na realidade, duplo: de coerção e de busca por consenso²¹. Nesse caso específico do Fórum, trata-se muito mais de consenso, ainda que a coerção esteja inerentemente ligada ao poder econômico.

O Fórum da Liberdade não é organizado por uma “elite empresarial” no sentido dos empresários com mais dinheiro ou influência, ainda que em alguns casos, e o de Jorge Gerdau Johannpeter é notório, isso seja verdadeiro. O Fórum da Liberdade é organizado por uma

²⁰ HEINZ, Flávio Madureira. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: _____ (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

²¹ ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci*. 1ª ed. Barcelona: Fontamara, 1973.

“elite” porque, entre a totalidade dos indivíduos que podem ser designados como “empresários”, alguns deles assumiram voluntariamente a posição de definir quais são os problemas e quais são as soluções, não apenas para os empresários, mas para toda a nação. E essa ação política é centrada em um esforço intelectual de persuasão que, se nas primeiras edições do Fórum, era voltado à coesão de empresários, paulatinamente ampliou o alvo social, sem deixar, contudo, de visar públicos considerados estratégicos. Isso caracterizou a ação de uma “elite dos intelectuais orgânicos”,²² ou, simplesmente, de uma “elite orgânica”, pois é fundamental destacar o vínculo de classe social vinculada a essa ação: é o adjetivo “orgânica”, inspirado na teorização dos intelectuais feita por Gramsci, que assinala a importância atribuída à consideração desse vínculo.

Antes de definir o conceito de “elite orgânica”, é fundamental destacar que seu emprego não procura atribuir homogeneidade a todos os convidados do Fórum. Isto é, há opiniões discordantes, inclusive, que vão de encontro a princípios elementares do ideário neoliberal. Entretanto, em última instância, isso não prejudicou a ação em prol do neoliberalismo, pois há uma posição oficial clara dos organizadores, alinhada com princípios neoliberais e, via de regra, foi essa que predominou sob o manto do “livre debate de ideias”. Afinal, o evento foi concebido e os temas foram selecionados para que isso ocorresse. Esse problema da presença de vozes dissonantes no Fórum é discutido no subcapítulo 2.2.

As “elites orgânicas” são “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe”²³. Assim, esse grupo “procura ‘traduzir’ (relacionar, transpor) as exigências da esfera de produção (necessidades econômicas) para o plano da ação política, onde busca a sua realização institucional”²⁴. O IEE é entendido como uma instituição mantida por uma “elite orgânica” composta pelo “empresariado”²⁵ sul-rio-grandense, cujo objetivo é formar lideranças empresariais alinhadas com a defesa de uma liberdade fundamentalmente

²² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p.161.

²³ DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 25.

²⁴ *Id.*

²⁵ “conjunto de agentes sociais que se definem pela detenção da propriedade de uma unidade autônoma de capital e pelo exercício, daí decorrente, das funções de organização e gestão de seu processo permanente de valorização. Este conceito abarca a totalidade dos ocupantes de posições que implicam poder de decisão nas questões estratégicas para a empresa, independentemente do fato de serem eles detentores ou não da propriedade jurídica do capital cujo comando exercem. Ele exclui, entretanto, todos aqueles que, embora dispondo de títulos jurídicos sobre uma fração de capital, vivem de renda, não desempenhando qualquer função diretiva em seu processo cíclico de reprodução”. CRUZ, Sebastião C. Velasco. *Empresariado e Estado na transição brasileira: Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995, p. 23-24 *Apud* GROS, Denise Barbosa. *Op. cit.*, p. 17.

econômica, difundindo, por meio do Fórum, entre outros mecanismos, os seus interesses na sociedade. Busca, portanto, coesão do empresariado em torno a objetivos não apenas do empresariado, mas da classe dominante. Eventualmente, os objetivos foram expressos por meio de declarações explícitas de apoio político, como demonstrou o presidente do IEE em 1997:

Cumpramos o esforço que o governo do Rio Grande do Sul, liderado por Antônio Britto, vem fazendo para a modernização do nosso Estado. A equipe de governo gaúcho, agora, está reforçada pela presença destacada de José Otávio Germano, um político jovem, e que com sua destacada atuação na Assembleia Legislativa, deu uma contribuição decisiva para o início das reformas do Estado (X FÓRUM, Fita 01).

Evidentemente, uma elite orgânica não pode sustentar o discurso e, tampouco interessa fazê-lo, por meio de mero posicionamento partidário, por isso, suas ideias são apresentadas “não só como de interesse coletivo do capital mas até da própria Nação”²⁶. Assim, a liberdade proposta no Fórum da Liberdade, independentemente dos significados enfatizados no decorrer do tempo, foi apresentada, sobretudo, como algo almejado por diversos grupos sociais, mas que, na realidade, tinha limites bastante nítidos definidos pelo objetivo de combater um papel historicamente atribuído ao Estado brasileiro. Orientados por pressupostos oriundos do neoliberalismo, sejam teóricos, por meio de autores, ou aplicados, através de exemplos de outros países, a “elite orgânica” e aqueles considerados porta-vozes do grupo, propuseram projetos de desenvolvimento associados à efetivação da “liberdade” por eles almejada. E são essas propostas desenvolvidas durante certos desafios históricos que se tornaram determinantes de uma configuração do conceito de liberdade que sepultava noções passadas, desenvolvidas no bojo de outras visões de mundo.

É pressuposto desta pesquisa que as disputas pelos significados do conceito de liberdade, explicitadas através do Fórum, coincidem com disputas sobre as medidas políticas necessárias para o desenvolvimento do país. Em outras palavras, “liberdade” é um instrumento de legitimação política indispensável para a implantação de projetos inspirados no neoliberalismo. As ênfases em seus significados são causas e consequências dos embates políticos porque um conceito como “liberdade” é, também, uma expressão da percepção do passado, do diagnóstico do presente e da projeção do futuro, constituindo-se como elemento de inteligibilidade de uma expectativa política de mudança²⁷.

²⁶ DREIFUSS, René Armand. *A internacional...*, *Op. cit.*, p. 26.

²⁷ Ver, KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006; _____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001.

Para que se entenda a complexidade do conceito de liberdade, é fundamental ter em mente que “palavra” e “conceito” não são o mesmo. O objeto desta pesquisa é o conceito subjacente à palavra “liberdade”. Um conceito, ao contrário de uma palavra, necessariamente é portador de múltiplos significados: é polissêmico. Além disso, um conceito pode estar associado a uma palavra, como no caso de “liberdade”, mas “ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”²⁸. Por exemplo, “Estado” é composto por elementos como “dominação, território, burguesia, legislação, jurisdição [...]”²⁹, entre outros. Ao conceito de liberdade, assim como de Estado, acumularam-se historicamente inúmeros significados. Logo, é possível afirmar que um conceito assemelha-se a uma escavação arqueológica: contém uma multiplicidade de sentidos sobrepostos uns aos outros, como camadas estratigráficas, que são evidências da trajetória histórica do mesmo.

Quando esses conceitos são empregados, ativam-se alguns significados, cujas origens remontam a algum momento da história, pois muitos sentidos ligados a um conceito podem remeter a um passado distante e permanecer ativos. Outros, no entanto, caem no esquecimento. Em suas investigações, o historiador Reinhart Koselleck procurava explicitar profundas estruturas semânticas e suas alterações relacionadas com a experiência histórica. Dessa maneira, ele demonstrava como era historicamente possível forjar novos conceitos ligados a palavras já existentes ou a neologismos: palavras criadas para evocar situações entendidas como inéditas na história, como foram os casos de “liberalismo” ou “fascismo”, por exemplo³⁰.

O objetivo central deste trabalho é, evidentemente, muito mais modesto. O auxílio da “história dos conceitos” na resolução do problema aqui proposto visa identificar a instrumentalização de um conceito de liberdade forjado na relação do ideário neoliberal com os desafios históricos do Brasil por meio de uma ação de uma “elite orgânica”. Isto é, uma reconfiguração de “liberdade” foi tentada à medida que um pensamento neoliberal foi divulgado no Brasil, tendo o próprio país como referência. O Fórum da Liberdade, cuja gênese é inseparável do neoliberalismo, como é demonstrado no capítulo 1, produziu fontes privilegiadas e únicas para isso porque são registros audiovisuais.

²⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro... Op. cit.*, p. 109.

²⁹ *Id.*

³⁰ *Ibid.*, p. 102 – 103.

A partir das considerações teóricas elaboradas, é agora pertinente destacar que a metodologia empregada na pesquisa inspira-se em elementos da História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e, também, do chamado Enfoque Collingwoodiano de Quentin Skinner, trabalhados, no Brasil, sobretudo por João Feres Jr. e Marcelo Jasmin³¹. O princípio básico do método aplicado nesta pesquisa é compor a reconfiguração pretendida do conceito de liberdade a partir das características e, sobretudo, das discussões do Fórum, durante o período selecionado, como uma maneira de apreender o pensamento neoliberal em seu fazer-se pautado pela atuação de uma elite orgânica que visa mudanças no país.

Significados do conceito de liberdade não são ativados exclusivamente com o emprego da palavra “liberdade”. Aliás, centrar-se no uso estrito dessa palavra seria pouco profícuo para a investigação. Por exemplo, o economista Roberto Campos disse durante o décimo Fórum da Liberdade (1997):

[...] existe uma estreita ligação entre o desemprego e a rigidez do mercado de trabalho. O presidente Reagan [ex-presidente dos EUA], que não é famoso pelo seu vigor intelectual, mas que tinha soberbas intuições, colocou a coisa de forma pitoresca: se eu fosse investidor, não investiria jamais num país onde divorciar-se de uma mulher é mais fácil do que despedir um empregado (X FÓRUM, Fita 01).

O excerto acima é uma referência à “liberdade”, mais precisamente, a um tipo específico de liberdade que interessa ao problema de pesquisa proposto: a liberdade do mercado de trabalho, que remete à aspiração neoliberal de “flexibilização” das leis trabalhistas. Esse é um significado de liberdade, liberdade de demitir, que se relaciona a um fator histórico que extrapola a linguagem: a regulamentação do trabalho. É claro que a “liberdade” a qual se referiu Campos não esgota o conceito de liberdade porque, além de polissêmico, é um “coletivo singular”, tal qual o conceito de revolução “que parece concentrar em si as trajetórias de todas as revoluções particulares”³². Ou seja, “liberdade” pode concentrar inúmeros tipos de liberdades que, individualmente, não esgotam a totalidade do sentido do conceito, mas integram-no ou, em termos mais precisos, compõem um campo histórico-semântico.

Todavia, como mencionado, as razões por que alguns significados sobrepõem-se historicamente a outros não se restringem à própria linguagem, por isso, é fundamental buscar nos debates do Fórum da Liberdade aquilo que uma elite orgânica orientada pelo

³¹ Ver, sobretudo: FERES JUNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2006; _____ (org.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2007.

³² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro... Op. cit.*, p. 69.

neoliberalismo entendia como algo relevante de se posicionar. As respostas diante dos desafios que se fizeram presentes foram respostas em nome da liberdade: são ênfases, dimensões do conceito de liberdade, cuja recomposição é indispensável à compreensão do neoliberalismo.

Como mencionado, a justificativa dessa pesquisa está ligada ao fato de que o Fórum é resultado de uma convergência entre transformações nos sentidos de liberdade, permeadas pelo neoliberalismo, com a transição para a Nova República no Brasil, que possibilitou a emergência de atores políticos e sociais com perfil relativamente inovador. Não foram localizados trabalhos acadêmicos a respeito do Fórum da Liberdade ou que também utilizassem como fontes registros do Fórum, o que reitera a importância dessa pesquisa. Desse modo, a bibliografia pertinente à investigação está vinculada a esses assuntos citados e pode ser dividida em três áreas temáticas: conceito de liberdade, neoliberalismo e Nova República. Em todos os casos, foi indispensável realizar uma seleção daqueles artigos e livros que contribuíssem de maneira mais ampla e direta ao problema de pesquisa proposto, isso devido à quantidade de produções em português e também em outros idiomas sobre esses assuntos.

No que diz respeito às referências que tratam do conceito de liberdade, restringiu-se à pesquisa do conceito de liberdade como fundamentalmente histórico, isto é, passível de mudanças no decorrer do tempo, estimuladas pelos conflitos políticos e sociais. Isso quer dizer que não se privilegiou qualquer tipo de análise centrada em “liberdade”, o que, por razões óbvias, inviabilizaria o trabalho. No caso do neoliberalismo, optou-se por textos que procurassem analisá-lo propondo definições desse processo histórico, excluindo-se o incontável número de obras que tratam de um ou de outro aspecto do neoliberalismo, por exemplo, consequências do neoliberalismo na educação etc. Por fim, em relação à Nova República, foram focados estudos que analisaram os mesmos objetos que foram alvos de discussão dos atores do Fórum, além da bibliografia a respeito da atuação política do empresariado no período.

Os estudos do historiador Quentin Skinner sobre o conceito de liberdade são indispensáveis porque o entendem como resultado de embates históricos entre diferentes perspectivas. Portanto, evidenciam o caráter histórico da predominância de determinados significados de liberdade tidos como inquestionáveis e denotam a centralidade do conceito em debates da teoria política contemporânea.

Em “Maquiavelo”³³, Skinner traçou uma história intelectual do pensador florentino com o objetivo de compreender seus principais argumentos políticos. O autor de “O Príncipe” é considerado por Skinner a influência mais importante que incidiu sobre os argumentos de parlamentares britânicos do século XVII, analisados em “Liberdade antes do liberalismo”: uma narrativa sobre a ascensão e o ocaso, na teoria política anglófona, da “compreensão neo-romana da liberdade civil”³⁴ que desapareceu no decorrer do século XIX.

O “triumfo ideológico do liberalismo deixou a teoria neo-romana amplamente desacreditada”³⁵, segundo Skinner. Para ele, a distinção entre a liberdade neorromana e a liberdade liberal, na teoria política anglófona, residia no fato de que, na primeira, é repudiada “a suposição fundamental do liberalismo clássico de que a força ou a sua ameaça coerciva constituam as únicas formas de constrangimento que interferem com a liberdade individual”³⁶.

Essa “compreensão neo-romana da liberdade civil” é empregada em “La idea de libertad negativa: perspectivas filosóficas e históricas”³⁷, para refutar pretensas neutralidades ideológicas de definições filosóficas do conceito de liberdade. Ele se referiu especificamente àquelas que tomaram a dimensão negativa do conceito como um traço definidor que impõe que toda a teoria da liberdade coerente seja, necessariamente, uma teoria das liberdades individuais, propositoras de um espaço de autonomia que não pode ser interferido. Um dos exemplos dessa forma de abordagem criticada por Skinner é o ensaio “Dois conceitos de liberdade”³⁸ do filósofo Isaiah Berlin, no qual Vargas Llosa baseou-se parcialmente para realizar a conferência de abertura do oitavo Fórum (1995). Em suma, conforme o cientista político Marcelo Jasmin:

o reconhecimento da complementaridade necessária e da convivência pacífica das dimensões positiva e negativa da liberdade na teoria política de Maquiavel poria em xeque a naturalização operada pelo pensamento liberal, desde o século XIX – leia-se aqui Benjamin Constant, Jeremy Bentham e Isaiah Berlin –, da oposição entre essas duas dimensões.³⁹

³³ SKINNER, Quentin. *Maquiavelo*. 3ª reimp. Madrid: Alianza, 1998.

³⁴ _____. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 9.

³⁵ *Ibid.*, p. 10.

³⁶ *Ibid.*, p. 71 – 72.

³⁷ SKINNER, Quentin. La idea de libertad negativa: perspectivas filosóficas e históricas. RORTY, Richard *et al.* (comp.). *La filosofía en la historia: ensayos de historiografía de la filosofía*. 1ª ed. Barcelona: Paidós, 1990, p. 227 – 259.

³⁸ BERLIN, Isaiah. *Op. cit.*

³⁹ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, n. 57, fev. 2005, p. 29. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

Além dos trabalhos de história do pensamento político de Skinner, centrados em “liberdade” e nas teorias sobre esse conceito, a obra do historiador estadunidense Eric Foner, a respeito da história da liberdade naquele país, também trouxe importantes contribuições. Ele exemplificou com êxito um dos objetivos fundamentais deste trabalho: demonstrar inflexões nos significados de liberdade a partir de conflitos políticos e sociais⁴⁰. Foner realizou uma síntese que analisa o tema desde os primórdios da formação dos Estados Unidos aos anos 2000. É de especial relevância a proximidade, revelada pelo autor, entre aquilo que ele chamou de “liberdade conservadora” e os significados difundidos pelo Fórum da Liberdade. Essa concepção destacada por Foner emergiu, principalmente, durante os governos de Ronald Reagan (1981 – 1989). Não por um acaso, o presidente Reagan utilizou o termo “liberdade” com maior frequência do que qualquer outro que o precedeu ou sucedeu: ⁴¹ era o momento de avanço do neoliberalismo, analisado no capítulo 1 desta dissertação.

No que diz respeito ao neoliberalismo, há uma vasta produção acadêmica que enfoca as consequências desse processo nos mais variados âmbitos da sociedade. Entretanto, como dito, os trabalhos privilegiados foram aqueles que empreenderam tentativas de compreender o neoliberalismo como um processo histórico amplo e de consequências globais. Nesse sentido, a história do neoliberalismo do geógrafo estadunidense David Harvey é fundamental porque reuniu uma análise teórica do neoliberalismo, vinculando a gênese histórico-geográfica do processo às necessidades do capitalismo na segunda metade do século XX. Ele também demonstrou a maneira como essas transformações foram consolidadas em quatro casos nacionais tidos como paradigmáticos: o Chile de Pinochet, os EUA de Reagan, a Inglaterra de Thatcher e a China de Deng Xiaopeng⁴².

As definições gerais a respeito do processo de neoliberalismo traçadas por Harvey são complementares ao balanço de Perry Anderson sobre o assunto⁴³. A síntese do historiador britânico foi elaborada antes da efetivação da maior parte das políticas públicas neoliberais no Brasil e do desmonte de heranças do Estado varguista, promovidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). As conclusões dele complementam a análise de Harvey, pois também partem da premissa de que o neoliberalismo é, sobretudo, um processo de reestruturação do capitalismo determinado, em certa medida, pelas dinâmicas e conflitos

⁴⁰ FONER, Eric. *La historia de la libertad en EE.UU.* Barcelona: Península, 2010.

⁴¹ *Ibid.*, p. 498.

⁴² HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism.* Oxford: Oxford University, 2005.

⁴³ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 9-23.

inerentes ao sistema, que se desenvolveram no século XX. As abordagens de ambos autores são empregadas na análise do neoliberalismo que consta no capítulo 1.

Um ponto específico desse processo histórico necessitou de especial atenção, a crise do capitalismo do pós-guerra, cujos autores que escreveram sobre o tema situaram em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, como o próprio Harvey. As causas dessa crise são objeto de um amplo debate acadêmico, no qual se privilegiou, além dos autores mencionados, os apontamentos da síntese histórica sobre o século XX do historiador francês Marc Nouschi e a interpretação das razões da crise do capitalismo proposta pelo filósofo húngaro István Meszáros⁴⁴.

Nouschi realizou uma contribuição fundamental ao divulgar que as causas daquela crise têm que ser entendidas em uma perspectiva ampla e global do capitalismo no século XX, isto é, de maneira bastante didática, a obra demonstra o erro de se pensar que a causa da crise foi o aumento dos preços do petróleo ou a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de fazê-la. A relevância do pensamento de Meszáros, neste caso, residiu no questionamento à existência de uma crise específica do capitalismo. O que resultou na conclusão de que os efeitos dessa suposta crise são, na verdade, apenas sintomas da inviabilidade intrínseca do capitalismo que é cada vez mais manifesta: resultado do acirramento das contradições entre as necessidades sociais e as necessidades reprodutivas do capital.

Em relação às análises históricas sobre a Nova República brasileira, trata-se de uma quantidade significativa de artigos, livros e sítios de Internet que, de alguma maneira, contribuíram para esta investigação. Esse volume de material é, na realidade, uma característica da pesquisa histórica de objetos que podem ser definidos como pertencentes ao tempo presente. Embora haja muitas dificuldades em se definir uma historiografia consolidada de referência a respeito do período coetâneo, os discursos dos atores políticos impuseram determinadas referências bibliográficas por meio dos temas recorrentes que delimitavam o conceito de liberdade e eram redefinidos pelo mesmo. Nesse sentido, foram fundamentais os textos de cientistas políticos e sociólogos que realizaram um esforço de síntese em relação a episódios fundamentais da transição política brasileira, como a formulação da Constituição de 1988, as Diretas Já e o *impeachment* de Collor, por exemplo.

⁴⁴ NOUSCHI, Marc. *Historia del siglo XX: Todos los mundos, el mundo*. Madrid: Cátedra, 1996; MÉSZÁROS, István. A ativação dos limites absolutos do capital. In: _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª ed. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002, Cap. 5, p. 216 – 344.

Uma solução que se mostrou bastante profícua para esta dificuldade de seleção de referências foi recorrer a livros que reunissem artigos de diferentes autores sobre um tema ou a respeito de um período. São os casos daquele organizado por Gildo Brandão, Ruben Oliven e Marcelo Ridenti, que trata especificamente da Constituição, e de outro compilado pelos historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis⁴⁵. Todavia, no que não diz respeito aos temas políticos da Nova República trazidos à discussão pelos palestrantes, mas à própria inserção histórica e política desses atores, há uma bibliografia de referência que se mostrou indispensável.

No que diz respeito à atuação política do empresariado brasileiro, destacam-se os trabalhos de Eli Diniz e a tese de Denise Gros. Entre os diversos trabalhos de Eli Diniz que abordam a atuação do empresariado, a contribuição mais relevante a esta pesquisa são os livros “Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990”⁴⁶, “Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil”⁴⁷ e, por fim, “A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal”⁴⁸, os dois últimos escritos em coautoria com Renato Boschi.

Nessas obras, os autores sintetizaram as relações entre as transformações do Estado brasileiro com as formas de atuação política de elites empresariais industriais. O capítulo “Brasil anos 1990: globalização, reestruturação produtiva e elites empresariais”⁴⁹ é especialmente útil porque, abordando a segunda metade dos anos 1980 e os anos 90, a autora demonstrou que houve um reforço na tendência histórica do empresariado industrial brasileiro em não se constituir como um ator político com grande capacidade de ação conjunta visando um longo prazo: exatamente aquilo que o IEE, diferentemente da tendência passada, dispõe-se a fazer por meio da “formação de lideranças empresariais” e da difusão de ideias por meio do Fórum da Liberdade.

O tema da tese de Denise Gros é a atuação política e o ideário da rede nacional dos Institutos Liberais, a partir do estudo das sedes de São Paulo (IL-SP) e do Rio de Janeiro (IL-RJ), entre 1983 e 1997. Como pressuposto teórico da autora, os Institutos Liberais foram

⁴⁵ BRANDÃO, Gildo Marçal *et al.* (org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild : Anpocs, 2008; AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge; (org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964-...)*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁶ DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁴⁷ BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

⁴⁸ _____. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

⁴⁹ DINIZ, Eli. Brasil anos 1990: globalização, reestruturação produtiva e elites empresariais. In: _____. *Globalização... Op. cit.*, p. 77 – 104.

considerados atores políticos dedicados à consolidação da hegemonia burguesa durante a transição de regime no Brasil. A tese constituiu-se de extrema relevância para este projeto porque o IL-RS, atualmente Instituto Liberdade, e o IEE, foram constituídos por um grupo de pessoas em comum⁵⁰. Além disso, a rede dos Institutos Liberais também se caracterizava como uma nova forma de representação do empresariado, distinta das formas corporativas tradicionais e, também, foi fundada na mesma conjuntura política que o IEE. Entretanto, os Institutos Liberais centraram sua ação, no decorrer do período analisado por Gros, na doutrinação de públicos estratégicos, pretensa “desideologização” do ensino básico e superior, além da formulação de propostas de políticas públicas. O IEE, como mencionado, tem como finalidade central “formar lideranças empresariais”.

Há três tipos indispensáveis de fontes disponíveis para a tarefa empreendida: os sítios de Internet do IEE e do Fórum da Liberdade; os registros audiovisuais das edições do Fórum, mantidos pelo IEE; e as reportagens de jornais locais que registraram o acontecimento do Fórum a cada ano.

Os sítios de Internet têm como principal limitação a sua volatilidade: podem ser alterados com frequência, extinguindo registros das versões anteriores acessíveis à pesquisa. De fato, no caso do sítio do Fórum da Liberdade há frequentes alterações de seu conteúdo, pois a finalidade do IEE era divulgar o evento e não manter um registro formal perene. Nesse sentido, as informações sobre edições anteriores do Fórum, vinculadas na Internet, podem estar acessíveis em determinado mês do ano e, posteriormente, podem estar inacessíveis. Portanto, são fundamentais alguns cuidados específicos no tratamento dessas fontes.

O primeiro deles é a especial atenção à indicação da data na qual a informação foi acessada na Internet. Esse procedimento, além de permitir um controle metodológico, também abre a possibilidade para que o leitor compare informações que estão atualmente na rede com informações acessadas anteriormente. Outra tarefa importante é o cotejamento dessa fonte com outra, de suporte diferente, sempre que possível, para evitar que a volatilidade e a ausência de autoria dos sítios de Internet ameacem a confiabilidade das informações. Afinal, os outros dois grupos de fontes disponíveis, os DVDs e as reportagens de jornal, foram criados no momento em que ocorria o Fórum, com a intenção de registrá-lo enquanto ocorria

⁵⁰ Agradeço a Denise B. Gros por esta informação. Um levantamento preliminar realizado por ela apontou dez membros em comum que integraram as diretorias de ambas as organizações, comparando as gestões de 1984-1990 (IEE) e 1986-1990 (IL-RS): Roberto Rachewsky, Mathias Otto Renner, Carlos Smith, Carlos Biedermann, Luis Flaviano Feijó, Flávio do Couto e Silva, Leonidas Zelmanovitz, Renato Malcon, Ricardo Portela Nunes, Roberto Dreifuss.

e, uma vez criadas, essas fontes não podem ser facilmente alteradas, ao contrário do conteúdo na rede.

Assim, a consulta à imprensa é imprescindível. Primeiro, porque, como mencionado, possibilita verificar vestígios a respeito das edições passadas do Fórum contidas na Internet. Segundo, porque o jornal é produto de um olhar externo ao dos organizadores do encontro, ao contrário dos sítios de Internet e dos audiovisuais do Fórum. Dessa maneira, o procedimento de confronto entre as fontes torna-se ainda mais relevante.

A investigação na imprensa se restringiu às edições de “Correio do Povo” e “Zero Hora” (ZH), jornais de grande circulação da cidade durante todo o período do Fórum da Liberdade. As datas delimitadas para a pesquisa nessas fontes foram: o dia anterior, o posterior e o da própria edição de cada Fórum, pois foram nesses dias que se concentraram coberturas com diversos textos sobre os encontros. É claro que não se trata de estudar o conceito de liberdade nos jornais, mas de utilizá-los para obter indícios não produzidos pelo IEE acerca dos debates do Fórum que levaram a evidenciar o conceito de liberdade forjado. Ademais, essas fontes contribuem para o mencionado confronto de informações.

As gravações audiovisuais foram produzidas pelo IEE e são as únicas fontes encontradas que possibilitaram contato sistemático com os discursos proferidos no evento. Via de regra, esses DVDs cobriram integralmente os discursos do evento, com raras lacunas. As ausências de registros são dignas de nota porque, de certo modo, limitaram a análise. Foram duas: a palestra de Fernando Collor e de parte do debate que sucedeu a fala dele, no primeiro Fórum (1988), e todos os registros da sexta edição do Fórum (1993), a última pesquisada, conforme o recorte estabelecido⁵¹. O sexto (1993), por causa da falta dos audiovisuais, foi investigado exclusivamente por meio dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, o que impossibilitou que houvesse um contato com a íntegra dos discursos desse evento.

A investigação desses vídeos centrou-se, basicamente, no conteúdo do áudio gravado com o eventual auxílio oferecido pelas imagens capturadas. Evidentemente, um discurso transcrito não é idêntico à fala acompanhada de imagem, por essa razão, foram utilizados comentários nas citações sempre que houve a necessidade de explicitar algo relevante ao problema de pesquisa e que só é perceptível com o áudio e o vídeo: uma ironia, evidenciada por uma entonação de voz ou por uma postura corporal, por exemplo.

⁵¹ Funcionários do IEE informaram que não foi possível localizar uma das fitas VHS do primeiro Fórum (1988). Quanto à sexta edição (1993), foi informado que, quando foi realizada a conversão das fitas VHS para o DVD, da respectiva edição, o material já estava degradado, o que impossibilitou a leitura.

Curiosamente, ironias e outras figuras de linguagem mostraram-se, não raro, de singular valor. Esses recursos provocaram risos na plateia em diversas situações que se tornaram compreensíveis apenas quando considerado o vínculo do linguístico com conteúdos extralinguísticos. Em outras palavras, só é possível entender porque a plateia ri de determinados acontecimentos se esses acontecimentos forem “contextualizados” historicamente e, às vezes, isso só é possível graças às imagens do vídeo. Nos termos caros a Quentin Skinner, oriundos da filosofia da linguagem, trata-se da operação de captura dos atos “ilocucionários” e, em certa medida, “perlocucionários” de fala⁵². Isto é, as intenções, como “*prometer, advertir, rogar, informar y así sucesivamente [...]*” e, em certa medida, as consequências, os efeitos dessas mensagens⁵³.

Não há como entender, por exemplo, porque em 1990 a plateia ainda ri quando se menciona o fato de que, em 1988, o empresário Henry Maksoud, em clara hipérbole, ameaçou mudar-se para o Paraguai caso Fernando Collor fosse eleito presidente da República em 1989. Essa falsa promessa de Maksoud é cobrada, em tom de brincadeira, pelo público em 1990 (III FÓRUM, II e III Painel Encerramento).

O que foi dito durante as três primeiras edições do Fórum atribuíram um sentido ao chiste, no entanto, sob a perspectiva teórica proposta, o exagero de Maksoud, causador de risos, lançou luzes sobre a constituição de um conceito de liberdade neoliberal. A hipérbole foi motivada por uma aparente divergência de concepção sobre a organização econômica da sociedade, o que envolveu, inevitavelmente, a ativação de estratos específicos do referido conceito.

Ainda em relação às fontes audiovisuais, cabe ressaltar que as falas não foram transcritas necessariamente tal como foram pronunciadas, mas de acordo com a norma da língua escrita sempre que possível e que isso não provocasse a perda de nenhum elemento importante para o entendimento do leitor. Não há razão para se destacar discrepâncias entre o falado e um ideal de norma culta quando se assume como pressuposto que isso não interfere nos objetivos propostos. Destacar atos falhos e eventuais erros de concordância dos palestrantes, entre outros, criaria uma ampla margem de arbitrariedade durante o ato das transcrições. Nesse sentido, a importância dessa padronização está relacionada também a um

⁵² As críticas de João Feres Jr. à transposição da teoria dos atos de fala para a história, baseadas na crítica à hermenêutica de Paul Ricoeur, tornam-se praticamente inválidas quando não se está lidando exclusivamente com fontes escritas, escassas e de uma linguagem política tida como passada. Ver, FERES JÚNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 3, 2005, p. 655-679. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a07v48n3.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

⁵³ SKINNER, Quentin. *Lenguaje, política e historia*. 1ª ed. Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, 2007, 178 – 179.

dos aspectos básicos da história do tempo presente, que é a coetaneidade entre o sujeito do conhecimento e o objeto de pesquisa. Evidenciar erros de atores políticos do presente poderia redundar em um meio, ainda que não intencional, de provocar um repúdio do leitor a determinadas falas. Por essas razões, optou-se pela padronização⁵⁴.

Para encerrar as considerações metodológicas, resta tratar da questão da delimitação temporal da pesquisa, que agregou elementos das discussões acerca da história do tempo presente. As consequências da coetaneidade são sentidas, especialmente, nas dificuldades metodológicas que se impõem, pois, em nível teórico, é desnecessário reiterar a legitimidade dessa prática que a historiografia consolidou⁵⁵. No presente caso, especificamente, a coetaneidade resultou na existência de um número incontável de fontes sobre o Fórum da Liberdade e a respeito de assuntos correlatos que permanecem aumentando.

É impossível precisar quantas fontes existem sobre o Fórum da Liberdade. Na mídia impressa, jornais e revistas de variados locais do país pode haver reportagens sobre edições passadas do evento. Além disso, a cada nova edição, isto é, ano a ano, acrescenta-se uma nova massa documental produzida pela mídia e pelo próprio IEE abordando o novo encontro. Logo, foi necessário realizar uma delimitação de fontes e de cronologia que pudesse responder ao problema de pesquisa proposto e que fosse adequada ao cronograma de execução do trabalho.

As fontes centrais para esse trabalho são, sem dúvida, os registros audiovisuais e, também por causa deles, foi preciso delimitar temporalmente a pesquisa, pois seria inviável estendê-la até a edição do Fórum que corresponde ao ano de encerramento da investigação. Logo, optou-se por uma investigação centrada nos primeiros seis anos do Fórum da Liberdade, ou seja, de 1988 a 1993, uma virada de década que pode ser entendida como um período histórico repleto de transições que subsidiaram a instrumentalização política do conceito de liberdade.

Nessa fase, houve alguns temas locais, nacionais e externos recorrentes. No que diz respeito à dimensão local ou municipal do encontro, é plausível que o Fórum assumisse uma dimensão contestatória peculiar frente à atuação da prefeitura, governada de 1989 a 1992 por Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), que abriu um período de quatro governos sucessivos do partido na capital sul-rio-grandense⁵⁶. Entretanto, esse fato praticamente não é

⁵⁴ Como tido no prefácio, por causa da recorrência de falas transcritas citadas, está destacado no corpo do texto, entre parênteses, as referências resumidas (edição do Fórum e nome do disco) da fonte audiovisual que contém o respectivo conteúdo. As informações completas estão nas referências gerais da dissertação.

⁵⁵ Uma discussão teórica densa sobre a história do tempo presente pode ser encontrada em: ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004.

⁵⁶ A eleição da Frente Popular, coligação do PT com o então Partido Comunista Brasileiro (PCB), iniciou a experiência da chamada Administração Popular na prefeitura de Porto Alegre, compondo um momento de

mencionado nos discursos, pois o objeto de discussão fundamental do Fórum, incontestavelmente, era o país e o governo federal, o que proporcionou poucos subsídios para que se relacionasse aqueles discursos a conflitos políticos municipais.

Em relação às questões nacionais, eram candentes assuntos relacionados à transição política pela qual passava o país, como a Constituição de 1988, os novos partidos políticos e as eleições presidenciais diretas de 1989, as primeiras desde 1960, bem como a consequente vitória, o breve governo e, por fim, o impedimento, do presidente Fernando Collor (1990 – 1992), envolvido em corrupção.

No plano externo, pautaram os debates assuntos como: o avanço do neoliberalismo, entendido pela “elite orgânica” como um processo de modernização, sobretudo, na América Latina, e as transformações ocorridas nos países comunistas, sobretudo, na União Soviética do secretário-geral do Partido Comunista, Mikhail Gorbachev (1985 – 1991), que redundaram no fim do chamado “socialismo real”. Em suma, as mudanças relativas à chamada “Nova Ordem Mundial” e à “Nova República” brasileira foram os eixos fundamentais que se ligaram às propostas de desenvolvimento para o Brasil discutidas no Fórum durante o período em questão.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. Os dois primeiros tratam fundamentalmente de circunstâncias históricas que possibilitaram a enunciação dos discursos do Fórum da Liberdade. O capítulo 1, em um sentido macro, isto é, ligado à gênese do neoliberalismo e a dinâmicas do capitalismo, bem como, à transição política brasileira dos anos 1980. O capítulo 2 é centrado, mais especificamente, no próprio Fórum da Liberdade como espaço privilegiado para a formulação e difusão do neoliberalismo. A segunda metade da pesquisa, os capítulos 3 e 4, concentram-se mais no conceito de liberdade difundido pelo Fórum. Assim, elementos condicionantes indispensáveis são analisados primeiro para que o objeto dessa investigação seja, enfim, explorado como uma via de conhecimento sobre o neoliberalismo.

O primeiro capítulo, “História de uma liberdade”, dedica-se à realização de uma síntese da história do neoliberalismo e dos sentidos de liberdade que esse processo histórico possibilitou que emergissem. Essa história tem uma relação direta com o surgimento do IEE e

avanço eleitoral do PT nos municípios que marcou o início da década de 1990. Entre essas cidades estavam também as capitais São Paulo (SP), Vitória (ES), Belo Horizonte (MG) e Goiânia (GO), entre outras. Todavia, Porto Alegre foi especialmente representativa por causa de acontecimentos como a intervenção da prefeitura no transporte municipal, citada no subcapítulo 4.2, e, principalmente, por causa da experiência do Orçamento Participativo, “uma modalidade de gestão pública, baseada na participação direta da população na elaboração e na execução do orçamento público, especialmente para a escolha das prioridades dos investimentos municipais”. Cf. FEDOZZI, Luciano. *Esfra pública e cidadania: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 1998, p. 237.

do Fórum da Liberdade no Brasil durante a transição para a Nova República. Portanto, trata-se de responder por que essa convergência histórica, integrada pela transição política brasileira, possibilitou o surgimento de uma forma relativamente nova de atuação do empresariado que caracterizou o Fórum. Fundamentalmente, é porque a convergência histórica do neoliberalismo com as transformações políticas no Brasil produziram um cenário favorável para isso. Logo, o capítulo é dividido em três partes que abordam, respectivamente, a gênese teórica do neoliberalismo, a passagem do processo para o plano das políticas de governo e a influência sobre a atuação política do empresariado brasileiro na Nova República.

O segundo capítulo, “Configuração da elite orgânica”, trata dos aspectos do Fórum da Liberdade que lhe conferiram uma possibilidade específica e privilegiada de divulgação de interesses políticos de uma “elite orgânica” neoliberal. As escolhas que determinaram as edições do encontro, relacionadas aos títulos temáticos e aos palestrantes convidados, entre outras características, possibilitaram que aquele espaço de discussão fosse representativo do neoliberalismo. Essa representatividade está ligada ao fato de que o Fórum da Liberdade evidenciou a operação responsável por atribuir, àquela elite, o adjetivo de “orgânica”, com as devidas implicações teóricas que isso acarreta. Foi, naquele espaço, por meio dos discursos, que se realizou parte da operação de “tradução da necessidade econômica” e de “disposição à luta política”, ações que caracterizam uma “elite orgânica” que estava orientada pelo ideário neoliberal. O capítulo dedica-se, na primeira parte, à análise dos temas e dos espaços das edições do Fórum, na segunda, ao perfil dos palestrantes que atuaram como porta-vozes da “elite orgânica” e, na terceira, à inserção do IEE e do Fórum da Liberdade em uma rede neoliberal internacional.

No terceiro capítulo, “Tradução da necessidade econômica”, é analisada a ativação de sentidos do conceito de liberdade nos discursos que apontavam os considerados problemas econômicos, na ótica da “elite orgânica”, e que eram apresentados como problemas de toda a sociedade. Conforme mencionado, essa ação é uma das características definidoras de uma “elite orgânica”. Optou-se, para isso, pela divisão desse capítulo também em três partes. As duas primeiras correspondem aos dois principais grupos de políticas de governo neoliberais, os chamados “ajuste estrutural” e “estabilização macroeconômica”, que correspondem, respectivamente, à reformulação das atribuições do Estado e ao fim do déficit público e da alta inflação⁵⁷. A última parte trata de um tema que permeou todo o discurso econômico e, inclusive, os outros dois temas anteriores: a integração de mercados.

⁵⁷ PETRAS, James *et al.* *Neoliberalism and class conflict in latinamerica: a comparative perspective on the political economy of structural adjustment*. Londres: Macmillan Press, 1997, p. 16.

O último capítulo, “Predisposição à luta política”, de maneira análoga ao capítulo anterior, lida com os significados do conceito de liberdade nas relações com os episódios apontados como cruciais, na visão da “elite orgânica”, para predispor à luta política aqueles que tivessem acesso aos discursos do Fórum. E, em especial, aos próprios membros da “elite orgânica” para quem o Fórum da Liberdade era tido como um acontecimento de relevância para o entendimento de problemas nacionais. Diferentemente dos capítulos anteriores, o quarto está dividido em quatro partes que correspondem a eventos políticos do período estudado que estiveram presentes com recorrência nos discursos, influenciando mutuamente os sentidos de liberdade divulgados naquele espaço. Esses eventos são: a Constituição da República, em 1988, as eleições presidenciais diretas de 1989, a atuação do primeiro governo eleito, no período de 1990 a 1992, e, por fim, uma questão política internacional, o fim dos regimes socialistas no leste europeu.

1 HISTÓRIA DE UMA LIBERDADE

“[...] E o que isto representa? Modernidade, senhores” (II FÓRUM, Fita 01), expôs o presidente do IEE, Carlos Biedermann, depois de afirmar a importância de se abandonar a ideia de que o Brasil é um país do futuro para se assenhorar do presente. Essas palavras pronunciadas na abertura do segundo Fórum da Liberdade, em 1989, demonstraram o conceito de modernidade em evidência na declaração, como se fosse um termo autoexplicativo que não dependesse de nenhum tipo de definição ou de esclarecimento por parte do orador.

Na verdade, esse conceito é polissêmico e possui uma carga de teorização nas ciências sociais que evidencia uma longa trajetória. Embora possam existir muitas variações quanto à definição, há um aspecto de aceitação geral a respeito de “modernidade”. Tendo em vista o léxico político contemporâneo, esse conceito, tal qual o de liberdade, não pode ser incluído em um discurso como algo a ser repudiado, pois tem uma conotação social extremamente positiva. Em outras palavras, se o objetivo é persuadir o interlocutor, colocar-se contrário à “modernidade” dificilmente será uma opção eficaz.

O presidente do IEE, no Fórum de 1989, sabia que essa palavra remeteria a um conceito com essa conotação, caso contrário, não diria que isso estava de acordo com o chamado que aquela “elite orgânica” fazia para uma transformação imediata do país. Por causa das características expostas sobre o conceito, não é possível definir, sem deixar margem a dúvidas, quais eram as características consideradas pelo orador como fundamentais para caracterizar “modernidade”. Todavia, é possível concluir que significados próprios ao avanço do neoliberalismo eram elementos que compunham o chamado ao domínio do presente, afinal, esse ideário subsidiava parte considerável das críticas lançadas pelo presidente do IEE à situação do Brasil naquele momento.

Essas palavras da abertura do Fórum revelam, em última instância, a presença do neoliberalismo como definidor da percepção do tempo histórico no qual aqueles atores estavam inseridos. O tempo para o domínio do presente, ao qual se referiu o líder empresarial e que, naquela visão, representava a modernidade, estava ligado à generalização de discursos e de experiências políticas que remetiam a liberdades negativas por meio da redefinição de atribuições do Estado que outrora eram consideradas imprescindíveis.

Portanto, é legítimo questionar as condições históricas que possibilitaram essa indistinção entre “modernidade” e “neoliberalismo”, que eram expressas em fins dos anos 1980, no sul do Brasil, por um encontro fortemente influenciado pelo neoliberalismo. Em outras palavras, quais foram os principais antecedentes e referências intelectuais daquelas propostas? Quais foram as experiências econômicas e políticas que exemplificaram esses antecedentes, tornando-se também referências? E por que, na Nova República, essa trajetória do neoliberalismo influenciou a atuação empresarial, possibilitando o Fórum da Liberdade?

O capítulo está parcialmente estruturado a partir da definição de neoliberalismo proposta pelo geógrafo David Harvey, que apontou para um duplo entendimento desse processo histórico que, simultaneamente, caracterizou-se como teoria utópica e como projeto de restauração do poder econômico das elites⁵⁸. Desse modo, a primeira parte desse capítulo trata da etapa na qual o neoliberalismo foi, fundamentalmente, um ideário restrito a círculos de intelectuais conservadores que viam na alternativa comunista, representada principalmente pela União Soviética, uma ameaça a valores tidos como próprios da “civilização ocidental”. Na realidade, esses valores correspondiam a um resgate de princípios do liberalismo clássico, cujo conceito de liberdade era central, que tinham em comum uma aversão a certas atribuições do Estado. Em última instância, esse repúdio acarretava em uma utopia de mercado.

A segunda parte do capítulo é sobre a formação histórica de uma ortodoxia política que se fundamentou em princípios teóricos neoliberais para subsidiar ações de governos orientados por uma nova concepção de Estado. Trata, em particular, da forma como a crise do capitalismo iniciado nos anos 1970 possibilitou uma “virada neoliberal”. Ou seja, aquele foi o momento de transição do neoliberalismo do plano teórico para o político aplicado, penetrando no *mainstream* econômico e legitimando, assim, ações de governos. Essa passagem começou na ditadura civil-militar chilena, na década de 1970, e consolidou-se no hemisfério norte, nos EUA e na Inglaterra, antes de se disseminar pela América do sul.

Enfim, o terceiro subcapítulo trata, de modo mais específico, da relação entre o declínio da ditadura civil-militar e da transição para a Nova República com a emergência de um padrão diferente de atuação política do empresariado brasileiro, não estritamente “novo”. Esse padrão configurou-se a partir do surgimento de uma “elite orgânica” influenciada pelo neoliberalismo e organizada por meio de novas instituições, como o IEE, responsável pelo Fórum da Liberdade. Assim, produziram-se os mecanismos sociais necessários para a

⁵⁸ HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 19.

contribuição a um choque histórico-semântico do neoliberalismo, via conceito de liberdade, durante a Nova República.

1.1 NEOLIBERALISMO COMO UMA TEORIA UTÓPICA

Dois estudiosos das dinâmicas do capitalismo contemporâneo, o geógrafo David Harvey e o historiador Perry Anderson, foram unânimes quanto ao surgimento do termo “neoliberalismo”: associaram-no ao resgate de princípios do liberalismo clássico, entre esses, determinado ideal de liberdade⁵⁹. Essa retomada e a consequente reformulação de aspectos do liberalismo ocorreu, em termos teóricos, décadas antes do esgotamento político de princípios econômicos baseados em proposições do economista britânico John Maynard Keynes (1883 – 1946). As principais características desses princípios constam no subcapítulo 1.2.

O neoliberalismo deve seus aspectos teóricos definidores à Sociedade Mont Pelerin, grupo fundado em 1947 e composto por trinta e seis pensadores, entre filósofos, historiadores e uma maioria de economistas. O objetivo fundamental de Mont Pelerin era reunir esses intelectuais para discutir o liberalismo ou, mais precisamente, “*the state and the possible fate of liberalism (in its classical sense) in thinking and practice*”⁶⁰.

Ao menos quatro desses trinta e seis indivíduos tornaram-se, no decorrer do século XX, grandes ícones do pensamento neoliberal. Eram eles, Ludwig Von Mises (1881 – 1973) e Milton Friedman (1912 – 2006), economistas, e o filósofo Karl Popper (1902 – 1994) que, como os demais, respondia ao chamado do também economista Friedrich August Hayek (1899 – 1992), para um encontro na cidade suíça que deu nome à sociedade. À exceção do estadunidense Friedman, esses homens eram liberais austríacos que deixaram o país de origem para lecionarem em universidades estrangeiras antes do *Anschluss*, em 1938, ou seja, da anexação da Áustria pela Alemanha nazista.

Evidentemente, o neoliberalismo não foi um resultado direto do esforço planejado e conscientemente previsto desses indivíduos. Foi, por outro lado, um ideário gestado a partir

⁵⁹ HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 5; ANDERSON, Perry. *Balanço... Op. cit.*

⁶⁰ “a situação e o possível destino do liberalismo (no seu sentido clássico) como pensamento e prática”. ABOUT MPS. Disponível em: <<http://www.montpelerin.org/mpsAbout.cfm>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

de concepções defendidas por incontáveis intelectuais de inúmeras áreas que, não raro, se justapostas, são até mesmo contraditórias. Portanto, embora fosse possível acrescentar outros intelectuais como referências da gênese teórica do neoliberalismo, esses quatro nomes não são destacados arbitrariamente. Além de serem notórios integrantes do grupo de Mont Pelerin, eles influenciaram diretamente palestrantes nacionais e estrangeiros do Fórum da Liberdade, que citavam esses intelectuais para legitimar seus argumentos. Um dos exemplos, nesse sentido, foi Donald Stewart Jr., fundador do IL do Rio de Janeiro, que esteve presente em três das seis primeiras edições do Fórum, evocando a Mises na palestra de 1989, para tratar das atribuições do Estado e do problema do mercado de trabalho informal e, em 1991, para referendar a suposta inevitabilidade do fracasso do socialismo (II FÓRUM, Fitas 04 e 05; IV FÓRUM, Fita 01).

Mises, o mais antigo dos quatro intelectuais destacados, foi um integrante da chamada Escola Austríaca de Economia. Essa corrente de pensamento, representada por economistas como Carl Menger, Leon Walras, William Jevons e, por fim, legada ao próprio Hayek, teve grande influência sobre economistas do século XX alinhados com o ideário neoliberal. Essa influência deu-se, inclusive, sobre economistas contemporâneos de renome como Israel Kirzner, James Buchanan e Douglas North, que foram palestrantes, respectivamente, na oitava (1995), na sexta (1993) e na décima-nona edição (2006) do Fórum da Liberdade⁶¹.

Há dez princípios centrais característicos do pensamento da Escola Austríaca, de acordo com o economista liberal Peter Boettke, ligado ao James M. Buchanan Center for Political Economy⁶². Fugiria à proposta deste capítulo discutir todos os princípios elencados por ele, devido à extensão e complexidade das formulações. Contudo, cabe destacar dois desses, que são facilmente relacionáveis a axiomas do neoliberalismo. Primeiro, a propriedade privada de produção como necessária à racionalidade econômica, uma vez que, segundo essa linha de interpretação, trata-se de singular incentivo à alocação eficiente de recursos escassos. E, segundo, e mais importante, que as “*social institutions*” (leis, ciência, dinheiro etc) são, via de regra, resultados da ação humana, mas não do planejamento humano. Isto é, na busca por melhorar a condição individual, os indivíduos formam o mercado e, nesse processo, são criados imprevistos positivos.

As implicações desse argumento, para Boettke, são muito importantes porque possibilitam uma dúvida severa a respeito da habilidade dos governos em intervir nos

⁶¹ BOETKKE, Peter J. *Austrian School of economics*. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/AustrianSchoolofEconomics.html>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

⁶² *Id.*

sistemas econômicos, isto é, de planejar com eficiência. Essa ideia é indispensável para o ideário neoliberal e basilar na obra de Mises e de outros, inclusive, é um dos fundamentos de “Ação Humana: um tratado de economia” (1949). Além dessa obra, Mises também escreveu “A Teoria do Dinheiro e do Crédito” (1912) e “Socialismo: uma análise econômica e sociológica” (1922), entre muitas outras. Ele foi um pioneiro na defesa do argumento de que o socialismo está fadado ao fracasso porque é impossível a obtenção de eficiência, em economias complexas, por meio do planejamento centralizado. Mises assumia como parâmetro a Rússia revolucionária e apresentou essa ideia, inicialmente, em um artigo de 1920⁶³.

O norte-americano Milton Friedman ficou conhecido como porta-voz da denominada Escola de Chicago. Apresentou um desafio à concepção keynesiana ao defender a impossibilidade da manutenção de baixos níveis de desemprego por meio da criação de demanda, através da ação estatal, somada à alta inflação. Conforme ele, esse caminho levaria a uma aceleração permanente do índice de inflação, o que também foi defendido por Hayek e outros. Entre os livros publicados por Friedman, estão “Capitalismo e Liberdade” (1966) e “Liberdade de escolha” (1980). As duas obras contêm argumentos em prol do livre-mercado e do dito “Estado mínimo”⁶⁴.

Karl Popper, também austríaco, não era um economista de formação como os outros três intelectuais mencionados. Era um filósofo que se tornou reconhecido por seu trabalho na área da filosofia da ciência e da crítica política e social. Tornou-se, ainda, uma referência central do anticomunismo por causa de sua obra, em especial, “A sociedade aberta e seus inimigos” (1945)⁶⁵.

Friedrich Hayek, que também pode ser considerado integrante da Escola Austríaca, produziu obras com posições bastante convergentes às de seu antigo professor, Mises. Entre as produções de destaque, no campo da economia política, figuram “O Caminho da Servidão” (1944) e “A Presunção Fatal” (1988), ambas voltadas à crítica ao socialismo. A primeira delas, escrita na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, desenvolve o argumento de que a consequência do planejamento e da intervenção estatal na economia, ainda que não desejada, direciona uma sociedade ao totalitarismo⁶⁶. Esse livro traz em si significados

⁶³ LUDWIG Von Mises (1881-1973). Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Mises.html>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

⁶⁴ MILTON Friedman (1912-2006). Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Friedman.html>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

⁶⁵ THORNTON, Stephen. *Karl Popper (Stanford Encyclopedia of Philosophy)*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/popper/>>. Acesso em 13 ago. 2011.

⁶⁶ HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1977.

representativos dos sentidos predominantes do conceito de liberdade durante a fase de maturação teórica do ideário neoliberal. Se relacionados às finalidades da Sociedade Mont Pelerin, esses sentidos explicitam de modo singular a instrumentalização do conceito de liberdade com o objetivo de legitimar um projeto de desenvolvimento específico. Logo, cabe analisá-los.

A Sociedade Mont Pelerin mantém uma página de Internet na qual defende a ideia de que os seus fundadores não pretendiam criar uma ortodoxia. Essa declaração consta na própria ata de fundação do grupo. Há também referências no mesmo documento à existência de opiniões divergentes dentro da Sociedade. Além disso, o que é mais importante: é nítido o apelo do grupo a um determinado ideal de liberdade com a intenção de legitimar suas ideias. Liberdade que, aliás, estava de acordo com as proposições que Hayek lançava, poucos anos antes, com “O Caminho da Servidão”. Abaixo estão transcritos os três parágrafos do documento que têm maior relevância para o problema de pesquisa proposto.

*The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the earth's surface the essential conditions of human dignity and **freedom** have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy. The position of the individual and the voluntary group are progressively undermined by extensions of arbitrary power. Even that most precious possession of Western Man, **freedom of thought and expression**, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own.*

*The group holds that these developments have been fostered by the growth of a view of history which denies all absolute moral standards and by the growth of theories which question the desirability of the rule of law. It holds further that they have been fostered by a decline of belief in private property and the competitive market; for without the diffused power and initiative associated with these institutions it is difficult to imagine a society in which **freedom** may be effectively preserved.*

[...]

*The group does not aspire to conduct propaganda. It seeks to establish no meticulous and hampering orthodoxy. It aligns itself with no particular party. Its object is solely, by facilitating the exchange of views among minds inspired by certain ideals and broad conceptions held in common, to contribute to the preservation and improvement of the **free** society.*

*Mont Pelerin (Vaud), Switzerland, April 8, 1947*⁶⁷.

⁶⁷ Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em vastos territórios da superfície terrestre, as condições essenciais de dignidade humana e de liberdade já desapareceram. Em outros, estão sob constante ameaça pelo desenvolvimento de tendências políticas atuais. A posição do indivíduo e do grupo voluntário está constantemente minada por extensões de poder arbitrário. Até mesmo a mais preciosa posse do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de expressão, é ameaçada pela disseminação de credos que, clamando o privilégio da tolerância quando em posição de minoridade, procuram apenas estabelecer uma posição de poder por onde possam suprimir e obliterar todas as visões exceto a deles.

O grupo que mantém essas conquistas foi atingido pelo crescimento de uma visão de história que nega todos os padrões morais absolutos e pelo crescimento de teorias que questionam a primazia da lei. Além disso, foram atingidos pelo declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; sem o poder e a iniciativa difundidos associados a essas instituições é difícil de imaginar uma sociedade onde a liberdade pode ser efetivamente preservada.[...]

O grupo não aspira à condução de propaganda. Ele não procura estabelecer uma ortodoxia meticulosa e embaraçosa. Ele não se alinha com nenhum partido em particular. Seu objetivo é apenas, por meio da facilitação

A união dos membros baseada no temor ao que consideravam sérias ameaças, especialmente contra a liberdade, tal qual declarava a ata de fundação, ainda se faz presente nas declarações do grupo. No sítio oficial, consta que os membros de Mont Pelerin, nos anos 2000: “*see danger in the expansion of government, not least in state welfare, in the power of trade unions and business monopoly, and in the continuing threat and reality of inflation*”⁶⁸. Os “perigos” na perspectiva deles, não são exatamente os mesmos dos anos 1940, principalmente, por causa do fim da União Soviética, mas a “expansão do governo” mantém-se como ameaça prioritária.

Observa-se, no documento fundador da Sociedade Mont Pelerin, além da constante referência à liberdade, um caráter de movimento – ou, mais precisamente, de contra movimento – baseado em uma série de proposições posteriormente designadas como neoliberais. A defesa da liberdade foi proposta no texto em oposição a ideias que, de acordo com o manifesto, disseminavam-se ameaçadoramente pelo mundo ocidental. O manifesto referiu-se a possíveis consequências dos princípios que norteavam as tarefas regulatórias do Estado de orientação keynesiana e àquelas predominantes em locais onde “as condições essenciais de dignidade humana e liberdade desapareceram”: o leste comunista. E esse aspecto de contra movimento é possivelmente o mais importante para se compreender o que é o neoliberalismo e isso não se evidencia exclusivamente nesse documento.

A obra de Hayek, “O Caminho da Servidão”, foi publicada três anos antes do manifesto de Mont Pelerin, isto é, pouco tempo depois da capitulação alemã e um ano antes da vitória eleitoral do *Labour Party* (Partido Trabalhista) britânico⁶⁹. Foi uma obra dedicada por Hayek aos “socialistas, de todos os partidos”, provocativamente. Em tom de alerta, antecipava os perigos enunciados pelo manifesto de Mont Pelerin. E, como dito, ousava ainda afirmar que, mesmo bem intencionados, os defensores da intervenção estatal na economia encaminhavam a sociedade, perigosamente, em direção ao totalitarismo.

Em 1975, o livro recebeu um novo prólogo. Esse acréscimo foi incluído em uma edição estadunidense na qual Hayek expôs concisamente algumas intenções envolvidas na escrita do texto:

da troca de visões entre mentes inspiradas por certos ideais e concepções amplas em comum, contribuir para a preservação e melhoria da sociedade livre. STATE of Aims. Disponível em: <<http://www.montpelerin.org/mpsGoals.cfm>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

⁶⁸ “eles veem perigo na expansão do governo, não apenas no estado de bem estar, no poder dos sindicatos e em monopólios de negócios, e na constante ameaça e realidade da inflação”. THE MONT PELERIN Society. Disponível em: <<http://www.montpelerin.org/>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

⁶⁹ MORAIS, Reginaldo C. Correa de. *Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa*. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/libneolibcompa.html>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

Já antes da guerra [Segunda Guerra Mundial] expus, num breve ensaio, o que se tornou o tema central deste livro. Mas após a eclosão da guerra, senti que essa concepção distorcida, e tão generalizada, sobre os sistemas políticos de nossos inimigos, e logo depois também de nosso novo aliado, a Rússia, constituía perigo sério, que deveria ser enfrentado com esforço mais sistemático. E já era bem evidente que após a guerra a própria Inglaterra provavelmente experimentaria a mesma orientação política que, como eu estava convencido, contribuiria enormemente para destruir a liberdade em outros países.

Assim, este livro tomou gradualmente o aspecto de uma advertência à *intelligentsia* socialista inglesa⁷⁰.

Ainda que escrito em uma diferente conjuntura, décadas após o lançamento do livro, o prefácio do autor à sua própria obra mais notória reiterou o que se pode também inferir da ata de fundação da Sociedade Mont Pelerin: as formulações futuramente designadas como neoliberais foram cunhadas com o intuito claro de combate às funções regulatórias e sociais do Estado, defendidas, é claro, também pelos socialistas. Evidentemente, a descrição de Hayek sobre quem eram seus alvos enquadrava também o *Labour Party*, comprometido à época com o pleno emprego e constituído como a “ameaça” eleitoral mais consistente de então. Entretanto, Hayek tentou esclarecer que não acusava os adversários de serem, de fato, totalitários:

Talvez eu deva também recordar ao leitor que nunca acusei os partidos socialistas de visarem deliberadamente um regime totalitário, e que sequer suspeitei que os líderes dos velhos movimentos socialistas jamais mostrassem tais inclinações. O que eu disse neste livro, e o que a experiência inglesa me vem tornando cada vez mais evidente, é que as conseqüências imprevistas mas inevitáveis do planejamento socialista criam um estado de coisas em que, persistindo a mesma orientação, as forças totalitárias acabarão dominando⁷¹.

Naquele momento dos anos 1940, os intelectuais de Mont Pelerin, entre eles Hayek, denominavam-se apenas de “liberais” por causa do apelo à liberdade individual que ia aparentemente ao encontro dos preceitos fundamentais do liberalismo clássico. A palavra “neoliberal” foi atribuída posteriormente ao grupo de Mont Pelerin. Contudo, a posteridade da atribuição desse termo é quase irrelevante para a definição do conceito de neoliberalismo, pois no momento histórico de concretização das propostas chamadas de neoliberais, foram esses os principais pensadores, e não outros, os evocados para legitimá-las, como demonstrou o próprio Fórum da Liberdade.

No mesmo ano em que Hayek publicava “O Caminho da Servidão”, o também austríaco Karl Polanyi opunha-se àquela concepção de liberdade. Ele argumentou, em “A

⁷⁰ HAYEK, Friedrich A. Prólogo da edição norte-americana de 1975. In: _____. *O caminho da servidão*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1977, p. XVIII.

⁷¹ *Ibid.*, p. XXIX.

Grande Transformação” (1944), que a sociedade de mercado produziu liberdades que deveriam ser estendidas a todos, como o livre pensamento, a livre expressão, a liberdade na escolha do próprio emprego etc. Qualidades reconhecidas e inestimáveis para Hayek e para todo o grupo de Mont Pelerin.

Entretanto, conforme Polanyi, essa mesma civilização também produziu a liberdade de exploração do homem pelo homem, liberdade de obter grandes lucros sem prestar um serviço significativo para a comunidade, liberdade de manter inovações tecnológicas sem serem usadas em benefício público, entre outras. A mudança para um novo tempo de liberdade sem precedentes, justa e livre, era impedida, de acordo com Polanyi, por uma “utopia liberal” que atacava o controle ou o planejamento econômico estatal como a **negação da liberdade**⁷². De fato, foi essa marca distintiva que embasou o surgimento de uma nova concepção histórica de liberdade.

Portanto, a distinção entre o neoliberalismo e o liberalismo clássico, é o fato de que o neoliberalismo é um processo histórico singular, gestado no capitalismo do século XX. O conceito de liberalismo, adjetivado ou não, é extremamente polissêmico, não cabendo explorá-lo aqui. Todavia, é importante observar que se trata de um conceito que, independente das ênfases semânticas adotadas, está historicamente ligado ao advento do capitalismo, aos direitos civis e políticos e às chamadas democracias modernas. No âmbito econômico, o liberalismo buscou romper os entraves impostos pelo mercantilismo ao desenvolvimento das forças produtivas.

O neoliberalismo, por outro lado, foi um ideário formulado mais de um século após o surgimento de ideias econômicas ou políticas associadas ao liberalismo. Nas pertinentes palavras de Perry Anderson, foi “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”⁷³. Um tipo de Estado que estava em construção na Europa e nos Estados Unidos no período de desenvolvimento das ideias neoliberais, quando o *mainstream* era constituído sob a primazia de Keynes, mantendo as ideias de Hayek e Mises em segundo plano. Isso mudou a partir da década de 1970, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação”⁷⁴.

⁷² HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 36.

⁷³ ANDERSON, Perry. *Op. cit.*, p. 9.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 10.

1.2 NEOLIBERALISMO COMO ORTODOXIA POLÍTICA

A garantia de eficiência do sistema capitalista estava ameaçada pela recessão dos anos 1970, o que possibilitou que determinados pressupostos políticos, mantidos pelos Estados nacionais, fossem questionados. As diretrizes gerais de desenvolvimento no mundo capitalista avançado, até aquele momento, eram dadas pelo “consenso” ou “compromisso keynesiano”. O também chamado keynesianismo foi incorporado por governos europeus e estadunidenses a partir da década de 1930 como uma resposta estatal à “falha” do liberalismo, que resultou na Grande Depressão dos anos 1930, e que teve como uma de suas consequências a crise das democracias liberais do período entre as duas guerras mundiais. No entanto, as consequências dessa crise projetaram-se para além da primeira metade do século XX.

De acordo com Eric Hobsbawm, “a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século”⁷⁵. A imagem do historiador britânico pode ser exagerada, mas a crise dos anos 1930 abriu, de fato, os precedentes necessários para que o Estado privilegiasse as políticas públicas em detrimento de determinadas liberdades econômicas em um contexto no qual pairavam ameaças de radicalização política à esquerda, principalmente através dos Partidos Comunistas e, à direita, por meio do fascismo e, principalmente, do nazismo.

Apesar do comunismo e do fascismo fazerem oposição política às democracias liberais da Europa, em especial, da França e da Inglaterra, não eram meros polos políticos opostos e equidistantes de um modelo de suposta neutralidade democrática. A política de não intervenção na Guerra Civil Espanhola e a tentativa de apaziguamento diante da expansão do nazismo demonstraram que a manutenção das classes dominantes, nas democracias liberais, era colocada acima da necessidade de combater a extrema direita, ainda que essa estivesse fundamentada em uma ideologia da destruição. Por isso, é importante entender o keynesianismo também como uma solução para neutralizar, ou ao menos atenuar, o conflito social interno desses países. Afinal, foi a crise econômica o principal fator que possibilitou, à esquerda, a disseminação e o crescimento dos Partidos Comunistas e, à direita, a ascensão do anticomunismo radical via fascismo. Em última instância, o “consenso keynesiano” era uma

⁷⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 99.

maneira de proporcionar condições materiais e serviços que ajudassem a afastar as classes trabalhadoras da radicalização política e, principalmente, do comunismo.

Os defensores desse modelo de desenvolvimento econômico propunham que “a demanda a ser gerada pela renda dos trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão”⁷⁶. Iniciou-se, depois de 1929, a partir do New Deal estadunidense, a construção do Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, consolidado somente após a Segunda Guerra nos EUA e na Europa ocidental. Dessa maneira, as atribuições econômicas e sociais dos Estados foram estruturadas para impedir o retorno a uma crise semelhante a dos anos 1930. Institucionalizava-se aquilo que, décadas depois, foi amplamente taxado de “intervencionismo” estatal.

O tipo de Estado “intervencionista”, como dito, estava em construção na Europa e nos Estados Unidos no período de desenvolvimento das proposições neoliberais, praticamente restritas ao plano teórico até a década de 1970, quando se estabeleceu um processo de “estagflação” no mundo capitalista. Nesse sentido, o neoliberalismo pode ser interpretado também (mas não apenas) como uma resposta a necessidades do capitalismo do século XX e que se tornou, momentaneamente, uma saída vitoriosa na esfera política.

A partir de fins dos anos 1960, começou a desaceleração do crescimento econômico no centro capitalista⁷⁷. No entanto, somente a partir do ano de 1973 que o sistema entrou em grave crise. A decisão da OPEP de elevar os preços do barril de petróleo, matéria-prima energética fundamental, agravou os efeitos⁷⁸. Entretanto, essa não foi uma das causas da crise que afetava o capitalismo mundial, pois estas residiam em contradições mais profundas.

De acordo com o historiador Marc Nouschi, a crise da década de 1970 não se explica apenas por três imprevistos econômicos simultâneos, entre eles o aumento do petróleo:

la depresión contemporánea no se reduce a tres accidentes exógenos (crisis petrolíferas + crisis dólar + crisis comercial nacida de la irrupción de nuevos competidores comerciales, los NPIA, nuevos países industrializados asiáticos). Al ser básicamente industrial, mina los cimientos de los “años gloriosos”. Al estar amortiguada por la inflación, no estalla hasta el “golpe de Estado

⁷⁶ *Ibid.*, p. 100.

⁷⁷ SANTOS, Theotônio dos. *Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Idéias& Letras, 2004, p. 162.

⁷⁸ “Fundada el 15 de septiembre de 1960 en Bagdad, por iniciativa de los cinco grandes exportadores de petróleo, Venezuela, Irán, Irak Arabia Saudí y Kuwait [...]. ‘El objetivo principal de la Organización es la coordinación y la unificación de las políticas petrolíferas de los países miembros y la determinación de los mejores medios de salvaguardar sus intereses [...]’”. NOUSCHI, Marc. *Historia del siglo XX: Todos los mundos, el mundo*. Madrid: Cátedra, 1996, p. 363.

petrolífero” decidido por la OPAEP. Al ser paradójica, desestabiliza a los teóricos y a los gobiernos⁷⁹.

É essa conjuntura que marca o fim dos “anos gloriosos” do capitalismo do pós-guerra, caracterizada pelo esgotamento de fatores que não poderiam repetir-se, pois eram próprios das duas primeiras décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra:

la reconstrucción tras una guerra mundial, la competición tecnológica entre los dos Grandes [EUA e União Soviética] y sus aliados, la fuerte demanda del consumo privado apoyada en el pleno empleo, el baby boom y las rentas de transferencia, la generalización del fordismo al conjunto del sistema productivo⁸⁰.

O caráter paradoxal da crise, a qual se referiu Nouschi, residia nas características sem precedentes dela. Segundo o historiador, não houve quedas da produção na crise iniciada em 1970 que se estendeu para a década seguinte, mas houve a manutenção de um fraco crescimento de cerca de 2% no mundo ocidental durante o período; não houve uma contração do comércio mundial; não houve uma relação direta entre a economia financeira e a economia “real”; e, por fim, essa depressão não foi acompanhada por crises políticas de grande magnitude⁸¹. Apesar de essa última característica ser discutível, por causa da dificuldade em precisar a “grande magnitude” citada, todos esses fatores contrariavam as experiências que antecederam a década de 1970. O único aspecto da depressão dos anos 1970 e 80 com precedentes foram as elevadas taxas de desemprego, que ameaçaram as bases da ordem social de forma sem precedentes⁸².

A ascensão das taxas de desemprego ao longo das últimas décadas está relacionada a uma dinâmica própria do capitalismo do mesmo período. Os saltos tecnológicos obtidos aumentaram a produtividade à medida que dispensaram trabalhadores que não mais eram necessários. Os postos de trabalho foram substituídos por computadores, robôs e outras formas de tecnologia que reduziram a necessidade de mão de obra em relação à escala anterior. Essa dinâmica evidenciou que “o processo de adaptação de mão-de-obra às novas tecnologias, considerado em termos globais, é uma meta impossível de cumprir para o sistema capitalista”⁸³.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 367.

⁸⁰ *Id.*

⁸¹ *Ibid.*, p. 368 – 370.

⁸² *Ibid.*, p. 370.

⁸³ SANTOS, Theotônio dos. *Op. cit.*, p. 118.

O combate à inflação na década de 1970, eleita como grande vilã econômica, foi impulsionado pela ação política dos “Sete Grandes” (EUA, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Japão) e permitiu “iniciar uma coordenação entre os principais centros financeiros e entre as políticas econômicas dos governos dos países capitalistas centrais”⁸⁴. Criou-se a possibilidade do surgimento do Grupo dos Sete, que teve como um de seus objetivos “derrotar o avanço das forças populares, definidas como a aliança entre os países socialistas e o movimento nacional democrático internacional. Esta ameaça se concretizava no Movimento dos Não-Alinhados”⁸⁵. Em 1975, surgiu por iniciativa da França, um acordo entre os Sete para criação de uma estrutura que tomou para si a tarefa de determinar os destinos da economia capitalista mundial. Entretanto, o G7 não se mostrou satisfatório para intermediar as disputas de interesses. Para o economista Theotônio dos Santos,

Ronald Reagan e Mme. Thatcher colocaram na ordem do dia um princípio ordenador: a liderança dos Estados Unidos mesmo que isto significasse uma divisão de trabalho nova na economia mundial. Esta nova liderança exigiu um maior grau de desregulamentação em alguns setores da economia para permitir que a disputa econômica se resolvesse no mercado. Não no sentido do livre mercado e sim no sentido de facilitar a quebra das empresas menos eficientes e consolidar as empresas mais poderosas em suas posições monopólicas⁸⁶.

Evidentemente, esses monopólios atuaram na política representando os interesses das elites econômicas mundiais interessadas na manutenção de seus lucros.

Cabe ainda destacar, como contraponto às interpretações de Marc Nouschi e Theotônio dos Santos, a visão da crise capitalista dos anos 1970, elaborada pelo filósofo István Meszáros. Ele afirma que o problema daquela década não apenas mantém-se e é insuperável, mas também que não se trata de mais uma crise cíclica do capitalismo. Trata-se de uma crise estrutural, na qual a humanidade está sentindo apenas os efeitos iniciais da aproximação dos limites absolutos de reprodução do capital. A crise iniciada em fins dos anos 1960 estende-se até os dias de hoje e é impulsionada pelo acirramento das contradições entre as necessidades reprodutivas do capital e as necessidades produtivas sociais, iniciando uma etapa de prevalência dos efeitos destrutivos do primeiro. Se houve no passado uma relação “simbiótica” entre o Estado e o avanço histórico do capital, após a Segunda Guerra houve a predominância, por razões políticas, de princípios econômicos que limitaram a expansão desenfreada do capital em detrimento do trabalho no Primeiro Mundo.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 164.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 159.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 109.

Lógica semelhante é válida para as relações do capital com as aspirações humanas de emancipação, características históricas da ascensão da ordem burguesa(-iluminista), que se tornaram sistematicamente desacreditadas. E, também, para o domínio sobre a natureza, transformado em devastação da mesma. E, ainda, para o crescimento da força de trabalho, outrora impulsionada pelo capital em direção à obtenção de melhorias na qualidade de vida e que tem sofrido constante e violento processo de precarização⁸⁷.

Contudo, o que é indiscutível a respeito desse momento da história do capitalismo é o surgimento de empecilhos específicos para a contínua reprodução do capital na segunda metade do século XX. E na disputa pela solução desse problema, já em fins da década de 1960, confrontaram-se duas vertentes econômicas com argumentos opostos. De um lado, os keynesianos argumentavam que era necessária a criação de demanda na sociedade por parte do Estado, pois essa era a causa da expansão econômica do passado e, portanto, seria a melhor forma de lidar com a crise dentro dos marcos do capitalismo. De outro lado, “os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro [do capitalismo] impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico [...] aumentassem”⁸⁸. Hayek e Friedman eram dois exemplos de economistas que referendavam essa afirmação.

A “virada neoliberal” é o momento de passagem do neoliberalismo de um ideário composto por uma multiplicidade de propostas para “*a new economic orthodoxy regulating public policy at the state level in the advanced capitalist world*”⁸⁹. Essa virada ocorreu em 1979, com a eleição da primeira-ministra Margaret “Iron Lady” Thatcher, na Inglaterra; e, nos EUA, com alterações de políticas monetárias lideradas por Paul Volcker do *US Federal Reserve Bank* (espécie de banco central estadunidense). As ideias neoliberais saíam da teoria e concretizavam-se em práticas políticas assumindo formas específicas de diagnóstico dos problemas econômicos dos países. Formava-se uma nova forma de pensar o Estado e a sociedade, diagnosticando o presente e projetando um futuro restrito, pautado por liberdades historicamente peculiares.

Essa restrição na capacidade de projeção de um desenvolvimento baseado em liberdades divergentes foi um dos efeitos do avanço do neoliberalismo, evidenciado por comentários de convidados do Fórum. Um exemplo foi o diagnóstico do economista Edmar Bacha acerca do debate entre economistas “liberais” e “social-democratas”:

⁸⁷ MÉSZÁROS, István. *Op. cit.*, p. 216 – 344.

⁸⁸ HOBBSBAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 399.

⁸⁹ “uma nova ortodoxia econômica regulando políticas públicas estatais no mundo capitalista avançado”. HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 22.

A nível internacional, nós verificamos a mesma temática, o clima de discussão que havia no início da era thatcherista e da era do *Reagonomics*, a separação enorme que havia entre campos de economistas nos Estados Unidos, também hoje em dia se nota uma progressiva aproximação. As controvérsias hoje são muito mais amenas a nível internacional do que ocorria há dez, quinze anos atrás (IV FÓRUM, Fita 03 Paineil II).

De fato, o período da política econômica de Reagan, a *Reagonomics*, é tida como “*el final del New Deal como conjunto dominante de políticas públicas*”, no qual três processos simultâneos ocorreram: a redução drástica da tributação conjugada com a quase eliminação do “princípio de progressividade” (1), o que levou à concentração de propriedade e renda (2) e, conseqüentemente, à afirmação de uma “liberdade” negativa (3)⁹⁰. Isso porque a sustentação das políticas de Reagan se baseou na ideia de que o governo federal não poderia interferir para influir na redistribuição da propriedade ou determinar maior progressividade nos impostos, o que era entendido como um ataque às liberdades individuais.

O caso chileno foi considerado “exemplo” mundial e, em decorrência disso, também foi eleito paradigma para a América Latina, conforme demonstrou também o Fórum da Liberdade, especialmente, a partir da terceira edição (1990). Nesse ano, o encontro de Porto Alegre buscou inspiração nos “exemplos” latino-americanos e esteve presente, até mesmo, um ex-ministro de Pinochet, Hernan Büchi⁹¹.

No Chile houve a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo”⁹², pois, cronologicamente, antecedeu os processos inglês e estadunidense. A “neoliberalização” chilena, na precisa síntese de Harvey: “*was as simple as it was swift, brutal, and sure: a military coup backed by the traditional upper classes (as well as by the US government), followed by the fierce repression of all solidarities created within the labour and urban social movements*”⁹³. Sob a orientação das diretrizes dos “chicago boys”, economistas do círculo de Milton Friedman, foi posto em prática um plano econômico que reverteu as medidas tomadas pelo governo socialista de Salvador Allende, o presidente democraticamente eleito que, ao

⁹⁰ FONER, Eric. *Op. cit.*, p. 500.

⁹¹ Büchi falou daquilo que considerava como um feito de sucesso quando ministro: o controle da inflação. E criticou o presidente chileno Patricio Aylwin (1990 – 1994), quem derrotou o ex-ministro de Pinochet nas primeiras eleições livres no país desde o golpe de 1973. Sob o título “Büchi dá a receita de seu plano para o Chile”, uma reportagem de ZH traduziu excerto representativo da fala do candidato: “É impossível manter uma inflação baixa [...] com mudanças radicais como as que estão sendo feitas pelo atual governo, que deu um aumento de 40% nos salários e aumentou consideravelmente os impostos. É uma receita antiga que traz benefícios a curto prazo e prejuízos a longo, com o retorno da inflação”. Cf. *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 mai. 1990, p. 28.

⁹² ANDERSON, Perry. *Op. cit.*, p. 19.

⁹³ “foi simples, assim como rápido, brutal, e certo: um golpe militar apoiado pelas tradicionais classes altas (bem como pelo governo dos EUA), seguida de uma feroz repressão contra todas as solidariedades criadas com os trabalhadores e com os movimentos sociais urbanos”. HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 39.

proclamar a “via chilena para o socialismo”, sofreu como consequência um golpe perpetrado por parte das Forças Armadas aliadas às elites econômicas. O episódio custou-lhe a vida, dentro do Palacio de La Moneda, em um dos momentos mais marcantes da história americana recente.

Apesar do Chile de Pinochet, o amplo avanço do neoliberalismo no continente americano somente aconteceu no final dos anos 1980, ou seja, por volta de uma década após o referido “*turn*” mundial. Quatro posses presidenciais são indicadas como marcos: de Salinas de Gortari, no México (1988); de Carlos Menem, na Argentina (1989); de Carlos Andrés Pérez, na Venezuela (1989); e de Alberto Fujimori, no Peru (1990)⁹⁴. É possível acrescentar, também, Fernando Collor de Mello (1990) e Fernando Henrique Cardoso (1995), no Brasil. A reestruturação econômica na América Latina, a partir desse período, foi acelerada e composta, em síntese, por dois tipos de iniciativas: “*macroeconomic stabilization (fiscal balance and deflation) and structural adjustment (trade liberalization, market deregulation, privatization of state enterprises, and downsizing/modernization of the state)*”⁹⁵.

A partir de 1989, os “programas de estabilização macroeconômica” e de “ajuste estrutural” na América Latina puderam apoiar-se no Consenso de Washington: um conjunto de dez regras que sintetizaram os resultados de um encontro, em 1989, entre economistas, funcionários do FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e governo estadunidense, reunidos pelo *Institute for International Economics*. As conclusões do consenso produziram os dez pontos enumerados abaixo:

1. *Fiscal discipline*
2. *A redirection of public expenditure priorities toward fields offering both high economic returns and the potential to improve income distribution, such as primary health care, primary education, and infrastructure*
3. *Tax reform (to lower marginal rates and broaden the tax base)*
4. *Interest rate liberalization*
5. *A competitive exchange rate*
6. *Trade liberalization*
7. *Liberalization of inflows of foreign direct investment*
8. *Privatization*
9. *Deregulation (to abolish barriers to entry and exit)*
10. *Secure property rights*⁹⁶

⁹⁴ ANDERSON, Perry. *Op. cit.*, p. 20.

⁹⁵ “estabilização macroneconômica (equilíbrio fiscal e deflação) e ajuste estrutural (liberalização do comércio, desregulação do mercado, privatização de empresas estatais e diminuição/modernização do Estado)”. PETRAS, James *et al. Op. cit.*, p. 16.

⁹⁶ “1. Disciplina fiscal; 2. Um redirecionamento das prioridades de gasto público para campos que oferecem alto retorno econômico e o potencial para promover distribuição de ingressos, como plano de saúde básico, educação primária e infraestrutura; 3. Reformatributária (para diminuir as taxas marginais e alargar a base de tributação); 4. Liberalização de taxa de juro; 5. Uma taxa de câmbio competitiva; 6. Liberalização do comércio; 7.

Observa-se que, entre as conclusões de dez pontos do Consenso, figuram o fim do déficit público, liberalização financeira, liberalização do comércio exterior, “flexibilização” das leis trabalhistas, entre outros. Esses “ajustes” e “reestruturações”, aplicados em maior ou menor medida, causaram profundos impactos sociais nos países americanos. Houve grande redução no poder de compra e nos salários da população, aumento na disparidade das rendas familiares, aumento do número de lares na pobreza e deterioração dos padrões de vida da população em geral⁹⁷.

No Brasil, o IEE e o Fórum da Liberdade, entre outras instituições e iniciativas do empresariado, como a rede de Institutos Liberais, procuraram divulgar esses “ajustes” e “reestruturações” entre grupos da sociedade por eles considerados estratégicos desde os anos 1980. O governo Collor (1990 – 1992), do inexpressivo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), procurou efetivá-los e foi interrompido por um escândalo de corrupção e o consequente processo de *impeachment*. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), eleito pelo PSDB, prosseguiu realizando a estabilização e os ajustes neoliberais e consolidou-os.

Em síntese, tratar de neoliberalismo significa tratar de um processo histórico originado a partir de formulações teóricas que não eram predominantes no *mainstream* econômico até a década de 1970 e, a partir de então, tornaram-se paulatinamente experiências políticas efetivadas pela ação de governos. É imprescindível tratar como complementares as definições propostas por David Harvey e Perry Anderson.

Conforme o primeiro, a “neoliberalização” pode ser entendida de duas formas, que também não se excluem, como dito na introdução desse texto: “*as a utopian project to realize a theoretical design for the reorganization of international capitalism or as political project to re-establish the conditions for capital accumulation and to restore power of economic elites*”⁹⁸. Portanto, o neoliberalismo é um projeto de reorganização do capitalismo do pós-guerra. É utópico porque nega as contradições insolúveis desse sistema e político porque responde a necessidades econômicas de grupos específicos que precisam de governos para efetivá-las, atribuindo, assim, um novo papel histórico aos Estados nacionais.

Liberalização de ingressos de investimento direto estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulamentação (para abolir barreiras de entrada e saída); 10. Assegurar direitos de propriedade”. WASHINGTON Consensus. Disponível em: < <http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

⁹⁷ PETRAS, James *et al.* *Op. cit.*, p. 19.

⁹⁸ “como um projeto utópico para conceber um desenvolvimento teórico para a reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político para reestabelecer as condições para acumulação de capital e para restauração do poder das elites econômicas”. HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 19.

No caso do Brasil e em tantos outros países “em desenvolvimento”, conforme o léxico predominante nos anos 70, o neoliberalismo voltou-se não contra um “*Welfare State*”, pois isso não existiu na América Latina, mas contra um Estado que cumpriu uma função análoga ao garantir “direitos sociais” à parcela da população até então excluída dos processos de formações nacionais. Trata-se do Estado populista, erigido sobre a ordem oligárquica em declínio. Diferentemente dos países do norte, em países como o Brasil, os “direitos sociais” foram obtidos antes dos “direitos civis” e dos “direitos políticos”, o que se torna, por si só, um obstáculo à consolidação da cidadania⁹⁹. Mas esse entrave foi ainda potencializado pelo solapamento dos próprios “direitos sociais”, que estavam longe da consolidação com a passagem do neoliberalismo a uma experiência concretizada por meio de políticas de governos.

Foi durante o início do aprofundamento desse processo na América Latina, no mesmo ano em que Salinas de Gortari assumiu a presidência no México, que o primeiro Fórum da Liberdade de Porto Alegre foi realizado (1988). Essa simultaneidade não ocorreu por um acaso. A iniciativa do Fórum foi historicamente possibilitada, por um lado, pela ascensão mundial do neoliberalismo, discutida neste capítulo, e que foi ainda impulsionada pelo declínio do socialismo no leste europeu. E, por outro, pelo processo de redemocratização conservadora do Brasil nos anos 1980. Esse momento de “virada” neoliberal na América Latina coincidiu com transições políticas que somadas ao ideário que ganhava força na América, impulsionaram empresários brasileiros a mudarem o padrão de atuação política¹⁰⁰.

Formalmente encerrado o período de ditadura civil-militar que iniciou em 1964, os atores políticos buscaram meios mais condizentes ao novo momento republicano que surgia. Essa foi a convergência histórica mencionada que possibilitou uma iniciativa como o Fórum da Liberdade.

⁹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

¹⁰⁰ Parte dos convidados estrangeiros do Fórum da Liberdade de 1990 eram candidatos a eleições presidenciais mais identificados com o liberalismo, em seus respectivos países, do que os seus adversários vencedores dos pleitos. Reportagem de ZH nomeou os derrotados: “os principais representantes latino-americanos no Fórum da Liberdade são perdedores de eleições. Bucchi disputou a presidência do Chile com Patricio Aylwin; Alsogaray estava entre os derrotados por Carlos Menem na Argentina e; e Batlle perdeu para Luis Alberto Lacalle, no Uruguai”. Cf. *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 mai. 1990, p. 31.

Entretanto, a conjuntura política de fins do século XX influenciou de maneira determinante as supostas alternativas em direção às reformas neoliberais, mesmo em casos nos quais os governos eleitos não se declaravam liberais. Esse processo embasou fortemente o conceito de “pensamento único”, divulgado pelo sociólogo Ignacio Ramonet, entre outros. Ver, por exemplo: RAMONET, Ignacio. *O pensamento único e os novos senhores do mundo*. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/pensamentounico_ramonet.htm>. Acesso em: 29 set. 2011.

Consequentemente surgiram também mobilizações contrárias a essa ideia de que não há alternativa, como demonstrou o ecumênico Fórum Social Mundial e o seu lema do “outro mundo é possível”.

1.3 NEOLIBERALISMO COMO AÇÃO EMPRESARIAL

Encerrada a análise do neoliberalismo como teoria utópica e como ortodoxia política de alcances mundiais, é preciso restringir a análise a mudanças na atuação política pela qual passou uma fração da elite, no Brasil, influenciada pelo neoliberalismo. O objetivo é demonstrar de que maneira o IEE e o Fórum da Liberdade partilharam desse processo. O instituto, bem como sua principal frente de ação, o Fórum da Liberdade, foram, em parte, consequências da penetração do ideário neoliberal e da divulgação de exemplos de aplicações práticas dessas ideias. Ainda que de maneira limitada, foram também agentes divulgadores do neoliberalismo, enfatizando uma nova configuração semântica para o conceito de liberdade.

A oportunidade para o surgimento de novas formas de atuação política do empresariado no país teve uma motivação econômica pragmática central. Os empresários estavam motivados e adquirindo relativa coesão por meio da oposição ao modelo econômico de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), considerado “esgotado”, como expressou de maneira contundente o economista Amaury Temporal, no primeiro Fórum, reiterando o que outro palestrante havia dito: “[...] o Brasil cresceu a taxas importantes nas décadas de 50, 60 e 70 e baseado num princípio, numa ideia de substituição de importações. Este modelo está esgotado, está morto, está acabado, está enterrado, como disse o senador Roberto Campos” (I FÓRUM, Fita 02). Esse modelo pode ser definido como

the emblematic economic policy in Latin America between 1930 and 1980. ISI is an economic strategy based on the sequenced expansion of manufacturing industry, with the objective of replacing imports. The internalization of manufacturing typically begins with the production of non-durable consumer goods (processed foods, beverages, tobacco products, cotton textiles, and so on). It later deepens to include durable consumer goods (especially household appliances and automobile assembly), simple chemical and pharmaceutical products (e.g. oil refining and certain pharmaceutical products) and non-metallic minerals (especially cement). In the large countries, ISI can reach a further stage, including the production of steel, capital goods (such as industrial machinery and electric motors) and even technologically complex goods (electronic equipment, shipbuilding and aircraft design and assembly).

This economic strategy was associated with a specific type of property relations – capital goods was undertaken by domestic capital, while durable consumer goods were produced by transnational companies (TNCs). Infrastructure and basic goods (steel, electricity, telecommunications, water and sanitation, oil extraction and refining, air, road, rail and port links, and so on) were normally provided by state-owned enterprises (SOEs). Finally, state-owned

*banks played an important role in the provision of credit, especially for industrial development and economic diversification*¹⁰¹.

Em outras palavras, a busca por um modelo de desenvolvimento pautava-se não mais pelo protagonismo do Estado, mas pela redefinição de suas atribuições, o que se buscou legitimar a partir de interpretações arbitrárias acerca das transformações políticas pelas quais o Brasil e o mundo passavam na transição da década de 1980 para 1990. Essas alterações na concepção de Estado foram consequência direta da divulgação do ideário neoliberal, que reivindicou uma visão de liberdade que se contrapôs à atuação estatal em âmbitos que, até aquele momento, eram tidos não apenas como profícuos, mas necessários.

Os exemplos de iniciativas inseridas na lógica de valorização do empreendimento estatal, no Brasil, abundam. É possível destacar os investimentos nas indústrias de base, como a siderurgia, ambição que se expressou de modo exemplar na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 1941. Esses grandes empreendimentos estatais e seus dirigentes, como Guilherme Guinle, primeiro presidente da CSN, foram taxados de anacrônicos sob a hegemonia das concepções neoliberais. Portanto, se em determinado período da história brasileira houve um relativo consenso no que diz respeito à atuação estatal por meio de empresas, a década de 1980 foi uma ruptura nesse sentido.

Durante a abertura do primeiro debate do Fórum, um dos diretores do IEE, Carlos Biedermann, presidente do instituto na gestão seguinte (1988 – 1989), exemplificou por meio de sua fala essa ruptura:

Não há mais tempo para reflexão. O Instituto de Estudos Empresariais está firmemente engajado na participação como instrumento adequado para a formação de seus membros como veiculadores

¹⁰¹ “a política econômica emblemática da América Latina entre 1930 e 1980. ISI é uma estratégia econômica baseada em uma sequência de expansão industrial, com o objetivo de substituir importações. A internalização da produção inicia, geralmente, com o fabrico de bens de consumo não duráveis (comida processada, bebidas, produtos de tabaco, tecidos de algodão e outros). Posteriormente, aprofunda-se para incluir bens de consumo duráveis (especialmente, eletrodomésticos e peças de automóveis), químicos simples e produtos farmacêuticos (por exemplo, refino de petróleo e alguns tipos de produtos farmacêuticos) e minerais não metálicos (especialmente, cimento). Nos maiores países [Argentina, Brasil, México], a ISI pode atingir um estágio ulterior, incluindo a produção de aço, bens de capital (como maquinaria industrial e motores elétricos) e, até mesmo, bens de tecnologias complexas (equipamentos eletrônicos, indústria naval e projetos e montagens de aeronaves). Essa estratégia econômica associou-se com um tipo específico de relações de propriedade – um tipo de ‘divisão social do trabalho’. Geralmente, a produção de bens de capital e de bens não duráveis era controlado por capital doméstico, enquanto que bens de consumo duráveis eram produzidos por companhias transnacionais (TNCs). Infraestrutura e bens básicos (aço, eletricidade, telecomunicações, água e saneamento, extração e refino de petróleo, aeroportos, estradas, ferrovias e portos, entre outros) eram normalmente providos por empresas estatais (SOEs). Finalmente, bancos estatais desempenharam um papel importante no fornecimento de crédito, especialmente para o desenvolvimento industrial e para a diversificação econômica”. SAAD-FILHO, Alfredo. *The Political Economy of Neoliberalism in Latin America*. In: JOHNSTON, Debora; _____. *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005, p. 222 – 223.

permanentes do ideal liberal. Precisamos reverter o caminho desastroso que vínhamos trilhando. Não é dado a ninguém o direito de omissão (FÓRUM, Solenidade de abertura).

No encerramento do segundo Fórum (1989), o presidente do IEE daquela gestão verbalizou aquilo que os especialistas no estudo da atuação política do empresariado, como Eli Diniz, afirmaram: ocorria uma mudança na atuação do empresariado¹⁰². Carlos Biedermann disse naquela ocasião:

A presença dos senhores é uma demonstração evidente que o processo de alienação por que passaram nossas elites está sendo revertido. O primeiro passo para uma efetiva participação hoje foi dado. Nossas opiniões e nossas vozes precisam ser ouvidas. E serão. Só assim construiremos um Brasil como todos nós almejamos. Muito obrigado a todos (II FÓRUM, Fitas 04 e 05).

De fato, o IEE e o Fórum da Liberdade expressaram uma das formas relativamente novas do empresariado fazer política no Brasil, condicionada pela ruptura que se processou na década¹⁰³.

Fundado em 1984, o IEE foi apenas um dos exemplos de instituições empresariais que surgiram no Brasil no decorrer do processo de transição para a Nova República. No mesmo ano de fundação desse instituto, que se propunha, em linhas gerais, a formar (politicamente) líderes empresariais, foram também criados no Estado do Rio Grande do Sul: a Associação de Jovens Empresários e o IL do Rio Grande do Sul (atualmente, Instituto Liberdade). É indispensável assinalar, com o intuito de caracterizá-las politicamente, que essas três instituições foram signatárias do Manifesto Pela Liberdade Empresarial, no dia 23 de junho de 1987, junto a tradicionais entidades de representação de interesses empresariais¹⁰⁴. Articuladas no Movimento Pela Liberdade Empresarial buscavam, através do manifesto, barrar “os dispositivos prevendo a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho e o direito irrestrito à greve”¹⁰⁵ no Congresso Nacional Constituinte.

As novas entidades empresariais alinharam-se àquelas vinculadas a setores econômicos específicos em um momento no qual sentiram a necessidade de defender

¹⁰² Ver, por exemplo, DINIZ, Eli (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC: Idacon, 1993.

¹⁰³ Além dos exemplos citados, oriundos de pronunciamentos de membros do IEE, outros também poderiam se somar a esses. No primeiro Fórum (1988), o banqueiro Roberto Bornhausen fez um apelo para que aquele encontro fosse “ponto de partida de uma grande cruzada nacional em prol do liberalismo político e do liberalismo econômico”, assim como o líder empresarial César Rogério Valente, que enfatizou a necessidade de um treinamento de longo prazo para as elites: “nós devemos começar a pensar alto, e raciocinar em termos de uma sobrevivência: mudar o nosso país não amanhã, mas daqui a duas, três, cinco, dez ou vinte gerações, mas alguém tem que começar. E estes jovens que promovem este Fórum da Liberdade estão com este pensamento. Estão realizando este trabalho claro e objetivo, de preparação de elites [...]” (FÓRUM, Solenidade de abertura).

¹⁰⁴ GROS, Denise Barbosa. *Op. cit.*, p. 13.

¹⁰⁵ CADONÁ, Marco André. *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 75.

interesses contrários aos da classe trabalhadora, inscritos na Constituição, e de se preparar para a ofensiva dos novos partidos de esquerda, como o PT e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Desse modo, organizações que se colocavam por definição acima dos interesses específicos da indústria ou da grande propriedade rural, uniram-se à FIERGS, à FEDERASUL, à Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) e à União Democrática Ruralista – seção Rio Grande do Sul (UDR-RS). A última, inclusive, recebeu ampla simpatia do público do segundo Fórum, em 1989, que considerou como favorito Ronaldo Caiado, candidato à presidência da República que era líder nacional da UDR¹⁰⁶.

O caso do Movimento Pela Liberdade Empresarial, que produziu um manifesto crítico à Constituição, é exemplar do novo caráter da atuação política do empresariado na Nova República. Nos anos 1980, o empresariado passou à defesa aberta de seus interesses, utilizando tudo aquilo que pudesse dispor: “entidades das estruturas corporativa e extracorporativa, veículos de comunicação de massas, lobbies e até o Legislativo, envolvendo-se diretamente, como constituinte”¹⁰⁷. A forma de atuação política dos empresários sul-rio-grandenses mostrou-se, de certo modo, diferente daquela até então tradicional por causa da campanha empreendida, direcionada ao objetivo de tornar a opinião pública favorável às demandas do grupo¹⁰⁸. Não se tratava, exclusivamente, de impedir possíveis avanços do trabalho sobre o capital, garantidos pela Carta de 1988. Um imperativo diferenciado apresentava-se, imposto pelo avanço democrático: era preciso conquistar “corações e mentes”, para usar a famosa expressão de Eisenhower.

Os anos 1980 foram marcados, precisamente, pela criação de associações empresariais “voltadas, não para a representação de interesses específicos, mas para uma ação de natureza ideológica, com o objetivo de estimular o debate sobre questões de interesse mais amplo”¹⁰⁹. Instituições como o IEE, na busca por formar lideranças entre os empresários, e o Fórum da Liberdade, procurando difundir determinadas visões de mundo, caracterizaram-se, especialmente, por um “esforço de superação de uma visão particularista, setorial e de curto prazo, típica dos padrões de comportamento do empresariado”¹¹⁰. Afinal, quando não se trata apenas de conquistas pontuais, mas de transformar o sentido de liberdade em relação às

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 abr. 1989, p. 12.

¹⁰⁷ GROS, Denise Barbosa. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do “Movimento Pela Liberdade Empresarial”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 1988, p. 132.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 144.

¹⁰⁹ BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. Brasil: um novo empresariado: Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli. (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC: Iacon, 1993, p. 119.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 116.

atribuições do Estado, é evidente que uma “visão particularista” e “de curto prazo” não é adequada.

O surgimento do IEE e do Fórum da Liberdade não seriam possíveis se não houvesse a trajetória do neoliberalismo narrada neste capítulo. As formulações de intelectuais anticomunistas, autodenominados “liberais”, subsidiaram o surgimento de um ideário que se consolidou em um momento da história do capitalismo no século XX na qual se faziam necessárias para a manutenção do próprio sistema de acumulação de capital e retomada do poder de elites econômicas. Evidentemente, esse avanço do capital ocorreu à medida que houve um refluxo do trabalho. Essas mesmas formulações que serviram a essa investida global, a cerca de uma década antes do início da redemocratização brasileira foram, no Brasil dos anos 1980, subsídio teórico para a criação de instituições de caráter relativamente inovador no cenário político.

Ao mesmo tempo em que respondiam a transformações do capitalismo, essas instituições também se adaptavam às imposições políticas da nascente Nova República, promovendo a formação de uma nova “elite orgânica”. E é nessa estratégia de atuação política, embasada pelo neoliberalismo e conformada a uma democracia cuja expectativa era de ampliação, que reside a especificidade central do IEE. Essas características que são responsáveis por distanciá-lo de duas organizações clássicas de “elites orgânicas”: o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundadas, respectivamente, em 1962 e em 1959. Todavia, analisá-las como análogas ao IEE não é um exercício descabido por duas razões.

Primeiro, no que diz respeito às teorias da história que norteiam esta pesquisa, foi uma investigação da atuação do IPES e do IBAD que proporcionou ao historiador René Armand Dreifuss elementos fundamentais para subsidiar a elaboração do conceito de “elite orgânica”, aplicado aos empresários mobilizados pelo Fórum, conforme consta na Introdução¹¹¹. Segundo, em decorrência disso, é possível perceber que o IEE realizou uma ação política com uma das finalidades próximas ao IPES e ao IBAD, resguardadas, obviamente, as cruciais diferenças entre a circunstância histórica pré-golpe de 1964 e pós-ditadura civil-militar.

As organizações sessentistas tratavam de “despojar as classes empresariais de quaisquer demandas particularistas”¹¹², ligadas ao aumento imediato do lucro, visando a criação de uma correlação de forças que proporcionou, por fim, o golpe de 1º de abril. De modo análogo, o IEE buscou tornar também essas demandas secundárias para agir no sentido

¹¹¹ DREIFUSS, René Armand. 1964... *Op. cit.*

¹¹² DREIFUSS, René Armand. 1964... *Op. cit.*, p. 168.

de obter coesão em torno a um grupo de propostas. No caso das organizações sessentistas, se sabe que o grupo de propostas conservadoras do complexo IPES/IBAD buscou a homogeneidade empresarial como maneira de legitimar o golpe, empreendendo ampla campanha com a intenção de preparar a opinião pública para a deposição de um presidente legitimamente empossado.

As estruturas internas e os tipos de ações políticas empreendidas por esses institutos golpistas, que incluíram operações secretas, não coincidem com a estrutura interna e as práticas do IEE. Entretanto, é nesse sentido de busca por coesão às concepções de uma “elite orgânica” e difusão social das mesmas, que o IPES/IBAD aproxima-se do padrão surgido nos anos 1980. Caso no qual a atuação encontrou na resignificação de um conceito específico, “liberdade”, por meio de um evento periódico, o Fórum da Liberdade, uma síntese mobilizadora.

No final do primeiro Fórum da Liberdade (1988), a direção do IEE, por meio de Carlos Smith, divulgou um documento que resumia os principais pontos almejados. A chamada Carta de Porto Alegre que, de fato, pouco tinha de particularista, tampouco ambicionava conquistas de pequeno alcance. Entre os objetivos nela enunciados estavam: a defesa da propriedade privada, a eliminação do déficit público, a liberalização do comércio exterior, a redução de ônus fiscais sobre mão de obra, entre outros.

1º Reivindicamos o direito da sociedade de decidir por si própria. Entendemos que a liberdade é a ausência de coerção de indivíduos ou de grupos sobre outros. Alertamos que a maior desgraça para uma sociedade é a coerção legal. A lei, instrumento de proteção à liberdade individual, e transformada em instrumento de opressão de todos os cidadãos.

2º Propomos o imediato estabelecimento de uma ordem econômica como melhor instrumento para se alcançar o crescimento econômico e a justa distribuição da riqueza. É preciso eliminar privilégios, tabelamentos, regimes cartoriais, reservas de mercado, subsídios e isenções. Entre outras distorções.

3º Reiteramos a importância da defesa do direito de propriedade como principal incentivo ao investimento e reinvestimento nas atividades produtivas.

4º Entendemos o lucro como principal estímulo ao uso das capacidades individuais em proveito do bem-estar de toda a sociedade.

5º Defendemos a mais ampla utilização de capital e tecnologia, desenvolvida sob qualquer bandeira com intuito de acelerar nosso processo de desenvolvimento.

6º Inconformados com o desrespeito do governo federal ao dinheiro por ele emitido, aviltando em valor de forma galopante, defendemos a austeridade fiscal, a eliminação imediata do déficit público com a conseqüente restauração da dignidade da moeda e das finanças públicas.

Acredito que 7º [ri, denotando que se perdeu nos pontos] Defendemos, o crescimento real dos salários, proporcionados pelos ganhos de produtividade e pelo crescimento econômico. Precisamos lutar para reduzir os ônus fiscais, hoje incidentes sobre a mão de obra (I FÓRUM, Fita 05).

A semelhança com os pontos do Consenso de Washington é notável. Contudo, isso não deve espantar, porque esses pontos da Carta de Porto Alegre convergem para um objetivo básico e indispensável à “elite orgânica”, mas não derradeiro: o aumento dos lucros. Isso não

é ocultado, pelo contrário, a defesa do lucro como estímulo ao indivíduo e meio de beneficiamento de toda a sociedade também é um dos pontos da Carta (I FÓRUM, Fita 05).

Concomitante a esse processo mundial de “neoliberalização” que se concretizava através de políticas de governo na América Latina, o Brasil, assim como outros países latino-americanos no período, passavam por um processo de transição política. Encerrava-se o período de ditadura civil-militar. Na Nova República, com certo “atraso” em relação ao restante da América, o ideário neoliberal difundiu-se na sociedade brasileira, concretizando-se em experiência através de políticas públicas, sobretudo, a partir do primeiro governo Cardoso (1995 – 1998).

Em palestra de Perry Anderson, datada de 1994,¹¹³ o historiador britânico lançou um notável prognóstico que se confirmou. Segundo o relato, no ano de 1987, um “amigo neoliberal” comentou com ele que o problema do governo Sarney (1985 – 1989), contrariamente ao que a maioria dos analistas do Banco Mundial pensavam, não era a taxa de inflação alta, mas uma taxa excessivamente baixa. A hiperinflação era necessária para medidas drásticas anti-inflacionárias obterem a aceitação dos brasileiros. De fato, esse fenômeno econômico ocorreu no Brasil no início dos anos 1990, e foi um dos fatores que levou Francisco de Oliveira, comentador da palestra de Anderson, a afirmar: “[...] que já sentimos o cheiro ou a catyinga de enxofre no ar, ah!, basta ter olfato”¹¹⁴. Palestrantes do Fórum da Liberdade, como o economista Edmar Bacha, em 1991, durante a quarta edição do encontro, reiteraram esse diagnóstico ao declarar que “não estamos em uma situação nem de busca de soluções para a pobreza, nem de retomada do crescimento, o que nós estamos é batendo às portas da hiperestagflação” (IV FÓRUM, Fita 03 Painel II).

As ações do Estado no período de governo Cardoso tiveram um caráter híbrido, resultado do conflito entre duas correntes políticas no governo:

*dentro del bloque coexistían, por una lado, una corriente liberal fundamentalista orientada basicamente a la estabilización monetaria y comprometida con la promoción de una economía de libre mercado, y por otro lado, una tendencia liberal-desarrollista, más inclinada a equilibrar la estabilización monetaria con un crecimiento competitivo de la economía local, mediante la intervención moderada del Estado*¹¹⁵.

Durante o primeiro governo Cardoso, a corrente “fundamentalista” predominou. Ou seja, aquela mais alinhada com o ideário neoliberal de desmonte do Estado “intervencionista”.

¹¹³ ANDERSON, Perry. *Balanço... Op. cit.*

¹¹⁴ OLIVEIRA, Francisco de. “Neoliberalismo à brasileira” in: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 28.

¹¹⁵ SALLUM Jr., Brasília. *Metamorfosis del Estado brasileño a finales del siglo XX*. In: PALERMO, Vicente (comp.). *Política brasileña contemporánea: de Collor a Lula em años de transformación*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003, p. 302.

O êxito das reformas lideradas por esse grupo esteve ligado ao sucesso na redução drástica da inflação, divulgada como eliminação, por meio do Plano Real¹¹⁶. Validava-se o prognóstico de Perry Anderson.

Para encerrar este capítulo, é importante reiterar que o Fórum da Liberdade está ligado ao neoliberalismo por duas razões gerais. Primeiro, ao atuar como difusor do ideário neoliberal, só poderia existir após a “virada” neoliberal dos anos 1970 e sob a transição política brasileira ou, ao menos, sob a expectativa dela. Segundo, ao auxiliar na difusão do ideário neoliberal no Brasil, o Fórum contribuiu para a formação de um pensamento aplicado à realidade nacional que, em uma escala de difícil aferição, contribuiu para a aceitação da opinião pública a mudanças nas atribuições do Estado brasileiro e na redefinição de “liberdade”. Entretanto, evidenciar que o Fórum da Liberdade se tornou possível a partir da intersecção histórica entre o avanço do neoliberalismo, a transição para a Nova República e o consequente padrão de atuação política empresarial é apenas uma parte do processo que viabilizou uma operação duradoura de instrumentalização e redefinição do conceito de liberdade. Essa narrativa não contempla um elemento fundamental: a representatividade do Fórum como frente de ação política para os interesses de uma “elite orgânica” neoliberal. O próximo capítulo destina-se a demonstrar essa dimensão.

¹¹⁶ GUZMAN, Socrates J. M. *Ação empresarial e reformas neoliberais no Brasil, 1995-2002*. Porto Alegre, UFRGS, 2003. 266 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, p. 123.

2 CONFIGURAÇÃO DA ELITE ORGÂNICA

“Nas nossas mentes, a revolução está feita” (III FÓRUM, II e III Painel Encerramento). Essa expressão de efeito, pronunciada no terceiro Fórum da Liberdade (1990), foi de autoria do economista Paulo Guedes. Munindo-se do polissêmico conceito de revolução, ele destacava a existência de uma tarefa a ser concretizada pela “elite orgânica” mobilizada pelo Fórum. Embora o conceito de revolução seja um aspecto consagrado da teoria política crítica ao capitalismo, não é surpresa que componha um discurso alinhado às propostas de reestruturação neoliberal do próprio sistema. Foi em nome de uma “revolução” que uma ditadura civil-militar instaurou-se no país e foi irradiada pelo sul da América, para citar apenas um exemplo entre inúmeras possibilidades de apropriação do termo. Fato que merece maior atenção, contudo, é o indício contido na fala de Guedes que aponta para a consolidação de uma possível consciência coletiva a respeito de um novo estado de coisas.

De fato, a percepção do economista a respeito da existência de algum tipo de mudança drástica nas concepções do grupo no qual ele se incluía, era uma conclusão acertada. Presumindo-se, é claro, que “revolução” estivesse expressando uma alteração radical de ideias que, na perspectiva dele, ocorria naqueles anos. As demais evidências históricas indicam que essa percepção esboçada pelo ator era correta, pois conforme defendido na introdução deste texto, o Fórum indicava possibilidades novas para o capitalismo, ligadas ao avanço neoliberal. Entretanto, por que o Fórum da Liberdade se tornou um espaço privilegiado para a divulgação do neoliberalismo?

Foi dito na introdução deste trabalho que o Fórum da Liberdade, tal qual a criação e a manutenção do IEE, são obra de uma “elite orgânica”. Em termos teóricos, essa expressão foi definida e sua peculiaridade em relação ao complexo conceito de elite foi destacada também na introdução. Contudo, esse é apenas um ponto de partida, pois essas considerações não elucidam, em termos sociais, a composição e a representatividade do Fórum, sobretudo, como uma frente de ação política de uma “elite orgânica” neoliberal.

Em outras palavras, é indispensável demonstrar que, quando se menciona um choque histórico-semântico em prol de ideias, valores e pretensas virtudes, sintetizadas por um conceito, não se trata exclusivamente de analisar discursos que se bastam por si mesmos. Isto

é, que podem se constituir como objetos de estudo desvinculados de relações de dominação e poder. Não é o suficiente afirmar que “se tem em vista” os pertencimentos dos indivíduos ou dos grupos que possibilitaram a constituição de um baluarte do neoliberalismo. É necessário demonstrar a existência de aspectos sociais que também circunscreveram, ao mesmo tempo em que possibilitaram, a emergência instrumentalizada de uma proposta de liberdade servil a um projeto voltado à retomada de acumulação de capital.

Desse modo, para se entender o Fórum da Liberdade como representativo de uma “elite orgânica” neoliberal, cabe demonstrar que o evento, no decorrer de sua trajetória, transformou-se como resultado de escolhas, conscientes ou não, de indivíduos que mantinham a organização das edições. A escolha de um espaço específico, com características próprias para se debater um tema escolhido, expresso pelo título de cada edição do Fórum, é uma iniciativa de caráter político que contribuiu para a normatização do conceito de liberdade. A escolha de um título temático para cada edição do Fórum da Liberdade não é uma ação neutra, desprovida de intencionalidade política, pois é uma decisão ligada ao objetivo de divulgar uma perspectiva.

Também é preciso analisar o perfil coletivo dos palestrantes que participaram durante o período em questão, com o objetivo de destacar as preferências do IEE, ou seja, as escolhas de indivíduos selecionados para representar a posição designada como “liberal” nas edições do Fórum. Por meio dos critérios implícitos nessas decisões é possível concluir a respeito de atributos considerados relevantes para a “elite orgânica” representada naquele espaço.

E, por fim, partindo das informações analisadas nos dois subcapítulos anteriores, é possível reiterar a existência de uma verdadeira rede ou “movimento neoliberal internacional”¹¹⁷, que atuou no sentido de propagar ideias fundamentadas em uma noção histórica *sui generis* de liberdade, e situar o IEE e o Fórum da Liberdade nessa rede de instituições.

¹¹⁷ GROS, Denise Barbosa. *Institutos... Op. cit.*, p. 89 – 122.

2.1 EXPRESSÕES DA LIBERDADE: TEMAS, PÚBLICOS E SEDES

As evidências registradas pelos jornais, em especial Zero Hora, e pelos sítios de Internet, demonstraram que o Fórum da Liberdade passou por algumas modificações significativas desde a primeira edição (1988), no que diz respeito a suas características definidoras, relacionadas ao tema do evento e ao local de sede. Por meio das decisões e escolhas implícitas nesses aspectos, é possível perceber intenções e objetivos de caráter político que não foram explicitados, mas que são fundamentais para possibilitar o choque histórico-semântico pretendido pelo Fórum. Isto é, resignificar “liberdade” requer a difusão social de camadas de sentidos específicas de um conceito. Simultaneamente, outros estratos do mesmo conceito são paulatinamente deixados de lado, promovendo-se uma singularização das possibilidades históricas: um objetivo inerente à disputa política.

Para vislumbrar uma noção das mudanças no formato do evento, foi desenvolvida a Tabela 1, que organiza as edições do Fórum, com as respectivas datas, em suas correspondências com os títulos e os locais que sediaram o evento. Todos os anos de Fórum, até o momento de término da redação desta pesquisa, foram incluídos na tabela para que o leitor possa ter uma perspectiva mais ampla da dimensão propositiva do Fórum da Liberdade, não restrita ao recorte cronológico estabelecido. Por meio desse instrumento, é possível visualizar um ciclo temático delimitado pelas seis primeiras edições do Fórum, tendo em vista os respectivos debates enfocados nesses anos. Ademais, há dois tipos de alterações significativas e bastante visíveis nas características do Fórum no decorrer do tempo, ligadas aos dias de duração do evento e aos locais que o sediaram.

Tabela 1 – Edições do Fórum da Liberdade¹¹⁸

Edição e data	Título	Local
1º – 14 de abril de 1988	-	Hotel Plaza São Rafael

¹¹⁸ A tabela foi constituída pelas informações dos registros audiovisuais do período analisado (1988 – 1993), por páginas dos sítios de Internet do IEE <www.iee.com.br> e do Fórum da Liberdade <www.forumdaliberdade.com.br>, acessadas no período de 2007 a 2011 e, também, por buscas *online* em notas de imprensa por meio do Google <www.google.com>. Por se tratarem de fontes secundárias, que foram documentos criados com a finalidade de divulgar o Fórum e não registrá-lo em minúcias, pode haver pequenas diferenças entre os nomes dos títulos dos encontros que constam na tabela e o que foi impresso nos materiais do encontro.

2º – 04 de abril de 1989	-	Hotel Plaza São Rafael
3º – 08 de maio de 1990	A busca da modernidade: o desafio latino-americano	Hotel Plaza São Rafael
4º – 16 de abril de 1991	Os caminhos para a próxima década: as soluções liberal e social-democrata	Hotel Plaza São Rafael
5º – 19 de maio de 1992	Estado ou mercado: quem melhor define a ecologia?	Hotel Plaza São Rafael
6º – 13 de abril de 1993	Desafio da reforma constitucional	Hotel Plaza São Rafael
7º – 22 de março de 1994	Educação em crise	Hotel Plaza São Rafael
8º – 28 de março de 1995	Globalização e livre comércio internacional	Hotel Plaza São Rafael
9º – 26 de março de 1996	Custo Brasil	Hotel Plaza São Rafael
10º – 18 de março de 1997	Desemprego exige novas relações de trabalho	Hotel Plaza São Rafael
11º – 25 de março de 1998	Os limites do poder	Hotel Plaza São Rafael
12º – 06 de abril de 1999	1999: E agora, Brasil? - caminhos para o desenvolvimento	SESI/FIERGS
13º – 04 de abril de 2000	1000 anos: O Brasil em perspectiva	SESI/FIERGS
14º – 08 e 09 de abril de 2001	A crise social brasileira: causas, desafios e soluções	SESI/FIERGS
15º – 08 e 09 de abril de 2002	Os desafios da democracia no século XXI	SESI/FIERGS
16º – 02 e 03 de maio de 2003	Civilização ou bárbarie: em que país vamos viver?	SESI/FIERGS
17º – 05 e 06 de abril de 2004	Brasil: país em desenvolvimento: até quando?	PUCRS
18º – 02 e 03 de maio de 2005	O futuro do trabalho	PUCRS
19º – 03 e 04 de abril de 2006	Estado e liberdade	PUCRS
20º – 16 e 17 de abril de 2007	Propriedade e desenvolvimento	PUCRS
21º – 07 e 08 de abril de 2008	O mercado é o mundo	PUCRS
22º – 06 e 07 de abril de 2009	Cultura da liberdade	PUCRS
23º – 12 e 13 de abril de 2010	Seis temas para entender o mundo (capitalismo, socialismo, intervencionismo, inflação, investimento estrangeiro e política e ideias)	PUCRS
24ª – 11 e 12 de abril de 2011	Liberdade na era digital	PUCRS

As primeiras seis edições do Fórum formam um ciclo que concentra considerável quantidade de debates constitutivos da transição política brasileira. Entre esses, uma questão em especial: as discussões concernentes à Constituição de 1988. No ano mencionado, durante o primeiro Fórum, embora não existisse um título específico para o evento como surgiu posteriormente, há indícios que apontam para uma pretensão em criar uma série de encontros

desde o primeiro: fotos de jornal registraram painéis no palco designando o Fórum de 1988 como o “1º”¹¹⁹. Entretanto, o título específico, que delimita uma temática própria aos assuntos discutidos em cada Fórum, foi uma invenção para o terceiro encontro, que buscou apoio às teses que lhes interessavam que fossem divulgadas a partir de experiências de outros países da América, por meio da chamada: “A busca da Modernidade: o desafio latino-americano”¹²⁰. Dessa maneira, a centralidade do tema da Constituição, desde os debates de 1988, evidenciou-se por meio dos registros audiovisuais. Esse assunto é analisado especificamente no subcapítulo 4.1.

Diferentemente das edições posteriores, não foram localizados dados, nos jornais *Correio do Povo* ou *Zero Hora*, a respeito do número de presentes do primeiro encontro. Entretanto, uma página que constou no sítio do Fórum da Liberdade estimulou a plateia em cerca de “350 empresários e executivos”¹²¹.

Em 1989, ainda sem título específico, o Fórum da Liberdade recebeu candidatos às eleições presidenciais diretas daquele ano, as primeiras desde 1960. Essas presenças deslocaram o foco das críticas, deixando a Constituição como assunto em menor evidência durante as discussões, mas jamais ausente. Os presidenciáveis Ronaldo Caiado (naquele momento, sem partido)¹²², Lula (PT), Mário Covas (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB), Leonel Brizola (PDT) e Roberto Freire (Partido Comunista Brasileiro, PCB) foram os principais palestrantes, pois compunham o objetivo central do Fórum daquele ano: debater as propostas presidenciais.

A divergência entre o discurso dos candidatos e as propostas neoliberais expressas pelos convidados ligados ao IEE e às instituições empresariais impediram que os discursos dos presidenciáveis fossem muito centrados em acusações mútuas. Entretanto, a tensão entre Lula e Brizola, motivada pela disputa entre eles pelo reconhecimento de liderança da esquerda na Nova República, causou provocações durante o encontro¹²³.

¹¹⁹ *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 abr. 1988, p. 22.

¹²⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 mai. 1990, p. 15.

¹²¹ FÓRUM da Liberdade. Disponível em: <www.forumdaliberdade.com.br>. Acesso em: 26 fev. de 2007.

¹²² Conforme reportagem do dia posterior ao Fórum de 1989, Caiado “anunciou ontem em Porto Alegre que só vai escolher o partido pelo qual concorrerá depois que a regulamentação da eleição estiver definida. Ele quer esperar especialmente a definição da fórmula para divisão do tempo da propaganda eleitoral gratuita para decidir se é melhor lutar pela indicação em um partido com grande estrutura ou ocupar uma nova legenda sem outros líderes. [...] Atualmente, Ronaldo Caiado não é filiado a nenhum partido. Ele já foi filiado ao PFL [Partido da Frente Liberal], mas garante que foi ‘por questões locais’, referente à disputa pela prefeitura de sua cidade, Anápolis, em Goiás”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 05 abr. 1989, p.11.

¹²³ De acordo com ZH, “o debate mais quente de ontem não aconteceu no plenário do fórum mas sim nas discussões que o precederam e envolveu os dois candidatos mais bem colocados nas pesquisas de opinião, Lula e Brizola. Os dois foram escalados para painéis diferentes, não se viram e tomaram cuidado até mesmo para não se encontrarem nos corredores, negando-se até mesmo a posar juntos para fotografias”. *Zero Hora*, Porto Alegre,

Nesse ano, de acordo com a estimativa de ZH, houve mais de 1300 pessoas participantes¹²⁴. Conforme o *Correio do Povo*, cerca de 1200¹²⁵.

O Fórum, durante os anos de 1990 a 1993, teve títulos bastante sugestivos. Na terceira edição (1990), a chamada “A Busca da Modernidade: o Desafio Latino-Americano” apontava para a tentativa de instrumentalização de experiências políticas em países latino-americanos para legitimar a via preconizada para o Brasil pelo Fórum. Nesse sentido, atuaram os palestrantes argentinos Alberto Benegas Lynch e Alvaro Alsogaray, o chileno Hernán Büchi, o uruguaio Jorge Batlle e o guatemalteco Armando de La Torre¹²⁶. Como publicado em ZH, a proposta era “reunir importantes personalidades brasileiras e latino-americanas – representando Brasil e outras seis nações – para debater com ministros do governo Collor as experiências de seus países”¹²⁷.

Uma comparação, também realizada pelo jornal, diferenciou o encontro de 1990 daquele do ano anterior, afirmando que “desta vez o que sobrou foi um conjunto uniforme em favor da busca do desenvolvimento através da supressão de todos os dogmas que ainda represam as economias latino-americanas”¹²⁸. Essa ideia de unidade frente a um conjunto de “dogmas”, “erros”, “mitos” etc, era precisamente uma das noções que os organizadores pretendiam transmitir por meio da instrumentalização do conceito de liberdade. Todavia, ao contrário do que a mesma reportagem disse, as propostas dos candidatos à presidência de 1989 não eram “propostas quase inconciliáveis”, ao menos, se vistas da perspectiva da relação preconizada entre o Estado e a liberdade. Impossíveis de conciliar, nesse aspecto, eram as propostas de líderes empresariais com as visões de Estado dos presidencialistas. Os últimos não podiam concordar com as imagens do Estado como “opressor de liberdades”, reiteradamente vinculadas pelos neoliberais, como é analisado nos próximos capítulos desta pesquisa. Foi divulgada uma estimativa de “quase mil empresários e executivos” presentes no encontro¹²⁹.

Evidentemente, o uníssono de vozes ao qual se referiu ZH em prol de um caminho único de liberdade e desenvolvimento, não era uma concordância absoluta nem mesmo entre os mais destacados membros da “elite orgânica” neoliberal, apontados no próximo

05 abr. 1989, p. 16; “para o candidato do PT à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, as críticas de Leonel Brizola ao PT são um reflexo do medo que este teria do crescimento de sua candidatura”. *Zero Hora*, 05 abr. 1989, p.17.

¹²⁴ *Zero Hora*, Porto Alegre, 05 abr. 1989, p. 16.

¹²⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 de abr. 1989, p. 1.

¹²⁶ Consulte a Tabela 2, na página 85, para mais informações sobre os palestrantes.

¹²⁷ *Zero Hora*, Porto Alegre, 08 mai. 1990, p. 22.

¹²⁸ *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 mai. 1990, p. 28.

¹²⁹ *Id.*

subcapítulo. Na sociedade, como é de se esperar, surgiam resistências àquilo que o Fórum e alguns convidados específicos representavam. A expectativa da presença do Ministro do Trabalho do governo Collor, Antônio Rogério Magri, reuniu metalúrgicos em frente ao centro de eventos do Plaza São Rafael. De acordo com o jornal, eram cerca de vinte pessoas, que diante da ausência inesperada do ministro, convidado para integrar as discussões, protestaram diante dos empresários que chegavam ao Fórum chamando-os de fascistas, reivindicando maiores salários e gritando “não às demissões”¹³⁰.

Em 1991, o IEE incentivou um debate dicotômico centrado na oposição sugerida pelo título do Fórum: “Os caminhos para a próxima década: as soluções liberal e social-democrata”. Foram convidados intelectuais que se alinhavam com uma ou outra dessas posições, embora as definições atribuídas por eles a esses dois conceitos não fossem em nada homogêneas. Entre os convidados estavam Hélio Jaguaribe e Miguel Reale Jr., alinhados com a social-democracia, e Ives Gandra Martins e o mexicano Roberto Salinas, defensores do “liberalismo”, como designavam¹³¹.

A proposta do quarto encontro, de modo semelhante ao terceiro, expressou no título a tentativa de promover uma percepção do tempo histórico atrelada à urgência e à passagem por um momento crucial. E, ao definir esse momento como uma via com duas alternativas legítimas, na realidade, repetia a existência de um único caminho, isto é, do capitalismo pautado pelas propostas de reforma neoliberal. Essa proposição excluía de imediato uma alternativa socialista ou, até mesmo, de inspiração nacional-desenvolvimentista, enquanto que as discussões encarregaram-se de demonstrar que ambas alternativas partilhavam alguns pressupostos oriundos do ataque às atribuições do Estado. Foi registrada a presença de cerca de 1500 pessoas no centro de convenções do hotel durante esse encontro¹³².

Ocorrido durante o segundo ano após as eleições diretas para a presidência da República, esse foi um Fórum no qual as críticas ao governo federal agravaram-se. A ZH publicou: **“O Governo Collor também foi o centro das críticas dos social-democratas no IV Fórum da Liberdade. Reclamam da falta de racionalidade administrativa”**¹³³. Na verdade, não eram apenas os autodenominados “social-democratas” que reclamavam, os ditos “liberais” também consideravam que havia uma falta de “racionalidade administrativa”, especialmente, no que concerne às medidas econômicas heterodoxas anti-inflacionárias

¹³⁰ *Id.*

¹³¹ A imprensa registrou a ausência de políticos convidados, que muito provavelmente integrariam o grupo dos considerados social-democratas: “o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola; governador de São Paulo, Orestes Quércia e o deputado federal, César Maia”. Cf. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 abr. 1991, p. 30.

¹³² *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 abr. 1991, p. 30.

¹³³ *Id.* Grifo no original.

previstas nos planos econômicos, como os congelamentos de preços. A impressão geral em relação ao governo, que se percebe por meio dos registros audiovisuais, era, de fato, menos otimista. As notícias de jornal também corroboraram essa característica:

Ao contrário do Fórum da Liberdade do ano passado, o evento esteve bem menos festivo este ano. A recente eleição de um presidente com perfil que seria liberal – e a expectativa de ver na prática a aplicação do catecismo em torno do livre mercado – animou muito o monólogo liberal de 1990. Este ano, com a classe empresarial em peso decepcionada com a prática ‘intervencionista’ do Governo Collor, a saída foi abrir o diálogo com os social democratas e festejar menos¹³⁴.

Além da crescente decepção com o governo federal, as resistências sociais às propostas difundidas pelo Fórum transpareciam em intervenções nos bastidores do encontro. Os repórteres de ZH aproveitaram a presença do governador do Estado, Alceu Collares (PDT), para ouvi-lo sobre dois assuntos candentes no Estado naquele momento, que correspondiam a duas formas de luta social que se consolidaram como táticas de resistência a efeitos do neoliberalismo: a ocupação de terras e a greve.

Em Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, ocorria uma ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criticada pelo governador que afirmou que se tratava de “um campo de concentração”. Embora ele se colocasse em defesa de uma reforma agrária no Estado, posicionava-se contrário ao método das ocupações. Além desse assunto, também foi questionado sobre uma greve do magistério estadual capitaneada pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato)¹³⁵, que ele também criticou. No entanto, segundo o jornal, Collares “voltou a falar em trégua” com os grevistas¹³⁶.

No ano seguinte, os sinais do “pensamento único” demonstraram atingir um novo patamar nos discursos proferidos. A supressão de visões alternativas de desenvolvimento, ligadas a significados não mais hegemônicos do conceito de liberdade, ocorreu de modo incisivo, abrangendo a vida, os recursos e os territórios do planeta que, na lógica do Estado nacional-desenvolvimentista, estiveram outrora salvaguardados da exploração indiscriminada pelo capital privado. Essa ampliação do conceito de liberdade neoliberal foi possível por meio da discussão de uma temática fortemente em voga naquele ano: a ecologia. A Conferência

¹³⁴ *Id.*

¹³⁵ *Id.*

¹³⁶ No que diz respeito à greve, um documento disponível na página de Internet do sindicato aponta que a mobilização durou 74 dias e, na avaliação da entidade, teve como conquistas: “191,61% de aumento salarial; retirada da proposta de abono; ano letivo não começou conforme o calendário do governo; e intensificação da mobilização da comunidade em defesa do ensino”. HISTÓRICO das greves do CPERS/Sindicato. Disponível em: <http://www.cpers.com.br/imagens/historia/historico_greves_cpers.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2011.

Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92)¹³⁷, no Rio de Janeiro, proporcionou a justificativa para a criação de uma nova dicotomia no título do Fórum da Liberdade, desta vez, “Estado ou mercado: Quem melhor define a ecologia?”.

De modo análogo ao título do quarto Fórum, que opôs a social-democracia ao liberalismo, colocando-os como caminhos únicos, também a dicotomia “Estado ou mercado” incentivou uma lógica dual e simplificadora no que diz respeito às discussões em torno das políticas de preservação ambiental. A concepção precária sobre o bem público e sobre os recursos fundamentais da humanidade expressou-se em afirmações como: “o Rio Guaíba só foi poluído porque é de todos, e o que é de todos ninguém cuida”¹³⁸, escrita pelo presidente do IEE (1991 – 1992), Daniel Tevah.

Na tentativa de atribuir mais respaldo ao evento, foram chamados especialistas estrangeiros, as principais atrações do encontro. Entre eles estavam a administradora Jo Ann Kwong e o economista Terry Anderson, estadunidenses, e o administrador canadense Walter Block. Como sintetizou corretamente o jornal, eram defensores de “que a melhor maneira de preservar o meio ambiente é privatizando os recursos naturais, incluindo águas e florestas”¹³⁹.

Ainda que a apropriação do tema ecológico pelo Fórum possa ser vista, *a posteriori*, como politicamente estratégico, houve uma redução do público presente em relação aos anos anteriores, considerando as estimativas realizadas pela ZH, que apontaram, em 1992, a presença de 900 empresários e ambientalistas¹⁴⁰, em uma plateia que foi estimada, um dia antes do evento, em 1200 pessoas¹⁴¹. Possivelmente, essa foi uma das razões que serviu de justificativa para que o jornal publicasse, no dia posterior ao encontro, que “mesmo confirmando as expectativas, o Fórum da Liberdade deste ano mostrou a ecologia como um tema que pouco sensibiliza as empresas. Pelo menos, nos primeiros escalões”¹⁴².

Se o tema não sensibilizou as empresas, por outro lado, chamou a atenção dos moradores próximos ao hotel, que “diante de tanta gente ilustre para refletir sobre a questão ecológica [...] decidiram protestar”: distribuíram uma carta aberta na entrada do hotel questionando sobre quem defenderia a eles do envenenamento por benzeno promovido pela poluição de quatro caldeiras a óleo do Plaza, que desde 1973 era contestada judicialmente¹⁴³.

¹³⁷ Para mais informações, acesse o sítio das Nações Unidas no Brasil na página: A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <<http://onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

¹³⁸ Zero Hora, *Porto Alegre*, 18 mai. 1992, p. 36.

¹³⁹ Zero Hora, *Porto Alegre*, 19 mai. 1992, p. 45.

¹⁴⁰ Zero Hora, *Porto Alegre*, 20 mai. 1992, p. 28.

¹⁴¹ Zero Hora, *Porto Alegre*, 18 mai. 1992, p. 36.

¹⁴² Zero Hora, *Porto Alegre*, 10 mai. 1992, p. 27.

¹⁴³ Zero Hora, *Porto Alegre*, 20 mai. 1992, p. 29.

Em um contexto de valorização explícita do mercado e do capitalismo, em detrimento do Estado e, principalmente, do socialismo, os temas do Fórum em 1990, 1991 e 1992 adquiriram conteúdos perlocucionários com implicações não desprezíveis. Primeiro, o “desafio latino-americano”, apontou para uma “modernidade” que excluiu propostas não alinhadas ao conceito de liberdade defendido, apropriando-se da flecha do progresso. O binômio “liberalismo e social-democracia”, por exclusão, assinalou o declínio, proclamado como inevitável a partir dos ensinamentos de Mises, de uma alternativa ao modo de produção capitalista. Quanto ao terceiro título, a salvação da natureza só poderia ocorrer pela ação exclusiva do mercado nesta ótica. E o Estado, que se reduzisse ao mínimo, como verbalizou o tributarista Ives Gandra: “sou favorável ao Estado mínimo porque ainda não encontrei Estado menor do que o Estado mínimo” (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I).

Em suma, essas três edições, de 1990 a 1992, mantiveram a mesma lógica de 1989 no que diz respeito à Constituição: o documento foi questionado, mas se tornou assunto mais periférico. O protagonismo de 1988 da Carta foi recuperado na sexta edição. Em 1993, o título do sexto Fórum da Liberdade foi “Desafio da Reforma Constitucional”. Em outras palavras, o cerne dos debates consistia em propostas de mudanças em artigos constitucionais. Esse título denunciava as intenções políticas dos organizadores do evento, que apresentavam discutíveis alterações no texto constitucional como necessidades desafiadoras.

A partir de 1993, sucederam-se temas caros ao ideário neoliberal, como a “crise” da educação pública e a “globalização”, conceito que adquiriu proeminência no Fórum nos anos 1990, certamente não antes da quarta edição (1991). A Carta deixava de ser, definitivamente depois do sexto Fórum, um alvo contundente de críticas. Isso ocorreu, principalmente, por duas razões. A primeira, mais objetiva e prática: o vencimento da data de revisão do documento estabelecida por dispositivo constitucional. E, a segunda, mais subjetiva e ligada a uma multiplicidade de fatores que externas ao Fórum da Liberdade: a Nova República consolidava-se como regime político, impulsionada pelo êxito do *impeachment* de Fernando Collor, no fim de 1992, conforme versa o subcapítulo 4.3 desta pesquisa e, finalmente, pelo primeiro governo FHC, que encerrou a transição política. Conforme o cientista político Sallum Jr., esse foi o “*momento en que el Estado ganó estabilidad según un nuevo patrón hegemónico de dominación que era moderadamente liberal en temas económicos y que estaba completamente identificado con la democracia representativa*”¹⁴⁴.

¹⁴⁴ SALLUM Jr., Brasílio. *Op. cit.*, p. 276.

Ainda no que diz respeito às informações contidas na tabela 1, referentes aos dias de duração do encontro e às sedes do Fórum, não há alteração digna de nota durante os primeiros seis anos. Entretanto, vale pontuar características que mudaram depois de 1993 para efeito comparativo em relação aos anos precedentes sobre os quais versa esta investigação. Em 2001, o Fórum da Liberdade deixou de ser um encontro de apenas um dia e os debates prolongaram-se, desde então, para dois dias. Além disso, em duas ocasiões, 1999 e 2004, o local do Fórum mudou.

O ano no qual o Fórum da Liberdade adquiriu dois dias de duração foi o mesmo ano que Porto Alegre sediou o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), que se apresentou, desde o princípio, como um espaço de contraponto ao neoliberalismo. De certa maneira, o Fórum da Liberdade tornou-se insignificante diante da magnitude adquirida pelo encontro das esquerdas, que se colocou como uma alternativa não ao possível nêmesis porto-alegrense, mas ao Fórum Econômico de Davos, cuja influência política é incomparável à iniciativa do IEE. Como se sabe, Davos é um consagrado símbolo ligado às elites econômicas mundiais e que foi, em certa medida, obrigado a ampliar o escopo de seus debates por fatores políticos globais de ordem diversa, entre esses, o imperativo do alcance social obtido pelo FSM.

Tendo em vista essa relação de magnitudes desproporcionais entre o Fórum da Liberdade e o FSM, é irônico o fato de que o mote do discurso de encerramento da primeira edição do encontro antisistêmico, lido pelo escritor Luis Fernando Veríssimo, em 2001, seja de fato muito próximo às palavras que nortearam o encerramento da primeira edição do Fórum da Liberdade, em 1988, proferidas pelo presidente do IEE, Carlos Smith. Veríssimo iniciou a leitura de 2001 afirmando: “O Ser Humano é a medida de todas as coisas”¹⁴⁵. No caso de Smith, as palavras conclusivas do Fórum da Liberdade, mais de dez anos antes, foram: “Hoje, mais do que nunca, o homem é a medida de todas as coisas. E a liberdade é o seu maior bem” (I FÓRUM, Fita 05).

As duas versões tomaram como referência a máxima de Protágoras de Abdera para respaldar as respectivas ações que representavam. Percebe-se que ambos procuraram denotar que os encontros tratavam, no fundo, das vidas das pessoas, diferenciando-se sutilmente no uso das palavras do filósofo. O primeiro referiu-se ao “Ser Humano”, o segundo, além do acréscimo sobre a liberdade, usou o termo “homem”. E, nesse último caso, não é exagero dizer que embora ele pretendesse abarcar homens e mulheres, na prática, falava para um encontro organizado por homens e voltado para homens. Esse aspecto foi evidenciado pela

¹⁴⁵ VERÍSSIMO, Luis Fernando. *O Parâmetro Humano*. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

quase totalidade de palestrantes do sexo masculino no período de 1988 a 1993 e a absoluta maioria também masculina entre o público, como se observa nos vídeos.

Se o inexpressivo aumento de um para dois dias, datado de 2001, não causou uma transformação significativa no caráter político do Fórum da Liberdade, o mesmo não se pode dizer em relação às mudanças de local do encontro. A primeira sede do Fórum foi mantida por onze anos no salão de um hotel de luxo no centro de Porto Alegre, o Plaza São Rafael. Em 1999, o encontro ocorreu no centro de eventos da FIERGS, localizado no extremo norte da cidade, que permaneceu como local do Fórum nos quatro anos seguintes. Em 2004, a PUCRS tornou-se a sede, ano no qual o FSM deixava a capital sul-rio-grandense pela primeira vez rumo a Mumbai, depois de acontecer em Porto Alegre nos três primeiros anos. Desse modo, a universidade católica que foi um dos espaços de atividades do FSM no período de 2001 a 2003, deixou de ser palco de debates da esquerda mundial para receber convidados que representavam, fundamentalmente, uma escolha da “elite orgânica” local, ainda que muitos deles fossem estrangeiros.

As razões que motivaram essas duas transferências de lugar que aconteceram no decorrer de uma trajetória de mais de duas décadas, para serem elucidadas, necessitariam de um estudo mais aprofundado a respeito da atuação das sucessivas direções do Fórum. Sem dúvida, a viabilidade de um estudo desse tipo depende da produção de fontes orais, o que deslocaria o foco de análise do Fórum da Liberdade para o IEE e excederia o propósito desta pesquisa. Todavia, a partir de uma comparação entre as características desses três espaços que sediaram o Fórum, como endereço, ligação institucional e quantidade de público, surgem indícios que não podem ser desprezados a respeito do choque semântico exercido pela “elite orgânica”.

Em fins dos anos 1980, o Plaza São Rafael era uma referência de hotel de luxo na capital sul-rio-grandense. Um centro de eventos localizado junto ao tradicional Plaza da Av. Alberto Bins significa, ainda hoje, um ambiente para eventos de prestígio social. No senso comum, mas não equivocadamente, trata-se do chamado evento de “elite”. Contudo, não seria por meio de um encontro voltado para um público seletivo, basicamente composto por empresários locais, que se concretizaria uma difusão ampla e direta de determinados ideais. Exceto, talvez, na visão daqueles que consideravam que a sociedade é composta por empresários em potencial, empreendedores natos, e que até mesmo os mais pobres têm uma

vocação natural para formar a própria empresa¹⁴⁶. Portanto, o espaço do Centro de Eventos do Plaza, usado até 1999, estava de acordo com uma concepção de Fórum da Liberdade voltada a um público mais seletivo, no caso, uma elite de empresários disposta a dispende um dia em reflexões econômicas e políticas sobre o futuro do país e, também, a pagar por isso: corolário da exclusividade do acontecimento.

Um Fórum da Liberdade sediado não mais no centro da cidade, mas no extremo norte, embora mais próximo do aeroporto internacional Salgado Filho, justificou-se porque se tratava de mudança para uma sede com potencial diferenciado. O Centro de Eventos da FIERGS era, à época, recém inaugurado e dotado de uma infraestrutura sem equivalentes na cidade naquele momento. Além disso, havia o fato de pertencer à FIERGS, representante dos interesses dos industriais do Estado, uma entidade que esteve ideologicamente muito próxima do IEE, especialmente nos anos 1980, quando integraram o Movimento pela Liberdade Empresarial descrito no subcapítulo 1.3. Logo, esse movimento de mudança para o Centro de Eventos da FIERGS, somado à diversificação dos temas em debate no Fórum da Liberdade durante os anos 1990, apontou para uma tendência de apresentação do Fórum, diante da sociedade, como um encontro “cultural”, de “livre discussão de ideias”, contrastando com a caracterização dos primeiros anos, marcada por debates mais restritos aos propósitos de um seletivo grupo de empresários, isto é, de uma elite entre eles.

A consolidação dessa tendência esboçada aconteceu em 2003 e 2004. Respectivamente, com a aprovação do Fórum da Liberdade na Lei Rouanet de incentivo à cultura e, finalmente, com a ocupação do espaço da PUCRS¹⁴⁷. Há desdobramentos importantes na passagem dos “centros de eventos” (Plaza São Rafael e FIERGS) para uma grande universidade particular. A nova sede somada à busca de incentivo público por meio de isenção fiscal, não denotou apenas um interesse em atribuir ao Fórum um novo perfil, ligado à “cultura”, mas tornou-o necessário para o êxito na aprovação pelo Ministério da Cultura, em 2003, para que captasse recursos junto à iniciativa privada via Lei Rouanet. Em outras palavras, o Fórum da Liberdade apropriou-se da possibilidade de ser financiado por empresas que, além de obterem propaganda por meio do recurso investido, tiveram a possibilidade de abater de seus impostos porcentagem desse valor.

¹⁴⁶ Essa era a opinião, no terceiro Fórum (1990), de Enrique Ghersi, da Frente Democrática (FREDEMO), partido que lançou a candidatura de Vargas Llosa à presidência do Peru em 1990 e foi derrotado por Alberto Fujimori do partido Cambio 90. Cf. *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 mai. 1990, p. 29.

¹⁴⁷ Conforme a base de dados do Ministério da Cultura, a partir de 2003, o Fórum da Liberdade obteve aprovação para captação de recursos, enquadrando-se no artigo 26. O IEE foi o proponente. SALICNET. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

Um Fórum da Liberdade sob essa nova forma é o que acontece no momento em que estas palavras são escritas em 2011. Esse modelo do encontro, concebido na primeira metade dos anos 2000, foi direcionado a “formadores” de opinião e a estudantes universitários, sob o emblema do “livre” debate de ideias. Essa transformação possibilitou a participação de ídolos *pop*, como o músico Lobão, no mesmo evento em que se manifestaram porta-vozes da direita, como Reinaldo Azevedo, da Revista Veja, e o premiado com o *Libertas*¹⁴⁸, Rodrigo Constantino, para citar apenas palestrantes do vigésimo-quarto Fórum.

2.2 PROTAGONISTAS DA LIBERDADE: PALESTRANTES

A história do Fórum da Liberdade, como dito no subcapítulo anterior, envolveu transformações nas características do encontro que foi adaptado a necessidades identificadas pelo IEE. Um desses aspectos que também passou por alterações foi o perfil dos palestrantes. É interessante realizar uma investigação sobre esse grupo centrando-se naquilo que Michel Foucault, sob axiomas teóricos diferentes daqueles assumidos nesta pesquisa, chamou de “pressupostos” e de “papeis preestabelecidos”, elementos que compõem o “ritual”: o que “define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam”¹⁴⁹. Essa é uma maneira de destacar pessoas e características que foram valorizadas porque foram entendidos como autoridades ou dotados de qualificação superior a alguns: indícios que servem ao entendimento dos objetivos do Fórum da Liberdade.

O número de indivíduos que subiram à mesa do Fórum aumentou com a mudança na duração do evento de um para dois dias em 2001. Contudo, durante o período de análise desta investigação, entre 1988 e 1993, o Fórum tinha apenas um dia de duração e foi caracterizado por uma razoável estabilidade no número de palestrantes, que não foi inferior a dez (sexta edição, 1993) e não foi superior a catorze (terceira edição, 1990). O total de palestrantes foi cinquenta e sete nesses seis anos, excluindo-se mediadores, diretores do IEE e autoridades

¹⁴⁸ “O IEE criou, em 1997, o Prêmio *Libertas*, para comemorar os dez anos do Fórum da Liberdade. É conferido aos empreendedores que se destacam no trabalho pela valorização dos princípios de economia de mercado e de respeito ao Estado de Direito democrático”. INSTITUTO de Estudos Empresariais. Disponível em: <http://www.iee.com.br/forum_da_liberdade>. Acesso em: 20 ago. 2011.

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999, p. 39.

eventualmente presentes. Nesses seis anos iniciais, houve a presença de mulheres palestrantes apenas em 1992 (Jo Ann Kwong e Magda Renner), e o número de mulheres que subiram à mesa de debates, mesmo depois da mudança para a PUCRS, permaneceu bastante inexpressivo¹⁵⁰.

A Tabela 2 foi elaborada para possibilitar um melhor entendimento a respeito das escolhas, conscientes ou não, realizadas pelos organizadores do Fórum como forma de constituir o corpo de palestrantes de cada edição. Os critérios que, na tabela, sucedem o nome de cada um dos palestrantes indicam em quais edições o sujeito esteve presente, qual a ocupação que tinha à época de suas participações e que foram divulgadas pelo Fórum e, finalmente, em qual área de projeção social, ligada à atividade que justificava a presença no Fórum, ele pode ser enquadrado. Para esse último critério, foram criadas quatro grandes áreas: “político-partidária”, “liderança empresarial”, “intelectual” e “outros”. É indispensável fazer alguns esclarecimentos sobre esses quatro grupos para prosseguir com a análise do perfil dos palestrantes.

Tabela 2 – Palestrantes do Fórum da Liberdade (1988 – 1993)¹⁵¹

Nome	Edições presente	Formação ou ocupação	Área de projeção
Roberto Campos	I, VI	I - Senador pelo Partido Democrático Social (PDS). VI - Deputado federal (PDS).	Político-partidária
Amaury Temporal	I	Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.	Liderança empresarial
Jorge Gerdau Johannpeter	I, II, III	I - Presidente do Grupo Gerdau e Presidente da Associação das Siderúrgicas Privadas. II - Presidente do Grupo Gerdau e Presidente do Conselho dos IL. III - Presidente do Grupo Gerdau.	Liderança empresarial
Roberto Bornhausen	I	Presidente do Unibanco.	Liderança empresarial
César Rogério Valente	I, III	I - Presidente da FEDERASUL, III - Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB).	Liderança empresarial

¹⁵⁰ As descrições de cada edição do Fórum, acessadas em 2007 e 2008 no sítio do encontro <www.forumdaliberdade.com.br>, atestam essa afirmação.

¹⁵¹ Do mesmo modo que a Tabela 1, esta também foi constituída a partir de informações dos registros audiovisuais do período analisado (1988 – 1993), por páginas dos sítios de Internet do IEE <www.iee.com.br> e do Fórum da Liberdade <www.forumdaliberdade.com.br>, acessadas no período de 2007 a 2011 e, também, por buscas *online* em notas de imprensa por meio do Google <www.google.com>.

Jorge Simeira Jacob	I, II	I - Presidente do Grupo Fenícia. II - Presidente do IL de São Paulo.	Liderança empresarial
Luiz Carlos Mandelli	II, III	Presidente da FIERGS.	Liderança empresarial
Fernando Collor de Mello	I (não compareceu no II)	Governador de Alagoas.	Político-partidária
Luiz Antônio Medeiros	I	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.	Outros
Flávio Antônio Corrêa	I	Publicitário e Presidente da empresa Ogilvy & Mather.	Liderança empresarial
Donald Stewart Júnior	I, II, IV	I, II – Diretor-presidente do IL do Rio de Janeiro. IV – Presidente do Conselho dos IL.	Liderança empresarial
Henry Maksoud	I, II, III, VI	Presidente do Grupo Visão.	Liderança empresarial
Manoel Francisco do Nascimento Brito	I	Presidente do Conselho do Grupo Jornal do Brasil.	Intelectual
Luis Inácio Lula da Silva	II	Candidato à presidência da República pelo PT.	Político-partidária
Roberto Freire	II	Candidato à presidência da República pelo PCB.	Político-partidária
Leonel Brizola	II	Candidato à presidência da República pelo PDT.	Político-partidária
Mário Covas	II	Candidato à presidência da República pelo PSDB.	Político-partidária
Ronaldo Caiado	II	Candidato à presidência da República e presidente da UDR.	Liderança empresarial
Paulo Rabello de Castro	II, IV, VI	Economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV).	Intelectual
Alvaro Alsogaray	III	Assessor do presidente argentino Carlos Menem (1989 – 1999).	Político-partidária
José Eduardo Andrade Vieira	III	Presidente do Banco Bamerindus.	Liderança empresarial
Jorge Batlle	III	Senador uruguaio (Partido Colorado).	Político-partidária
Armando de La Torre	III, IV	Filósofo guatemalteco.	Intelectual
Hernan Büchi	III	Ex-ministro da economia do Chile.	Político-partidária
Enrique Gherzi	III	Deputado federal peruano (Movimiento Libertad).	Político-partidária
Ozires Silva	III	Ministro da infraestrutura do governo Collor.	Político-partidária
Geraldo J. Gardenalli	III	Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia.	Político-partidária
Alberto Benegas Lynch	III	Economista argentino.	Intelectual
Paulo Guedes	III, IV	III – Economista do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). IV – Economista.	Intelectual
Hélio Jaguaribe	IV	Cientista político.	Intelectual
Emílio Pacheco	IV	Filósofo mexicano radicado nos EUA.	Intelectual
Miguel Reale Jr.	IV	Advogado.	Intelectual
Ives Gandra Martins	IV, VI	Advogado.	Intelectual
Edmar Bacha	IV	Economista.	Intelectual
José Fogaça	IV	Senador.	Político-partidária
Roberto Salinas	IV	Filósofo mexicano.	Intelectual

André Lara Resende	IV	Economista.	Intelectual
Carlos Estevam Martins	IV	Ex-Secretário da Educação de São Paulo.	Político-partidária
Richard Stroup	V	Economista estadunidense da Universidade de Washington.	Intelectual
Terry Anderson	V	Economista estadunidense da Universidade de Washington.	Intelectual
Magda Renner	V	Amigos da Terra Internacional.	Outros
Moacir Schroeder	V	Supervisor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).	Outros
José Luiz Carvalho	V	Economista.	Intelectual
Jo Ann Kwang	V	Administradora estadunidense.	Intelectual
Fernando Gabeira	V	Jornalista e fundador do Partido Verde (PV).	Político-partidária
Omar Carneiro da Cunha	V	Presidente da SHELL no Brasil.	Liderança empresarial
Herbert Levy	V	Diretor do jornal Gazeta Mercantil.	Intelectual / liderança empresarial
Walter Block	V	Administrador estadunidense.	Intelectual
Rui de Góes	V	Líder do Greenpeace – Brasil.	Outros
Julio César Mesquita	V	Diretor do jornal Estado de São Paulo.	Intelectual / liderança empresarial
Gilberto Mestrinho	V	Governador do Amazonas.	Político-partidária
Richard Epstein	VI	Professor de Direito nos EUA na Universidade de Chicago.	Intelectual
Nelson Jobim	VI	Deputado federal pelo PMDB.	Político-partidária
James Buchanan	VI	Economista e professor da Universidade George Mason (Prêmio Nobel de Economia em 1986).	Intelectual
Aloísio Mercadante	VI	Deputado federal pelo PT.	Político-partidária
Douglas Guinsburg	VI	Juiz nos EUA.	Outros
José Paulo Bisol	VI	Senador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).	Político-partidária

Um indivíduo pode pertencer a mais de uma dessas quatro “áreas de projeção”, ou seja, é possível que seja considerado pelos pares uma autoridade intelectual em tema específico de conhecimento e, também, um político de trajetória reconhecida. Entretanto, optou-se por enquadrá-los em apenas uma dessas: aquela vinculada à ocupação do palestrante que era divulgada pelo Fórum, isto é, que foi considerada a mais interessante para ser enunciada pelos organizadores.

Nesse sentido, a área “político-partidária” corresponde ao que se pode designar como “político de profissão”, sujeitos que se dedicavam a ocupar cargos públicos, que pertenceram a partidos e foram, por isso, reconhecidos socialmente. Estão em “liderança empresarial” aqueles que se apresentavam como representantes de um grupo específico da sociedade, o empresariado, e dedicaram-se a defender, sobretudo, os interesses próprios como grupo, ainda

que se colocassem como porta-vozes do desenvolvimento, dos cidadãos, da nação etc. No grupo “intelectual”, foram enquadrados aqueles que se dedicaram ao ensino, à pesquisa ou à divulgação de ideias com o estatuto de científicas, como professores de universidades e funcionários de institutos de pesquisa. Os diretores de jornais não foram incluídos nesse último grupo, mas em “liderança empresarial”, pois estão à frente de uma empresa e, portanto, submetidos a uma lógica de mercado de maneira que se distanciam mais da autonomia de um professor universitário e aproximam-se dos demais empresários que também têm como imperativo a manutenção da viabilidade econômica dos empreendimentos que dirigem.

Entre os cinquenta e cinco homens e as duas mulheres que figuram na tabela, dezenove foram alocados na área “político-partidária”, outros dezenove em “intelectual”, catorze em “liderança empresarial” e cinco em “outros”. Os cinco palestrantes que não se encaixaram nessas três primeiras áreas foram o líder do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros (primeiro Fórum, 1988), a ambientalista Magda Renner (quinto Fórum, 1992), o supervisor do IBAMA à época, Moacir Schroeder (quinto Fórum), o líder do Greenpeace no Brasil, Rui de Góes (quinto Fórum) e o juiz estadunidense Douglas Guinsburg (sexto Fórum, 1993). Percebe-se que três deles estiveram no quinto Fórum. Além disso, dois deles, Rui de Góes e Magda Renner, junto a Luis Antônio Medeiros, eram representantes da sociedade civil organizada como ONG, no caso dos dois primeiros, ou como sindicato, no caso de Medeiros. Guinsburg e Schroeder eram funcionários do Estado.

A representatividade das três grandes áreas de atuação está aparentemente equilibrada, com um número um pouco menor de líderes empresariais. Somando esses três grupos há cinquenta e dois palestrantes, isto é, quase a totalidade deles. Contudo, há um aspecto de desequilíbrio quantitativo a respeito dessas presenças que é indispensável de se considerar: alguns estiveram presentes em duas, três e, até mesmo, quatro edições do Fórum. E esse é o ponto mais relevante evidenciado pela tabela, no que diz respeito ao grupo de porta-vozes escolhidos pelo IEE para representarem a “liberdade” nos primeiros anos de Fórum. Sete indivíduos estiveram presentes em duas edições, três estiveram presentes em três edições e um esteve presente em quatro edições.

É importante frisar que as escolhas de palestrantes e suas consequentes presenças representavam posições políticas e opiniões razoavelmente delimitadas. A pronúncia do nome de um palestrante invocava conteúdos perlocucionários que não podem ser desprezados, ligados às respectivas trajetórias de cada um desses convidados. Uma mesa composta pelo Nobel de economia James Buchanan, ex-presidente (1984 – 1986) e membro da Sociedade Mont Pelerin, que esteve no sexto Fórum (1993), pode ter mais relevância do que aquilo por

ele pronunciado em quinze ou vinte minutos de fala, porque o indispensável é o que ele representa, ainda que ali, especificamente, não o diga. Os exemplos nesse sentido foram vários, entretanto, é complexo precisar o grau de importância atribuída a um palestrante, exceto, por meio do número de vezes que esteve presente ou pela nacionalidade do mesmo, pois trazer um estrangeiro é potencialmente mais caro e trabalhoso.

Não se pode concluir que esses onze homens que estiveram em mais de um Fórum eram exatamente aqueles quem os organizadores mais aspiravam à presença entre os cinquenta e sete. Há que se considerar a eventual dificuldade e até impossibilidade de certos convidados virem por uma segunda ou terceira vez no encontro. Além disso, é muito provável que certos nomes estivessem fora das possibilidades de alcance do Fórum, ainda que fossem de grande interesse para o IEE. O estadunidense Milton Friedman é um exemplo nesse sentido, que por uma ou mais razões nunca esteve em um Fórum da Liberdade. De qualquer modo, esses onze homens corresponderam, em alguma medida, às expectativas e aspirações políticas que interessavam que fossem divulgadas naquele espaço, contribuindo com suas ideias para o repertório que legitimava a posição oficial do IEE, ligada ao neoliberalismo e, por isso, assentada em uma redefinição do conceito de liberdade.

Conforme os dados da Tabela 2, os sete homens que debateram em duas edições foram: Armando de La Torre, César Rogério Valente, Ives Gandra Martins, Jorge Simeira Jacob, Luiz Carlos Mandelli, Paulo Guedes e Roberto Campos. Em três desses casos estão representadas instituições que formaram fortes afinidades ideológicas com o IEE, conforme discutido no primeiro capítulo. Trata-se da FEDERASUL, da FIERGS e da antiga rede de Institutos Liberais.

César Rogério Valente esteve no primeiro e no terceiro Fórum. Em 1988, como presidente da FEDERASUL e, em 1989, como presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). Luiz Carlos Mandelli, em 1989 e 1990 como presidente da FIERGS. Simeira Jacob, por sua vez, esteve, em 1988, como presidente do Grupo Fenícia, que incluía “a Prosdócimo, as Lojas Arapuã e a Neugebauer”¹⁵². No ano seguinte, ele era também presidente do IL de São Paulo. Os outros quatro homens, ainda que não representassem instituições com vínculos tão afins, autodenominavam-se “liberais” e reiteravam propostas postuladas nos respectivos anos pelo IEE. Um deles, Ives Gandra Martins, coordenou a proposta de reforma da Constituição, apresentada pelo IEE em 1993. E o guatemalteco Armando de La Torre agiu em mais de uma ocasião como um divulgador das

¹⁵² Zero Hora, *Porto Alegre*, 05 abr. 1989, p. 19.

ideias da Escola Austríaca e contundente crítico das atribuições sócioeconômicas dos Estados latino-americanos.

Os três palestrantes que estiveram presentes em metade das edições de 1988 a 1993 foram Jorge Gerdau Johannpeter, Donald Stewart Jr. e Paulo Rabello de Castro. Jorge Gerdau era há anos uma proeminente liderança empresarial brasileira e o Grupo Gerdau, um dos principais investidores do IEE e um dos patrocinadores do Fórum da Liberdade. Stewart Jr., que também era um líder empresarial, proprietário de um empreendimento de engenharia civil, denotava a afinidade existente entre o IEE e os Institutos Liberais, do qual ele era o fundador e principal ativista. O IL tem, atualmente, um concurso de monografias que leva o nome dele. Em 2011, houve o VIII Prêmio Donald Stewart Jr.¹⁵³. Paulo Rabello, por fim, é um economista autodenominado liberal que se dedicou, em suas participações no Fórum, a embasar as propostas políticas ali apresentadas por meio do discurso econômico. Doutorou-se na Universidade de Chicago, sede do monetarismo de Friedman.

Por fim, quem esteve presente em quatro anos foi o empresário Henry Maksoud que, de 1988 a 1993, esteve ausente apenas do quarto e do quinto Fórum. Ardoroso defensor do liberalismo e divulgador das ideias da Escola Austríaca, também é membro da Sociedade Mont Pelerin. Foi dono da revista *Visão* a partir da década de 1970, publicando críticas ao “estatismo” da ditadura civil-militar, e também é proprietário de uma rede de hotéis, que inclui o Maksoud Plaza, em São Paulo, além de empresas de tecnologia. Henry Maksoud representou, sem dúvida, o perfil do empresário que não se reduz a atuar como administrador, mas que se envolve em diversos campos de atuação e, em especial, na formação e propagação de ideias, o que expressou não apenas por meio da *Visão*, como também em sua experiência como apresentador de um programa de televisão na Rede Bandeirantes, em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, e por meio da participação pessoal em dezenas de associações, sociedades etc¹⁵⁴. Maksoud era um dos maiores exemplos de liderança para os jovens empresários reunidos e mobilizados pelo IEE e pelo Fórum da Liberdade, portanto, representava a defesa da liberdade naquele espaço.

¹⁵³As informações sobre o prêmio evidenciam a existência de uma rede neoliberal internacional: “O Prêmio Donald Stewart Jr. é uma iniciativa do Instituto Liberal - IL, na pessoa do presidente Paulo Stewart, com o apoio da Foundation for Economic Education - FEE, do Cato Institute, do Instituto Millenium, do OrdemLivre.org e do Instituto Brasil Estados Unidos - IBEU e se destina a jovens de 18 a 30 anos completos, matriculados em Cursos Superiores ou de pós-graduação (*stricto sensu* ou *lato sensu*)”. Cf. PRÊMIO Donald Stewart Jr. Disponível em: <<http://www.institutoliberal.org.br>>. Acesso em: 29 mai. 2011.

¹⁵⁴Há um breve currículo de Maksoud na página da Escola de Engenharia da Universidade de Iowa, onde ele estudou: HENRY MAKSOUD, MS 1954 in Mechanics and Hydraulics. Disponível em: <<http://www.engineering.uiowa.edu/honor-wall/alumni-academy/members/maksoud.php>>. Acesso em: 29 mai. 2011.

No que diz respeito aos palestrantes estrangeiros, houve, via de regra, dois critérios para convidá-los: a atuação política ou profissional ligada ao tema em debate naquele ano e a apresentação de propostas que corroborassem a posição do IEE a respeito da discussão. Em 1988 e 1989 não houve palestrantes estrangeiros. Essa iniciativa surgiu a partir de 1990, ano no qual o título do encontro esteve ligado à América Latina. Seis estrangeiros foram convocados, dois acadêmicos liberais, o argentino Alberto Benegas Lynch e o guatemalteco Armando de La Torre, e quatro políticos estrangeiros: Alvaro Alsogaray, Jorge Batlle, Hernán Büchi e Henrique Ghersi.

Alsogaray, argentino, era assessor do presidente Carlos Menem, governo representante da “virada neoliberal” na América Latina. Batlle, à época, era senador uruguaio pelo Partido Colorado. Posteriormente, foi presidente do país entre 2000 e 2005, ou seja, foi o último presidente antes da ruptura promovida pela vitória da Frente Ampla, representada por Tabaré Vázquez. Hernán Büchi, economista, foi o último ministro da fazenda do governo Pinochet, ocupou o cargo de 1985 a 1989 e sofreu uma derrota para Patricio Aylwin quando concorreu nas eleições presidenciais chilenas de 1989. Büchi representava a União Democrática Independente (UDI) e Aylwin, o Partido Demócrata Cristão (PDC). Por fim, Ghersi, era aliado de Vargas Llosa nas eleições presidenciais do Peru em 1990: ano no qual o escritor foi derrotado por Alberto Fujimori. Em síntese, todos representaram, em maior ou menor medida, o neoliberalismo como uma alternativa política que se apresentou como via inexorável da “liberdade”¹⁵⁵.

No quarto Fórum (1991), os estrangeiros foram Emilio Pacheco, Roberto Salinas e, novamente, Armando de La Torre, todos eles filósofos e defensores do que designavam simplesmente como “liberalismo” e que, na realidade, eram teorias acerca da iminente aplicação dos princípios neoliberais à realidade latino-americana. Em 1992, Richard Stroup, Terry Anderson, Jo Ann Kwong e Walter Block estiveram centrados, como dito, em questões ambientais e, mais precisamente, em ampliar o alcance da esfera de domínio da propriedade privada, tida como vetor da liberdade, ao ponto dela englobar potencialmente os animais e os recursos do planeta, inclusive a água. E, em 1993, Richard Epstein, James Buchanan e Douglas Guinsburg foram reunidos com a intenção de comentar a respeito da suposta necessidade de alterações profundas na Constituição de 1988, sob a justificativa, novamente, da necessidade de se ampliar a liberdade obstaculizada pelo documento. Evidentemente, a

¹⁵⁵ “[...] os principais representantes latino-americanos no Fórum da Liberdade são perdedores de eleições. Bucchi disputou a presidência do Chile com Patricio Aylwin; Alsogaray estava entre os derrotados por Carlos Menem na Argentina e; e Batlle perdeu para Luis Alberto Lacalle, no Uruguai”. Cf. Zero Hora, *Porto Alegre*, 09 mai. 1990, p. 31.

grande atração desse ano foi Buchanan, o primeiro Nobel de Economia a vir ao Fórum da Liberdade, além de ser também um membro da Sociedade Mont Pelerin¹⁵⁶.

Por meio desses dois critérios, o número de presenças e o número de palestrantes estrangeiros nos encontros de 1988 a 1993, é perceptível que em ambos os casos foram privilegiados os difusores de ideias que contribuíam para a aplicação de princípios do neoliberalismo. Essa conclusão reitera que não existe um debate de ideias desprezado de quaisquer interesses normativos. Pretensão que corresponde à falsa imagem divulgada pelo IEE a respeito do Fórum. Entretanto, para que um debate exista de fato, não se pode contar exclusivamente com matizes do pensamento autodenominado liberal que, em última instância, atribuíram proeminência aos mesmos significados de liberdade ligados à chamada “liberdade negativa” e à imagem do Estado como opressor. Portanto, de maneira análoga à necessidade de se produzir socialmente uma “elite dentro da elite”, mecanismos para que prevalecessem determinados pontos de vista no Fórum foram criados, possibilitando, no decorrer do tempo, uma contribuição à reconfiguração do conceito de liberdade.

Um título temático escolhido para cada ano, a seleção de palestrantes, a eleição de alguns indivíduos como desejáveis e viáveis para retornarem ao Fórum, bem como o investimento realizado para trazer estrangeiros alinhados com o discurso neoliberal, são todos mecanismos que possibilitaram a proeminência de um conceito de liberdade específico. Essas ênfases em estratos condizentes com o neoliberalismo ocorreram em detrimento daqueles divulgados por palestrantes que não podem ser considerados representantes ou porta-vozes de uma “elite orgânica” neoliberal. Esses indivíduos que não se pode considerar como alinhados ao neoliberalismo naquele período, nunca estiveram ausentes das edições analisadas. Não é apenas o caso de políticos com trajetória ligada às esquerdas, como Lula ou Brizola, mas também foi o que houve com Collor no primeiro Fórum (1988), quem realizou um discurso que foi apontado como demagógico porque indicou a necessidade de reforma no capitalismo. Essa crítica ao modo de produção foi recebida com hostilidade por Simeira Jacob e Henry Maksoud. Assim, embora Collor seja identificado como chefe de um governo que se voltou para o neoliberalismo, como é analisado no subcapítulo 4.3, no primeiro Fórum da Liberdade o discurso de Collor foi repudiado.

¹⁵⁶ Outros três vencedores do Nobel de economia estiveram no Fórum da Liberdade depois de Buchanan: Gary Becker, na sétima edição (1994), James Heckman, na décima (1997) e Douglas North, na décima oitava (2006). Apenas James Heckman, entre os quatro laureados, participou do Fórum antes de vencer o prêmio. Como Buchanan, Gary Becker também é membro de Mont Pelerin. Cf. FÓRUM da Liberdade. Disponível em: <<http://www.forumdaliberdade.com.br/fl24/sobre-o-forum>>. Acesso em: 20 ago. 2011; THE MONT Pelerin Society. Disponível em: <<http://www.montpelerin.org>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

Todavia, atestar o funcionamento de tais mecanismos que permeiam o “ritual” do Fórum não é afirmar que os debates são uma mera encenação, pois o terceiro encontro (1991) demonstrou que duas vertentes podem estar representadas de modo razoavelmente equânime. Ainda assim, nesse caso, a delimitação do debate baseado na oposição entre liberalismo e social-democracia foi a característica que assegurou a exclusão de sentidos de liberdade tidos como incômodos e declarados como anacrônicos.

Por fim, para encerrar a demonstração de que o Fórum da Liberdade foi um instrumento político para preconizar uma via neoliberal para o Brasil, resta explicitar que as temáticas que orientaram as discussões, bem como, parcela dos indivíduos que vieram ao Fórum, estavam em consonância não apenas com uma iniciativa isolada de um grupo de empresários brasileiros preocupados com os rumos da Nova República. Afinal, como afirmado na Introdução e no capítulo 1, o movimento em favor da propagação e consolidação de uma liberdade específica no momento histórico em questão ocorreu internacionalmente e o Fórum da Liberdade não estava alheio a isso.

2.3 INSTITUIÇÕES DA LIBERDADE: A REDE NEOLIBERAL

O IEE, por meio do Fórum da Liberdade e de outras iniciativas, não foi uma ilha de neoliberalismo situada no Rio Grande do Sul na década de 1980. Parte do êxito e da perenidade desse encontro foi consequência da inserção do instituto dentro de um amplo processo histórico que envolveu a reestruturação do capitalismo, como apontou o capítulo 1. Todavia, o instituto responsável por essa ação jamais atuou de maneira isolada, ainda que independente. Logo, a originalidade ou o pioneirismo do IEE é relativo. O Fórum da Liberdade sempre aconteceu com o apoio de patrocinadores desde a primeira edição e o IEE não foi a única instituição no Estado, no país e, principalmente, no mundo, a receber apoio para divulgar o neoliberalismo como única via de desenvolvimento consonante com a liberdade.

Nas primeiras edições do Fórum, a metalúrgica Gerdau, o banco Bamerindus e a distribuidora de derivados do petróleo Petropar, entre outras, foram algumas das patrocinadoras do encontro (FÓRUM, Solenidade de abertura; II FÓRUM, Fita 01; III

FÓRUM, Solenidade de abertura e I Painel; IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I). Contudo, o interesse corporativo nas ações do instituto não se esgotou nas empresas patrocinadoras. O IEE sempre funcionou por meio de investidores e do apoio de associados. Conforme a lista que consta atualmente no sítio do IEE, cada um dos membros está vinculado a uma empresa, o que demonstra que apesar de serem pessoas físicas, não são apenas interesses individuais em jogo, mas também relações institucionais. Igualmente, há uma lista de empresas investidoras no instituto *online*¹⁵⁷.

A partir da descrição das ações promovidas pelo IEE realizada na abertura do terceiro Fórum (1990) pelo presidente da instituição, Eduardo Araújo Santos (1989 – 1990), é possível que se avalie a relativa originalidade e inserção do IEE dentro de um movimento mais amplo:

Nosso objetivo principal, a formação de lideranças dentro dos princípios de defesa da livre iniciativa e da economia de mercado, exige um trabalho consistente e contínuo. Além de uma intensa programação de eventos internos, tivemos a oportunidade de promover seminários abertos ao público, participamos de diversos debates em universidades e em várias entidades de classe. Sempre que possível, nos manifestamos através da imprensa, defendendo e esclarecendo nossas posições. Nosso instituto está em processo permanente de evolução. A idade limite de 35 anos para participação obriga a uma renovação constante no quadro de associados. Temos vários novos associados. Novas lideranças estão surgindo. Muitos de nossos associados têm participação destacada em várias entidades de classe, associações ou grupos, locais onde professam sua fé na livre iniciativa e na economia de mercado. Nosso trabalho é de longa duração e os frutos serão colhidos ao longo dos anos. Trabalhamos no nível das ideias e isso requer tempo para os resultados (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º Painel).

As declarações do então presidente do IEE destacam a relativa excepcionalidade do instituto e, simultaneamente, as ações da organização que não eram prerrogativas exclusivas dessa “elite orgânica”. Enquanto que o instituto destinou-se fundamentalmente ao treinamento de lideranças, a rede dos IL, por exemplo, buscou elaborar estudos visando influenciar políticas públicas, atividade característica de um “*think tank*”. Como mencionado, o IL do Rio Grande do Sul compartilhou membros das diretorias com o IEE. Conforme a cientista política Denise Gros, houve dez membros em comum nas gestões do IEE de 1984 a 1990 e do IL-RS de 1986 a 1990¹⁵⁸. Portanto, houve um vínculo constituído entre essas instituições. Corolário disso foi a presença de Stewart Jr. em três edições das seis primeiras do Fórum da Liberdade. Nesse sentido, é interessante acompanhar a trajetória que possibilitou a criação dos Institutos

¹⁵⁷ As empresas de âmbito nacional, listadas no último acesso em 2011, eram Gerdau (siderurgia), Localiza (agência de aluguel de carros) e Suzano (área de papel e celulose), entre outras de atuação regional. Cf. IEE – Instituto de Estudos Empresariais. Disponível em: <<http://www.iee.com.br/investidores>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

¹⁵⁸ GROS, Denise Barbosa. Levantamento manuscrito.

Liberais, pois o IEE também se inseriu nesse amplo processo de internacionalização dos “*think tanks*” neoliberais na década de 1980.

A instituição que serviu de modelo à rede dos IL no Brasil, assim como a muitos outros “*think tanks*” no mundo, foi o Institute of Economic Affairs (IEA) de Londres, fundado pelo ativista “liberal” Anthony Fisher (1915 – 1988) em 1955. Parte da motivação pessoal para que o empresário entrasse no campo das disputas políticas veio da leitura de “O Caminho da Servidão” (1944), de Hayek, e de uma advertência do autor austríaco: não adiantaria travar uma batalha na Inglaterra de meados do século XX, contra o socialismo, se o clima intelectual não fosse alterado¹⁵⁹.

Como tratado no capítulo anterior, Hayek foi um economista autodenominado liberal que deixou Viena e partiu para a Inglaterra. Essa mudança foi a convite de um professor da London School of Economics (LSE), da Universidade de Londres, Lionel Robbins. Esse foi um dos economistas ingleses que compôs a reunião fundacional de Mont Pelerin em 1947. Hayek e Robbins, junto a outros colegas, fortaleceram uma posição em prol do liberalismo econômico em oposição aos profissionais de Cambridge e Oxford, universidades nas quais os keynesianos eram predominantes em um momento histórico no qual o *mainstream* era dominado pelas propostas de Keynes. Foi na LSE que se consolidou uma matriz de crítica aos rumos da economia capitalista nos anos 1930 e 1940. Isso possibilitou, intelectualmente, a fundação do IEA¹⁶⁰.

Uma vez tendo adquirido êxito como empresário, Fisher iniciou o trabalho de divulgação de ideias, em acordo com a sugestão de Hayek, por meio da criação de um instituto autônomo de pesquisas, voltado à formulação de propostas baseadas em alternativas de mercado para influenciar políticas públicas. Assim surgiu o IEA, que adquiriu relevância nas décadas seguintes, enquanto seu fundador orientava o surgimento de “*think tanks*” de perfil semelhante à experiência inglesa do outro lado do Atlântico, como o Manhattan Institute e o Fraser Institute¹⁶¹.

O IEA foi reconhecido como importante centro de subsídios intelectuais para as políticas do período de governo de Thatcher (1979 – 1990). Como observou Denise Gros,

para compor o Institute of Economic Affairs, Anthony Fisher escolheu um grupo de pessoas que representava, na realidade, uma mistura de economistas renegados liberais dos dois partidos: o próprio Fisher e Ralph Harris vinham do Partido Conservador, e Arthur Seldon e Oliver Smedley

¹⁵⁹ ATLAS Network. Disponível em: <atlasnetwork.org>. Acesso em: 03 jul. 2011.

¹⁶⁰ COCKETT, Richard. *Thinking the unthinkable. Think-tanks and the economic counter-revolution 1931-1983*. London: Harper Collins, 1995. *Apud* GROS, Denise Barbosa. *Institutos... Op. cit.*, p. 92 – 97.

¹⁶¹ ATLAS Network. Disponível em: <atlasnetwork.org>. Acesso em: 03 jul. 2011.

vinham do Partido Liberal. Essa mistura viria a se constituir na essência do thatcherismo: um novo tipo de conservadorismo baseado no liberalismo clássico¹⁶².

Uma das estratégias utilizadas pelo IEA e reproduzidas por outras instituições, como o IEE, era registrá-lo como uma entidade civil sem aparentes vinculações políticas, em especial, partidárias. No caso do IEA, como era definido como uma organização voltada à caridade e à educação, isso permitiu que recebesse doações dedutíveis do Imposto de Renda. Isso, ademais de facilitar a arrecadação de fundos para as ações, também era uma maneira de obscurecer os objetivos fundamentalmente políticos da instituição perante os adversários¹⁶³.

Outras características da atuação política do IEA foram o trabalho de longo prazo por meio da “educação” (em um sentido amplo), com o foco desse esforço centrado em intelectuais e em formadores de opinião, e a divulgação das propostas por meio de publicações baratas e de fácil acesso. Essas iniciativas estavam baseadas naquilo que os dirigentes da IEA acreditavam que foi fundamental para o êxito da disseminação de ideias socialistas, em especial dos fabianos¹⁶⁴ na Inglaterra. Novamente, há uma proximidade com as atividades do IEE, conforme o discurso de abertura do Fórum de 1990, que revelou o particular esforço do instituto em desenvolver atividades “educativas”.

Nas publicações deles, usavam também o recurso de “*infiltration in reverse*”, apontado por Richard Cockett e citado por Denise Gros¹⁶⁵. A chamada “infiltração reversa” significava incluir nessas publicações os textos de autores que não estavam totalmente alinhados com as proposições do IEA. Era um modo de mascarar a existência de uma posição política oficial do instituto. Evidentemente, predominavam aqueles autores que iam ao encontro das ideias da organização. Hayek e Friedman, por exemplo, foram colaboradores que contribuíram para o reconhecimento do IEA graças à notoriedade que tinham como economistas. Nesse aspecto da “infiltração reversa”, é possível uma analogia com a atuação política do IEE, pois é um elemento crucial do Fórum da Liberdade a ser retomado no final deste capítulo.

Durante esse processo de desenvolvimento do IEA, Fisher protagonizou a criação da Atlas Economic Foundation, também designada Atlas Network, em 1981. Essa organização foi fundada com o específico objetivo de difundir e assessorar instituições neoliberais no

¹⁶² COCKETT, Richard. *Op. cit. Apud GROS, Denise Barbosa. Institutos... Op. cit.*, p. 99.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 100.

¹⁶⁴ Sociedade de socialistas pragmáticos fundada em fins do século XIX. Influenciou a formação do *Labour Party* (Partido Trabalhista).

¹⁶⁵ COCKETT, Richard. *Op. cit. Apud GROS, Denise Barbosa. Op. cit.*

mundo inteiro, em especial, aquelas que se pode atribuir a designação de “*think tank*”, nos termos que constam na introdução desta pesquisa.

Conforme a página da Atlas Network:

*Fisher lived in San Francisco in 1981 when, with the help of his second wife Dorian, he founded the Atlas Economic Research Foundation to institutionalize this process of helping start up new think tanks. Friends like Milton Friedman, Friedrich Hayek, and Margaret Thatcher applauded the idea of replicating the IEA model far and wide*¹⁶⁶.

A “Missão” da Atlas é “*discover, develop and support Intellectual Entrepreneurs worldwide who advance the Atlas vision of a society of free and responsible individuals*”¹⁶⁷. Evidentemente, essa visão de sociedade tem determinados pré-requisitos: liberdade individual, direito de propriedade e ordem de mercado. A definição de “*intellectual entrepreneur*”, isto é, de “intelectual empreendedor”, divulgada pelo sítio de Internet da Atlas, vai ao encontro da noção de “elite orgânica”: “*an Intellectual Entrepreneur is an individual who discovers a need for a new idea or policy solution and has the talent and willingness to attract resources and allocate them to satisfy that need*”¹⁶⁸. É claro que a conceituação dos próprios agentes políticos da Atlas não explicita o conteúdo ligado ao pertencimento econômico e social desses agentes, sobretudo, de classe social, o que vai de encontro à conceituação de “elite orgânica”. De qualquer modo, é importante o fato de ser um objetivo declarado da Atlas o trabalho com indivíduos que se encaixam nessa definição. Isso evidencia que a rede tem como princípio realizar uma articulação política que resulte no desenvolvimento de atores que, nos termos do IEE, são chamados simplesmente de “lideranças empresariais”. Na prática, isso é o mesmo que “intelectuais empreendedores”.

Com a finalidade de demonstrar a abrangência à adesão dos princípios e à “Missão” da Atlas, a instituição disponibilizou na Internet um mapa, o Global Atlas Directory, no qual é possível localizar organizações do mundo inteiro que compõem essa rede. Como pressuposto para integrá-la, é necessário que o membro atue ao encontro dos princípios da organização,

¹⁶⁶ “Fisher viveu em São Francisco em 1981 quando fundou, com a ajuda de sua segunda esposa Dorian, a Atlas Economic Research Foundation para institucionalizar o processo de auxílio ao surgimento de novos *think tanks*. Amigos como Milton Friedman, Friedrich Hayek e Margaret Thatcher aplaudiram a ideia de replicar o modelo do IEA de maneira difusa e em lugares distantes”. ATLAS Network. Disponível em: <<http://atlasnetwork.org/blog/2010/01/founders-story>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

¹⁶⁷ “Descobrir, desenvolver e apoiar Intelectuais Empreendedores, no mundo inteiro, que promovem a visão da Atlas de uma sociedade de indivíduos livres e responsáveis”. ATLAS Network. Disponível em: <<http://atlasnetwork.org/blog/2010/01/mission>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

¹⁶⁸ “Um intelectual empreendedor é um indivíduo que descobre uma necessidade de uma nova ideia ou solução política e tem o talento e a vontade para atrair recursos e alocá-los para satisfazer aquela necessidade”. CHAFUEN, Alex. *What is na Intellectual Entrepreneur?* Disponível em: <<http://atlasnetwork.org/blog/2010/01/mission>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

trabalhando para promovê-los. A Atlas orgulha-se de apoiar, em 2011, em mais de trinta países o trabalho de mais de quatrocentos “*market-oriented think tanks*”, ou seja, organizações voltadas à proposta do IEA de propor políticas públicas baseadas em soluções de “livre” mercado.

Entre as dezenas de instituições que constam na rede da Atlas, há oito brasileiras. Uma delas está em Brasília, a Sociedade Tocqueville, e outra em São Paulo, de denominação sugestiva, o Instituto Ludwig Von Mises. Quatro delas estão localizadas no Rio de Janeiro: o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista, o Instituto Atlântico, o Instituto Millenium e, evidentemente, o Instituto Liberal, fundado por Stewart Jr, que no primeiro Fórum (1988), citava dados sobre o “custo” da contratação de empregados provenientes de estudos do Instituto Libertad y Democracia, de Lima (Peru), também integrante da lista de instituições voltadas à promoção de uma “sociedade livre”, conforme a Atlas Network (FÓRUM, Solenidade de abertura)¹⁶⁹.

As outras duas instituições são de Porto Alegre: o atualmente denominado Instituto Liberdade, que era o IL do Rio Grande do Sul, e o IEE¹⁷⁰. À exceção da instituição de Brasília e de duas do Rio de Janeiro, o Centro Interdisciplinar e o Instituto Atlântico, todas as outras brasileiras constavam na página de Internet do vigésimo quarto Fórum da Liberdade (2011) como *links* de “Blogs e Sites Relacionados”¹⁷¹.

Portanto, é possível concluir que o IEE desenvolveu um trabalho que se aproximou, em alguns aspectos, ao da Atlas, mas em uma escala reduzida, ao mesmo tempo em que integrou a rede articulada pela organização estadunidense. Isso porque o IEE também tem a função primordial ligada ao treinamento de indivíduos para que esses atuem divulgando os pressupostos do neoliberalismo, sejam chamados de “lideranças empresariais” ou de “intelectuais empreendedores”. Logo, o IEE nunca foi dedicado prioritariamente ao desenvolvimento de monografias ou de políticas públicas, como os “*think tanks*”. Além disso, nos anos 2000, o IEE passou a trabalhar com duas outras divisões da instituição no país: o “capítulo” São Paulo (2005) e o “capítulo” Belo Horizonte (2007). Isso demonstrou a intenção de expandir as atividades buscando desenvolver uma “elite orgânica” composta pelo recrutamento de associados de outras capitais do país.

¹⁶⁹ O presidente do instituto, Hernando de Soto, esteve no décimo nono Fórum da Liberdade (2006). De Soto é um dos autores do livro *El Otro Sendero*, que pregou uma via neoliberal para o Peru, nos anos 1980, em contraposição ao socialismo da guerrilha do Partido Comunista Peruano insurgente, o Sendero Luminoso. Os outros autores da obra são Mario Ghibellini e Enrique Ghersi, quem palestrou no terceiro Fórum em 1990.

¹⁷⁰ ATLAS Network. Disponível em: <<http://atlasnetwork.org/global-network-directory>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

¹⁷¹ FÓRUM da liberdade. Disponível em: <www.forumdaliberdade.com.br>. Acesso em: 03 jul. 2011.

Retornando à análise dos palestrantes estrangeiros convidados, desenvolvida no subcapítulo anterior, é possível relacionar às instituições da Atlas Network, em um breve exercício, a atuação de no mínimo três dos estrangeiros que estiveram presentes nas seis primeiras edições do Fórum. A finalidade é exemplificar a difusão da rede neoliberal pelo caso do Fórum.

No momento em que esse texto é escrito, o filósofo guatemalteco Armando de La Torre ocupa uma diretoria da Universidade Francisco Marroquin, na Cidade da Guatemala. Essa mesma instituição atribuiu um doutorado *honoris causa* ao Nobel de Economia James Buchanan, vinculado ao Law and Economics Center da Universidade George Mason, na localidade de Fairfax (Virgínia), nos EUA. A mesma universidade da América Central contém, no sítio de Internet, mais de dez pronunciamentos e entrevistas de Roberto Salinas, filósofo mexicano e atualmente pesquisador do Cato Institute, de Washington (DC), nos EUA¹⁷². Ele esteve no terceiro Fórum (1993). Todas essas instituições citadas constam na rede da Atlas e, à exceção da George Mason, as outras duas estão também no anexo da tese de Denise Gros das organizações que mantiveram contato com o IL do Rio Grande do Sul, atual Instituto Liberdade, entre 1991 e 1997¹⁷³.

O parágrafo acima demonstra que essa rede tem a finalidade de possibilitar a circulação de propostas políticas e de uma elite entre os “intelectuais orgânicos” do neoliberalismo, que servem de referência a “elites orgânicas” que financiam e mantêm institutos dedicados à formação de uma visão de mundo específica. Essa visão é articulada por um conceito de singular potencial mobilizador político, “liberdade”. Todavia, essa rede não serve exclusivamente à finalidade de aprimorar e produzir repertórios que possibilitem a predominância de estratos específicos do conceito de liberdade. Também serve para subsidiar as mudanças nas estratégias de difusão das propostas por eles elaboradas.

Nesse sentido, é indispensável que se interprete a trajetória do IEE e do Fórum da Liberdade à luz de aspectos das ações políticas de instituições que compõem a rede neoliberal descrita. No que diz respeito às mudanças nos temas das edições do Fórum, à crescente quantidade de público e aos espaços que sediaram o encontro, bem como à seleção de palestrantes, houve situações análogas ligadas à experiência pioneira do IEA e de Anthony Fisher. Sem dúvida, essa não é a única instituição na qual o IEE pode se espelhar, conforme demonstra a rede da Atlas. Ainda assim, observa-se na trajetória do Fórum da Liberdade uma

¹⁷² NEW Media UFM. Disponível em: <<http://newmedia.ufm.edu>>. Acesso em: 06 jul. 2011.

¹⁷³ GLOBAL Atlas Directory. Atlas Network. Disponível em: <<http://atlasnetwork.org/global-network-directory>>. Acesso em: 20 ago. 2011; GROS, Denise Barbosa. *Institutos... Op. cit.*, p. 203 – 204.

busca por ampliar o alcance social da iniciativa sem deixar de trabalhar com um público estratégico e em um local estratégico. O que houve, na história do Fórum, foi uma bem empreendida mudança na forma de autorrepresentação de um encontro que era, inicialmente, político e econômico do empresariado e se tornou uma iniciativa “cultural” e “universitária” por meio de uma grande ampliação de público quase concomitante à mudança para a PUCRS nos anos 2000.

A proposição dessa nova imagem do Fórum foi ao encontro do aprimoramento da “infiltração reversa” de palestrantes. O encontro deixou de simplesmente propor “debates” nos quais duas posições estavam representadas, e cujos termos eram delimitados previamente pelo próprio título escolhido, para trazer personalidades de áreas de atuação que não dizem respeito diretamente à economia ou à política brasileira. Os exemplos de 2011, do músico Lobão e do jornalista Marcelo Tas, confirmam esse aspecto: são exemplos da “infiltração reversa” que alterou o caráter dessa estratégia, ainda que não confrontem direta e sistematicamente pressupostos do neoliberalismo. A maior conquista do Fórum da Liberdade foi provar que é possível buscar a redefinição política de liberdade como se isso não fosse uma ação política. E isso é realizado com o respaldo da lei e do Ministério da Cultura, independentemente de governos.

Apesar dessa aparente transformação ideológica da “elite orgânica” ligada ao IEE, essa instituição e o Fórum da Liberdade mantêm-se como representativos, fundamentalmente, do neoliberalismo nos termos em que foi definido no capítulo anterior. E isso porque a trajetória do Fórum da Liberdade ligou-o a temas caros ao neoliberalismo, voltados a públicos considerados estratégicos e em locais de acesso, via de regra, exclusivos desse público. Isso ocorre com o protagonismo de intelectuais neoliberais e por meio da inserção do encontro em uma rede neoliberal internacional.

3 TRADUÇÃO DA NECESSIDADE ECONÔMICA

“[...] Esse é o real problema” (II FÓRUM, Fita 01), afirmou o candidato à presidência da República Ronaldo Caiado, que, naquele momento, estava sem partido político. Isso ocorreu após a exposição de um breve diagnóstico da situação econômica e política brasileira, diante da plateia composta majoritariamente por empresários, no painel sobre inflação, durante o segundo Fórum da Liberdade (1989).

Expressões como essa empregada por Caiado são corriqueiras em discursos políticos e, portanto, bastante comuns no decorrer das edições do Fórum. Afinal, persuadir o interlocutor de que “minhas” soluções são melhores que as soluções do “outro”, passa pelo fato de que o “meu” diagnóstico do problema é o correto. Pode-se afirmar que esse ponto é inerente à disputa política. Todavia, ao se tratar de um espaço que tem por finalidade o empenho na defesa de projetos de desenvolvimento para o país, esse aspecto torna-se elementar para o problema de pesquisa proposto.

É cabal dizer que os palestrantes do Fórum da Liberdade têm a pretensão de verdade e que, por meio dela, procuraram impor uma visão de futuro, sempre associada à liberdade. Não há registro de palestrante que se coloque contra a liberdade, pois, nas discordâncias, o que está em disputa também são significados de liberdade. Tratando-se de um discurso político, também não é surpreendente que os protagonistas quisessem apresentar preocupações ou problemas ligados a determinados grupos da sociedade como problemas de toda a nação. E esse é um dos pressupostos de uma “elite orgânica” para ser designada como tal. Uma “elite orgânica” necessariamente demonstra que aquilo que o grupo dela considera um problema não é apenas um problema específico do grupo, mas um problema que tem consequências para toda a sociedade. Por essa razão, uma entidade como a FARSUL, por exemplo, que fala em nome de um setor, não se enquadra nesse caso e não é comparável à outra com composição social similar, mas que se coloque sistematicamente como porta-voz dos problemas de todos e não apenas dos problemas da produção agrícola ou das demais aflições dos ruralistas.

Todavia, por causa do vínculo de classe social inerente às propostas políticas, essas não podem deixar de traduzir, de alguma maneira, uma necessidade econômica que, na

verdade, está ligada apenas a um ou mais grupos específicos. No caso do Fórum, os discursos foram instrumentos para que se lançassem as bases políticas para uma retomada de crescimento econômico, ou seja, de acumulação de capital sob novas regras que só podiam ser asseguradas pelo poder soberano dos Estados nacionais. Isso porque a dependência em relação ao Estado-Nação moderno é um dos aspectos definidores (e possibilitadores) do capitalismo.

Mas quais são, de fato, esses problemas econômicos mencionados? Em outras palavras, os palestrantes do Fórum da Liberdade, ao realizarem seus diagnósticos, identificaram quais problemas econômicos no país? E de que maneira apresentaram essas questões, tornando-as, discursivamente, pontos de pretensão interesse geral de todos os cidadãos do país? Esses são questionamentos fundamentais à medida que permitem entender quais são os aspectos básicos de cerceamento da liberdade no Brasil na perspectiva dos protagonistas do Fórum. Em suma, quais foram os desafios, de ordem fundamentalmente econômica, a serem vencidos pelos autodenominados “liberais” em fins dos anos 1980 e início dos 90?

Um resumo bastante representativo das propostas práticas para a América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil, foi defendida pelo palestrante Alvaro Alsogaray em 1990. Esse convidado foi assessor do presidente argentino Carlos Menem (1989 – 1999), do governo responsável pela implementação de profundas reformas neoliberais naquele país. Iniciou, por exemplo, em 1991, o “Plan de Convertibilidad” com o objetivo de iniciar a estabilização macroeconômica¹⁷⁴, além de promover privatizações, entre outras iniciativas estruturais.

Alsogaray afirmou que o governo Menem representava um novo rumo para a América Latina, que consistia em

[...] implantar una economía de mercado, privatizar todas las empresas del Estado que se puedan, desregular toda la economía [...], reducir la burocracia, reducir el tamaño del Estado, limitar las funciones del Estado a su verdadera finalidad, es decir, la justicia, las relaciones exteriores, la defensa nacional, la seguridad interior, lo básico de la educación, lo básico de la salud pública y dejar todo lo que es actividad comercial y industrial [trecho de áudio comprometido] a los particulares (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º Painel).

Essa série de exemplos, que certamente não esgota as propostas dos governos da virada neoliberal na América Latina, demonstra a variedade de políticas que estavam em jogo

¹⁷⁴ SAAD-FILHO, Alfredo. *Op. cit.*, p. 225.

naquele momento histórico. Essa variedade é de difícil ordenamento por tipos, mas não se tratam de proposições isoladas, que não se relacionam umas com as outras.

Optou-se, neste capítulo, por uma metodologia baseada nas necessidades econômicas propostas pela “elite orgânica” e divididas em: “estabilização macroeconômica”, que trata das relações do conceito de liberdade com as propostas de equilíbrio fiscal e de deflação, e “ajuste estrutural”, que compreende a liberalização do comércio, a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas estatais e a diminuição/modernização do Estado¹⁷⁵. Contudo, essas dimensões não contemplam outras necessidades econômicas expostas no Fórum também como imprescindíveis à concretização de uma nova liberdade. Nesse sentido, foi agregado como subcapítulo um tema que permeou os discursos e cujo conceito compartilha parte de sua semântica histórica com o conceito de globalização: trata-se da “integração de mercados”, que abriu a possibilidade metodológica de análise da delimitação das possibilidades de passado e de futuro econômico do país por meio da ênfase em significados específicos de liberdade.

3.1 ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA

De acordo com a definição adotada para as reformas neoliberais na América Latina, a chamada “estabilização macroeconômica” divide-se em duas grandes áreas de propostas que se relacionam: o equilíbrio fiscal e a deflação. Além do fato de não poderem ser consideradas isoladamente, essas dimensões são interdependentes dos “ajustes estruturais”, tratados no próximo subcapítulo. Um exemplo disso é que o equilíbrio fiscal, na visão da “elite orgânica”, não pode ocorrer sem que o Estado “diminua” de tamanho, deixando de gastar naquilo que, na ótica neoliberal, não deve: funcionários considerados em excesso, investimentos econômicos tidos como passíveis de serem realizados pela iniciativa privada etc.

Portanto, equilíbrio fiscal e deflação são objetivos indivisíveis no discurso neoliberal porque a ausência do primeiro e a alta inflação são vistos como consequências da “interferência” do Estado em esferas econômicas que não deveria atuar. Ademais, nos primeiros anos da Nova República até o Plano Real (1994), durante a presidência de Itamar Franco (1992 – 1995), esses dois pontos estiveram associados aos planos econômicos

¹⁷⁵ Essa divisão está inspirada em definição de PETRAS, James *et al.* *Op. cit.*, p. 16.

heterodoxos, que utilizavam mecanismos como o congelamento de preços e “gatilhos” de reposição salarial na tentativa de deter a inflação.

Uma evidência aparentemente pouco significativa, mas reveladora, consolidou-se na linguagem dos chargistas em jornais e revistas, no que diz respeito às duas dimensões da chamada “estabilização macroeconômica”. Tamanha a presença desses temas no que se convencionou chamar de “opinião pública”, que se consagraram duas metáforas: o combate a um monstro, o dragão, e a necessidade de se defender de uma fera, o leão. No primeiro caso, há o “dragão da inflação”, que precisa ser derrotado. Talvez, por isso mesmo, seja retratado como um dragão: monstro que na cultura do ocidente encarna o mal. Na segunda metáfora, a cobrança de impostos e tributos é representada por um leão, que não precisa ser necessariamente vencido, mas é preciso defender-se dele ou domá-lo, pois embora não seja um monstro maligno, não deixa de ser caracterizado como uma ameaça.

Para derrotar o “dragão”, os governos brasileiros do período investigado valeram-se de sucessivos planos econômicos, entre os quais estavam o Plano Cruzado (1986) e o Plano Collor (1990), que tiveram apenas eficácia temporária e não trouxeram benefícios políticos para os responsáveis pelas implementações. Assim resumiu as consequências desse fato o cientista político Sallum Jr.:

En efecto, a medida que la élite económica se sentía insegura y asustada con las iniciativas reformistas del gobierno de la Nueva República –sobre todo con las políticas heterodoxas de estabilización monetaria–, comenzaron a hacerse más relevantes para ella las ideas económicas liberales. Las políticas heterodoxas fueron interpretadas como amenazas a la propiedad privada pues, además de mostrarse ineficientes para restringir la inflación y retomar el crecimiento económico sostenido, restringían la libertad de mercado y ponían en jeque los contratos¹⁷⁶.

Os debates analisados abaixo demonstram que a análise de Sallum Jr. é correta no que diz respeito à adesão às ideias “liberais”, na realidade, neoliberais, como consequência da falha dos planos heterodoxos. Uma vez que essas medidas eram interpretadas como ameaças à propriedade, ao funcionamento tido como “natural” do mercado e à segurança dos contratos, foram identificadas como opositoras da liberdade e, portanto, foram apresentadas como sintomas de necessidades econômicas de urgência.

Em 1989, a questão da inflação e dos gastos do Estado é inserida de maneira incisiva nos debates do Fórum em sua segunda edição. O empresário Henry Maksoud dedicou todo o tempo de fala a enfatizar a necessidade de se combater a inflação e o “excesso” de gastos

¹⁷⁶ SALLUM Jr., Brasília. *Op. cit.*, p. 290.

públicos. Como discutido no item 2.2 desta pesquisa, Maksoud foi um dos principais representantes da “elite orgânica” neoliberal naquele momento presente no Fórum, senão o principal. Como também mencionado, a segunda edição do encontro tinha o objetivo de discutir as propostas dos presidentiáveis de 1989 para o Brasil. A existência de uma mesa cujo tema era, especificamente, “inflação”, assim como a centralidade do problema na intervenção de Maksoud, sinalizavam também o destaque dessa pauta na agenda pública.

De acordo com o empresário, as concepções a respeito da inflação que eram difundidas na sociedade não estavam corretas, pois a inflação era tratada como causa de problemas econômicos quando, na realidade, era um efeito, um “sintoma”. Para Maksoud, a definição correta de inflação era “expansão monetária sem lastro” (II FÓRUM, Fita 01). Portanto, as tentativas de conter a inflação por meio de “planos”, entre os quais ele destacou o Plano Cruzado e o Plano Verão, ambos formulados por equipes do governo Sarney (1985 – 1990), estavam fundamentalmente equivocadas. Esses planos nada mais eram do que um “sistema de tabelamento e congelamento de preços”, como contestou a uma pergunta do público (II FÓRUM, Fita 02). E isso não apenas porque essas medidas tratavam a inflação como causa e concentravam-se no controle dos “sintomas”, mas também porque encerravam uma concepção enganosa: a ideia de que os economistas criadores desses planos e de outras iniciativas de combate à inflação poderiam prever certas dinâmicas da economia. Seguindo o axioma popularizado por Mises, Henry Maksoud foi taxativo ao informar que os aumentos de preços eram imprevisíveis porque resultavam da “ação humana”.

O mais relevante ao problema da liberdade, na intervenção de Maksoud, foi o pressuposto no qual ele se baseou: o caráter fundamentalmente político das decisões econômicas. Essa passagem da declaração do empresário foi uma divergência porque essa mesma constatação causaria inevitáveis contradições caso estivesse incluída na fala da maioria dos representantes da “elite orgânica” neoliberal. Inclusive, essa passagem poderia causar contradições se estivesse presente nos discursos do próprio Maksoud em outros anos de Fórum da Liberdade.

Reconhecer o caráter político das decisões econômicas é contrariar a existência de um modelo “natural” de Estado que, conseqüentemente, não pode infringir regras de ordem exclusivamente econômicas e pré-políticas, ou apolíticas, pela razão de que “leis” econômicas, portanto, não existem. Na realidade, o que era reconhecido pela afirmação de Maksoud era a dimensão política das decisões econômicas dos “outros”, enquanto que o defendido pelos autodenominados “liberais” era tido como uma decisão compatível com os homens em sociedade, tal como são considerados “naturalmente” nessa lógica.

No mesmo painel, o economista Paulo Rabello de Castro, presente em metade das edições do Fórum analisadas, aproveitou a fala de Maksoud para estender a reflexão a respeito da necessidade econômica de combate à inflação. Ele constatou que “a inflação de hoje [abril de 1989] não produz mais desenvolvimento, a inflação de hoje só produz mais corrupção” (II FÓRUM, Fita 01). Paulo Rabello ampliou a análise das consequências da inflação relacionando o problema à corrupção. Nessa linha de raciocínio, a impossibilidade de obtenção de lucros crescentes e expansão dos investimentos, causada pela inflação, provocava uma tentativa de ganho por meio da sonegação e de outras ilegalidades. Portanto, ao se impedir o “livre” desenvolvimento, provocava-se corrupção.

Ainda conforme a análise do economista, além da corrupção, a estagnação produzida durante o governo Sarney comprovou que aquela inflação era intolerável, pois evidenciava a impossibilidade de crescimento econômico, isto é, de “desenvolvimento inflacionário” como houve até os anos 1970. Assim, ele afirmou que “se existe um mérito desse governo Sarney, é ter mostrado exatamente, durante cinco longos anos, como não se combate a inflação” (II FÓRUM, Fita 01). Desse modo, Paulo Rabello foi ao encontro das críticas de Maksoud de que pouco ou nada adiantaria se fossem criados novos planos ou pacotes econômicos. A solução preconizada por eles, em substituição a esses planos, era bastante objetiva:

Qual é o grande plano nacional que nós estamos precisando? Férias coletivas pros funcionários da Casa da Moeda, exclusivamente, ao fazermos isso, muda a regra do jogo. Por quê? Porque ao não produzirmos moeda sem lastro, nós teremos que entrar economicamente no jogo da verdade. E o jogo da verdade costuma doer. Não para esta plateia que está aqui, mas para interesses pequenos, porém poderosos, encastelados no poder federal. E é esta coisa velha que precisa ser de fato eliminada para que o Brasil jovem, o Brasil vigoroso, o Brasil que quer crescer, ande pra frente (II FÓRUM, Fita 01).

As “férias” aos funcionários da Casa da Moeda eram, evidentemente, uma metáfora para a redução da emissão. E, como o economista deixou claro na continuidade de sua fala, ele também defendia, seguindo o modelo estadunidense, a necessidade de maior autonomia do Banco Central, tornando-o menos suscetível a pressões políticas. Essa foi a solução prática apontada por Paulo Rabello, que indicava, por meio da expressão “jogo da verdade”, o elo existente entre a inflação e o equilíbrio fiscal. Para os defensores da estabilização macroeconômica de cunho neoliberal, esses eram problemas de solução facilmente executável, não fossem interesses políticos “encastelados no poder federal”.

Quando questionado por uma pergunta do público a respeito da causa real da inflação e da maneira objetiva e prática de saná-la, Paulo Rabello respondeu que a emissão de moeda sem lastro, definição de inflação adotada por ele e por Maksoud, era basicamente para cobrir o déficit fiscal do Estado. Logo, era nesse ponto que se encontrava a falha dos planos econômicos do governo Sarney: eram incapazes de cobrir o déficit. Maksoud decidiu intervir na resposta de Paulo Rabello, acrescentando que essa emissão sem lastro tinha uma função: acobertar políticas públicas de alto custo que, segundo ele, seriam muito impopulares caso a população tivesse conhecimento mais preciso sobre esses valores, sem que fossem mascarados pela emissão desregrada.

No ano seguinte (1990), a vinheta que serviu de propaganda para o terceiro Fórum evidenciava a manutenção desses dois objetivos na pauta de discussões: fim do déficit e deflação, como necessidades econômicas centrais. A chamada audiovisual dizia: “Bolívia, redução drástica da inflação. Chile, o sucesso econômico. Argentina, inflação e recessão. Peru, momentos difíceis. Terceiro Fórum da Liberdade. Quais as lições que o Brasil pode tirar das mais recentes experiências latino-americanas?” (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º Painel).

O presidente do IEE, Eduardo Araújo Santos (1989 – 1990), fez o discurso de abertura dessa edição, apontando, como previa o título do encontro, para a busca da “modernidade” pelos países latino-americanos. A inflação foi tema central novamente, exposta como problema econômico que obstaculizava o desenvolvimento da região.

Sem dúvida, a América Latina está avançando em termos de liberdade política. Porém, na maioria dos países continua a crise econômica. A miséria e a fome são uma realidade fria e dolorosa. Diante da crise, vemos alguns países tentando resolver seus problemas através de fórmulas econômicas intervencionistas. Os chamados planos heterodoxos cerceiam a liberdade individual e contrariam as leis de mercado em função da manutenção de velhas estruturas anacrônicas e distribuição de benesses em nome de um nacionalismo antiquado e ultrapassado. Como consequência desse processo, temos problemas de estagnação e hiperinflação (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º Painel).

Nessa parte do discurso, o presidente do IEE situou a falha na contenção da inflação como causa dos planos heterodoxos, tal qual Maksoud e Paulo Rabello, mas acrescentou que a lógica subjacente aos planos estava ligada a “estruturas anacrônicas” e ao “nacionalismo”, conceito analisado no item 3 deste capítulo. Nessa ótica, era a persistência desses modos ultrapassados de entender a economia que asseguravam a permanência da estagnação e da hiperinflação, pois o ano de 1989 encerrou-se, de fato, com uma inflação anual de 1764,86%,

mais de 700% acima do índice de 1988¹⁷⁷. Também é indispensável destacar a menção de Santos à restrição da “liberdade individual”, retomada no final deste subcapítulo.

Os exemplos supracitados do terceiro Fórum explicitavam a permanência do problema da inflação como candente na passagem do ano de eleição, 1989, ao primeiro ano de governo eleito pelo voto direto. Todavia, o Fórum da Liberdade de 1990 ocorreu em maio, apenas cinco meses após o início do governo Collor. Foi no ano seguinte, em 1991, que a inflação, tratada em conjunto com o déficit fiscal, ganhou projeção tornando-se um conceito-chave para a crítica neoliberal ao governo Collor. A administração do “caçador de marajás” frustrava muitas expectativas de estabilização e de ajuste propostas por aqueles atores, ainda que, em uma perspectiva histórica, esse governo tenha se direcionado a políticas de desmonte do Estado varguista.

O primeiro representante da “elite orgânica” neoliberal a trazer o assunto à baila na quarta edição do Fórum da Liberdade (1991) foi o advogado Ives Gandra Martins, responsável por coordenar a proposta de reforma constitucional do IEE em 1993¹⁷⁸. As declarações do tributarista não se distanciaram das premissas básicas adotadas por Paulo Rabello e por Henry Maksoud. Ives Gandra afirmou que o governo pretendia combater efeitos e não causas da inflação, “sem perceber que a inflação decorre da expansão monetária, causa segunda. E do déficit público, causa primeira, que não pode ser combatido com aumento de receita tributária” (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I).

Todavia, as críticas de 1991 não eram apenas um retorno a 1989 ou a 1990. O quarto Fórum ocorreu em um ano no qual os participantes tinham uma experiência maior em relação ao governo Collor depois de um ano e quatro meses de gestão, possibilitando o desenvolvimento de considerações mais apuradas e incisivas em relação à inflação e ao déficit fiscal. Nesse sentido, o quarto Fórum foi também a edição que condensou a maior parte das críticas ao governo, o que é analisado especificamente no subcapítulo 4.3. No quinto Fórum (1992), a temática da ecologia não proporcionou a abertura de uma discussão mais pontual nesse sentido. E o sexto ocorreu em 1993, portanto, após o *impeachment*.

Em 1991, Ives Gandra, como se percebe no trecho abaixo, utilizou-se da ação do governo Collor como meio para criticar concepções econômicas e a permanência do país em um estado de “atraso”:

¹⁷⁷ PRESIDÊNCIA da República. *Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004, p. 48.

¹⁷⁸ *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 abr. 1993, p. 8.

O Brasil hoje vive este atraso de oitenta anos porque se pretendeu maximizar o Estado e minimizar a sociedade. E o atual presidente em quem votei não tem visão diferente. Porque uma equipe econômica constituída de um jardim da infância da incompetência consegue definir para a sociedade o que a sociedade [aplausos] não aceita nem quer, que é a miséria gerada por planejamentos econométricos. (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I).

Por meio da exaltação do discurso de Ives Gandra, explicitava-se a discordância com os planos Collor I e II. Essa decepção, provocada por aquilo que era considerado como uma arbitrária intervenção federal, possibilitou que a Constituição de 1988, permanente alvo de críticas dos palestrantes, fosse mencionada como um documento a ser respeitado. A passagem abaixo, do mesmo convidado, atesta isso:

O Plano Collor I e Collor II é de uma densa, de uma manifesta, de uma violenta inconstitucionalidade. O plano sobre congelamento estupra, violenta, esta senhora que no governo Collor foi a mais violentada na história do Brasil, que é a Constituição do Brasil [aplausos] (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I).

Os economistas André Lara Resende e Paulo Guedes somaram-se às críticas de Ives Gandra, expressando a desconfiança das elites econômicas em relação ao governo Collor por causa das medidas heterodoxas¹⁷⁹. Mas, além disso, eles explicitaram a relação existente no pensamento neoliberal entre a inflação e o déficit fiscal: ambas são consideradas interdependentes e inextinguíveis sem que as reformas ou “ajustes” estruturais preconizados ocorressem. Por essa razão, Lara Resende afirmou que “a confiança da moeda depende das reformas reestruturadoras, das reformas liberais, das reformas institucionais e jurídicas que deem o arcabouço e as regras estáveis mínimas para o funcionamento da atividade econômica” (IV FÓRUM, Fita 04 Painel III). Com isso, ele quis dizer que a estabilidade da moeda brasileira dependia, entre outros pontos, do equilíbrio fiscal, da capacidade do Estado em gastar menos do que arrecada, para isso, a solução era “diminuí-lo”: reformar o Estado. Fato que, conseqüentemente, provocaria um aumento de liberdade para os cidadãos, conforme defendiam.

Lara Resende confirmou essa posição até mesmo quando foi inquirido a respeito de sua participação no primeiro Plano Cruzado, durante o governo Sarney, respondendo que sua proposta não previa o congelamento de preços, mas que aceitou participar, como integrante do governo, em uma versão modificada do Plano. Contudo, ele demonstrou que se manteria inalterável em relação ao seu diagnóstico sobre a eficiência dessas medidas, apesar do envolvimento direto no fracasso do passado: “[...] os planos não deram certo porque planos

¹⁷⁹ SALLUM Jr., Brasílio. *Op. cit.*, p. 290.

assim não dão certo, são simplesmente formas de intervir e ganhar tempo a curtíssimo prazo” (IV FÓRUM, Fita 04 Painel III).

De maneira análoga, Paulo Guedes também reiterou isso, ao responder uma pergunta a respeito das relações entre a inflação, o déficit público e as atribuições do Estado. Foi questionado: “os liberais dizem que a causa básica da inflação é o déficit público, me parece que o governo eliminou o déficit, mas a inflação continua. Como explicar esse fato?” (IV FÓRUM, Fita 04 Painel III). “Não é bem isso”, respondeu o economista, destacando que a mudança precisava ser também de ordem fiscal. E completou:

Sumiu o déficit? Não sei. O fato [trecho de áudio comprometido] de um sujeito não aparecer aqui três dias não quer dizer que no quarto dia ele não vá aparecer, se o Congresso tivesse quatro dias. O fato dele extraordinariamente, com medidas violentas, através de medidas provisórias, sem nenhum suporte parlamentar pra frente, sem conseguir mudar a Constituição, o fato dele ter conseguido, mal, mal, zerar o ano passado, quer dizer que nós temos resolvido o problema? Não, não! Eu quero ver 700 empresas privatizadas, como foi feito no México. Eu quero ver um regime de câmbio definido. Eu quero ver emissão de moeda de um dígito. E eu quero ver um superávit fiscal por dois ou três anos, onde você recupera sua capacidade de endividamento, reduzindo a dívida durante dois ou três anos, dando ao credor o benefício da dúvida, quer dizer, a possibilidade, o poder fiscal de até pagar se o sujeito quiser receber, e aí eu digo pra você: morreu o fenômeno inflacionário (IV FÓRUM, Fita 04 Painel III).

A declaração acima assinala, definitivamente, a impossibilidade de se compreender de forma isolada a necessidade de “estabilização macroeconômica” neoliberal, sem levar em conta o “ajuste estrutural”: dois tipos de reformas apresentadas pelos representantes da “elite orgânica” neoliberal como um preceito da liberdade. Isso porque a inflação e o déficit fiscal eram entendidos como consequências do funcionamento do Estado. Em decorrência disso e, acima de tudo, eram “sintomas”, para usar a palavra empregada por Maksoud, de um estado de negação de âmbitos de liberdade considerados imprescindíveis. As declarações desses palestrantes evidenciavam uma crença na existência de um ataque às liberdades oriundo do legado econômico do Estado varguista e do “período dos militares”.

Por isso, Henry Maksoud era coerente em suas posições ao afirmar de maneira convicta: “a moeda estável é fundamental para o progresso de qualquer nação. É fundamental para a liberdade do indivíduo” (II FÓRUM, Fita 02). Como discutido no próximo subcapítulo, a relação entre o gasto do Estado, a emissão de moeda e a liberdade, era algo que passava inevitavelmente por severas mudanças no Estado.

3.2 AJUSTE ESTRUTURAL

Conforme dito, o chamado “ajuste estrutural” diz respeito às mudanças propostas para o Estado, relacionadas às propostas de alterações nas atribuições do mesmo. Desse modo, preconizou-se a liberalização do comércio e a desregulamentação dos mercados, baseada em uma concepção de que o Estado, ao criar determinadas regras e taxas de importação e exportação, por exemplo, estava obstruindo o comércio e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Também foi divulgada a necessidade de privatização de empresas estatais, um ponto de destaque dentro da proposta mais ampla de diminuir/modernizar o Estado, que representava reduzir gastos e permitir a exploração econômica de determinadas atividades que antes eram vedadas à iniciativa privada ou mantidas sob rígido controle estatal.

No primeiro Fórum da Liberdade (1988), o senador Roberto Campos iniciou a defesa austera das reformas ou “ajustes estruturais”. Autodenominava-se naquele momento como “liberal”, embora fosse ministro de Castelo Branco durante a ditadura civil-militar: um governo ilegítimo, a quem o senador procurava defender. Ele argumentava que a tendência geral do governo iniciado em 1964 era “liberalizante”, embora “algumas” ações fugissem desse direcionamento. Em meio ao discurso, Campos articulou diversos preceitos que procuravam atribuir um respaldo “histórico” à necessidade de alteração do Estado, como era difundido pelo pensamento neoliberal:

o Estado foi ao mesmo tempo o herói benfazejo dos anos coletivistas dos 70 e, ao mesmo tempo, o central fracasso dos tempos modernos. O Estado falido está pedindo moratória aos seus empregados e revelando sua central perversão de destinar os recursos do contribuinte exclusivamente ao pagamento do pessoal, esquecendo-se que o contribuinte paga impostos para ter obras e serviços e não para sustentar a burocracia. O Estado falido deve ser executado. E pagar um resgate. O resgate será dar-nos a liberdade econômica como complemento à liberdade política, com a abertura política sem liberdade econômica, será simples canção: se vergará à primeira das várias tempestades que a história nos reserva (FÓRUM, Solenidade de abertura).

O argumento de Campos é propício para ilustrar o que se colocava como premissa das propostas de reforma do Estado em 1988. Era claro, para ele, a relevância em diferenciar um papel “atual” do Estado em relação às tarefas históricas que cumpriu. Nesse sentido, declarava

radicalmente a necessidade de transformá-lo em prol de mais liberdade, demonstrando a expectativa de que a etapa de liberdade política concretizava-se. Todavia, a liberdade econômica era ainda mais necessária, pois a primeira não sobreviveria sem a segunda. A “execução do Estado” expressava a premência de aniquilação de atribuições estatais. A carga ideológica culminante dessa expressão é revelada pelo destaque de uma obviedade: o objetivo do neoliberalismo não era o fim do Estado, mas a formulação de uma nova concepção de Estado e de liberdade econômica e política.

A proposição de que os recursos do contribuinte eram desperdiçados sustentava-se, entre outras maneiras, na acusação de que as empresas estatais eram ineficientes e deficitárias. Na realidade, essas acusações eram falsas em muitos casos. Na década de 1990 houve casos emblemáticos nesse sentido. Possivelmente, as privatizações de maior repercussão foram da Companhia Vale do Rio Doce, leiloadas em 1997, e do sistema Telebrás, no ano seguinte¹⁸⁰.

O ministro da infraestrutura Ozires Silva, em visita a Porto Alegre representando o presidente Collor no Fórum da Liberdade, relatava que essas estatais não seriam vendidas por causa de impedimentos legais. Assim noticiou um jornal local:

Na reunião de poucas promessas realizada com os empresários da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, o ministro falou que todas as companhias públicas são passíveis de privatização, com exceção da Petrobrás, as do sistema Telebrás e a Vale do Rio Doce, por força legal. No entanto, adiantou que grande parte delas não representa um bom negócio porque “para qualquer transação é preciso ter um vendedor e um comprador”¹⁸¹.

Como atestam as datas supracitadas, foi apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso que essas privatizações foram concretizadas. Contudo, não eram exclusivamente questões ligadas ao suposto déficit das empresas ou à possibilidade legal de vendê-las que deveriam motivar esses processos na concepção neoliberal. O economista Amaury Temporal falou a esse respeito:

Não é realmente pela boa ou má gestão da empresa, não é este o cerne do nosso problema em relação à estatização. Nós temos empresas estatais no Brasil, eu menciono a Companhia Vale do Rio Doce e [a] Petrobrás. São empresas bem administradas, têm bons padrões de administração. O que nos importa é a ideia da separação do poder político do poder econômico. Se ao Estado nós conferimos somatoriamente o poder político e o poder econômico, nós destruimos a possibilidade de montar realmente uma democracia, uma sociedade aberta, lastreada na liberdade (I FÓRUM, Fita 02).

¹⁸⁰ PETRAS, James. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 70 – 75.

¹⁸¹ *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 mai. 1990, p. 31.

A observação de Temporal em relação à raiz do debate sobre privatizar ou não é de extrema relevância porque expõe o âmbito argumentativo extraeconômico do neoliberalismo. Ainda que muitos palestrantes pudessem embasar-se exclusivamente na ideia de “muito gasto, pouco retorno” no que concerne às estatais, Temporal extrapolou esse âmbito reconhecendo a dimensão política da proposição neoliberal. Isto é, ele evidenciou que privatizar era uma escolha, justificando-a por ser aquela mais condizente com uma sociedade democrática e remetendo, possivelmente, a Popper, quando se referiu a uma “sociedade aberta”, livre.

Roberto Campos uniu esse argumento a favor da privatização, expresso por Temporal, a uma suposta necessidade econômica de privatização, por meio do conceito de “capitalismo do povo”: uma suposta evolução do capitalismo que possibilitaria não apenas uma melhor gestão das empresas, com a diminuição do poder do Estado e que, conseqüentemente, proporcionaria também um aumento de liberdade. Abaixo, um excerto que resume a definição de Campos:

A implantação do capitalismo moderno está se transformando num capitalismo do povo. Procura-se a participação acionária dos particulares nas empresas. Capitalismo do povo é o que fez Mrs. Thatcher, na Inglaterra, ao privatizar as empresas estatais. Teoricamente, as empresas públicas deveriam ser do público, mas elas não são do público. Elas são do burocrata, do tecnocrata e do político. Para que a empresa pública, ela se torne do público, é preciso que o público tenha participação nos frutos da empresa e indiretamente na gestão da empresa (I FÓRUM, Fita 02).

Os exemplos de realização do “capitalismo popular”, para Campos, eram dois casos pioneiros de implantação de reformas neoliberais: o Chile de Pinochet e a Inglaterra de Margareth Thatcher. Para o senador, esses países destacavam-se ao transformar suas empresas estatais em privadas, possibilitando que trabalhadores das empresas virassem acionistas. E concluía: “não há por que nós não fazermos o mesmo no Brasil: privatizarmos as empresas estatais e fazermos o capitalismo do povo” (I FÓRUM, Fita 02).

Durante a abertura do segundo Fórum, em 1989, o presidente do IEE, Carlos Biedermann (1988 – 1989), cumpriu a função de representar a postura oficial da instituição organizadora ao caracterizar a ação do Estado como “paternalista, sempre umbilicalmente ligada à ineficiência, [ao] desperdício e [à] corrupção” (II FÓRUM, Fita 01), vinculando quaisquer monopólios ou reservas de mercado do Estado a um “resquício autoritário, ultrapassado” (II FÓRUM, Fita 01). Essas palavras relacionavam, evidentemente, atribuições do Estado nos primeiros anos da Nova República ao período da ditadura civil-militar. Evocava-se, mais uma vez, o resquício do passado “atrasado” como causa da manutenção do “atraso” geral.

A absoluta oposição, constituída nesse discurso, entre sociedade e liberdade, de um lado, e Estado e autoritarismo, de outro, era transmitida por meio das exigências da presidência do IEE em relação às mudanças econômicas: “é preciso reduzir a carga tributária, todo imposto, taxa, contribuição, corresponde [a] uma transferência de recursos de quem produz para quem não produz, de quem gera riqueza para quem gera despesa” (II FÓRUM, Fita 01).

O debate entre o líder empresarial Jorge Gerdau e o candidato à presidência pelo PT em 1989, Lula, destacou-se no sentido de evidenciar o contraste entre duas propostas de Estado. Embora não fossem oposições totalmente simétricas, porque continham elementos em comum relacionados ao combate às “velhas estruturas”, diferenciavam-se radicalmente no que tange à “modernização” do Estado.

Como Roberto Campos, Gerdau também realizou uma apologia à Inglaterra da “Dama de Ferro”, reeleita, de acordo com o que ele dizia, por causa de uma mudança de mentalidade na Inglaterra, transformação pela qual acreditava que o Brasil também passaria:

[...] e essa mudança de comportamento fez com que, vamos dizer, houvesse reeleições da Thatcher, que defende ideias liberais no campo econômico. E o interessante é que em pesquisas realizadas – é importante analisar isso [frisa, batendo com o dedo na mesa] – Thatcher não ganhou por aspectos ideológicos, Thatcher venceu as eleições, nas pesquisas após as eleições realizadas, pelo aspecto pragmático que o eleitor chegou à conclusão: que sob aspecto de seu bolso, conforme Delfim dizia, né? O órgão mais sensível do corpo humano [ironicamente]. Ele [o povo] realmente chegou à conclusão de que os gastos feitos com o governo Thatcher seriam menores e os benefícios maiores porque com menor intervencionismo, com menor estatização (I FÓRUM, Fita 05).

Tendo em vista as observações realizadas no decorrer do Fórum de 1989, como, por exemplo, as de Biederman e as de outros integrantes da “elite orgânica”, como Jorge Gerdau, Lula expôs sua concepção acerca das atribuições do Estado. Procurou contrastá-la com o conceito de Estado difundido naquele espaço que enfatizava significados depreciativos. O candidato do PT ponderava que era “fácil” naquele contexto caracterizar o Estado como um “vilão”, mas lembrava aos presentes que não era por um acaso que o Estado estava em uma situação precária e que, no passado, foi indispensável para o processo de industrialização brasileira. Em síntese, ele procurou evidenciar que a imagem economicamente negativa do Estado, proporcionada pelo Fórum da Liberdade, não era a-histórica e que uma determinada conjuntura política possibilitava essas considerações.

De fato, em momentos da história do país, “a presença do Estado como fator dinâmico nos grandes saltos qualitativos foi fundamental” (II FÓRUM, Fita 03), conforme Lula

afirmou. Como exemplo, citou a indústria siderúrgica, a indústria do petróleo e, “até mesmo”, a indústria automobilística. E concluiu: “hoje, historicamente, a capacidade de acumulação do setor privado permite que o setor privado incorpore certas áreas que o Estado, enquanto empresário, pode deixar perfeitamente de ocupar” (II FÓRUM, Fita 03).

O debate entre Lula e Jorge Gerdau adquiriu destaque principalmente por causa de outro ponto integrante do “ajuste estrutural” preconizado: a despesa com o funcionalismo público. Gerdau fez um comentário que, na realidade, era uma solicitação para que Lula se posicionasse a respeito do tema:

Deputado Lula [...] eu, no Brasil, estou realmente preocupado é com a miséria absoluta. Porque nós temos que reconhecer, esse funcionário público que conseguiu um cargo público é uma pessoa habilidosa, que tem padrinho, tem *marketing*, tá certo? E essa pessoa não morre de fome. Mas nesse país tem gente morrendo de fome porque o governo faz esse fisiologismo, ao invés de investir pra gerar empregos, habitação popular. Então, eu sou contra que se sustente direitos [...] eu não tenho pena de quem consegue emprego público porque esse é competente pra arrumar um emprego [aplausos]. Nesse país, o operário, o empresário, extorquido por impostos etc, trabalha 12, 14 horas pra sustentar vagabundagem. Eu não aceito isso. É pra rua funcionário mesmo [aplausos e ovações] (II FÓRUM, Fita 03).

Em resposta, houve um comentário comedido de Lula, afirmando que considerava correta a diminuição de funcionários públicos considerados em número excessivo, mas em um contexto no qual a economia fosse capaz de absorver aquela mão de obra. Isto é, em uma situação na qual as pessoas tivessem a possibilidade de arranjar novos empregos, uma vez exoneradas de cargos públicos (II FÓRUM, Fita 03).

Essas divergências existentes entre os candidatos à presidência da República e os representantes da “elite orgânica” neoliberal mobilizada pelo Fórum eram esperadas pelos organizadores. Tratava-se do objetivo daquele Fórum explicitar aquilo que eles entendiam como um descompasso entre a modernidade dos autodenominados “liberais” e as concepções tidas como retrógradas dos “políticos”. Esse foi um ponto fundamental para viabilizar a imagem da existência de um conceito de liberdade incompatível com as atribuições econômicas do Estado. Realizar essa operação conceitual não foi um grande desafio para os organizadores do Fórum, pois salvo exceções, como Ronaldo Caiado e Roberto Campos, os “políticos” estavam identificados, nas mesas, com posições antagônicas àquelas divulgadas pelo Fórum e pelo IEE. Contudo, a situação tornou-se mais complexa quando se projetou um debate no qual dois grupos de intelectuais de carreira tinham visões contrastantes acerca dos ajustes no Estado que eram necessários, comprometendo o princípio da “infiltração reversa”.

Foi o que houve no quarto Fórum (1991), com o embate entre “liberalismo” e “social-democracia”.

No grupo dos “liberais”, destacaram-se Donald Stewart Jr. e os estrangeiros Emilio Pacheco e Roberto Salinas. Como evidência do investimento superior do IEE nos estrangeiros que corroboravam as teses propostas pela organização do encontro, as referências da “social-democracia” eram todas nacionais, entre eles, destacaram-se Hélio Jaguaribe, Miguel Reale Jr. e Carlos Estevam Martins. Ainda que esses últimos fossem ligados a partidos políticos brasileiros, como Miguel Reale Jr. ao PSDB, eram todos, também, acadêmicos reconhecidos.

Reale Jr. atacou um ponto central das supostas necessidades econômicas promovidas pelo discurso neoliberal: referiu-se à existência de um “mito do Estado mínimo”. Em outras palavras, afirmou que essa proposta de distanciamento entre o Estado e a economia, para promover o desenvolvimento, não correspondia à realidade dos países tomados recorrentemente como paradigmas pelos “liberais”. Para exemplificar, citou o caso dos chamados “tigres asiáticos”:

Grandes milagres asiáticos, dos tigres asiáticos, são relatados em um trabalho extremamente interessante do nosso embaixador em Singapura, Amaury Porto de Oliveira. Ele mostra que o papel do Estado foi fundamental no desenvolvimento das economias da Coreia [do Sul] e de Taiwan. Não foi um Estado absentéista, não foi um Estado mínimo. Pelo contrário, em Taiwan o Estado é um Estado empresário. Inclusive, as grandes empresas estão na mão do Estado. Não defendo que isto ocorra no Brasil, mas criou-se um mito do Estado mínimo (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I).

Para Reale, a justificativa possível para a privatização de empresas estatais, diferentemente do que Roberto Campos ou Amaury Temporal defenderam em edições anteriores do Fórum, era dada pelo aspecto econômico mais pragmático: o Estado não estava sendo eficiente nesse sentido. Todavia, isso não acarretava em considerá-lo sempre negativo, pois o planejamento estatal, para ele, jamais poderia ser abandonado. Portanto, ele dizia-se contrário ao “fetichismo de que o Estado é sempre negativo” (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I), procurando excluir da argumentação noções que apelassem a pretensas características intrínsecas do Estado. Não admitir que “o Estado seja por si só um mal”, era indispensável às proposições de Reale Jr. por causa da importância que atribuía ao planejamento.

De modo próximo à argumentação de Reale Jr., o sociólogo Carlos Estevam Martins apresentou a privatização como uma necessidade ligada ao desempenho econômico da empresa estatal e não a uma concepção baseada em teorias que situam a privatização como uma necessidade geral e um pré-requisito para uma sociedade livre. Ele citou como exemplo

disso a Viação Aérea São Paulo (VASP), privatizada em 1990, durante o governo de Orestes Quécia (1987 – 1991, PMDB) (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I). Todavia, foi o discurso de Estevam Martins em relação à existência de conflito na sociedade que o distinguiu de maneira radical dos porta-vozes da “elite orgânica”. Na realidade, o sociólogo escolhido para representar o lado da “social-democracia” identificou um elemento definidor e indispensável do pensamento neoliberal. Isso aconteceu quando disse:

em todos os debates que eu assisti aqui, eu notei um esforço muito grande por parte da maioria dos oradores no sentido de dizer que a passagem do Estado máximo para o Estado mínimo implica também na necessária diminuição, na necessária desvalorização dos processos políticos, das lutas políticas. Eu queria, justamente, mostrar que não se trata disso (IV FÓRUM, Fita 04 Painel III).

Ademais, o sociólogo também lembrou que a tomada de decisões políticas nunca correspondeu exatamente àquilo que é definido no campo ideológico, denotando que certas exigências em relação às iniciativas dos “políticos”, não eram realizadas ponderadamente. A relevância dessa observação de Estevam Martins é retomada, posteriormente, na conclusão desta pesquisa, pois teve o mérito de apontar não apenas uma característica do discurso do quarto Fórum, como também um aspecto definidor do conceito de liberdade constituído no decorrer do período de análise pelos atores do Fórum.

É, ainda, durante esse mesmo quarto Fórum (1991), que o debate mais profícuo acerca do “ajuste estrutural” ocorreu, possivelmente por causa da composição da mesa, dividida entre os “liberais” e os “social-democratas”. Esse debate envolveu Stewart Jr. e Emilio Pacheco, no grupo dos “liberais”, e Hélio Jaguaribe e Miguel Reale Jr., no segundo grupo.

Durante um dos espaços para perguntas, um membro da plateia questionou a centralidade atribuída ao planejamento econômico estatal de Miguel Reale Jr., lançando a pergunta: “Como se planeja a criatividade?”. Aproveitando esse questionamento, além de reafirmar a necessidade do planejamento econômico para qualquer país, o advogado taxou os argumentos de Stewart Jr. de “petismo liberal”, usando “petismo” como sinônimo de intolerância. Isso porque o empresário proclamou que a social-democracia só poderia resultar de ignorância ou de má fé, provocando uma reação imediata de Reale Jr. (IV FÓRUM, Fita 02 Debates e Painel I).

As críticas a Stewart Jr. vieram também de Jaguaribe, quando ele e Emilio Pacheco foram questionados a respeito do que pensavam sobre o planejamento econômico estatal. Tal qual Carlos Estevam Martins, Jaguaribe também verbalizou um ponto fundamental da visão de mundo disseminada pelo Fórum da Liberdade, durante os primeiros anos do encontro, que

teve implicações na reorganização das camadas de significados do conceito de liberdade propostas naquele espaço:

Algumas das críticas que aqui foram feitas à social-democracia, notadamente pelo último orador que, como bem disse Miguel Reale, parece ter absorvido uma extraordinária carga ideológica que até recentemente só era usual de se encontrar nos movimentos de esquerda. Ele tem a tendência em confundir a má funcionalidade de um sistema com a intrínseca inviabilidade desse mesmo sistema (IV FÓRUM, Fita 02 Debates e Painel I).

O sociólogo Hélio Jaguaribe criticava a tentativa dos interlocutores de transpor propostas neoliberais para a realidade brasileira prescindindo de uma demonstração da correspondência entre as premissas assumidas por eles e as evidências econômicas e sociais do Brasil. Nesse sentido, ele destacava o apego ideológico dos autodenominados “liberais” a determinados axiomas oriundos da obra de Hayek, de Mises e de outros, bem como, dos exemplos de políticas de países como Chile, Estados Unidos e Inglaterra.

Em resposta a essas críticas, o filósofo Emilio Pacheco, também convocado a emitir uma opinião a respeito do planejamento econômico estatal, discordou da maneira como os porta-vozes da “social-democracia” encaravam essa atribuição do Estado. Insistindo no fato de que o Estado necessariamente opunha-se à “liberdade”, ele questionou por que o Estado seria encarregado de executar o planejamento se não fosse necessário, para isso, a existência de coerção. Se o planejamento era apenas uma diretriz, como defendia Miguel Reale Jr., por que outra instituição, como a Igreja, que tem maior autoridade sobre o que é bom e o que é mau, segundo ele, não poderia fazê-lo? Em síntese, entre as questões que ele colocava, estava a pergunta: “¿Por qué el Estado tiene autoridad moral o tiene más conocimiento que la Iglesia y que el mercado?” (IV FÓRUM, Fita 02 Debates e Painel I).

Após os comentários de Pacheco, o mediador, jornalista Joelmir Beting, concedeu a palavra a Donald Stewart Jr., e justificou-se dizendo que isso era porque o empresário recebera “duas bolas quadradas”, isto é, duas críticas que discordavam das colocações. De maneira aproximada ao debate que travou com Leonel Brizola, em 1989, episódio analisado no item 4.2 do texto, Stewart Jr. decidiu debater respondendo a uma metáfora de Jaguaribe.

O professor Jaguaribe fez uma imagem de que eu vejo um carro e porque o carburador está ingaçado, eu penso que não funciona. Ora, essa imagem [...] isso se poderia dizer da mesma maneira, o professor Jaguaribe vê um carro e pensa que ele anda, mas não levanta o capô pra ver que não tem motor (IV FÓRUM, Fita 02 Debates e Painel I).

Jaguaribe referia-se à diferença entre a “intrínseca inviabilidade” e a “má funcionalidade” de um sistema. Em resposta, Stewart Jr. reafirmava que o funcionamento era uma ilusão, pois um sistema com aquelas concepções, isto é, “social-democrata”, não poderia funcionar jamais. Assim, ele questionou Jaguaribe se “a criação de riqueza não depende essencialmente da forma como ela vai ser distribuída”? E, a Miguel Reale, perguntou “de onde vêm os recursos que o Estado usa pra fazer grandes obras”? Tendo em vista que o advogado afirmou como uma necessidade econômica a participação do Estado em grandes obras porque o setor privado não teria capacidade para realizar alguns desses investimentos (IV FÓRUM, Fita 02 Debates e Painel I).

A resposta de Miguel Reale à réplica de Stewart Jr. foi enfática, além de representativa da situação criada em relação à disputa pelas “reais” necessidades econômicas do país durante o Fórum de 1991:

[...] se o benefício de todos leva à necessidade de que ele [o Estado] intervenha para promover A, B, C ou D. Por que não? Por que não? E depois se fala: por que o Estado sabe [do que é necessário para o planejamento]? O Estado não sabe. Coloca-se o Estado como se fosse uma entidade diabólica, demoníaca, que estivesse acima da sociedade. Não! O Estado tem uma participação. É... [ri e concorda, ironicamente, com um comentário inaudível de Emilio Pacheco e, então, volta-se em direção a ele na mesa] na sua visão, então, é por isso que o senhor sugeriu que a Igreja viesse a promover [o desenvolvimento], já que vê o estado como demoníaco, na sua visão religiosa da política, sugere que a Igreja venha a fazer planejamento econômico (IV FÓRUM, Fita 02 Debates e Painel I).

No excerto acima, o advogado criticava os argumentos de Emilio Pacheco e de Stewart Jr., especialmente, o questionamento de Pacheco no que concerne à primazia do Estado, em detrimento de outras instituições, pela atribuição de realizar o planejamento econômico de uma sociedade. Obviamente, Emilio Pacheco não acreditava que a Igreja fosse uma instituição habilitada a fazê-lo, mas procurava explicitar o que considerava uma arbitrariedade: a aceitação de que o Estado poderia fazê-lo melhor do que qualquer outra. Infelizmente, o registro audiovisual do debate não captou a interrupção feita por Pacheco contestando Reale Jr. De modo astuto, Reale tomou o questionamento irônico de Pacheco a respeito da preponderância do Estado sobre a Igreja como uma convicção do interlocutor e relacionou essa ideia à “demonização” do Estado. Nesse sentido, ele explicitou o conflito fundamental em torno à definição do conceito de liberdade: quais significados ligados à atuação econômica eram aceitáveis no campo histórico-semântico do conceito?

Enfrentava-se o desafio de reconfigurá-los em relação às atribuições do Estado. Para os “social-democratas”, o planejamento do Estado e, até mesmo, a ação estatal direta na economia por outros meios, não era tida como um obstáculo ou algo contraditório à liberdade inerentemente. Por outro lado, os neoliberais tinham o Estado como um agente causador de restrições à liberdade, pois as necessidades econômicas a serem implementadas, conforme identificadas por eles, passavam por reformas no Estado que alteravam radicalmente suas atribuições.

Um Estado “mínimo” e “moderno”, cuja ação na economia fosse radicalmente reduzida, só existiria quando este mesmo Estado fosse capaz de efetivar uma “estabilização macroeconômica” e vice-versa. Simultaneamente, a “virada neoliberal” na América Latina impunha determinadas premissas que, somadas à restrição conceitual que se tentava estabelecer por meio de espaços como o Fórum, direcionavam as concepções de liberdade. Contudo, independentemente dos matizes das argumentações desses protagonistas, havia um consenso a respeito da necessidade econômica de reformar o Estado brasileiro e adequá-lo a uma nova concepção de liberdade condizente com o período democrático e as transformações geopolíticas das últimas décadas do século XX. Em síntese, como o economista André Lara Resende defendia, a moeda não seria recuperada sem as reformas, que também não seriam implementadas sem a confiança da moeda (IV FÓRUM, Fita 04 Painel III).

Durante o governo de Itamar Franco (1992 – 1994) e o primeiro governo Cardoso (1995 – 1998), as expectativas de “estabilização macroeconômica” e de “ajustes estruturais” foram parcialmente atendidas. A implantação do Plano Real (1994) e a reforma do Estado, que teve como marco o Plano Diretor de Luiz Carlos Bresser Pereira (1995), foram responsáveis por reduzir drasticamente a inflação e responder às exigências criadas pelo mito da “crise do Estado”, adequando-o, na verdade, a uma concepção pós-varguista, condizente, em parte, com as necessidades impostas pelo capitalismo em fins do século XX. Todavia, isso não esgotava as demandas de uma liberdade progressivamente voltada para o mercado e calcada na oposição entre o Estado e o indivíduo.

3.3 INTEGRAÇÃO DE MERCADOS

A década de 1990 foi um marco na formação dos chamados “blocos econômicos”. Foi na primeira metade dessa década que se formou, por exemplo, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o North America Free Trade Agreement (NAFTA), traduzido como Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, e a União Europeia (UE), que transcendeu o âmbito econômico. O Brasil, por meio do Mercosul, integrava-se a outros países da América do Sul, sabidamente, Argentina, Paraguai e Uruguai. Entretanto, esse mercado do sul não satisfazia as expectativas daqueles que ansiavam pela utopia neoliberal de uma liberdade desimpedida por fronteiras e regulamentos nacionais. Principalmente, quando a experiência do sul era contrastada às iniciativas do ocidente europeu que consolidavam uma moeda comum, o Euro, e traçavam como objetivo próximo um sistema de leis supranacional. Nesse sentido, o Mercosul não se apresentava como a solução que deveria representar, na ótica daqueles que consideravam a década anterior como perdida, um impulsionador para a liberalização do comércio e, conseqüentemente, para a retomada do crescimento econômico às taxas anteriores à década de 1980. Em suma, a integração dos mercados foi vista como elemento estratégico para a superação de uma condição que se expressou, não raro, por meio do mito da década perdida.

A afirmação de que se trata de um mito economicista a alcunha de “década perdida” foi realizada, por exemplo, pela historiadora Lucília Delgado. Ela demonstrou que a luta democrática brasileira travada no decorrer daqueles anos evidencia a parcialidade em denominá-la como “perdida”, embora não seja incontestável o fato de que as Diretas Já, conforme defende a historiadora, sejam a síntese desse processo democrático¹⁸². De qualquer modo, o mito mencionado é, em parte, uma decorrência da ideia de que as propostas de estabilização e ajuste neoliberais precisavam entrar em prática com urgência como alternativa única à dita crise.

Às vésperas do quarto Fórum da Liberdade (1991), o presidente do IEE, André Loiferman (1990 – 1991) escreveu uma coluna homônima para o jornal ZH, na qual afirmava:

¹⁸² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. In: AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge (org.). *Op. cit.*, p. 421.

É incontestável que a década de 80 foi perdida para o Brasil e para grande parte da América Latina; este fato em nossa opinião está umbilicalmente relacionado com a escolha errada de caminhos e soluções pela sociedade brasileira; que por sua vez foram resultado da discussão de idéias já há muito superadas no mundo desenvolvido¹⁸³.

Durante o discurso de abertura do encontro, Loiferman repetiu a declaração a respeito da década anterior e, mais uma vez, relacionou o problema a caminhos errados que o Brasil trilhou (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I). Essa lógica servia como justificativa à temática do Fórum naquele ano, que era pautada pela oposição excludente de liberalismo *versus* social-democracia, como analisado no subcapítulo 2.1.

Mesmo quando não verbalizado, o “mito da década perdida” permeou os discursos daqueles que se autodenominavam “liberais”, principalmente, daqueles que procuraram examinar informações econômicas e instruir a plateia nesse sentido, expondo dados quantitativos, como foi o caso do economista Paulo Rabello de Castro, presente em três edições do Fórum da Liberdade. No entanto, houve também aqueles que se colocavam em contraposição a esse mito. As esperadas exceções vêm daqueles que estiveram, de alguma maneira, comprometidos politicamente com o processo de redemocratização. Mais uma vez, os presidenciáveis de 1989 servem como exemplo, mas também intelectuais, como Hélio Jaguaribe, que demonstraram que a ausência de crescimento econômico na década de 1980 não era a causa dos problemas mais graves do país, ao contrário do que os legítimos representantes da “elite orgânica” neoliberal pretendiam divulgar em nome da liberdade.

Uma inesperada contestação à tese do IEE, apresentada pelo presidente daquela gestão, veio do economista Paulo Guedes. No terceiro Fórum (1990), Guedes usou o tempo de fala para destacar que uma profunda transformação ocorreu nas mentalidades do grupo no qual ele se incluía. Um excerto dessa fala é o mote de abertura do capítulo 2 desta dissertação: “Nas nossas mentes, a revolução está feita”. Em 1991, Guedes retomou o raciocínio desenvolvido por ele na edição anterior do Fórum da Liberdade para se opôr ao mito da década perdida:

Não houve uma década perdida na década de 80. Quer dizer, do ponto de vista de produção física, sim, mas do ponto de vista mais importante, que é o que acontece nas nossas mentes, aconteceu uma revolução mental nesse país [...]. Há dez anos atrás, era impossível falar em abertura da economia, privatização, discutir estabilidade do funcionário público. Não havia qualquer questionamento ao modelo dirigista [...]. A democracia exige a correção dessa hipertrofia do Estado dirigista. Isso vai acontecer de qualquer forma. Evidentemente nós, liberais, temos que pegar a percepção geral desse movimento e forçar mais fundo ainda. Não basta mudar o caráter de atuação do Estado (V FÓRUM, Fita 04).

¹⁸³ *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 abr. 1991, p. 4.

Por meio da fala de Guedes, é perceptível que ele reafirma uma ideia exposta no terceiro Fórum, aquela das “mentes revolucionadas”, e explicita por qual razão, no entendimento dele, os anos 1980 não são perdidos: ele considera a democratização como um momento de abertura de uma possibilidade histórica para os “liberais”. E ele estava correto. Assim como o processo de transição para a democracia possibilitou a inscrição de direitos sociais na Constituição, também tornou a sociedade aberta à difusão de novas proposições impulsionadas pelas transformações mundiais descritas no capítulo 1. Foram as mudanças políticas desencadeadas em fins dos anos 1970 e, durante a década seguinte, que lançaram as bases históricas para uma República que, nos anos 1990, presenciou o desmonte do Estado varguista.

Essa oposição entre a “década perdida” e a integração de mercados nos anos 1990, na qual os blocos econômicos mostravam-se como oportunidade singular à superação da estagnação dos anos 1980, era reforçada por dois temas constitutivos do ideário neoliberal presentes nos debates: o antinacionalismo e o suposto triunfo histórico do capitalismo. Conjuntamente, esses temas reiteravam a necessidade de desenvolvimento econômico em um novo patamar de superação do âmbito nacional. Com isso, o papel cumprido pelos Estados nacionais era depreciado, e reforçava-se a proposição de que o caminho da liberdade residia na criação dos blocos econômicos em detrimento da soberania nacional, conceito, este, aliado dos discursos por estar identificado, no ideário neoliberal, com o nacionalismo.

Expressão clara da exclusão de quaisquer referências de desenvolvimento nacional, tal qual entendidas no paradigma vigente após a Segunda Guerra, esteve presente no discurso de um dos filósofos “liberais” estrangeiros do quarto Fórum (1991), Roberto Salinas. Durante as questões oriundas da plateia, ele recebeu a pergunta:

Como o México está vendo a possibilidade de se integrar em um mercado comum com os Estados Unidos e o Canadá já que eles têm uma economia, segundo ele [Salinas] diz, fechada? Haverá como competir com esses parceiros dentro de um mesmo mercado? [...] (IV FÓRUM, Fita 04 Painel III).

A pergunta referia-se à futura adesão do México ao acordo firmado entre EUA e Canadá em fins dos anos 1980 e que, em 1992, transformou-se no NAFTA. Depois de corrigir o interlocutor, afirmando que não se tratava de um mercado comum, como pretendia a Europa, mas de um acordo de livre comércio, ele propôs uma analogia para responder a questão. Conforme Salinas, a pergunta que se deveria fazer no que concerne às nações é a mesma que se faz para indivíduos: por que um indivíduo pobre faz negócios com um rico? Na

ótica dele, era porque o indivíduo pobre quer enriquecer, ficar como o rico. Logo, o México fez negócios com os EUA porque, segundo ele, isso tornava a economia mexicana mais competitiva e os mexicanos teriam mais produtos e serviços disponíveis.

Os sinais do avanço do neoliberalismo, presentes neste tipo de explanação, remetiam à ausência de questionamentos que antes foram centrais para o planejamento econômico na América Latina, ligados à ISI e, portanto, ao imperativo de fortalecimento de uma indústria nacional de capital estatal e de capital privado associados. Na resposta de Salinas, não se colocou a preocupação de que os produtos e serviços estrangeiros dificultassem o desenvolvimento de produtos e serviços similares nacionais. O que se apresentou era considerado uma oportunidade: concorrência para desafiar os mexicanos a atingirem os patamares estadunidenses. Nessa lógica, são desconsiderados múltiplos fatores históricos que possibilitaram a supremacia econômica estadunidense no capitalismo do século XX. Essa certeza inabalável de que a concorrência do norte provocaria o desenvolvimento do México nada mais foi do que uma profissão de fé. Em outras palavras, dada a lógica de desenvolvimento capitalista, um acordo desses não poderia, inevitavelmente, assegurar melhor vida aos mexicanos.

Essa concepção neoliberal de livre comércio entre países, direcionando-os à formação de blocos, estava permeada, como dito, por outras noções historicamente simultâneas, expressas na apologia ao neoliberalismo feita por Salinas:

la caída del muro de Berlín, la conformación de enormes bloques económicos, la tremenda ola de liberalización que está [trecho inaudível] en varias regiones del mundo y el sorpresivo [trecho inaudível] del reino comunista, han venido a darle contenido a un novo refrán. El refrán de que Marx ha muerto y Adam Smith vive (IV FÓRUM, Fita 04 PaineI III).

O nacionalismo latino-americano era tido como elemento anacrônico diante dessa sucessão de transformações de fim do século XX que, na ótica neoliberal, potencializavam a realização das liberdades preconizadas. Conforme disse Peter Wilms, membro da diretoria do IEE em 1990:

Para os países menos desenvolvidos e, mais especificamente, na América Latina, historicamente tem se observado uma mentalidade essencialmente nacionalista, resultando numa miopia mercadológica que levou suas economias aos atuais patamares de pobreza e miséria (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º paineI).

Wilms se diferenciou dos demais palestrantes que abordaram a questão da integração de mercados ao associar essa pretensa solução de necessidades econômicas, representadas pelos “blocos”, às transformações geopolíticas e também às consequências para o futuro do capitalismo:

Vislumbra-se a formação de grandes blocos econômicos como a Europa 92; Estados Unidos, Canadá e México; os Tigres asiáticos; e o Leste europeu. Todos grandes mercados, sem protecionismos, barreiras alfandegárias e com livre fluxo de pessoas e capitais. Esses exemplos demonstram que a procura do norte latino-americano está na integração mútua e na parceria com os mercados do primeiro mundo. E para que possamos trilhar o caminho da modernidade, propusemos a discussão, também, da vitória das democracias liberais e da economia de mercado. Será o fim da história? (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º painel).

Nesse excerto, a integração dos mercados por meio da formação dos blocos econômicos adquiriu a máxima relevância, uma vez que o “norte”, ou seja, o futuro da América Latina, foi condicionado à integração. Simultaneamente, essa integração era tratada como um elemento indispensável para o triunfo da Nova Ordem Mundial que, nas interpretações mais extremadas, foi tida como o fim da história. Esse é o caso do célebre ensaio de Fukuyama, que pouco teve de original, como demonstrou, entre outros, Perry Anderson¹⁸⁴.

Essas propostas constituídas no movimento de avanço do neoliberalismo, mas não necessariamente pelo neoliberalismo, destacaram a necessidade de constituição de formações supranacionais de ordem econômica, em geral, mas também de ordem política, a partir do exemplo, sobretudo, da UE. A autoridade dos Estados nacionais não era o verdadeiro alvo desses discursos, pois ninguém negaria, por exemplo, o monopólio estatal sobre o poder de justiça. Porém, é inegável que a ênfase em sentidos da liberdade realizáveis com a diluição da rigidez econômica das fronteiras nacionais abriu, necessariamente, um espaço para considerações superficiais acerca da função do Estado. Como escreveu o sociólogo Michael Mann, em expressão que lembra as declarações dos porta-vozes da “elite orgânica” representada no Fórum: “muitos acreditam que chegamos à velhice do Estado nacional”¹⁸⁵.

Todavia, como o mesmo Mann afirmou, é necessário cautela na avaliação de quais elementos eram realmente novos nas relações entre os Estados no cenário político internacional nos anos 1990. Para justificar essa cautela, ele elencou algumas razões:

¹⁸⁴ ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

¹⁸⁵ MANN, Michael. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). *Um mapa da questão nacional*. 1ª ed. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Nossa “sociedade” *nunca* foi meramente nacional. Foi também transnacional, pois sempre implicou relações que atravessam livremente as fronteiras. E foi ainda geopolítica, pois sempre implicou relações entre unidades nacionais. As relações transnacionais não são meramente “pós-modernas”: sempre solaparam a soberania de todos os Estados. As relações geopolíticas restringem a soberania dos Estados (que firmam acordos) e solapam mais persistentemente, é claro, a soberania dos mais fracos¹⁸⁶.

O comentário de Michael Mann chama a atenção para o que representou, na normatização da liberdade, a exaltação dos blocos econômicos em detrimento das competências econômicas do Estado. É nítido que, constituído um mito acerca de um tempo “perdido” ou “ineficaz” do Brasil, a década de 1980, facilitou-se a proposição de uma solução econômica propagada como inovadora. O esgotamento da ISI e a estagnação econômica foram o mote para que não apenas o Estado fosse questionado em relação ao seu “tamanho”, mas também como formação política eficaz para assegurar o bem-estar no futuro, especialmente, quando contrastado às expectativas das formações supranacionais. Afinal, o nacionalismo era um conceito central nas formulações econômicas vigentes antes do avanço neoliberal. Nesse sentido, integrar mercados via formação de blocos de países coadunou uma proposta de liberdade incompatível com a manutenção do Estado nacional como regulador econômico incontestável, ainda que “mínimo/modernizado”.

As necessidades econômicas apresentadas pelos representantes da “elite orgânica” mobilizada pelo Fórum criaram a imagem de um Estado que, se não era exatamente “demoníaco”, como denunciado por Miguel Reale Jr., em 1991 (IV FÓRUM, Fita 02 Debates e Painel I), certamente era tido como negativo, incompatível com um conceito de liberdade visto como garantia do futuro. Considerava-se que o Estado gastava muito e mal, causando inflação e violando duplamente a liberdade do indivíduo. Primeiro, por se apropriar do que não tinha o direito, frutos do trabalho de indivíduos, para manter gastos descontrolados que geravam déficit. E, segundo, porque ao tentar controlar esse déficit, emitia moeda e gerava inflação, que tentava controlar, mais uma vez, violando a liberdade de indivíduos ao intervir em preços e em salários. A saída fundamental para estabilizar o processo era implementar o segundo grupo de necessidades econômicas analisadas: os ajustes no Estado. Reduzindo o número de funcionários, por exemplo, os gastos reduziram-se, diminuindo o déficit e causando um efeito em cadeia.

Essas necessidades econômicas internas que apontavam para mudanças no Estado não estavam desligadas das ações econômicas dos Estados nacionais voltadas para o exterior. O que, na lógica neoliberal, reiterava a necessidade de “desregulamentação” e/ou “abertura

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 314.

econômica”, que, como se sabe, serve aos interesses privados que detêm o poder necessário para dominar novos mercados consumidores assegurando a reprodução do capital. É por isso que o conceito de neoliberalismo esteve tão identificado com “imperialismo”, que remete à ideia de domínio estrangeiro, seja cultural, econômico ou territorial, e, também, com o conceito de “globalização” ou de “mundialização”, cuja polissemia produz incontáveis debates intelectuais dentro e fora da academia nas últimas décadas¹⁸⁷.

Se o geógrafo Milton Santos estava correto ao afirmar que “a causa essencial da perversidade sistêmica é a instituição, por lei geral da vida social, da competitividade como regra absoluta”¹⁸⁸, essa perversidade da globalização deveu, em muito, ao avanço do ideário neoliberal e à progressiva consolidação como uma forma legítima de se pensar a liberdade. O conteúdo ideológico, isto é, a relação desse ideário com interesses de classe social evidenciava-se pelo fato de que era a tradução de necessidades econômicas que reforçavam ininterruptamente significados de liberdade ligados à primazia da competitividade e do indivíduo em relação às solidariedades coletivas forjadas no século XX, com ou sem a participação do Estado. Como corolário do processo, o interesse econômico da propriedade privada foi reforçado como o mais indistinto possível em relação à semântica de liberdade.

Em 1992, às vésperas do quinto Fórum da Liberdade, o presidente do Instituto Liberal (1991 – 1992) e ex-presidente do IEE (1988 – 1989), Carlos Biedermann publicou em Zero Hora um texto denominado: “Ecologia e Propriedade”, onde dizia:

A solução para os problemas do meio ambiente não passa por ações do governo, mas por uma correta definição do direito de propriedade. Alguém já ouviu falar da extinção de galinhas, porcos, vacas ou patos? E por que estão ameaçadas as baleias, o mico-leão-dourado, as tartarugas e tantas outras espécies? Qual a diferença fundamental? Os primeiros têm dono. Os outros não, e como tal não são objetos de interesse de ninguém¹⁸⁹.

Propriedade privada e competição assumiam a forma de panaceias sociais em detrimento do interesse público e daquilo que, em última instância, assegura a viabilização desse interesse: o Estado. Não é que Biedermann estivesse interessado nessas espécies animais, mas certamente estava nas implicações dessa afirmação para uma teoria da liberdade que pudesse assegurar, basicamente, o direito à propriedade privada como absoluto e intocável. Esse problema pode ser tido por alguns como uma mera repetição do que o

¹⁸⁷ Para citar dois exemplos de artigos em obra de referência para esta dissertação: COLÁS, Alejandro. Neoliberalism, globalisation and International Relations In: JOHNSTON, Deborah; SAAD-FILHO, Alfredo. *Op. cit.*, p. 70 – 80; RADICE, Hugo. Neoliberal globalisation: Imperialism without Empires? In: SAAD-FILHO, Alfredo. JOHNSTON, Deborah. *Op. cit.*, p. 91 – 98.

¹⁸⁸ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 60.

¹⁸⁹ *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 mai. 1992, p. 4.

liberalismo colocou-se como desafio desde Locke. Todavia, era a experiência de Estado brasileiro da Nova República e a expectativa de transformá-lo à luz de outras experiências simultâneas que subsidiavam a formulação de um conceito de liberdade historicamente distinto, experiência indisponível ao puritano do século XVII, e indispensável para a formação de uma “elite orgânica” que preconizava necessidades econômicas neoliberais, embora autoproclamada “liberal” e defensora dos interesses da sociedade.

4 PREDISPOSIÇÃO À LUTA POLÍTICA

“Nós devemos começar a pensar alto” (I FÓRUM, Fita 02), disse Donald Stewart Jr., durante o primeiro Fórum da Liberdade (1988), ao se referir explicitamente a uma “elite” de “empresários”. Espera-se de uma “elite” que não tenha pensamentos pequenos, isto é, não se espera que procure remediar ou solucionar apenas parcial e superficialmente um problema. A expectativa que se gera em relação a uma “elite”, especialmente por parte daqueles que dela não fazem parte, é de que os meios privilegiados que eles detêm sejam empregados de forma inteligente e que isso traga benefícios para o grupo que representa. Contudo, se os privilegiados consideram-se como legítimos porta-vozes não apenas de seu grupo, mas de todos os grupos da sociedade, quais são os meios de persuasão política que possuem para predispor outros em direção a esses rumos?

Os convidados do Fórum da Liberdade difundiram determinados valores e uma visão de mundo propondo caminhos para o desenvolvimento do país que, ano a ano, moldaram uma maneira de pensar. Essa é uma ação política de persuasão não por que os presentes precisem ser genuinamente convencidos. Isso foi de pouca importância durante muitos anos, afinal, até a mudança para a PUCRS, em 2004, não houve uma ampliação significativa de público que fosse acompanhada por uma diversificação do mesmo. Os âmbitos mais relevantes do exercício de persuasão ocorreram, primeiro, indiretamente, através do preparo exercido sobre um público que se munia de argumentos e colocava-se a par de debates e léxicos específicos, posteriormente reproduzidos por eles. E, segundo, por meio da cobertura da mídia, pois os jornais locais usados nesse trabalho como fontes de pesquisa são apenas dois dos possíveis exemplos da ampla repercussão desse exercício.

No capítulo anterior foram tratados os problemas econômicos que, de acordo com os palestrantes do Fórum, impunham-se bloqueando a “liberdade” e atravancando a chegada do Brasil à “modernidade”. No entanto, como poderia realmente ocorrer a consolidação dos ajustes estruturais, da estabilização macroeconômica e da formação de novos mercados integrados? “Elites orgânicas” não difundem ideias com uma intenção meramente contemplativa. As necessidades econômicas apresentadas só podem ser efetivadas por meio da política.

Em suma, ações são necessárias à mudança. E, no decorrer dos anos de Fórum, o posicionamento diante de episódios políticos potencialmente definidores da alternativa de desenvolvimento a ser tomada pelo Brasil caracterizaram o posicionamento ideológico daqueles atores, contribuindo para a redefinição do conceito de liberdade sob os marcos do neoliberalismo. Desse modo, é necessário questionar, primeiro, a relação entre o conceito de liberdade, síntese dos rumos preconizados, e a expectativa política depositada sobre a Constituição de 1988. A Constituinte foi coetânea do primeiro Fórum e pautou os debates nesse ano de 1988. De certo modo, como foi justificado na introdução deste texto, o processo de formulação do documento produziu um ciclo de expectativa política que se fechou em 1993, ano que encerra o recorte metodológico desta pesquisa. Via de regra, a Carta foi duramente criticada durante as primeiras edições do Fórum.

As eleições diretas de 1989 para a presidência da República, as primeiras desde 1960, constituíram o segundo episódio da história recente do país instrumentalizado pela “elite orgânica” neoliberal. A segunda edição do Fórum da Liberdade, no mesmo ano do pleito, foi dedicada à promoção do debate entre cinco dos candidatos à presidência com os representantes de propostas do IEE. Desse modo, buscou-se uma intervenção no processo eleitoral, naquele momento, com o objetivo de produzir uma coesão entre o empresariado e, assim, influir na disputa.

O resultado da eleição e o desempenho do governo do primeiro presidente eleito, em 1989, também se tornou objeto de discussões a partir de 1990. Símbolo de uma nova etapa na qual o país ingressava, o governo Collor foi encarado como única alternativa possível para uma aproximação efetiva às propostas neoliberais para o Brasil. Contudo, ainda assim, sofreu duras críticas por causa da política econômica considerada insatisfatória pela “elite orgânica” e foi, finalmente, destituído pelo *impeachment* de 1992.

Por fim, o declínio do socialismo no Leste europeu, processo inseparável do propagado triunfo inexorável do capitalismo, perpassou todo o período em questão, influenciando, inclusive, abordagens acerca dos três temas anteriores da política brasileira. Assim como a depreciação do papel histórico dos Estados nacionais modernos, tratada no subcapítulo 3.3, a exaltação de uma utopia capitalista, baseada no livre mercado global, pode ser tida como uma síntese dos acontecimentos políticos utilizados no Fórum. Esses quatro temas foram coetâneos às edições do Fórum da Liberdade analisados e, mesmo que não fossem os objetos genuínos para as discussões propostas, se fizeram presentes nos discursos como oportunidades de efetivação das necessidades econômicas em direção à plenitude da liberdade proposta.

4.1 CONSTITUIÇÃO DE 1988: NEGAÇÃO DA LIBERDADE

A Constituição de 1988, produto de amplas negociações da sociedade brasileira durante o processo de “transição pactuada”¹⁹⁰, foi assunto constante nos debates das primeiras edições do Fórum. Como se sabe, essa foi a sétima Carta da história brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, como resultado de amplas discussões no Congresso Nacional nos anos de 1987 e 1988, que expressaram a “correlação de forças na arena política brasileira naquele momento”¹⁹¹. Importantes garantias sociais que, à época, diante da intensa mobilização democrática, foram consideradas tímidas ou moderadas, tornaram-se pontos reconhecidos como avanços históricos, tais como o comprometimento do Estado com a saúde e a seguridade social, entre outros. Nas palavras do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB), tratava-se de uma “Constituição Cidadã”, termo que denotava as garantias de liberdades individuais e de direitos sociais implantados, que contrastavam com o passado autoritário da ditadura civil-militar.

Nesse sentido, a Carta foi um marco na história do Brasil por causa do avanço na garantia de direitos ligados a demandas históricas. A incorporação dos “direitos sociais” na Constituição foi um sinal de que o processo de elaboração do documento contou com a pressão da sociedade civil organizada, entre os quais estavam os trabalhadores oriundos do novo sindicalismo que emergiu da luta ainda durante a ditadura contribuindo para a formação do PT.

Entre os “direitos sociais”, é possível destacar o artigo 6º, que pretendeu assegurar, entre outros pontos, o trabalho, a moradia e o lazer¹⁹² e também o artigo 7º, pois beneficiou os trabalhadores com diversas outras garantias estabelecidas ou incorporadas à Carta, como a

¹⁹⁰ ARTURI, Carlos Schmidt. *Transição Política e Consolidação da Democracia: notas a partir da experiência brasileira*. In: REIS, Elisa *et al* (org.). *Política e Cultura*. 1ª ed. São Paulo: ANPOCS; Hucitec, 1996, p. 142 – 167.

¹⁹¹ BRANDÃO, Gildo Marçal *et al* (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008, p. 14.

¹⁹² “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 21 ago. 2011.

jornada de trabalho de 44h semanais e o décimo terceiro salário¹⁹³. Além desses itens, é importante ressaltar que o papel do Estado, de acordo com a Constituição, não se restringiu à responsabilidade de assegurar direitos sociais, mas também de promover direitos humanos articulando direitos coletivos com individuais e concebendo-os de forma indivisível¹⁹⁴.

Esses aspectos constitucionais destacados bastam para que se entenda o potencial choque entre os direitos instituídos e os significados de liberdade que se procurava alçar à predominância no Fórum da Liberdade. A expectativa gerada pela Carta, muitas vezes acusada de ser uma mera declaração de intenções, é um indício indispensável da relevância histórica que esse documento adquiriu ao se tornar uma referência para a luta em prol de direitos que estavam previstos, mas que não foram consolidados. O documento se tornou, assim, um índice político do porvir. Por essa razão, é necessário cautela ao se eleger um acontecimento político dos anos 1980, em detrimento da Constituição, entre outros episódios, como mais preponderante, isto é, mais representativo do processo de transição pelo qual passava o país.

Para a historiadora Lucília Delgado, o movimento das Diretas Já foi o “acontecimento síntese” da transição política graças à capacidade mobilizadora que desenvolveu e à expectativa popular que representou até a frustração causada pela derrota da emenda do deputado Dante de Oliveira do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1984, adiando para 1989 as eleições presidenciais diretas¹⁹⁵. É curioso o fato de que a historiadora não explicitou que interpretar a Campanha das Diretas como síntese de um processo político tão complexo, é uma avaliação pautada por critérios que, invariavelmente, têm uma medida de arbitrariedade. Por que a campanha das Diretas representa melhor a expectativa política de um período do que a Constituinte e o conseqüente documento promulgado, por exemplo? É sempre válido destacar que as razões derivam exclusivamente dos critérios selecionados pelo historiador.

De fato, as Diretas envolveram multidões em comícios no Brasil e podem, realmente, serem caracterizadas como referências de uma mobilização democrática única na história do país, no sentido quantitativo de participação direta dos cidadãos nas ruas. Contudo, superestimar esses aspectos pode significar a subestimação de outros elementos fundamentais gestados nessa mesma transição, como as expectativas de direitos civis que permanecem desdobrando-se e que foram possibilitadas pela Carta de 1988.

¹⁹³ RAMALHO, José Ricardo. Trabalho, direitos sociais e sindicato na Constituição de 1988: duas décadas de acirrada disputa política. In: BRANDÃO, Gildo Marçal *et al.* *Op. cit.*, p. 133 – 136.

¹⁹⁴ ADORNO, Sérgio. Direitos Humanos. In: BRANDÃO, Gildo Marçal *et al.* *Op. cit.*, p. 204.

¹⁹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. cit.*, p. 411 – 427.

As menções à Constituição no Fórum da Liberdade foram, em geral, críticas inseridas em discursos mais amplos que estiveram ligadas às necessidades econômicas de cunho neoliberal. O Estado brasileiro foi entendido como abrigo do ócio e, conseqüentemente, mas não apenas por essa razão, causa do “atraso” econômico em relação ao “Primeiro Mundo”. A Constituição foi interpretada como um corolário desse “regresso”. Logo, as interpretações sobre o documento, como boa parte das discussões do Fórum, evidenciavam uma disputa inerente à política moderna: o direito e o poder de definir para onde aponta a flecha do conceito de progresso.

Ainda durante o ano de 1988, três indivíduos que atuaram como membros da “elite orgânica” neoliberal realizaram severas críticas à Carta propriamente dita ou ao processo de elaboração da mesma, frequentemente através de sarcasmo. Foram eles: Donald Stewart Jr. e Roberto Campos, mencionados nos capítulos anteriores, e Flávio Antônio Corrêa, à época, presidente das empresas Ogilvy & Mather.

Stewart Jr. denunciou as “conquistas sociais” ligadas à Constituição de 1988 porque, de acordo com ele, as pessoas “não se dão conta que a única conquista social jamais conseguida foi produzir alguma coisa melhor e mais barato”, pois “só produzindo alguma coisa melhor e mais barato que você consegue melhorar a humanidade” (FÓRUM, Solenidade de abertura). Corrêa, por sua vez, taxou a Constituinte de “quase sempre fisiológica [*sic*], clientelista e muitas vezes interesseira [...]”, além de possibilitar a criação de um “documento que nos remeta à pré-história do pensamento político [...] que acabe por criar uma nação onde tudo que não é proibido seja compulsório”, ou, ainda, uma Constituinte cujo “estatismo” poderia levar à temida “república brasileira socialista soviética”, como aquela que o palestrante afirmou ter lido no Jornal da Tarde paulista, de 1983, em série de reportagens (I FÓRUM, Fita 04).

Ainda que a “república socialista brasileira” fosse pronunciada em um tom de aparente brincadeira, não deixa de ser um elemento revelador, especialmente, porque os comentários de ambos vão ao encontro do escárnio proferido por Roberto Campos, que evidenciou sinteticamente diversos pontos da Carta que foram repudiados:

Sentiremos em breve na carne, aquilo que Von Mises chamava “as conseqüências não pretendidas da ação humana”. Por exemplo, a perspectiva de ressurreição da estabilidade de emprego, assunto, afinal, diferido para a lei complementar, bastou para desativar a contratação, encorajar a automação e provocar despedidas, pois nenhuma empresa pode garantir a estabilidade do emprego se ninguém lhes garante a estabilidade do faturamento. Procura-se beneficiar as mulheres parideiras mediante a ampliação das férias maternidade para 120 dias e 8 dias para o pobre pai gestante, costume que existe entre os índios Carajás e também na Polinésia [risos da plateia]. As mulheres que tenham filhos em dois anos consecutivos ganharão 26,66 salários para trabalharem

14 meses, além da obrigatoriedade das creches. O empresário que tenha que cortar custos em um ambiente competitivo preferirá contratar solteiros e virgens, este último estado, pouco duradouro e de difícil verificação [palestrante está sorrindo e é acompanhado por risos da plateia, denotando a ironia]. Contratará mulheres de trompas ligadas, ou coroas na menopausa [...] [mais uma vez, o comentário é seguido de risos da plateia].

A limitação das horas de trabalho a 44h semanais não faz sentido em atividades sazonais nas quais há trabalho no pique e horários reduzidos na entressafra. O turno de trabalho de 6h de revezamento tornará algumas indústrias não competitivas na exportação, reduzirá a renda dos “horistas” e será fisicamente inviável nas plataformas marítimas da Petrobrás que não podem ser esticadas para acomodar um novo turno. Tudo isso revela enorme desconhecimento fático, dos fatos, ignorância do que seja uma Constituição, e o voluntarismo ingênuo de legislar preceitos uniformes para empresas grandes e pequenas, prósperas ou deprimidas, contínuas ou sazonais, em fase cíclica, expansiva ou recessiva (FÓRUM, Solenidade de abertura).

Os comentários de Stewart Jr., Corrêa e Campos demonstraram a maneira na qual a Constituinte e a Carta Magna foram instrumentalizadas como impedimentos políticos a pretensas necessidades econômicas ligadas à visão de mundo neoliberal. Por meio da fala de Stewart Jr., tentou-se impor uma única via de benefício coletivo: o aumento da produção e o crescimento da economia. De fato, o próprio Instituto Liberal de Stewart Jr. assumia-se como neoliberal e as posições dele estavam explicitamente vinculadas à Escola Austríaca de Economia, tal qual Campos também demonstrou ao citar Mises, pensador central do grupo de Mont Pelerin, conforme explicado no capítulo 1.

Em relação ao longo excerto transcrito de Campos, é possível identificar em meio às tentativas de ridicularização da Constituinte, as questões da estabilidade, das licenças maternidade e paternidade, e da jornada de trabalho. As principais pretensões de garantias trabalhistas em discussão à época foram enquadradas por Campos como causadoras de consequências imprevisíveis e prejudiciais. Ou seja, procurava-se controlar algo que não deve ser controlado e muito menos de maneira basilar e centralizada como institui uma Constituição. É um argumento que procura respaldo na dita “arrogância fatal” do planejamento econômico, parafraseando o título de uma obra de Hayek (*The fatal conceit: the errors of socialism*, 1988), além das mencionadas “consequências não pretendidas da ação humana” de Mises. Resumidamente, as teses pregavam que a tentativa de controle estatal ou ingerência governamental sobre o que não deve ser controlado causarão, inevitavelmente, danos imprevisíveis, por isso, o Estado mínimo, consoante com a “liberdade”.

Portanto, o sentido do escárnio de Campos não se explica apenas pelo fato de que os pontos da Carta mencionados foram por eles considerados contraprodutivos ou estimulantes do ócio, mas porque essas garantias constitucionais causariam danos tidos como evidentes. Alguns deles foram citados no final da fala do ex-senador, através de exemplos nos quais a limitação da jornada a 44h causaria um grande transtorno e risco de inviabilizar a produção.

Logo, não eram interesses econômicos simplesmente, a defesa do capital em detrimento do trabalho, o que estava em jogo nesse debate, porque essa oposição dual não se colocava para ele. Na realidade, a ideia era de que a Constituição, ao tratar dessa maneira o trabalho, criaria essa oposição em detrimento de toda a sociedade, e da “liberdade”, ao prejudicar o capital. Uma pretensão de controle considerada estúpida ou ingênua, como ensinado pela Escola Austríaca.

Cabe ressaltar ainda que a menção ao “atraso” causado pela Constituição está presente na comparação da licença paternidade com um aspecto cultural indígena, de sociedades tidas, nessa visão de mundo, como “atrasadas” e compostas por pessoas não muito afeitas ao trabalho, o que também evidencia uma carga de preconceito na referência a outras culturas, como a dos índios Carajás. Roberto Campos empregou uma figura de linguagem chamada de disfemismo: a situação de humor foi criada pela insinuação de que a Carta assegurava um costume indígena, “obviamente”, algo depreciativo e incompatível com a modernidade. Há também um preconceito de gênero ao subentender que se trata de uma possível artimanha feminina parir ininterruptamente para evitar o trabalho fora do lar, mantendo, assim, o salário e pressupondo-se que no lar não há trabalho ou, se há, trata-se de tarefa “obviamente” preferível pelas “parideiras”.

A lógica expressa nesse preconceito de gênero assenta em uma naturalizada desconexão entre a área da vida pública e a da vida privada, como se fossem isoladas e cada qual com seu respectivo protagonista: o homem e a mulher. Tal separação facilita a tolerância em relação aos insultos realizados naquela fala às mulheres, pois naturaliza o trabalho fora do lar como âmbito do homem, ridicularizando a licença paternidade. Simultaneamente, naturaliza também o trabalho doméstico como o espaço próprio das chamadas “parideiras”¹⁹⁶. Toda essa lógica, expressa por Campos, era instrumentalizada para denunciar gastos vistos como desnecessários e que se tornavam obrigatórios aos empregadores.

Evidentemente, a Constituição de 1988 foi entendida como uma ameaça à liberdade econômica retomada após a conclusão dos trabalhos da Carta no ano seguinte. Em 1989, o jornalista Rogério Mendelski, mediador do evento, demonstrou antes do início dos debates o sentimento de absurdo que permeava parte dos painelistas diante das garantias constitucionais ao trabalho, em especial, mais uma vez, a licença paternidade, ridicularizada no ano anterior por Roberto Campos na colocação supracitada.

¹⁹⁶ OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, Ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2011.

Luís Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presente no primeiro Fórum (1988), foi convidado no ano posterior e faltou ao evento. Mendelski, o mediador, leu à plateia o “Telex”¹⁹⁷ enviado por Medeiros, acrescentando um comentário que reiterava o escárnio em relação à Constituição:

“Lamentavelmente, venho por meio deste, desmarcar de última hora minha participação no segundo Fórum da Liberdade. O nascimento prematuro de minha filha gerou transtornos na saúde de minha esposa. Obrigando-me a permanecer em São Paulo.
Agradecido pela atenção e compreensão,
Luis Antônio Medeiros, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo” [fim da nota].
Certamente, o ilustre convidado nosso já está usufruindo da licença paternidade [risos da plateia], aprovada agora mesmo na Nova Carta constitucional [aplausos] [...] (II FÓRUM, Fita 01).

O mediador sabia de antemão que o “costume dos Carajás” assegurado para o trabalhador, conforme a expressão de Roberto Campos, era repudiado pelo público. O fato de Medeiros ser um sindicalista que, na edição anterior do Fórum, deixava claro falar em nome de operários, assegurou, em meio ao público, o êxito do comentário literalmente cínico porque recorria a um sabido sentimento de repúdio dos presentes.

Apesar da ausência de Luís Antônio Medeiros que, em 1988, divergiu do discurso predominante no Fórum para destacar a contradição entre capital e trabalho, o ano de 1989 foi diferenciado em relação aos debates sobre a Constituição graças à presença dos presidenciáveis. Nesse ano, havia debatedores que procuravam falar sobre a Constituição em nome de projetos distintos à configuração do conceito de liberdade divulgado no Fórum. Mário Covas (PSDB), por exemplo, falava em nome de um projeto diferente do “liberal” proposto: o projeto “social-democrata”. E, alertando de início os presentes para o fato de que as origens de suas propostas divergiam fundamentalmente das origens da maioria dos presentes no salão do Plaza, falou o candidato do PT, Lula.

Os presidenciáveis do PT e do PSDB estiveram na mesma mesa em que estava Luiz Carlos Mandelli, presidente da FIERGS, que lançou contundente ataque à Constituição:

Nós todos, que acompanhamos a elaboração da Constituição brasileira assistindo a verdadeiros descabros, eivados de concepções retrógradas que, lamentavelmente, afastam a nação da modernidade. Foi colocado aqui pelos que me antecederam que o salário mínimo é baixo, que é recebido por grande parte da população e é absolutamente insuficiente. Mas também precisa ser dito que nós, empresários, não concordamos com o salário mínimo baixo. O que sentimos claramente é que os próprios constituintes engessaram o salário mínimo na medida em que o vincularam, por exemplo, a aposentadorias dentro de um projeto absolutamente irreal. Os senhores constituintes deliberaram, colocaram na Constituição, que os brasileiros se aposentam com 25, 30 e com 35 anos de serviços prestados. Enquanto outros países do mundo, do mundo desenvolvido, enquanto a Itália, Espanha, Portugal, exigem para aposentadoria um critério misto, anos de serviço

¹⁹⁷ Antigo sistema de comunicação escrita que caiu em desuso, substituído pelo FAX e pelo *e-mail*.

e idade. Aqui não, aqui nós podemos nos permitir, com a concordância dos nossos Constituintes, com aposentadorias precoces, com trabalhadores se aposentando com 45 anos, 50 anos de idade, e vivendo muitos anos por conta de uma sociedade (II FÓRUM, Fita 03).

Lula foi um dos painelistas que antecedeu Mandelli e o discurso supracitado. Ele afirmou que o salário mínimo não poderia continuar tão baixo e também defendeu o que estava na Constituição a respeito de regulamentações do trabalho, destacando a necessidade de se efetivar o que estava no papel. Essa posição era contrária a de Mandelli, que considerava a Carta “retrógrada”, sem nada de “moderno” e com um grande defeito: a existência daquilo que chamou de “uma verdadeira CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]”, repleta de pontos que deveriam estar em lei ordinária ou serem frutos de negociações coletivas. A jornada de trabalho foi um desses alvos do empresário quando proclamou: “nós queremos uma sociedade que trabalhe, que produza. Não 44 horas, não 40 horas, mas que se for preciso que produza 48, 50 horas” (II FÓRUM, Fita 03). Essa declaração foi seguida de intensos aplausos.

Motivado pelas críticas de Mandelli, que atacavam, entre outros pontos, o papel exercido pelos constituintes, Lula pediu a palavra ao mediador para realizar uma intervenção:

[...] quero dizer que aceito todas as críticas no que diz respeito aos capítulos dos trabalhadores. E votaria igual porque tentaria melhorar outra vez. Se existe um traidor de classe não é o Lula que votou lá, mas são as pessoas que foram eleitas por vocês que votaram contra vocês lá. Por que eu fui para lá votar naquilo que a classe trabalhadora me elegeu [aplausos]. E votaria outra vez (II FÓRUM, Fita 03).

Nesse ponto, Lula introduziu no debate a existência de interesses socioeconômicos conflitantes, utilizando a Constituição como elemento central. Isso também foi feito por Covas a partir de uma perspectiva que, de maneira similar, repudiava o mercado como forma de distribuição eficiente ou exclusiva de riqueza. De um modo ou de outro, todos os presidenciais presentes em 1989, exceto Ronaldo Caiado, deixaram claro que se opunham à predominância de um projeto de desenvolvimento assentado em uma “liberdade” estritamente negativa, isto é, baseada na imediata diminuição das atribuições do Estado. A especificidade do candidato ligado a UDR, que se distanciou mais dos outros presidenciais, é tratada no subcapítulo 4.2.

Em meio às críticas e aos escárnios à Carta mencionados, houve também manifestações mais contidas que expressaram, inclusive, uma das características mais marcantes da Constituição. O presidencial Mario Covas, no segundo Fórum (1989); e o

empresário Henry Maksoud, no terceiro (1990), entre outros, destacaram o caráter repleto de “aspirações” que permeou o documento. No caso de Covas, ele afirmou, inclusive, que a Carta foi resultado de uma grande negociação, o que, de fato, foi. Evidentemente, um membro destacado daquela “elite orgânica”, como Maksoud, que esteve presente em quatro das seis primeiras edições do Fórum, também teceu uma crítica à Constituição por causa desse aspecto do documento:

Nós nunca tivemos uma Constituição que limitasse os poderes do governo. E a nossa Constituição de 1988, em lugar de limitar os poderes do governo, fez, justamente, o oposto. Escreveu um grande dicionário de anseios e aspirações que deu, por assim dizer, poderes ilimitados, em aberto, ao governo [...] e a todo mundo que se pretendesse ter qualquer tipo de poder, escrever qualquer tipo de coisa com carimbo oficial e chamasse de lei [...] (III FÓRUM, II e III Painel Encerramento).

Nesse caso, a crítica voltou-se para a ausência de limites ao poder governamental, diferindo daquelas direcionadas aos custos, públicos ou privados, produzidos pela Carta. É nessa diferença que reside um aspecto de relevância do ideário neoliberal: a Assembleia Nacional Constituinte não possibilitou a reforma do Estado esperada, diminuindo suas atribuições e aumentando os sentidos de liberdade defendidos. Pelo contrário, a própria Constituição regulamentou de encontro aos princípios advogados pelo ideário neoliberal.

Nas três edições seguintes do Fórum da Liberdade, o tema da Constituição esteve em menor destaque, mas não ausente. Durante esse período é relevante destacar as observações do filósofo Emilio Pacheco, no quarto Fórum (1991), que reiteraram um significado de liberdade contido na crítica de Maksoud sobre a Carta:

una democracia es diferente de una república [...] la república es una democracia limitada, constitucionalmente limitada. Y lo que nuestras constituciones no tienen y no hacen es precisamente limitar la capacidad del gobierno de redistribuir constantemente los recursos de la sociedad (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I).

Simpático ao modelo político estadunidense, Pacheco contrastou a Constituição brasileira de 1988 com a Carta dos EUA, condenando o fato de que a brasileira não tinha as características que enumerou como fundamentais a um documento dessa natureza. Para ele, constituições republicanas necessariamente deviam ser menos extensas e não se aterem a detalhes. Nessa lógica, o documento brasileiro não se enquadrava e, principalmente, prescindia daquilo que Pacheco apontou como o mais importante: a existência de mecanismos de limitação da democracia por meio da restrição aos poderes dos governos. Essa conclusão

era basicamente a mesma de Maksoud, mas embasada, segundo Pacheco, em “O Federalista” (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I).

As discussões a respeito da Constituição retornaram ao Fórum na sexta edição (1993) com uma centralidade sem precedentes nos anos anteriores. A temática do evento era a chamada “reforma constitucional”, como dito no subcapítulo 2.1. E, conforme explicado na introdução do texto, não se pode contar com os registros audiovisuais dessa edição do Fórum, apenas com as reportagens de jornais, que trazem importantes informações a respeito da proposta elaborada pelo IEE e debatida no sexto Fórum da Liberdade. O documento foi chamado de “Brasil Livre: Proposta de Revisão Constitucional” e foi elaborado por um grupo de dez pessoas liderado por Ives Gandra Martins¹⁹⁸.

Conforme o jornal Zero Hora noticiou, a proposta foi entregue no dia 12 de abril em jantar no Country Club da cidade ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches. A mudança, de acordo com ZH, resultou na redução dos 245 artigos que a Constituição tinha à época para, aproximadamente, 170. O apoio à proposta articulada pelo IEE foi dado por outras entidades empresariais do Rio Grande do Sul: “FIERGS, FEDERASUL, Associação Comercial de Porto Alegre, Clube dos Diretores Lojistas, Instituto Visconde do Cairu”¹⁹⁹. Como tratado no subcapítulo 1.3, as duas primeiras entidades compuseram com o IEE o Movimento pela Liberdade Empresarial durante o processo da Constituinte, uma estratégia para deter a incorporação de direitos trabalhistas na Carta²⁰⁰. Essas entidades sofreram uma derrota política nesse sentido.

Portanto, as propostas elaboradas durante o período previsto na própria Constituição para revisar os artigos tinham a finalidade de retomar, em certa medida, os objetivos daquele “contra-movimento”. Paulo Bing, que era membro do IEE e integrante do grupo que elaborou o projeto de revisão, destacou seis pontos propostos pelo grupo em texto escrito por ele e publicado integralmente por ZH.

O primeiro ponto era a manutenção e o aperfeiçoamento dos direitos e garantias individuais. O segundo, a adoção do modelo “liberal” na ordem econômica, ocasionando o fim de monopólios do Estado e da presença do mesmo como agente econômico, exceto quando a iniciativa privada não pudesse atuar na área. O terceiro, o aperfeiçoamento da regulação em questões de abuso do poder econômico e de defesa do consumidor. O quarto, a

¹⁹⁸ Os outros propositores da reforma eram: Alfredo Baracho, Celso Ribeiro Bastos, Cezar Saldanha, Eloni C. Martins, Edvaldo P. Brito, José Cretella Jr., Oscar Dias Correa, Nicolau Frederes e Paulo Bing. O último era um dos diretores do IEE na gestão 1992 – 1993. Cf. *Zero Hora*, Porto Alegre, 12 abr. 1993, p. 4.

¹⁹⁹ *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 abr. 1993, p. 8.

²⁰⁰ GROS, Denise Barbosa. *Institutos... Op. cit.*, p. 13.

simplificação do sistema tributário, baseado em proposta da FEDERASUL e do Instituto de Advogados de São Paulo: quatro impostos ordinários, respectivamente, sobre renda, patrimônio imobiliário, circulação de bens, serviços e comércio exterior e uma contribuição social, sem considerar, ainda, a possibilidade de outros em casos excepcionais, como de guerra ou calamidade. O quinto era a autonomia do Banco Central. E, por fim, o sexto, a “diminuição” do Estado²⁰¹.

Esse resumo realizado por Bing denotou quais elementos da proposta eram considerados interessantes de serem divulgados pelo IEE, embora não explicitassem aquilo que mais interessava que fosse excluído da Constituição: os direitos sociais. A liberdade constitucional precisava restringir-se a não interferência do Estado no âmbito individual e, é claro, na propriedade privada.

Assim, o escárnio de alguns palestrantes em 1988 e 1989 não denotou apenas comportamentos e humores individuais, mas um sentimento coletivo de perplexidade diante de um resultado oposto ao esperado e frequentemente atribuído ao despreparo dos representantes políticos. Percebe-se que a Constituição, entendida como produto de uma negociação de interesses divergentes e desiguais, não integrou um argumento elaborado pelos representantes da “elite orgânica”, visando esclarecer as razões do resultado final do texto do documento. Esse foi um elemento fundamental de ocultação da dimensão conflitiva inerente à democracia, à exceção das falas de ocupantes de cargos públicos como Covas e Lula.

A lógica dos discursos neoliberais não destacou esse conflito inerente ao processo de formulação da Carta. O interesse divergente e irreconciliável foi um elemento ausente dos discursos porque, se estivesse presente, seria impossível apresentar coerentemente o que era necessidade econômica específica de um ou mais grupos da sociedade, em detrimento de outros, como uma necessidade geral da nação, pressuposto do progresso e, é claro, da liberdade como “singular coletivo”.

Mário Covas, por exemplo, assinalou a existência do conflito ao afirmar que, na Constituição, foi posto que “a ordem econômica se baseará na valorização do trabalho e na iniciativa privada”, mas que houve quem quisesse trocar a ordem e pôr a iniciativa privada à frente do trabalho. E acrescentou que “foi uma luta para dizer que o trabalho tinha que estar antes da iniciativa privada. [Pois] A valorização do trabalho é a valorização da pessoa humana” (II FÓRUM, Fita 03).

²⁰¹ *Zero Hora*, Porto Alegre, 12 abr. 1993, p. 4.

Explicitou-se, enfim, o conflito capital *versus* trabalho a partir da discussão sobre a Carta de 1988. E foi da negação da existência desse conflito que partiram as críticas. Em um ambiente de pretensão triunfo inexorável do capitalismo, uma Constituição não poderia representar um desequilíbrio de forças. Nessa ótica, seria o documento a favor de toda a sociedade e consoante com o progresso e a liberdade, ou seria retrógrado, e, logicamente estúpido, conseqüentemente, passível até mesmo de deboche.

A ausência de mecanismos de limitação da democracia, conforme Emilio Pacheco disse no quarto Fórum (1991), é mais uma evidência de que a Constituição também pode ser entendida como acontecimento-síntese da transição política, assim como Lucília Delgado defendeu a respeito das Diretas²⁰². Afinal, a Carta também contribuiu para projetar a possibilidade de que novos movimentos de massa não fossem considerados ilegais e pudessem ser reconhecidos como legítimos, uma vez que buscassem a implementação de direitos sociais. Era o reconhecimento da preponderância de uma liberdade ligada à autoafirmação e não apenas a não interferência do Estado.

4.2 ELEIÇÕES DE 1989: VIA DA LIBERDADE

O ano de 1989 representou a concretização de aspirações nacionais sufocadas por mais de duas décadas de ditadura civil-militar. Nesse ano, os cidadãos brasileiros exerceram de maneira plena o direito instituído como obrigatório de votar e, pela primeira vez em quase trinta anos, elegeram diretamente um presidente da República. E, pela primeira vez na história republicana do país, os analfabetos tiveram assegurado, graças à Constituição de 1988, a possibilidade de participar politicamente por meio do voto. Esse direito do voto direto para presidente, negado à população em 1984, com a derrota parlamentar da célebre emenda do deputado Dante de Oliveira (MDB), tornou-se realidade em 1989. O sonho das Diretas propagado pelos setores de oposição à ditadura concretizava-se ainda que tardiamente.

A eleição direta anterior, ocorrida em 1960, foi vencida por Jânio Quadros, representante do pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas apoiado pelo principal

²⁰² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. cit.*, p. 421.

partido de direita, a UDN. Em 1989, figuras políticas consideradas “novas”, como Lula (PT), Ronaldo Caiado (posteriormente, PSD)²⁰³ e, é claro, Fernando Collor (PRN), concorreram com políticos com anos de expressão e experiência em cargos públicos, como Leonel Brizola (PDT), Ulysses Guimarães (PMDB) e Paulo Maluf (PDS).

Essa pluralidade de candidatos “antigos” e “novos” ilustrou uma característica própria da transição brasileira, que delimitou, inclusive, os alcances e limites desse processo: a convergência de um movimento de “acomodação de elites”, por um lado, e de “pressões democráticas”, por outro, que moldaram não apenas a transição, mas também definiram os fundamentos históricos da Nova República²⁰⁴. Por essa razão, o processo pode ser corretamente designado como uma “transição pactuada”²⁰⁵: não rompeu em definitivo com o passado autoritário, por exemplo, alijando das disputas os políticos ligados às antigas estruturas. Sinais desse encaminhamento eram dados desde o governo Geisel, em especial, com a Lei de Anistia (1979), que assegurou a impunidade dos agentes que perpetraram crimes em nome do Estado.

De fato, houve um controle e uma negociação por parte do regime que permitiu uma transferência de poder que evitasse mudanças drásticas. Entretanto, houve também a ação de outros atores, como MDB, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Igreja católica, movimento operário, entre outros, que buscaram acelerar o processo e, até mesmo, aprofundar as transformações democráticas. A pressão desses atores possibilitou o voto facultativo dos analfabetos e outros aspectos inovadores da Constituição de 1988 que foram citados. Contudo, foi também nesse processo que José Sarney tornou-se presidente em 1985, escolhido pelo Colégio Eleitoral e, quatro anos depois, Fernando Collor foi eleito pelo voto direto. Ademais, no âmbito social, houve, é claro, a manutenção de injustiças históricas, reforçadas por um crescimento econômico pífio nos anos 1980, acompanhado pela continuidade da concentração de renda.

O segundo Fórum da Liberdade (1989) reuniu os presidenciáveis daquele ano com a intenção de proporcionar um debate com o empresariado gaúcho. Estiveram presentes

²⁰³ “o líder ruralista Ronaldo Caiado anunciou ontem em Porto Alegre que só vai escolher o partido pelo qual concorrerá depois que a regulamentação da eleição estiver definida. Ele quer esperar especialmente a definição da fórmula para divisão do tempo da propaganda eleitoral gratuita para decidir se é melhor lutar pela indicação em um partido com grande estrutura ou ocupar uma nova legenda sem outros líderes”. P. 11 “Atualmente, Ronaldo Caiado não é filiado a nenhum partido. Ele já foi filiado ao PFL [Partido da Frente Liberal], mas garante que foi ‘por questões locais’, referentes à disputa pela prefeitura de sua cidade, Anápolis, em Goiás”. Cf. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 abr. 1989, p. 11.

²⁰⁴ PANIZZA, Francisco. Política y economía de Brasil contemporáneo. In: PALERMO, Vicente (comp.). *Op. cit.*, 2003, p. 55.

²⁰⁵ ARTURI, Carlos Schmidt. *Op. cit.*

Ronaldo Caiado na parte da manhã; Lula e Mário Covas durante o primeiro painel da tarde; Brizola e Roberto Freire no terceiro e último painel. Fernando Collor também foi convidado, mas não compareceu ao encontro. Entretanto, ele esteve presente no primeiro Fórum, quando o debate travado com Henry Maksoud provocou uma repercussão nas edições posteriores do encontro, descrita no próximo subcapítulo. Em todos os painéis, os presidenciáveis estavam acompanhados na mesa por outros convidados que, como sabiam os organizadores, apresentariam princípios neoliberais aplicados à realidade brasileira.

Nenhum dos presidenciáveis obteve adesão ou apoio irrestrito dos demais painelistas, incluindo Collor, ausente em 1989, mas que já se projetava como candidato durante o primeiro Fórum (1988). Porém, houve uma maior afinidade entre o público participante e Caiado em 1989, conforme a pesquisa realizada à época do *Correio do Povo* e *Rádio Guaíba* de Porto Alegre. Uma consulta a trezentas e seis pessoas, em um público estimado em mais de mil, resultou em cento e seis intenções de voto para Caiado, que alcançou praticamente o dobro do segundo colocado, Brizola, que obteve sessenta intenções de voto²⁰⁶. A nítida preferência por Caiado ocorria, aparentemente, pelo fato de que ele procurava não se opor diretamente a princípios básicos do ideário neoliberal²⁰⁷. Essa questão é problematizada neste subcapítulo.

Lamentavelmente, a ausência de informações a respeito da composição do público não permite elaborar um argumento que justifique plenamente esse acentuado contraste ideológico entre o primeiro e o segundo colocado na pesquisa de opinião. É importante ressaltar, todavia, que, naquelas eleições de 1989, Brizola ficou em terceiro lugar. No Rio de Janeiro e, especialmente, no Rio Grande do Sul, ele teve votações expressivas, de modo que se esse padrão fosse reproduzido em outros estados, ele seria eleito presidente da República. Logo, é possível afirmar a existência de um “Brizolismo” que, possivelmente, estivesse representado naquele auditório.

Durante o ano de eleições, no segundo painel do Fórum, estiveram presentes os presidenciáveis Lula e Mário Covas, respectivamente, deputado federal e senador pelo Estado de São Paulo. Como dito no capítulo anterior, ambos opuseram-se a princípios básicos do ideário neoliberal. Lula deixou claro no início da fala que considerava bastante difícil obter votos naquele local por causa da origem de sua proposta. Contudo, afirmou que era

²⁰⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 abr. 1989, p. 12.

²⁰⁷ Uma reportagem também sinalizou essa preferência, embora não tenha considerado a aparente popularidade de Brizola: “Ronaldo Caiado foi o candidato que conseguiu mais simpatias dos empresários presentes, com um discurso afinado com as posições da maioria da assistência em defesa da livre iniciativa e contra a intervenção do Estado na economia. As maiores divergências foram com os candidatos de esquerda”. Cf. *Zero Hora*, Porto Alegre, 05 abr. 1989, p. 16.

importante apresentar a proposta da mesma maneira porque não era algo dedicado a apenas um segmento da população. E, antes disso, fez mais uma ressalva, característica de seus discursos políticos: “primeiro, todo mundo sabe que eu não sou marxista, nem sou comunista. Sabe da minha origem, sabe do meu discurso [aplausos]. Sabe que eu sou um cristão” (II FÓRUM, Fita 03).

O comentário procurava amenizar o fato de que Lula era visto como um baluarte da radicalidade de esquerda. Ele sabia que isso não era algo considerado positivo naquele espaço e que, na verdade, diante dele estava um público que era bastante improvável que lhe proporcionasse votos. Com efeito, a mencionada pesquisa de intenção de voto do Correio do Povo e Rádio Guaíba indicou também que, no segundo Fórum, o maior índice de rejeição era o de Lula: cento e cinquenta e oito rejeições; o segundo lugar coube ao ex-presidente Jânio Quadros que obteve na pesquisa trinta e cinco rejeições, mas que não concorreu efetivamente por questões de saúde²⁰⁸. Uma anedota também serviu para explicitar a percepção acertada de Lula sobre o próprio índice de reprovação: “há uma piada que eu não poderia deixar de contar pra vocês. Não sei se o Mario Covas já ouviu, mas dizem que tem filhos de muitos empresários trabalhando pro Lula. Porque se o Lula ganhar, os pais deles vão mandar eles morarem na Europa [risos na plateia]” (II FÓRUM, Fita 03).

Essas considerações iniciais assumiram um tom de aviso sobre o conteúdo do restante do discurso à medida que Lula tecia inúmeras críticas ao que era dito até aquele momento no segundo Fórum. Entre os pontos mais importantes, destacou-se a relativização social do conceito de liberdade. Isto é, ele defendeu que a liberdade de um empresário, por exemplo, não é a mesma de um trabalhador: a efetivação da liberdade depende da posição econômica e social, não é homogênea. A princípio isso pode parecer uma questão óbvia que explicita as limitações do ideário neoliberal, entretanto, o problema era posto de outra maneira na lógica neoliberal.

Como salientou o filósofo guatemalteco Armando de La Torre, no terceiro Fórum (1990), a igualdade de condições, que pode ser entendida como a possibilidade de exercício da liberdade por cada segmento da população, deve ser analisada em uma perspectiva de longo prazo: no decorrer do tempo e tendo em vista toda a sociedade. Logo, a mobilidade, em outras palavras, a existência de ascensão social nas sociedades livres, que seria o indicador adequado de igualdade (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º Painel). Essa é uma possibilidade de contraposição teórica às afirmações de Lula. E ainda que não houvesse um

²⁰⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 abr. 1989, p. 12.

contra-argumento que estivesse disponível no repertório dos presentes, não significa, é claro, que a crítica de Lula seria considerada legítima e imediatamente adotada. Afinal, o êxito de um exercício de persuasão não ocorre de maneira tão simplória.

Além dessa questão relativa à liberdade, Lula defendeu que não se deveria polarizar o debate em binômios como capitalismo *versus* socialismo ou reforma agrária *versus* propriedade privada. Por outro lado, empregou a polarização capital *versus* trabalho, posicionando-se favorável à necessidade de se possibilitar melhores condições para o trabalho, por consequência lógica, em detrimento do capital. Isso seria efetivado por meio de uma política governamental de distribuição de renda. Na defesa desse projeto, empregou uma referência inversa à famosa máxima do economista Antônio Delfim Netto: “se antes se dizia que era preciso criar, fazer a economia crescer, para depois distribuir, hoje é preciso distribuir para a economia crescer” (II FÓRUM, Fita 03).

Mario Covas, aproximando-se das posições de Lula, também foi de encontro a princípios neoliberais. O discurso de Covas, naquele momento, era assumidamente social-democrata em um sentido amplo: demonstrava uma preocupação com a área social sem contestar a democracia liberal. Nas palavras dele, tratava-se de operar em um tripé baseado em três pontos “democracia, crescimento econômico e justiça social” (II FÓRUM, Fita 03). No âmbito econômico, também foi possível identificar outro tripé no discurso, ligado à concepção nacional-desenvolvimentista que defendia o investimento associado do capital privado nacional, estrangeiro e estatal. Como descrito na introdução deste trabalho, esse modelo era considerado acabado por aqueles que preconizavam uma via neoliberal, como o senador Roberto Campos e o economista Amaury Temporal explicitaram.

O papel do Estado, na concepção de Covas, foi definido de maneira que não deixou margem a dúvidas quanto à explícita divergência com os princípios neoliberais. Segundo ele, o Estado precisava agir para compensar “a distância existente entre a distribuição de renda”. E completou, afirmando: “não há como mais nós voltarmos a dois séculos atrás, imaginarmos que simplesmente basta crescer e que uma mão invisível chamada mercado vá fazer com que automaticamente ocorra uma distribuição” (II FÓRUM, Fita 03).

A diminuição das desigualdades por vias além da ação do mercado estava explícita no discurso de ambos presidenciáveis desse painel. No debate seguinte, as divergências entre os neoliberais e os presidenciáveis mantiveram-se e, até mesmo, aprofundaram-se. Nesse caso, a “infiltração reversa”, embora representada de maneira heterogênea, fez a oposição mais sistemática às liberdades preconizadas pela “elite orgânica” nos seis primeiros encontros.

No terceiro e último painel, compunham a mesa os presidenciáveis Roberto Freire e Leonel Brizola. Freire, além de pertencer a um partido comunista, realizou um discurso permeado por termos marxistas, como “luta de classes” e “meios de produção”, conceitos que, obviamente, não eram vistos com bons olhos pelos presentes. Ele, logicamente, sabia disso e, ainda assim, buscou respaldo citando, inclusive, Lênin, um acontecimento singular no Fórum por não serem menções a autores tributários de Marx em tom sarcástico.

Como Lula e Covas, o candidato do PCB questionou o papel do Estado, afirmando que um Estado não é apenas mero instrumento de dominação de classe, mas também portador de contradições. Para ele, era importante esclarecer isso porque colocações “feitas principalmente pelos setores vinculados aos meios de produção ou, melhor dizendo, ao empresariado” definiam “o Estado como uma entidade acima dos interesses reais da sociedade. Como se o Estado não tivesse nada a ver com essa estrutura da sociedade brasileira” (II FÓRUM, Fitas 04 e 05). Essa posição crítica à naturalização do Estado como um oponente da sociedade, da liberdade e do desenvolvimento, e baseada em léxico marxista, foi sustentada pelo presidenciável durante todo o painel e reiterada no momento das perguntas²⁰⁹.

Brizola e Donald Stewart Jr., idealizador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, como dito no subcapítulo 2.2, protagonizaram um debate causado pelos comentários do primeiro em relação às considerações do segundo. Stewart Jr. traçou uma breve história da humanidade, centrada na cooperação entre os indivíduos, assegurada por um Estado de “tamanho” adequado, isto é, o “menor” possível para manter a ordem e a segurança. De acordo com ele, essa foi a finalidade de criação do Estado, pôr a “regra” acima do “instinto” e assegurar que a primeira fosse cumprida. Contrariando Stewart, Brizola contestou o argumento com um alerta: “cuidado, porque o mundo não está habitado por anjos. Essa é minha grande diferença com as posições do Sr. Donald Stewart. Brillhante, afirmativo, muito concreto, mas, [com] argumentos impregnados de idealismo porque o mundo não é assim. O mundo nunca foi assim” (II FÓRUM, Fitas 04 e 05).

É difícil precisar melhor o que Brizola quis dizer, pois se manifestou por meio de metáforas, acrescentando: “nós não podemos imaginar que nesse grande galinheiro, só tem galinha [risos da plateia]” (II FÓRUM, Fitas 04 e 05). É plausível pensar, entretanto, que ele fazia menção à ausência do conflito entre os indivíduos ou de desigualdade na narrativa de

²⁰⁹ Todavia, esse discurso não se manteve pelos anos posteriores, após a desintegração da União Soviética, pois, como se sabe, Freire encabeçou uma reforma no PCB que o transformou em Partido Progressista Social (PPS) no ano de 1992.

Stewart Jr. Aspecto fundamental do discurso dos porta-vozes da “elite orgânica”, essa ausência de conflito social foi percebida também por outros interlocutores durante os debates, como Carlos Estevam Martins, no quarto Fórum, conforme tratado no item 3.2.

Isso parece muito provável quando se considera a resposta de Stewart Jr. à liderança do PDT:

O senhor menciona [...] que a liberdade seria a liberdade da raposa no galinheiro. [...] Se o senhor me permite, eu acho que a imagem não é feliz. Primeiro, porque a raposa e as galinhas não são da mesma espécie animal. E nós somos todos da mesma espécie animal. Nós poderíamos dizer a liberdade da galinha que põe mais ovos no galinheiro, a liberdade do galo no galinheiro. Mas, da raposa, é outra espécie animal. Ninguém pode pretender uma liberdade entre duas espécies animais diferentes. Agora, se nós quisermos usar a imagem da raposa e da galinha, eu diria que ela se aplica muito mais do que no campo econômico, no campo político, porque as raposas políticas nós não podemos deixar soltas no galinheiro [aplausos e ovações] (II FÓRUM, Fitas 04 e 05).

O áudio da filmagem revela que o público entusiasmou-se com a réplica de Stewart Jr., destacado membro da “elite orgânica” neoliberal que esteve presente também no primeiro Fórum, e novamente no terceiro. Entretanto, a palavra foi cedida mais uma vez a Brizola para realizar uma tréplica na qual reafirmou a discordância, obtendo aplausos da plateia mesmo ao contrariar princípios básicos do ideário neoliberal. A saída dele foi recorrer, implicitamente e com bom humor, a valores democráticos em oposição ao passado autoritário da ditadura civil-militar:

Nós sabemos que não só o papel, mas os microfones aceitam tudo. E essas observações não introduziram nada de novo, a não ser um comentáriozinho jocoso. Mas convenhamos, se esse mundo fosse de galinha [...]. E, não há a menor dúvida de que o meu interlocutor sentiu a força desses argumentos. Quando fala, “raposa política”, não sei o que ele quer dizer [sorri ironicamente, risos da plateia] porque a mim foi tão fácil colocar pra fora [refere-se ao exílio após o golpe de 1964] que, se eu fora uma raposa política, por exemplo, eu tinha ficado aqui [palmas da plateia], tinha feito fortuna, garanto que eu seria concessionário de várias televisões, várias rádios aí pelo Brasil afora. [...] Eu me senti um pouco chocado com o pensamento do sr. Stewart. Ele é para mim, um pensamento que realmente me agride, porque pensar isso é só ingenuidade [...] Foi graças a esse tipo de doutrina que nós caímos no que caímos (II FÓRUM, Fitas 04 e 05).

Como se percebe, Brizola defendeu o papel do Estado como agente econômico atuante necessário, da mesma forma que Lula, Covas e Freire. Desse modo, quase todos os presidenciais presentes opuseram-se a princípios do ideário neoliberal que passavam a constituir uma forma de pensar o desenvolvimento no Brasil diante dos desafios que se colocavam naquele momento histórico. A exceção, como dito, foi o primeiro palestrante que antecedeu a todos esses e era o único presidencial na parte da manhã por causa da ausência de Collor.

Ronaldo Caiado era o candidato favorito, como mencionado, de acordo com a pesquisa do Correio do Povo. Caiado não demonstrou afinidade ou familiaridade com conceitos caros ao ideário neoliberal, contudo, ele representava de maneira mais nítida do que qualquer outro candidato um projeto de desenvolvimento pautado pelo protagonismo empresarial. Caiado era, de fato, um líder empresarial. E isso transpareceu ao longo de todo o discurso. É importante recordar que a UDR-RS e o IEE estiveram juntos no Movimento pela Liberdade Empresarial, pressionando a Constituinte²¹⁰. Isto é, Caiado era, sem dúvida, reconhecido como um líder empresarial.

O líder ruralista foi o único a defender de maneira contundente a propriedade privada, tão cara à UDR. Mostrou-se também um opositor de quaisquer conflitos na sociedade, posição atribuída à esquerda. E, principalmente, representou o empresário politicamente ativo. Isso foi muito mais importante do que o nacionalismo por ele esboçado, a ausência de críticas aos subsídios agropecuários, que foi contestada através de perguntas, e o aparente desconhecimento das teorizações neoliberais. É curioso que o segundo colocado na referida pesquisa de opinião como candidato favorito, Leonel Brizola, também tivesse uma trajetória política ligada a causas nacionalistas.

O trecho abaixo é exemplar:

E se nós não tivermos homens livres, capazes, e corajosos, e audaciosos, para implementar essas mudanças no país, nós vamos deixar com que os outros que não têm competência, que não sabem, que lançam somente a política do ódio, da vendeta, da agressão, venham ocupar o poder como sendo monopólio da seriedade e da competência.
Vocês têm a prova patente disso que está acontecendo. O que se esperava de uma prefeitura em Porto Alegre? Era que ela se ocupasse daquilo que é de direito. Mas não se envolvesse com o setor da livre iniciativa, incorporando, infiltrando, destruindo as empresas de transporte e inviabilizando todo o setor da sociedade dessa região [aplausos]. Essa é a prática que nós estamos vendo nesse país (II FÓRUM, Fita 01).

Por meio da crítica à gestão municipal de Olívio Dutra (1989 – 1992), do PT, Caiado posicionou-se a favor de um ideal de cooperação, opondo-se aos que “causavam” o conflito. Saía, assim, em defesa da iniciativa privada, também defendida, obviamente, quando tratou da questão agrária. Caiado criticou a reforma agrária e condenou, implicitamente, a ascensão do MST no Rio Grande do Sul: “utilizaram a bandeira ‘reforma agrária’ com o intuito de luta ideológica e vocês, infelizmente, aqui no Rio Grande, estão sendo laboratório desse desenvolvimento, dessa técnica [ironicamente]” (II FÓRUM, Fita 02).

A ironia embasou-se no fato de que a região sul do Brasil foi palco das primeiras mobilizações do movimento, que se encontrava em formação no início dos anos 1980.

²¹⁰ GROS, Denise Barbosa. *Institutos... Op. cit.*, p. 13.

Destacou-se, principalmente, a concentração de Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, em 1981, evento considerado um marco de fundação da luta pela terra empreendida pelo MST²¹¹. Todavia, de acordo com ZH, Caiado voltou suas críticas ao violento conflito ocorrido na fazenda Santa Elmira²¹². A respeito desse episódio, o jornalista Carlos Wagner publicou uma série de reportagens nos dias 10 e 11 de março de 1989. Essas matérias foram agraciadas com o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos e, por causa disso, foram localizadas na Internet²¹³.

Na madrugada do dia 9 de março daquele ano, cerca de três mil integrantes do MST ocuparam a propriedade na divisa dos municípios de Salto do Jacuí e de Tupanciretã, região que, segundo indicou o jornalista, era muito forte a presença da UDR sul-rio-grandense. Esse confronto inaugurou uma fase na qual os critérios que predominaram para a ocupação foram a extensão e a produtividade da terra e a orientação do movimento era de resistir à investida da polícia militar e de latifundiários armados ligados à UDR²¹⁴.

E foi ao encontro dessa defesa do direito de propriedade dos ruralistas, que justificava o uso da violência armada não apenas por parte de representantes do Estado, que Ronaldo Caiado explicitou a imagem de destacado representante empresarial, como na passagem abaixo:

O presidente da República próximo terá aquilo que Paulo Rabello [de Castro, economista presente no painel] disse: no mínimo 51% do apoio popular. Este homem terá poderes para interferir na eleição de 1990, sem dúvida nenhuma eleger a maioria do Congresso Nacional, podendo rever a Carta Magna. E aí, nessa hora, implantar a República Socialista Brasileira dentro da lei, na votação no Congresso Nacional. É isso que nós temos que estarmos alerta. É isso que nós temos que tomar consciência. Não dá mais para dizermos que, “realmente, eu prefiro continuar na minha atividade sem se envolver em política”. Não! A obrigação de todos nós é de realmente fazermos política porque, senão, nós estaremos autorizando com que os menos competentes estejam ocupando os cargos e [...] regulamentando as normas do nosso país (II FÓRUM, Fita 01).

Nesse excerto, o apelo de Caiado era específico ao grupo presente, do qual era também um integrante: o empresariado. Isso nenhum outro presidencialista poderia fazer. Conforme ele, esse grupo necessitava com urgência mobilizar-se politicamente para evitar, entre outras possíveis consequências, o surgimento de uma “República Socialista Brasileira”. Como

²¹¹ FERNANDEZ, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. *Brava gente: la trayectoria del MST y de la lucha por la tierra en el Brasil*. 1ª ed. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo; Rosario: Ediciones América Libre, 2005, p. 20 – 22.

²¹² *Zero hora*, Porto Alegre, 05 abr. 1989, p. 18.

²¹³ WAGNER, Carlos. Fazenda Santa Elmira. Disponível em: < <http://www.premiovladimirherzog.org.br/busca-midia.asp?cat=jornais>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

²¹⁴ *Id.*

afirmou em seguida: “neste momento, decisões não são somente em reuniões de classe, mas também na participação política dessa nação” (II FÓRUM, Fita 01).

Esses pontos convergiram com parte dos anseios do público presente e dos demais painelistas, especialmente, no que tange ao perfil de atuação política do empresariado que era desenvolvido pelo IEE, voltado para além de interesses particularistas. Entretanto, aspectos silenciados por Caiado também foram cobrados através de perguntas. Se não se pode afirmar que ele tenha em momento algum criticado princípios do ideário neoliberal, não é possível afirmar também que estivesse indiscutivelmente alinhado com esses mesmos princípios.

O discurso nacionalista de Caiado em relação à Amazônia, que expôs a questão como um ponto de soberania nacional, arrancou aplausos da plateia. A manifestação foi desencadeada por uma pergunta lida pelo mediador: “partindo do princípio da soberania nacional, e como tal precisamos explorar nosso território, pergunta-se: como usar a Amazônia?” (II FÓRUM, Fita 02). Diante desse questionamento, Caiado lançou um ataque a transnacionais, dizendo que os brasileiros incomodam os interesses dessas empresas quando demonstram capacidade de explorar minérios no norte do país. E as críticas não se restringiram apenas aos estrangeiros que visavam lucrar em território brasileiro, mas também aos estrangeiros defensores de recursos naturais:

[...] e eu debati há poucos dias com a BBC [*British Broadcasting Corporation* (Companhia de Radiodifusão Britânica)] de Londres, com um dos ecologistas e eles me perguntaram: “mas o senhor perguntou se aquela população ribeirinha ou se o seringueiro quer mudar sua vida?”. Eu falei: “olha, meu senhor, eu vou lhe responder com a frase do Joãozinho Trinta: ‘quem gosta de miséria é intelectual’. Eles estão loucos para terem a mesma condição que o senhor tem, falando comigo aí de Londres. O metrô, a condição de energia, a condição de renda *per capita*, a educação pros seus filhos e garantia. Aqui não vai ser zoológico nem ortoflorestal de vocês não. O que nós queremos é o respeito, porque nós temos competência, nós temos competência para administrar a Amazônia [aplausos]” (II FÓRUM, Fita 02).

A exaltação de Caiado, referente à Amazônia, teve um aparente sucesso com o público, embora recorresse a um conceito de nacionalismo progressivamente repudiado pelo neoliberalismo. Entretanto, não se pode concluir o mesmo das respostas à outra pergunta que trouxe um ponto de difícil manobra dentro do Fórum para Caiado, pois punha em xeque a defesa de subsídios agropecuários. Até mesmo a aplicação do termo “subsídio” tornou-se parte do debate. A respeito desse assunto, o presidenciável não havia se pronunciado porque uma contradição poderia ser produzida: como o representante dos “ruralistas”, empenhado na obtenção de crédito agrícola ou subsídios, defenderia radicalmente a livre iniciativa? Essa

possível contradição era visível para os presentes naquele momento e a questão selecionada pelo mediador demonstrava que o empresário que formulou a pergunta estava ciente dos acontecimentos coetâneos e tinha familiaridade com o ideário neoliberal:

A pergunta é do Sr. Lauro Fiuza, empresário que é do Instituto Liberal: “o senhor prega o fim do sistema cartorial neste país e a seriedade de propósitos. Não é contraditória a sua defesa à anistia dos débitos das empresas filiadas à sua entidade, a UDR, o *lobby* que o senhor fez em Brasília durante a Constituinte?” (II FÓRUM, Fita 02).

Caiado respondeu dizendo que não se tratava de anistia, mas da anulação de uma cobrança de correção monetária indevida sobre empréstimos concedidos ao setor agropecuário. Portanto, não havia nenhuma benesse, pois ele defendia um direito previsto na lei. Todavia, de acordo com a lógica neoliberal, isso era irrelevante em última instância, pois este “direito” não deveria existir, uma vez que se tratava de uma nítida intervenção na economia tida como desnecessária: cerceadora da “liberdade”.

O economista Paulo Rabello de Castro, também palestrante, foi obrigado, novamente por pergunta do público, a se posicionar sobre o assunto porque a resposta de Caiado foi considerada duvidosa. Dessa vez, o questionamento foi de um empresário ligado ao IEE, Renato Malcom, apresentado como presidente do Sindicato das Empresas Financeiras do Rio Grande do Sul. A pergunta para Paulo Rabello foi:

O senhor concorda com a resposta do senhor Ronaldo Caiado com relação à anistia? Ou o senhor acredita que, na verdade, não foi o governo que pagou a anistia, como ele quer nos fazer crer, com dinheiro já recolhido das empresas que se beneficiaram. Mas, sim, os bancos e as instituições financeiras, em um primeiro momento, e toda a sociedade brasileira em um segundo momento? (II FÓRUM, Fita 02).

Paulo Rabello procurou temporizar. Colocou-se contra qualquer tipo de subsídio, mas afirmou que considerava uma “grande coisa” que, em termos gerais, fosse possível concordar com Caiado. E, nesse ponto, Paulo Rabello ia ao encontro do que demonstrou a pesquisa de intenção de voto no Fórum: Caiado representava uma singularidade.

É interessante lembrar que o senso comum consolidou a imagem do político como um mero demagogo, que pouco se diferencia de seus pares, para contrastá-la com um debate no qual os candidatos sabiam das expectativas do auditório, mas não evitaram posições que sabiam serem contraditórias com essas expectativas. É desnecessário demonstrar também as profundas divergências entre os próprios candidatos, que ficaram evidentes por meio do que foi tratado até o momento.

Nesse caso, a preferência por Caiado denotou, primeiramente, que o Fórum da Liberdade continha um caráter empresarial marcante naqueles primeiros anos. E, também, que não havia muitas possibilidades de escolha em 1989 por parte dos que advogavam o ideário neoliberal. A preferência ocorreu mais por uma afinidade corporativa, assentada na defesa da propriedade privada dos meios de produção, do que por uma afinidade teórica mais específica. Nesse ponto reside um indício importante do próprio vínculo de classe, “orgânico”, das formulações neoliberais.

A defesa da propriedade privada é um fundamento histórico do neoliberalismo. Não por um acaso, o Chile de Pinochet foi citado diversas vezes durante as três primeiras edições do Fórum como exemplo “econômico”, com nenhuma menção ao extermínio empregado como via para se obter as “liberalizações” tidas como necessárias. Logo, não se pode subestimar as possíveis consequências da defesa intransigente da propriedade privada, o que não significa, por outro lado, cair na máxima de que os neoliberais são “liberais na teoria e autoritários na prática”. Na realidade, essa distinção não existe porque a defesa da propriedade privada, em determinados contextos, teve como consequência histórica o fortalecimento do autoritarismo em termos teóricos e práticos, pois ambos são indissociáveis.

É verdade que a abertura ao capital estrangeiro, em certo aspecto criticado por Caiado, era desde o primeiro Fórum um ponto não desprezível do ideário neoliberal. Também é fato que, em 1989, não havia a clareza adquirida posteriormente de que, a despeito do teor dos discursos de campanha eleitoral que empossavam governos no subcontinente, a tendência era de que as reformas neoliberais fossem executadas. Entretanto, em 1989, o Consenso de Washington não existia, a América Latina iniciava a “virada” neoliberal e as privatizações eram apenas anseios das “elites orgânicas” neoliberais no Brasil. Logo, pensar que um candidato à presidência no Brasil poderia estar plenamente adequado a princípios neoliberais seria cobrar uma coerência política ahistórica das eleições de 1989. Ronaldo Caiado não era a melhor opção, mas a única opção plausível tendo em vista o posicionamento em relação às atribuições do Estado e ao empresariado que tinham os outros candidatos. Diferentemente dos demais, Caiado exemplificava o padrão relativamente novo de atuação do empresariado na Nova República ao se colocar como candidato à presidência e ao extrapolar o discurso ruralista.

Todavia, Fernando Collor, o “caçador de marajás”, foi quem venceu graças a circunstâncias muito particulares que envolveram uma forte campanha midiática somada ao inigualável sentimento de repúdio a Lula em setores da sociedade. Na posse, o presidente eleito realizou um discurso que agradou a três dos principais painelistas do Fórum daquele

período: Gerdau, Mandelli e Maksoud. O último, diferentemente do que havia comentado em 1988, para o caso da vitória eleitoral de Collor, não se mudou para o Paraguai e pôde testemunhar um primeiro passo para a concretização, por meio de políticas públicas, do pensamento neoliberal no Brasil. Ronaldo Caiado presidente tornou-se parte de um futuro passado.

4.3 LIBERDADE FALSEADA: GOVERNO COLLOR

O breve governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) tornou-se um notório símbolo da corrupção política no Brasil. É amplamente divulgada a ideia de que o *impeachment* ocorreu porque Collor “roubou”. Não há dúvida de que sérias acusações nesse sentido pairavam sobre o presidente naquelas circunstâncias, mas atribuir a interrupção de um mandato presidencial exclusivamente ao ato de corrupção é desconsiderar um intrincado xadrez político que envolvia o confronto de vários atores na arena político-partidária, e ainda a mídia e a sociedade civil. Além disso, também é superestimar a excepcionalidade da corrupção, que é constituinte “da forma de toda a sociedade brasileira se relacionar com o ente público”²¹⁵. Ou seja, ignora-se, com essa simplificação, sobretudo a formação histórica do fazer política no Brasil.

A corrupção não é um fenômeno determinado por questões econômicas, como baixos salários, ou por sentimentos, como a ambição ou a cobiça. Tampouco, é determinada por traços pré-modernos ligados ao clientelismo, ao patrimonialismo, enfim, a um passado oligárquico. Imaginar que se trata de um aspecto pré-moderno é conceber a modernidade de modo eurocêntrico e unilinear, como se os únicos exemplos dignos de se considerarem sociedades modernas fossem aquelas nas quais a corrupção praticamente inexistente. Se assim fosse, os critérios definidores de modernidade deveriam incluir a moralidade, a ética e a justiça, valores ou virtudes extremamente relativos que pouco ou nada têm a ver com a modernidade. No entanto, afirmar que a corrupção constitui, integra, a modernidade brasileira, não quer dizer que todas as pessoas são corruptas ou que a corrupção é

²¹⁵ PINTO, Céli R. J. *A banalidade da corrupção* (no prelo), p. 3.

generalizada, mas, por outro lado, que os atos permeiam a sociedade, das classes mais baixas às mais altas.

Em 1989, ocorreu no Brasil, como dito, a primeira eleição direta para presidente da República em quase 30 anos, pois o pleito anterior foi em 1960 e elegeu Jânio Quadros e, como vice, João Goulart. No ocaso da ditadura civil-militar, o adiamento das eleições diretas e a morte de Tancredo Neves (1985), eleito pelo Colégio Eleitoral, levaram a cinco anos de mandato do vice, o ex-udenista, José Sarney, o primeiro presidente civil desde Jango. Em um governo com pouca legitimidade, abalado por uma crise econômica, alta inflação, corrupção e medidas econômicas heterodoxas, que envolveram congelamento e tabelamento de preços, o governo de Sarney manteve-se sob a expectativa da eleição presidencial direta que reuniu uma grande quantidade de candidatos.

De modo relativamente inesperado no princípio das campanhas, quem fez frente à força política de esquerda aglutinada pelo candidato do PT, Lula, foi o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor. Como dito, ele se candidatou pelo inexpressivo PRN, Partido da Reconstrução Nacional. Ronaldo Caiado, o líder da UDR, teve desempenho pífio, apesar da aparente preferência dos empresários presentes no Fórum.

Seguiu-se uma disputa entre Collor e Lula permeada de polêmicas que se intensificaram no segundo turno até as vésperas da eleição. A campanha de Collor veiculou, inclusive, o testemunho de Miriam Cordeiro, que tentava sensibilizar a audiência atacando moralmente Lula a partir do tema do aborto e do racismo. Ela serviu à eleição de Collor afirmando que o candidato do PT tentou coagi-la a realizar o procedimento de interrupção da gravidez e, também, dizendo que ele sempre odiou os negros.

Às vésperas do dia da eleição, um novo acontecimento suspeito ocorreu na edição do debate televisivo entre os dois candidatos, realizado pela Rede Globo, e que foi seguido de uma pesquisa que apresentava Collor como o “vencedor” do embate político. O quanto o resultado da eleição foi influenciado por esses exemplos é ainda uma questão em aberto, mas o fato é que Collor foi eleito pelo voto direto da população com aproximadamente 43% dos votos válidos no segundo turno.

O breve governo foi marcado por um discurso “modernizador”, influenciado pelo neoliberalismo, em uma tentativa de estabilizar a inflação e diminuir a atuação econômica do Estado. O presidente não se manteve, porém, os quatro anos para os quais foi eleito. O evento que desencadeou definitivamente a crise do governo Collor foi a publicação da entrevista concedida pelo irmão do presidente, Pedro Collor, à Revista Veja. Inicialmente, conforme o sociólogo Leonardo Avritzer, a expectativa do governo era de que a Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI) não causasse um abalo grave, como ocorreu com investigações durante a presidência de Sarney que, embora sofresse uma queda violenta na popularidade, não foi alvo de *impeachment* graças ao apoio recebido, ou comprado, no Congresso Nacional. No governo de Sarney, o Ministério do Planejamento foi amplamente utilizado para distribuir recursos a congressistas e, desse modo, assegurar o apoio ao Executivo, pois a fidelidade ao presidente era o maior critério para o recebimento ou não dos ingressos²¹⁶.

Entretanto, por que essa situação não se repetiu com Collor e, no fim, a CPI que não era considerada uma ameaça concreta ao cargo subsidiou a condenação do “caçador de marajás”? Ainda, de acordo com Avritzer, Collor rompeu os “limites do patrimonialismo”, pois a prática da corrupção enfrentou uma oposição interna, de setores estatais não envolvidos nela, e externa, do contribuinte, que se sentiu individualmente roubado ao saber das práticas ilícitas que acredita serem sustentadas pelo “seu” dinheiro (entendido como recurso privado e não público). Essa é uma primeira hipótese para explicar o *impeachment*: o presidente se apresentou como um político desligado do patrimonialismo, quando na realidade era expressivo membro da oligarquia de Alagoas. Para criar essa falsa imagem, ele não podia depender eleitoralmente do apoio de setores politicamente organizados que surgiram em oposição à ditadura, e acabou por subestimar a capacidade política desses setores. Ao mesmo tempo em que particularizou o Estado, aprofundando o esquema de propina por meio do tesoureiro Paulo César Farias, Collor impedia a capacidade administrativa, o que debilitou a possibilidade do governo de cumprir suas promessas com as classes mais baixas não organizadas e, também, com aqueles que desejavam uma diminuição/modernização do Estado,²¹⁷ como a “elite orgânica” mobilizada por meio do IEE e do Fórum da Liberdade.

Em 1988, no primeiro Fórum, Collor protagonizou um debate com Henry Maksoud, motivado pela não adesão do primeiro a princípios neoliberais básicos. Collor destacou que era necessário aprimorar o capitalismo, esboçando uma espécie de “caminho do meio” entre capitalismo e socialismo, insinuando a necessidade de se reformar o capitalismo, o que provocou contundentes reações de Maksoud e também a intervenção de Jorge Simeira Jacob, que era presidente do Instituto Liberal de São Paulo.

As declarações de Maksoud, exagerando que se mudaria para o Paraguai caso Collor vencesse as eleições com aquela mentalidade, provocaram uma retomada desse embate no terceiro Fórum (1990). Nesse ano, Collor estava no início do mandato e, motivados por essa

²¹⁶ AVRITZER, Leonardo. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Mello In: DOWNES, Richard; ROSENN, Keith S. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 187 – 193.

²¹⁷ AVRITZER, Leonardo. *Op. cit.*, p. 189 – 190.

vitória eleitoral do jovem candidato, integrantes do público enviaram perguntas solicitando que Maksud fizesse comentários a respeito do episódio de dois anos antes à luz dos novos acontecimentos.

Em reportagem intitulada “Há um projeto liberal por trás do Plano Collor?”²¹⁸, também se explicitou que o terceiro Fórum foi um momento de dúvidas e questionamentos sobre o governo. Seis empresários de diferentes áreas de empreendimentos, que estavam no auditório do Plaza, responderam a questão supracitada. À exceção de um deles, que taxou o governo como “social-democrata” (Hugo Paz, então diretor da FARSUL), os outros cinco oscilaram entre severas dúvidas e a manutenção da confiança nas ações federais, ainda que com ressalvas. O caráter “intervencionista”, cerceador das liberdades individuais, era a principal fonte de desconfiança ou de estranhamento em relação a esses planos, o que vai ao encontro das conclusões apontadas por Sallum Jr., no que diz respeito ao efeito negativo dos planos “heterodoxos”²¹⁹.

Essa percepção dos presentes, em 1990, demonstrou que a inserção de Collor no quadro dos presidentes que representavam uma mudança em direção à modernização do Estado era relativa. Todavia, o direcionamento político geral da América Latina à “virada neoliberal” que ocorria, era também percebido pelos atores do Fórum como atestou, por exemplo, a declaração de César Rogério Valente (1990):

A mudança, em termos políticos, é representada pelas manifestações cada vez mais frequentes do eleitorado em favor de candidatos novos, descompromissados com as velhas estruturas que dominaram e ainda dominam o continente em sua maior parte. Todo o candidato que apresenta ideias novas, arejadas, comprometidas com a liberdade política e econômica, tem encontrado, cada vez mais, maiores e melhores auditórios. Em termos econômicos, de uma maneira que se confunde com as mudanças políticas, a América Latina está se livrando de um pensamento centralizador de decisões que foi desenvolvido nos últimos vinte anos pelos especialistas da Comissão Econômica da América Latina, a CEPAL [Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe] (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º Painel).

Portanto, embora houvesse essa percepção de mudança e o entendimento de que o Brasil, de alguma maneira, também estava inserido nesse processo, medidas econômicas do governo Collor também foram tidas como obstáculos para a plena concretização dessa expectativa. Em 1993, diante da manutenção de ações consideradas equivocadas, avolumaram-se as críticas ao governo.

²¹⁸ *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 mai. 1990, p. 30 – 31.

²¹⁹ “Surgiram fortes críticas de todos os partidos, mesmo os aliados do Planalto. E os passos do descongelamento começam a ser discutidos hoje”. Cf. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 abr. 1991, capa.

O filósofo Armando de La Torre expressou a impressão de ambiguidade que os empresários entrevistados também demonstraram ao se referir a um *“problema de esquizofrenia política evidente”*, cuja causa era a linguagem “liberal” e a conduta “social-democrata” do presidente. E concluiu: *“me hace esperar talvez que, se la esquizofrenia se propaga, Lula, dentro de cuatro años, tenga una retórica socialdemócrata y, a lo mejor, una conducta liberal”* (IV FÓRUM, Fita 03 Painel II).

O tributarista Ives Gandra se referiu à existência de uma “creche ideológica instalada no [Palácio do] Planalto”, expressão que atribuiu a autoria ao político Roberto Campos, e a um “jardim da infância da incompetência”:

O Brasil hoje vive este atraso de oitenta anos porque se pretendeu maximizar o Estado e minimizar a sociedade. E o atual presidente em quem votei não tem visão diferente. Porque uma equipe econômica constituída de um jardim da infância da incompetência consegue definir para a sociedade o que a sociedade [aplausos] não aceita nem quer, que é a miséria gerada por planejamentos econométricos (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura Painel I).

Assim como Henry Maksoud fez, no segundo Fórum (1989), Ives Gandra também diagnosticou que se estava combatendo “efeitos” da inflação, e não causas “sem perceber que a inflação decorre da expansão monetária, causa segunda. E do déficit público, causa primeira, que não pode ser combatido com aumento de receita tributária” (FÓRUM IV, Fita 01). E, enfim, inverteu também as considerações que eram usualmente realizadas sobre a Constituição no Fórum, ao positivá-la em relação aos planos:

O Plano Collor I e Collor II é de uma densa, de uma manifesta, de uma violenta inconstitucionalidade. O plano sobre congelamento estupra, violenta, esta senhora que no governo Collor foi a mais violentada na história do Brasil que é a Constituição do Brasil [aplausos] (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I).

Paulo Rabello também fez severas críticas. Ironizou a orientação dos planos econômicos que, para ele, eram um “monetarismo estranho, que não está escrito em lugar nenhum” porque entendia a “poupança financeira” como “moeda”, e atacava as poupanças para combater a inflação: “estamos aí um pouco desestruturados, ansiosos, desesperados porque o Plano Collor I, pra não dizer o II, iniciado com todas as fanfarras, que teve a petulância de intervir sobre 70 a 80 bilhões de dólares [...]” (IV FÓRUM, Fita 03 Painel II). Essa “ansiedade” ou “desespero” expresso pelas palavras do economista tinham causa, em síntese, naquilo que Miguel Reale definiu como um “discurso de modernidade e uma prática estatizante” (IV FÓRUM, Fita 01 Abertura e Painel I). Isso porque, na lógica daquelas críticas dirigidas ao governo, as medidas econômicas mencionadas eram tomadas como intervenções

que se contrapunham à modernização. Evidentemente, Reale se indentificava como “social-democrata”, logo, não utilizaria essa expressão da mesma maneira que usou de La Torre, por exemplo.

Essa divergência entre a ação e o discurso presidencial foi entendida também como uma artimanha ou uma manipulação presidencial e, assim, associada a uma versão corrente do conceito de populismo. Essa foi a reclamação do economista Edmar Bacha, também no quarto Fórum (1991), que afirmava a existência de um “grande drama” no país, ligado à incapacidade de liberais e sociais-democratas se imporem nas eleições, o que favoreceu uma disputa centrada no “populismo de direita” e no “populismo de esquerda” (IV FÓRUM, Fita 03 Paineil II). Bacha se referia, evidentemente, a Collor e a Lula. E, com isso, sinalizava a crença na existência de um caminho de modernização que fugia a essa polaridade de populismos, coadunando interesses progressistas, tanto dos autodenominados “social-democratas”, grupo no qual ele se incluía, quanto dos “liberais”.

Embora fosse predominante no Fórum, desde 1988, uma visão ambígua a respeito da figura de Collor e, a partir de 1990, da presidência, as críticas se fortaleceram de 1990 para 1991. A principal razão disso foram os Planos Collor I e Collor II. Paulo Rabello verbalizou do que se tratava, em última instância, essas iniciativas se contrastadas com o ideário neoliberal: “o plano é a negação da liberdade. A própria presença do plano significa a falta de uma conceituação adequada de como a economia funciona” (IV FÓRUM, Fita 03 Paineil II). Tendo em vista as necessidades econômicas apontadas no decorrer dos encontros, a inevitável conclusão era de que se chocavam com os significados propostos para o conceito de liberdade.

É possível concluir que as opiniões divulgadas a respeito do governo continham uma percepção de ambiguidade ou contradição entre certos discursos e determinadas ações do governo. Isso fez com que a avaliação do governo no Fórum oscilasse de “liberal”, ou “modernizante”, para “intervencionista” ou “retrógrado”, dependendo do aspecto no qual era analisado. Por isso, é nítido que a expectativa de estabelecimento de uma liberdade configurada pelos princípios neoliberais era parcialmente frustrada. Logo, aquela “elite orgânica” compunha parte dos grupos que viram no governo uma via de modernização/diminuição do Estado e que, nesse sentido, embora vislumbrassem avanços, esses foram em parte frustrados e criaram desconfianças. Todavia, não é possível depreender disso fatores da queda de Collor, no máximo, trata-se de um exemplo do não estabelecimento de um possível ponto difusor de apoio social.

Embora a tese de Avritzer, pautada nos “limites do patrimonialismo”, não possa ser descartada, essa argumentação deixa de lado um aspecto fundamental da crise do governo Collor: o isolamento parlamentar e partidário do mesmo, além da carência de apoio em setores organizados da sociedade civil. Isso foi percebido pelo senador José Fogaça, também no quarto Fórum (1991):

Mas um dos bloqueios institucionais está no fato de que este governo tem uma origem política baseada na mais absoluta solidão político-partidária e institucional. Um governo que chega ao poder, mais ou menos, nos termos em que chegou ao poder o governo Jânio Quadros, no início dos anos 60 no Brasil. Não tem apoio articulado dos partidos políticos no Congresso Nacional. Mas isso não é nada: não tem apoio nos setores organizados da classe empresarial. Não tem apoio nos setores organizados dos trabalhadores. E o seu apoio é, supostamente, um apoio difuso e até hoje não bem caracterizado, não bem definido, de uns tais de “descamisados” de que fala o presidente Collor. [...] O governo, ao assinar medida provisória em cima da outra, cento e quarenta, em pouco mais de um ano, deu uma enorme demonstração de fraqueza, de isolamento, acentuou diante dos olhos da sociedade brasileira o seu grau de isolamento (IV FÓRUM, Fita 03 Painel II).

Em suma, a tese de Avritzer destaca que o *impeachment* de Collor foi um resultado desfavorável ao “patrimonialismo” depois do enfrentamento com uma constelação de forças políticas organizadas, somadas a uma opinião pública francamente contrária a qualquer solução que não fosse o afastamento do presidente. Esse último ponto traz à tona a importância do papel da mídia, em especial, das grandes emissoras de televisão, entre as quais a Rede Globo, que se destacou na cobertura do movimento dos “caras-pintadas”, exemplo do porquê de “opinião pública” não ser um sinônimo de opinião ou vontade popular. Tendo em vista essa tese, é possível levantar dois questionamentos, a respeito do papel mais preciso do Congresso nessas circunstâncias, descrito por Fogaça, e, também, do vínculo estabelecido pela análise de Avritzer entre o patrimonialismo e a corrupção.

Se o Congresso Nacional, de forma praticamente majoritária, votou pelo impedimento de Collor, não é também esse ator coletivo tão relevante, nesse caso, quanto as novas forças políticas e a opinião pública? Afinal, foi o mesmo Congresso que, em última instância, assegurou a permanência de José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Lula, apesar das sucessões de escândalos genuínos ou fabricados durante essas presidências. E esse mesmo Congresso não apoiou Collor.

No caso de Collor, houve uma corrupção intra-Estado proporcionada pela necessidade de alianças muitas vezes frágeis e delicadas que são exigidas para a sustentação de um governo no sistema presidencialista. Partindo-se da tese de Avritzer, houve um conflito que adquiriu grandes proporções porque os limites do patrimonialismo foram rompidos estimulando a pressão da sociedade civil. Essa visão explica parcialmente os acontecimentos

porque não considera a corrupção como ampla e arraigada também entre a sociedade e o Estado, embora não desperte (ou incite) manifestações similares às daquelas da época de Collor. Por isso, o fundamental papel desempenhado pelos congressistas e partidos políticos que realmente provocaram um isolamento do governo.

Evidentemente, houve um conflito, uma pressão da opinião pública, ainda que isso expresse majoritariamente apenas a propensão da classe média. E essa pressão teve relevância, pois, no mínimo, serviu para retroalimentar a indignação dos mesmos grupos sociais. Todavia, o cerne do conflito indicado por Avritzer está na noção de “legitimidade da hierarquia das desigualdades [...], na qual o princípio da igualdade é substituído por quantidade de poder de natureza diversa”.²²⁰ Ao mesmo tempo em que “autoriza” os atos de corrupção, esse princípio serve para legitimá-los sob a ótica de certos grupos, mas também causa indignação em outros. Uma classe que se vê como merecedora de seus bens e de uma boa vida como recompensa pelo esforço e mérito individual, concepção especialmente cara ao neoliberalismo, dificilmente verá na propina ao fiscal de trânsito um delito que seja uma infração tal qual a corrupção intra-estatal. Isso porque, em última instância, o segundo tipo advém do “outro” grupo: do “político”. Seguindo a mesma lógica, o “político” sente-se autorizado pelas prerrogativas de sua posição no Estado e das necessidades políticas impostas.

No caso de uma “elite orgânica” imbuída pelos princípios do neoliberalismo e mobilizada em prol da divulgação de um conceito de liberdade reconfigurado, o próprio “intervencionismo” do governo era visto como uma espécie de infração, não necessariamente à lei, mas à lógica modernizadora que se colocava. Dentro dessa linha de interpretação, o “confisco” de poupanças ou o congelamento e tabelamento de preços aproximava-se muito da apropriação indevida de verba pública porque, nos dois casos, interpretava-se como a violação de uma propriedade individual do cidadão pelo agente do Estado. Partindo do princípio de que a corrupção é entendida, pela forma como a sociedade civil se relaciona com o Estado, mais como uma apropriação de algo pertencente ao indivíduo do que ao público. Por essas violações, a expectativa de promoção da liberdade pelo governo Collor esvaziou-se progressivamente dentro da lógica neoliberal expressa pelo Fórum da Liberdade.

²²⁰ AVRITZER, Leonardo. *Op. cit.*, p. 32.

4.4 FIM DO SOCIALISMO: INEVITÁVEL LIBERDADE

Diferentemente dos três itens anteriores, o quarto tema que permeou os debates do Fórum (1988 – 1993) e serviu como instrumento de divulgação de uma liberdade historicamente específica, não foi um episódio proveniente da dinâmica política brasileira. O declínio do socialismo soviético, processo de repercussão mundial, pode ser entendido como uma síntese das expectativas expressas pelo conceito de liberdade em dois sentidos. Primeiro, porque foi uma experiência histórica que subsidiou a projeção de um futuro pautado pelo estabelecimento de um tempo de liberdade sem precedentes, baseado no suposto triunfo do capitalismo mundial. E, segundo, porque esse acontecimento permeou os debates, pautando-os em certa medida, e isso contribuiu para reforçar a afirmação de significados do conceito que, por conta de acontecimentos nacionais, ligavam-se ao individualismo e a imagens negativas do Estado.

A Revolução de Outubro de 1917, ou Novembro, no calendário ocidental, continuou o processo sociopolítico proporcionado pela 1ª Guerra Mundial (1914 – 1918) responsável por liquidar o czarismo na Rússia. O primeiro Estado socialista da história se mostrou, no decorrer do século XX, um ator geopolítico de primeira magnitude, uma vez constituída a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que exemplificou uma alternativa de desenvolvimento e de liberdade aos Estados democrático-burgueses da Europa centro-ocidental e da América. Não cabe refazer a trajetória desse Estado nos conflitos políticos do século XX, pois é satisfatório afirmar que o mero exemplo dessa alternativa socialista “real”, sem cogitar a política externa de Moscou, foi o suficiente para que os Estados capitalistas tivessem maior preocupação em neutralizar os conflitos sociais no interior de suas fronteiras e, em muitos casos, também em territórios alheios por meio de força militar.

Porém, nenhum governo pode lidar com o acirramento da luta de classes por meio da simples repressão o tempo todo e em todos os lugares. É necessário que ganhos concretos sejam perceptíveis na vida da população ou, ao menos, dos trabalhadores urbanos. Essa foi uma das causas do desenvolvimento do *Welfare State* nos países do norte e, também, da formação dos Estados populistas na América Latina.

Todavia, se a lógica explicitada acima está correta, é de se supor que o declínio dessa alternativa ao capitalismo possibilitasse o fortalecimento do capital em detrimento do trabalho. Isso foi o que aconteceu. O debate a respeito das causas do declínio do modelo

soviético é complexo e extenso, mas certamente não se pode partir de premissas teleológicas assentadas em qualquer tipo de “inevitabilidade” do colapso, como defendia Mises e seus tributários. Esse desenlace foi causado por contradições insolúveis acumuladas durante o processo de formação e de desenvolvimento da União Soviética. Considerada uma potência mundial, especialmente durante as duas primeiras décadas do pós-guerra, o país que se erigiu a partir da Revolução de Outubro demonstrou sinais claros de um iminente declínio desde os anos 1970.

Curiosamente, como indicou Hobsbawm, os países socialistas progressivamente integrados ao mercado capitalista mundial sofreram consequências muito mais drásticas do que os países capitalistas avançados durante a década de 1970²²¹. Os índices de crescimento econômico, produto interno bruto, produção agrícola e industrial e renda real *per capita*, entre outros, tendiam à estagnação. A questão da elevação dos preços do petróleo, tratada no capítulo 1 desta dissertação, favoreceu as exportações soviéticas do produto, contudo, isso estimulou uma retomada da competição com os EUA, especialmente, no âmbito dos armamentos, provocando gastos que não ajudavam em nada os problemas de produtividade. Os recursos para empréstimos disponibilizados pelos países árabes da OPEP foram captados pelos países soviéticos, mas esses influxos também não foram utilizados de maneira produtiva. Portanto, restaram apenas ordens e restrições econômicas a serem impostas como via para retomar o desenvolvimento das décadas anteriores. A esse cenário econômico, somou-se a máxima contradição política soviética, na qual a estrutura estatal era o único meio e, simultaneamente, o único impedimento para o êxito das reformas propostas a partir de 1985 por uma liderança que, de fato, procurou efetivá-las: Mikhail Gorbachev²²².

Conforme destacou o cientista político Luis Fernandes, a política externa soviética se voltou, na década de 1980, para os objetivos de reverter a tensão com os EUA e de buscar uma aproximação com os países da Europa ocidental, então organizados na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Isso provocou um abandono da perspectiva anti-imperialista, ou seja, o Estado soviético deixou de visar uma alternativa sistêmica ao capitalismo²²³.

Essa mudança na orientação da política externa facilitou uma adesão em etapas ao sistema capitalista. Embora esse não fosse o objetivo original de Gorbachev e de seus dirigentes e intelectuais em 1985, tornou-se inevitável em 1989, pois “suas respostas se voltavam para o enfrentamento imediato de gargalos e pressões acumuladas, sem identificar

²²¹ HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 456 – 460.

²²² *Ibid.*, p. 460 – 465.

²²³ FERNANDES, Luis. *URSS, ascensão e queda: a economia política das relações da URSS com o mundo capitalista*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991, p. 193 – 199.

as contradições e complicações embutidas nas novas medidas que adotavam”²²⁴. Nesse sentido, foram fatores determinantes do colapso a progressiva autonomia empresarial promovida pelo Estado, nos marcos da Perestroika, que era contraditória ao “sistema de fixação centralizada dos preços”, provocando uma pressão inflacionária que foi combatida pelo governo com a retirada de mais garantias estatais às indústrias. O resultado que os dirigentes do Partido buscavam, o aumento da produtividade, não ocorreu e ainda houve uma “febre estoquista”, provocando mais inflação e aumento do déficit estatal por causa do aumento nos preços dos produtos subsidiados pelo Estado. Enfim, a saída que se buscou para essa crise foi a desestatização, que necessitava de um investimento estrangeiro que não chegou no volume esperado. Somados a esses fatores, havia a crise política, agravada pela progressiva perda de legitimidade diante dos sucessivos fracassos da reforma para prover uma rápida elevação nos padrões de vida da população²²⁵.

Esse processo pelo qual passava a URSS foi amplamente comentado e discutido no Fórum da Liberdade desde 1988. Na abertura do primeiro Fórum, o presidente do IEE, Carlos Smith (1987 – 1988), expressou a potencialidade que os eventos da URSS tinham para que um futuro utópico, de estabelecimento da liberdade plena, fosse situado no horizonte:

Lênin disse que as revoluções são as locomotivas da história. E esse prodigioso século XX, que fez mudar o mundo para melhor, mais que os 7 mil anos que separam a dinastia de Menés do Egito até 1900, foi provocada pelo capitalismo, que é a força mais revolucionária da história. E muito mais que o dogma de Trotsky, é uma “revolução permanente”. Só que sem sangue, sem morte e sem torturas, baseada na ciência, na tecnologia e na força empresarial (FÓRUM, Solenidade de abertura).

As mudanças da década de 1980 mostravam-se impactantes. Além da ascensão dos chamados Tigres Asiáticos e da abertura econômica chinesa, a Perestroika e a Glasnost impressionavam:

A transformação mais dramática e transcendental está ocorrendo na Rússia de Gorbachev, cientes que o colosso militar soviético permanecia estagnado há décadas e, que se continuasse no mesmo caminho, se tornaria industrialmente e tecnologicamente uma nação do Terceiro Mundo, o que levaria também o seu colossal arsenal militar a uma posição de terceira categoria no próximo século, os novos líderes soviéticos resolveram fazer uma nova revolução: a Perestroika e a Glasnost, cujo alcance mal podemos ainda auferir, mas cujos objetivos são bem claros: pôr o país na nave do futuro, ainda que adotando os métodos e a tecnologia do capitalismo (FÓRUM, Solenidade de abertura).

²²⁴ *Ibid.*, p. 242.

²²⁵ *Ibid.*, p. 243 – 244.

Essas reformas que marcaram a transição para uma democracia capitalista nos moldes ocidentais foram consideradas, também, praticamente provas de um triunfo tido como inexorável do capitalismo. Assim demonstrou Carlos Smith ao citar um economista soviético chamado Nicolai Chernikov. De acordo com o representante do IEE, Chernikov disse ao jornal Pravda (sem citar a data da reportagem):

[...] ‘os mais belos sonhos e ideais das melhores cabeças do século passado começaram a criar contornos de realidade com a revolução bolchevique de 17, setenta anos depois, o que vemos? Uma gigantesca repartição pública de quase 300 milhões de burocratas [...] sem ambições, sem horizontes, e que aliviam o seu tédio na bebedeira. Enquanto o Estado, o único patrão, finge que os paga, enquanto eles, em sua vadiagem e desorganização, fingem que trabalham. Sete mil anos de história nos prova hoje, de maneira incontestável, que nenhum fator contribuiu tanto para a evolução e progresso do homem como o lucro e o desejo da riqueza. A humanidade, ou o seu setor mais forte, chegou ao capitalismo como uma evolução natural, quase darwiniana. É sempre perigoso [...] impedir por meios artificiais a evolução natural das coisas. E a economia tem a suas leis e violá-las significa o mesmo que violar as leis da física e da química que criaram Chernobyl’. Esta citação, senhores, não é minha, é de um soviético intelectual que não está internado ou na Sibéria (FÓRUM, Solenidade de abertura).

O excerto torna evidente que a experiência econômica externa foi citada porque era capaz de transmitir uma mensagem que pode ser entendida como aplicável à realidade brasileira. Nesse sentido, a “vadiagem”, a “desorganização” e todos os outros atributos negativos ligados à ação do Estado soviético, pretensas justificativas para as reformas de Gorbachev, serviram no discurso de abertura do primeiro Fórum da Liberdade como uma imagem do próprio Brasil de 1988. O uso das palavras de um soviético atribuiu um caráter diferenciado às afirmações favoráveis em relação ao lucro e a uma teleologia específica de progresso, direcionada para o sistema capitalista como fim evolutivo indiscutível.

Trata-se de um exemplo do dito clima de triunfo do capitalismo, ocorrido com a então iminente derrocada do socialismo no leste europeu. Os rumos “naturais” da economia no mundo estavam “ajustando-se” conforme se aproximavam da economia política neoliberal em discursos como esse. E, de acordo com essa perspectiva, o Brasil também necessitava fazê-lo. O Fórum da Liberdade estava organizado para contribuir nessa tarefa de alinhar ideologicamente a economia com o neoliberalismo. Nessa conjuntura política, impunham-se questões como: “nós (brasileiros), o que faremos”? Ou, “o que estamos fazendo”?

Logo, o momento de transformação não era apenas uma característica sentida em relação ao exterior, revelava-se também a percepção de que o Brasil mudava ao deixar para trás um período autoritário, como ficou claro nos subcapítulos anteriores. Evidentemente, a interpretação de Smith sobre a tendência soviética de ocupar uma posição de terceira categoria não estava correta, pois o país continuou desempenhando um papel internacional de

protagonismo, evidenciado, por exemplo, pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O mais importante de se destacar, entretanto, é a mensagem implícita de que tal qual a Rússia livrava-se de um fardo do passado para rumar em direção ao progresso, o Brasil deveria dar os primeiros passos nesse sentido. No entanto, no caso nacional, o fardo não era o socialismo, mas um Estado que convergia, na ótica dos palestrantes, em princípios básicos com o Estado soviético porque também era considerado “intervencionista”: cerceador da liberdade.

Há, ainda, outro trecho do discurso de Smith que também ilustra esses princípios referidos:

Senhores e senhoras, acreditamos mais do que nunca na economia liberal e o único ambiente [...] onde ela pode se desenvolver é a democracia. Chegou a hora e o momento de nós, brasileiros, que acreditamos nesse país, nós que ajudamos a construir esta grande nação, de optar pela democracia e pelo progresso. Ambos são sinônimos do capitalismo liberal que formam e forjaram as grandes nações da terra. Mas para conseguirmos fazer que o Brasil não perca a nave da História, é necessário que tenhamos a coragem, a energia e a criatividade de vencermos tremendos desafios, o maior dos quais, representados por aqueles que teimam em ver no Estado o grande o pai, o Grande Irmão, quando em todos os tempos, hoje mais do que nunca, o grande algoz, o castrador da energia dos cidadãos. Mas os desafios e obstáculos sempre foram o combustível da grandeza e do progresso (FÓRUM, Solenidade de abertura).

O excerto acima demonstra as aproximações existentes entre o que era dito sobre o Brasil e sobre a União Soviética. Democracia e progresso como “sinônimos” do “capitalismo liberal” era o tipo de formulação que se aplicaria como caminho viável e necessário, dentro da lógica neoliberal, não só para o Brasil, mas também para o leste europeu. E como ficou explícito no decorrer de toda essa dissertação, o Estado, em ambos os casos, era o “algoz” porque era visto como obstáculo dessa via para o futuro. Isso é nítido quando se percebe o uso repetido de expressões que preconizavam a urgência de não se perder a “nave” ou o “trem” da História ou, ainda, na referência de Smith ao Estado como o “Grande Irmão”, que remete inevitavelmente ao “1984” de George Orwell, célebre crítica ao totalitarismo.

O debate provocado por Collor no primeiro Fórum (1988) foi outro momento que reiterou a centralidade da percepção de triunfo do capitalismo. O empresário Simeira Jacob, ligado à rede de Institutos Liberais, foi o primeiro a intervir. Inicialmente, ele elogiou Collor, em especial, a dita disposição do político a “mudar de pensar”. Contudo, negou-se a aceitar a proposta de Collor de que “o capitalismo deveria ser revisto, porque o comunismo está sendo revisto”. O principal argumento de Simeira Jacob era que “o comunismo é dogmático, tem regras pré-estabelecidas, e se subordina de maneira dogmática. O capitalismo não, ele está sempre sendo renovado” (I FÓRUM, Fita 04). É possível supor que essa característica

dinâmica do modelo pautado pelo mercado, atribuída por Simeira Jacob, era um dos elementos usados para dar sustentação ideológica ao pretense triunfo histórico desse sistema.

Entretanto, não ocorreram defesas mais incisivas do inevitável triunfo do capitalismo e derrota do socialismo do que as palestras de Flávio Antônio Corrêa, presidente das empresas Ogilvy & Mather, durante o primeiro Fórum (1988); e de Simeira Jacob, durante o segundo Fórum, no ano seguinte. O primeiro deles, encarregado do tema “Multinacional, reinvestimento ou fuga?”, exibiu lâminas projetadas na parede do evento, o que não era usual, para mostrar aos presentes alguns títulos que considerou ilustrativos, oriundos de um suplemento publicado no Wall Street Journal em 24 de agosto de 1987. Conforme o empresário, o encarte foi feito a pedido de Gorbachev. Os títulos eram: “New Opportunities for Cooperation”, “Ventures Made Easier”, “Drastic changes to promote efficiency”, “Cooperation with U.S. Banks: prospects for the future”, entre outros²²⁶.

Para Corrêa, já não era mais necessário olhar para “nações mais desenvolvidas como a Inglaterra de Margareth Thatcher ou a França e a Espanha, dos ‘socialistas’ [palestrante sinaliza aspas] Miterrand e Felipe González”. Afinal, a União Soviética demonstrava como se deveria fazer e o exemplo estava estampado no Wall Street Journal. Esses acontecimentos seriam produto da consciência soviética adquirida de que “nada serve a política de distribuição da pobreza porque ela é totalmente contrária aos anseios da própria natureza humana” (I FÓRUM, Fita 04). O tom de exemplo atribuído às ações soviéticas tornou-se claro já diante de uma das declarações introdutórias de Corrêa: “é tão óbvia a necessidade do aporte de capitais estrangeiros para o desenvolvimento de qualquer país que custa a acreditar que este tema ainda tenha que ser discutido aqui no Brasil” (I FÓRUM, Fita 04).

No caso de Simeira Jacob, o tratamento dado à questão foi além da tentativa de demonstrar o fracasso completo da experiência socialista soviética e, como decorrência disso, afirmar a superioridade natural e inevitável do capitalismo. Ele procurou, além disso, criar uma imagem de absurdo em relação a Karl Marx e sua obra, empregando como recurso persuasivo uma longa passagem irônica que se converteu, ao final, em escárnio.

O argumento do empresário que, como mencionado, era então presidente do Instituto Liberal de São Paulo, assentava em uma diferenciação entre aquilo que chamou de “modelo centralizador” e “modelo descentralizado”. O primeiro, que traduzia a lógica do funcionamento do socialismo, era voltado para o homem destituído de “pecado original”. As

²²⁶ “Novas oportunidades para cooperação”, “*Joint ventures* [empreendimentos conjuntos, nesse caso, compostos por capital estrangeiro privado associado ao soviético] facilitados”, “Mudanças drásticas para promover eficiência”, “Cooperação com bancos dos EUA: perspectivas para o futuro” (I FÓRUM, Fita 04).

pessoas receberiam aquilo que necessitavam independentemente do quanto cada uma delas contribuísse para a coletividade, por isso que seria um sistema voltado para seres impecáveis. O segundo, o modelo capitalista, diferenciava-se porque não queria reformar o homem, não pretendia consertar o “pecado original”: nesse sistema, aceitavam-se as pessoas como eram. Esse segundo modelo era entendido pelo empresário como fundamentado na liberdade e coerente com os seres humanos de fato, enquanto o primeiro não. Assim como no caso de Flávio Corrêa, em 1988, Simeira Jacob usou as ações de Gorbachev para tentar comprovar sua tese. Nesse caso, a ideia do fracasso soviético completo em reformar o homem.

Simeira Jacob afirmou que Gorbachev, através de três discursos no Comitê Central do Partido, fez “uma autocrítica do homem socialista, do homem comunista” e daquilo que estava, na ótica do integrante do IL paulista, unido ao sistema idealizado naquele momento histórico: “o alcoolismo, o abuso do poder, o excesso de corrupção, o suborno e o protecionismo”. Esses seriam os fatores da destruição econômica dos países que compunham a União Soviética. Como solução, ele explicava, surgia a Perestroika: “reconhecimento de que o regime comunista, a exemplo do batismo católico ou de outras seitas [...], não foram suficientes pra regenerar, criar, o homem puro. Esse novo homem que seria necessário pra esse regime e que prevalecesse a boa intenção, o altruísmo” (II FÓRUM, Fita 02). Nesse ponto do discurso, explicitou-se a razão da metáfora religiosa do homem destituído de pecado original. O modelo socialista soviético era acusado de tentar ser um redentor que procurava transformar o ser humano em uma criatura altruísta. O que era equivocado, na opinião do painalista: contrariava a natureza humana.

Nesse sentido, é singular a crítica de Simeira Jacob por duas razões. Primeiro, porque se aproximou mais da perspectiva demonstrada por Hayek em “Caminho da Servidão” (1944)²²⁷. Isto é, Jacob não procurou criar uma interpretação que se diria, vulgarmente, “maquiavélica”, do socialismo. No decorrer do Fórum, é frequente a imagem do Estado, seja ele socialista ou não, dominado pelos interesses dos “estatólatras”, que conspiram em detrimento de toda a sociedade. Como ocorreu, por exemplo, na fala de Roberto Campos, no primeiro Fórum, quando opôs o liberalismo a um “capitalismo estatocrata da *nomenklatura*” (FÓRUM, Fita 02). O painalista Simeira Jacob procurou demonstrar que, ainda que as intenções socialistas fossem boas, o modelo estava fadado ao fracasso. Em última instância, essa interpretação propunha que o socialismo foi um modelo ingênuo porque buscava cumprir tarefas inatingíveis e, uma delas, era similar às intenções redentoras presentes nas religiões.

²²⁷ HAYEK, Friedrich. *Op. cit.*

Em segundo lugar, a posição de Simeira Jacob ao acusar o socialismo de tentar transformar o homem, inevitavelmente, assumia e divulgava uma definição sobre o caráter humano. Em outras palavras, explicitou-se a “visão de homem”²²⁸ neoliberal, frequentemente alvo dos críticos do neoliberalismo. Esse homem “real” careceria dos atributos do ser projetado pelo modelo “centralizador socialista”, logo, assumia-se a posição de que os humanos são seres não altruístas. Em uma palavra, que não foi empregada pelo empresário: egoístas. Além disso, Simeira Jacob procurou ridicularizar a obra de Marx, afirmando que o mesmo já previa esse declínio soviético, pois, na verdade, preconizara um ciclo eterno de acumulação de riquezas por meio do capitalismo e “farra geral” por meio do socialismo para, então, retornar ao capitalismo reiniciando o ciclo (II FÓRUM, Fita 02).

Constatar e receber como uma boa notícia as transformações no socialismo do leste europeu careceria de sentido caso isso não pudesse, de alguma forma, estar relacionado a uma realidade mais próxima como a latino-americana e, em especial, a brasileira. O triunfo inevitável das liberdades preconizadas precisava estar ao alcance do hemisfério sul. Nesse sentido, as eleições de 1989 também se inseriram nesse contexto como uma oportunidade de “embarcar” em direção ao futuro. Ronaldo Caiado soube explorar esse elemento quando esteve no Fórum, o que reforçou essa candidatura como a aparente única opção coerente para a “elite orgânica”, conforme tratado no subcapítulo 4.2. O presidenciável alertou os presentes da ameaça iminente de se andar contra o sentido atribuído à modernidade, ao mesmo tempo em que fazia um apelo à audiência reunida pela “elite orgânica”:

[...] chegou no mundo toda a ideia da modernidade, da competência, da seriedade, da liberdade de cada cidadão. E infelizmente, nós, brasileiros, não estamos dando conta de difundir isso à sociedade brasileira, estamos deixando com que pessoas com teses anacrônicas, antigas, superadas, venham ter a credibilidade popular. Por quê? Porque falta militância política em todos nós (II FÓRUM, Fita 01).

Em 1990, na terceira edição do Fórum, a declarada procura por um olhar voltado para a América Latina comprovou que a percepção positiva de mudança alcançava uma escala global, não se restringindo mais às regiões orientais do globo. À exceção do continente africano, raramente citado, mas com a inclusão da América Latina como objeto central de debate, virtualmente qualquer parte do mundo poderia ser exemplo de liberdade no novo tempo que era preconizado.

No discurso de abertura dessa edição, o presidente do IEE, Eduardo de Araújo Santos, referiu-se a “algumas evoluções” que ocorriam. Entre elas, no âmbito latino-americano, a

²²⁸ GROS, Denise Barbosa. *Institutos... Op. cit.*, p. 76 – 78.

“evolução do processo democrático”, com eleições presidenciais “livres” no Chile, Nicarágua e Paraguai (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º painel). Santos igualava, em seu discurso, as ditaduras civil-militares de segurança nacional do Chile e do Paraguai ao governo dos revolucionários sandinistas, que desgastado pela ação dos *Contras* no decorrer dos anos 1980, convocou eleições presidenciais e foi derrotado em 1989.

De certo modo, o olhar voltado para a América Latina “em busca da modernização” diminuiu o conteúdo utópico dos discursos, sinalizando que o estabelecimento de um novo paradigma da liberdade necessitava, de fato, da atuação dos empresários. Nesse sentido, o político argentino Alvaro Alsogaray teorizou explicitamente em favor da predisposição à luta política exercida pela “elite orgânica” por meio de dois alertas. Primeiro, chamou a atenção do público para o fato de que o declínio do socialismo real não significava, como proclamado inúmeras vezes anteriormente, uma substituição automática desses regimes por democracias liberais. E, segundo, aconselhou aos “liberais” que tivessem cuidado de “*poner sus ideas y sus posibilidades de una manera inteligente porque tampoco la presentación de una mecánica liberal pura y absoluta es atractivo para el público. Y si no, y si no se logra el apoyo popular, es muy difícil llevar a cabo las transformaciones*” (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º painel).

Esses alertas citados foram particularmente significativos porque contrariaram a inevitabilidade expressa nos comentários dos palestrantes das duas primeiras edições, pois demonstravam que era necessário traçar táticas e estratégias de atuação política para assegurar o estabelecimento do padrão de liberdade preconizado. Padrão esse que, antecipando, de certo modo, o “signo único da liberdade” proferido por Vargas Llosa no oitavo Fórum (1995), foi defendido como provido de sentidos indissociáveis por José Andrade Vieira, à época, presidente do Banco Bamerindus, e por Jorge Batlle, do partido Colorado uruguaio.

O primeiro afirmou a indissociação da liberdade econômica da política e, o segundo, que devem ser concebidas “*libertades políticas, libertades económicas, culturales, religiosas e sociales, como una unidad indivisible*” (III FÓRUM, Solenidade de abertura e 1º painel). Essa concepção, entretanto, não se manteve incontestada, pois a primazia das ditas liberdades econômicas também foi defendida, como exemplificaram palestrantes estrangeiros do quinto Fórum (1992), ao tratarem do problema ambiental.

Em 1991, no quarto Fórum, a dualidade entre “liberalismo” e “social-democracia” também evidenciou essa divergência entre aqueles que defendiam uma equivalência e uma indissociabilidade entre as dimensões do conceito de liberdade e aqueles que alçavam as liberdades econômicas ao predomínio. Todavia, para ambos grupos, a “modernização” do

país, em pressuposta consonância com o restante do mundo era colocada como uma necessidade econômica indispensável. No texto “IV Fórum da Liberdade”, publicado em coluna de opinião de ZH, o presidente do IEE, André Loiferman (1990 – 1991), enfatizou em duas passagens a existência “de ideias ultrapassadas” que não mais vigoravam no “Primeiro Mundo” ou no “mundo desenvolvido”. De acordo com ele, era papel do IEE trazer “esta vanguarda do debate intelectual para nossa sociedade”, divulgando a noção de que estavam

totalmente descartadas quaisquer idéias totalitárias bem como já de há muito tempo está superada a mensagem socialista (bem antes mesmo da queda do muro e do dismantelamento dos regimes do Leste europeu). As opções estão entre os modelos social-democrata (Suécia, Espanha...) e liberal-democrata (EUA, Japão, Hong-Kong)²²⁹.

O primeiro grupo, dos defensores da “social-democracia”, tenderam a se alinhar à posição que equiparava ou igualava as liberdades, sem atribuir uma primazia aos estratos fundamentalmente econômicos do conceito. Nesse sentido, o economista Edmar Bacha, que se identificou como “social-democrata”, discordava da afirmação do filósofo Armando de La Torre, que alertava para um excesso de política e uma falta de racionalidade. Para Bacha, desprezar o debate sobre os caminhos políticos para “implantar as soluções nas direções nas quais temos consenso” significava cair no “fascismo de mercado”: “ao elegermos o mercado como valor supremo e desligado da sociedade em que vivemos, no momento em que ela se situa, corremos o risco de aceitarmos qualquer supressão de liberdade política” (IV FÓRUM, Fita 03 Painel II).

Os autodenominados “liberais”, entretanto, assumiam postura ligada à ênfase a sentidos econômicos de liberdade. Por isso, Armando de la Torre, por exemplo, diferenciava “democracia” de “liberalismo”. A primeira, na concepção dele, era apenas *“una herramienta, un instrumento, para decidir pacíficamente, por mayoría, quien gobierna”*. Logo, o que realmente importava era o “liberalismo” (político), que era responsável por estabelecer os limites do poder de quem fosse eleito para governar, fosse um presidente ou um monarca. Em resposta a Edmar Bacha, disse que quando se referiu a “despolitizar”, quis dizer limitar poderes políticos de governo (IV FÓRUM, Fita 03 Painel II). Nessa ótica, a limitação dos poderes do governo incidiria em mais liberdade para os indivíduos. Em especial, no campo econômico, ao reduzir a ingerência do governo que agia beneficiando um grupo da sociedade em detrimento de outro, conforme a crítica recorrente dos “liberais”, verbalizada por Armando de la Torre.

²²⁹ Zero Hora, Porto Alegre, 16 abr. 1991, p. 4.

A declaração mais explícita desse destaque de estratos de liberdade referentes à economia foi realizada pelo banqueiro Roberto Bornhausen, presidente do Unibanco, no primeiro Fórum (1988). Ele disse: “muitas vezes ouve-se falar em direito ao lucro como uma premissa do liberalismo. Na verdade, creio que não se trata de uma premissa, mas de uma inferência do próprio princípio ‘liberdade’” (FÓRUM, Solenidade de abertura).

A experiência de avanço de liberdades não estritamente econômicas, ligadas aos anseios de autoafirmação da sociedade civil, especialmente, por meio do impacto causado pelo declínio soviético, possibilitou a projeção de uma expectativa democrática ameaçadora aos interesses do capital. Por isso, também, a importância percebida por aqueles atores em reiterar a primazia dos sentidos econômicos do conceito de liberdade no discurso neoliberal. Desse modo, a liberdade como síntese de todas as liberdades, em um contexto pós-transição democrática, possibilitou um espaço para o avanço de uma concepção que, anos antes, em momentos de disputa política crucial pela democracia, era escandaloso: uma liberdade econômica que se basta ou que se sobrepõe em importância às outras liberdades.

Uma configuração de liberdade nesse sentido, não pode deixar de remeter a experiências políticas autoritárias do capitalismo, como a ditadura chilena. Todavia, esses casos foram discursivamente relegados ao passado político. Em decorrência disso, nos anos 1990, as noções que encerravam essa concepção menos ecumênica de liberdade puderam reivindicar-se como modernas e, até mesmo, democráticas, embora fossem compatíveis com o autoritarismo político e, progressivamente, tornaram-se evidências explícitas da oposição entre democracia e capitalismo.

Em um ambiente de euforia, possibilitado por um prognóstico positivo para a concretização de liberdades propostas, foi possível até mesmo usar como sinônimos “não querer governo” com “governo pequeno”. Em circunstâncias diferentes, afirmar esse clamor pela ausência de governo seria um pedido considerado descabido por um empresariado ávido pela redução de custos produtivos, isto é, pela ampliação de lucros. Pois, como destacam inúmeros pensadores, o Estado sempre assegurou as condições reprodutivas do capital. Todavia, o mesmo Estado foi dotado de características, após a Segunda Guerra, que se tornaram, décadas depois, obstáculos históricos à continuidade da reprodução de um capital progressivamente destrutivo, conforme assinalou Meszáros²³⁰. Essa é uma singularidade histórica proporcionada pela difusão do ideário neoliberal.

²³⁰ MESZÁROS, István. *Op. cit.*

No entanto, a coesão de um pensamento fazia-se necessária, o que só poderia ocorrer diante de um diagnóstico que demonstrasse a possibilidade de concretização das liberdades propostas por meio de políticas públicas. Como afirmou corretamente o economista Paulo Guedes: “nas nossas mentes, a revolução está feita. Agora, leva quanto tempo? Um, dois, três, quatro anos? Talvez um governo inteiro, talvez ainda um segundo governo, mas agora há futuro”. (III FÓRUM, II e III painel Encerramento).

A resposta sobre quanto tempo levaria não é possível responder, pois ainda se trata de uma disputa em curso vinte anos depois. Contudo, ele estava correto ao afirmar que um futuro de espaço aberto para a disputa daquelas liberdades, a partir daquele momento, estava assegurado.

CONCLUSÃO: O SIGNO DA LIBERDADE E O PENSAMENTO ÚNICO

Em 1995, durante o oitavo Fórum da Liberdade, quando o conferencista Mario Vargas Llosa falou em um “signo da liberdade” que era único, ele se referiu à impossibilidade histórica de se manter, em um mesmo país, apenas a liberdade econômica ou somente a liberdade política (VIII FÓRUM, Manhã). Como tratado na introdução desse texto, uma sociedade não podia permanecer parcialmente livre no decorrer do tempo, de acordo com a concepção do escritor. Essa afirmação denotou, principalmente, que “liberdade” é um “coletivo singular”²³¹, ou seja, que congrega muitas liberdades. Mas se o conceito de liberdade é tão polissêmico, como é possível que seja o fundamento de uma visão de mundo que se popularizou como “pensamento único”?

O questionamento central levantado nessa pesquisa tratou dos significados do conceito de liberdade difundidos por meio do Fórum homônimo durante o período de 1988 a 1993. Nesse sentido, é lógico que se partiu do princípio de que “liberdade” é um conceito polissêmico, além de basilar para o neoliberalismo. Esse pressuposto reitera a necessidade de esclarecer o aparente paradoxo expresso pela multiplicidade de significados reunidos por um conceito que, insubstituivelmente, serviu para legitimar uma singularização das possibilidades de futuro. Em última instância, é uma restrição historicamente específica das expectativas projetadas pelos povos que caracteriza o “pensamento único”.

O primeiro capítulo demonstrou que o Fórum da Liberdade foi possível por causa da convergência de, ao menos, três processos históricos centrais. Não ocorreria um encontro com aquele caráter político caso não surgisse o neoliberalismo na primeira metade do século XX como um ideário antikeynesiano. E, tampouco, se esse conjunto de proposições não fosse consolidado como uma alternativa política razoavelmente coesa ao “custo” que o Estado adquiriu na perspectiva capitalista. Além disso, foi a ação empresarial influenciada pelo neoliberalismo como “teoria utópica” e, também, como “ortodoxia política”, que definiu a atuação necessária para a formulação dessa iniciativa de disseminação de um conceito de liberdade servil aos interesses do capital. Isso, evidentemente, graças também às

²³¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro... Op. cit.*, p. 69.

circunstâncias nas quais esse empresariado atuava, que eram de uma “transição pactuada”²³² de um longo período autoritário para uma nascente República mais democrática.

O segundo capítulo tratou de evidenciar que as características do Fórum da Liberdade, de 1988 a 1993, serviram aos propósitos políticos de uma “elite orgânica” influenciada pelo neoliberalismo. Houve escolhas que determinaram o caráter do Fórum da Liberdade que estiveram ligadas às múltiplas maneiras de se redefinir “liberdade”: os títulos dos encontros e o público alvo das discussões evidenciaram isso. Essas decisões também demonstraram que foi uma iniciativa que fomentou, simultaneamente, a coesão política de um grupo entorno de um conjunto de ideias ligadas à atuação relativamente inovadora do empresariado na Nova República. Nesse sentido, o Fórum contribuiu para que o empresariado envolvido assumisse o papel de “elite orgânica”. Outrossim, os palestrantes convidados e os vínculos internacionais do Fórum e do IEE foram evidências de que o encontro foi, em suma, um espaço de promoção política de uma concepção de liberdade pautada pelo neoliberalismo.

O terceiro capítulo explicitou que a “tradução da necessidade econômica” promovida por meio do Fórum esteve centrada em políticas que podem ser agrupadas em três ordens: estabilização macroeconômica, ajustes estruturais e integração de mercados. Nesse sentido, as propostas econômicas predominantes no Fórum, de 1988 a 1993, pertenceram a, no mínimo, uma dessas três dimensões características das propostas neoliberais. Foi através delas que se procurou estabelecer uma nova configuração dos sentidos de liberdade que traduzisse as aspirações da “elite orgânica” imbuída desse ideário e das conseqüentes experiências práticas de outros países. Toda proposta econômica esteve ligada a um ou mais sentidos de liberdade que se procurou enfatizar como, por exemplo, o de livre comprar e vender, isto é, de fazê-los com a menor interferência possível do Estado no processo.

O quarto e último capítulo analisou a “predisposição à luta política” incitada pelo encontro em si e, especialmente, pelos discursos proferidos na programação do evento. Quatro grandes temas coetâneos àquelas edições do Fórum foram os principais a serem instrumentalizados com a finalidade de reiterar os sentidos de liberdade preconizados. Esses temas foram a Constituição de 1988, as eleições presidenciais de 1989, a vitória e o governo de Fernando Collor (1990 – 1992) e o declínio do socialismo no leste europeu, essa última, a única questão de envergadura política genuinamente mundial. As referências a esses quatro temas estiveram também vinculadas a sentidos de liberdade que eram difundidos e que

²³² ARTURI, Carlos Schmidt. *Op. cit.*

consagravam o indivíduo e, conseqüentemente, as liberdades individuais como preponderantes em oposição a um conceito de Estado visto como opressor.

Por meio dos dois últimos capítulos, que se dedicaram a uma análise intensiva dos discursos do Fórum, explicitou-se a reconfiguração das camadas históricas do conceito de liberdade, que era proposta pelos porta-vozes da “elite orgânica”. No caso do terceiro capítulo, tratou-se, fundamentalmente, de uma reconfiguração voltada a identificar propostas que não eram consideradas “liberais” com a negação ou com a violação da “liberdade”. As propostas vistas como “não liberais” estavam identificadas com soluções chamadas “intervencionistas”: desenvolvimentistas ou socialistas.

A estabilização macroeconômica proposta pelos palestrantes estava diretamente relacionada ao problema da alta inflação. Esse âmbito de proposição econômica tinha duas subdimensões, como dito, o equilíbrio fiscal e a deflação. Houve certo consenso no repúdio aos planos econômicos, pois, como o empresário Henry Maksoud e o economista Paulo Rabello apontaram, em 1989, a inflação não era tratada pelos governos como um sintoma, mas como uma causa. Eles defendiam que as causas da alta dos preços residiam, basicamente, na emissão descontrolada de moeda em decorrência da necessidade de cobrir custos do Estado tidos por eles injustificáveis.

A concepção de ajuste estrutural dos porta-vozes da “elite orgânica” é inseparável da estabilização macroeconômica no sentido de que a realização de ambas é interdependente. Esse âmbito de “necessidade econômica” trata da “diminuição” do Estado, das liberalizações comerciais, das “flexibilizações” de leis e da privatização de empresas estatais. Todos esses aspectos foram considerados fundamentais para que o Estado ficasse menos “oneroso”. Logo, a deflação estava condicionada ao equilíbrio fiscal que só ocorreria com uma redefinição das atribuições e dos deveres do Estado, isto é, com um direcionamento ao almejado “Estado mínimo”.

Por fim, a “tradução da necessidade econômica” não se esgotou nesses dois âmbitos de proposições neoliberais, pois questionou não apenas as atribuições do Estado, como também os obstáculos, impostos pelo Estado, inerentes à constituição de mercados livres em escalas supranacionais. Essa visão do futuro pautada pelo livre fluxo comercial foi entendida como uma via de superação para a estagnação econômica dos anos 1980, naquele contexto entendida quase como uma estagnação temporal. Simultaneamente, o nacionalismo e vias de desenvolvimento alternativas ao capitalismo foram tidas como anacrônicas e incompatíveis com o futuro globalizado.

Em relação ao quarto capítulo, a reconfiguração promovida procurou associar ao campo semântico do conceito de liberdade alguns conceitos contidos nas disputas políticas coetâneas, enquanto outros foram sistematicamente associados à negação da “liberdade”: o “político” e o “planejamento” (estatal) foram exemplos disso. A Constituição de 1988, as propostas dos presidenciais presentes nos debates em 1989, os planos econômicos do governo Collor e, é claro, o socialismo em declínio, foram subsídios para a projeção de uma liberdade voltada à legitimação do neoliberalismo.

As críticas dirigidas à Carta e ao processo de desenvolvimento da mesma tiveram, em última instância, um mesmo embasamento: a negação do conflito político do qual o documento foi um produto. Os porta-vozes da “elite orgânica” deixaram implícito em suas declarações que um bom modelo de Constituição é o melhor não porque é o menor, mas porque os menos extensos, “liberais”, não tratavam de assuntos por eles considerados secundários, logo, do âmbito das leis ordinárias. Esses artigos, parágrafos ou excertos dos mesmos, quando eram citados, evidenciavam que se procurava excluir do conceito de liberdade a projeção de liberdades efetivas, ou seja, de direitos à população. Como demonstrou Roberto Campos, os “direitos sociais” eram fortemente repudiados pelos “liberais”. E, nesses pontos, que os setores progressistas conseguiram imprimir, na década de 1980, projeções de futuro que consideravam centrais para um Brasil menos desigual, portanto, menos injusto. Por isso, a necessidade de se ponderar objetivamente a respeito da relevância de cada passo da “transição pactuada”²³³ para a consolidação e o avanço da democracia, sem conclusões apressadas que valorizem arbitrariamente um episódio desse processo em detrimento de outro.

Nos debates dos presidenciais, apenas Caiado traduziu com relativo êxito as “necessidades econômicas” neoliberais. O sucesso dessa tradução não se deveu apenas aos conteúdos locucionários e ilocucionários das mensagens de Caiado, mas também ao efeito perlocucionário das falas que remetiam a um chamado histórico do empreendedorismo na política. Além disso, o apelo explícito do candidato às necessidades dos empresários contrastou com posicionamentos contraditórios aos anseios da “elite orgânica”, demonstrados por todos os outros candidatos presentes. Lula, por exemplo, afirmou que a “liberdade” não é idêntica para todos em uma sociedade, ou seja, é diferente para trabalhadores e empresários. Uma observação desse teor punha em xeque a naturalização de um suposto conteúdo de

²³³ ARTURI, Carlos Schmidt. *Op. cit.*

interesse comum a todas as classes sociais, que estaria contido nas necessidades econômicas defendidas pelos porta-vozes da “elite orgânica”.

As menções e análises acerca do governo Collor estiveram predominantemente centradas em questões de ordem econômica e, mais especificamente, nos chamados “planos”. Embora a vitória de Collor fosse considerada, de certa maneira, uma possibilidade de ampliação da liberdade rumo ao ideal formulado, também frustrava a “elite orgânica” mobilizada pelo Fórum: eles esperavam uma prática mais condizente ao discurso que consideravam de caráter “liberal”. O corolário dessa contradição esteve no confisco de valores de poupanças previsto no Plano Collor. Esse ato foi entendido como uma violação da propriedade individual, logo, interpretado como um cerceamento da liberdade.

Por fim, o declínio do socialismo trouxe uma perspectiva de ampliação da liberdade no mundo para aqueles que a identificavam com o modelo capitalista. No caso dos palestrantes do Fórum da Liberdade não foi diferente. Via de regra, eles exemplificaram, por meio de suas falas, esse otimismo em relação à queda do muro de Berlim e à subsequente desintegração da União Soviética, como se o fim de uma experiência socialista significasse, inevitavelmente, a superioridade e a perenidade do capitalismo como modo de produção, como única via possível. Desse modo, foi exceção um posicionamento como o do argentino Alvaro Alsogaray, que destacou a importância da atuação do empresariado para a concretização das premissas “liberais” e relativizou o suposto triunfo do capitalismo. Nessas circunstâncias, a alternativa “social-democrata” ao “liberalismo” foi enunciada como a única legítima, legando à ampliação da “liberdade” as soluções de mercado como predominantes ou, até mesmo, como totais, capazes de abranger até mesmo os recursos naturais. Esse era o perigo do “fascismo de mercado”, denunciado pelo economista Edmar Bacha (IV FÓRUM, Fita 03 Paineil II).

No romance “1984” (1948), do britânico George Orwell, um dos projetos do Estado totalitário distópico narrado era a chamada “Novilíngua” ou “Novafala”, um novo idioma desenvolvido a partir da redução do vocabulário da língua, por meio da condensação e da remoção de palavras, redundando na restrição de suas respectivas semânticas. O objetivo era o controle do pensamento por meio da linguagem. Assim, justificavam os ideólogos do sistema, o número de “crimideias”, isto é, de pensamentos ilegais, diminuiria. Simultaneamente, a “Novilíngua” facilitaria a prática do “duplipensar”, ou seja, a expressão de pensamentos contraditórios condizentes com a vontade do Partido.

O fato de que o grande vilão de “1984” é um Estado totalitário, representado pela figura do “Grande Irmão”, faz com que seja usual a utilização dessa narrativa como

instrumento de crítica ao autoritarismo do Estado. Especialmente, em circunstâncias históricas nas quais as atribuições e deveres do mesmo sofrem forte questionamento, fato que está inevitavelmente ligado às dinâmicas do sistema econômico vigente, o capitalismo. Diferentemente da apropriação mais usual de “1984”, a análise do conceito de liberdade desenvolvida no decorrer desse texto, inspirada por essa obra em certa medida, abordou uma ação oriunda de uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, mas financiada por empresas privadas. Como se viu, o esforço na reconfiguração de um conceito político e social de indiscutível magnitude não era no sentido de aumentar as atribuições e responsabilidades do Estado como em “1984”, mas de reformular, restringir e, até mesmo, remover parte delas junto com seus respectivos legados histórico-semânticos. Através desse caso, revela-se, sobretudo, que existe um pouco do exercício de formação da “Novilíngua” em toda a disputa política. Por vezes, todavia, as ambições envolvidas nessa pretensão podem ter consequências nefastas sem que sejam explicitamente associadas a um futuro distópico.

Uma liberdade que não pode existir com um Estado considerado caro, oneroso, é uma concepção de liberdade que obscurece a liberdade daqueles cujas vidas dependem, em uma ou mais instâncias, dos investimentos feitos por esse mesmo Estado. Uma liberdade que se realiza somente por meio da ação da iniciativa privada em livre mercado é uma liberdade que pressupõe características essenciais nos indivíduos, determinando, inclusive, qual o único sistema econômico em que esses indivíduos podem atingir a plenitude de suas capacidades e de sua felicidade.

Uma liberdade que não pode estar associada à consolidação de “direitos sociais” constitucionais serve exclusivamente a quem pode comprá-los no presente e não precisa preocupar-se com o amanhã. Uma liberdade que é identificada, principalmente, com quem empreende e detém o controle de propriedade privada, não pode deixar de ser, logicamente, uma liberdade de proprietários. Uma liberdade que é percebida como violada quando preços controlados diminuem lucros e poupanças são confiscadas, mas não diante de uma gritante desigualdade de caráter estrutural, é uma liberdade para aqueles que podem usufruir do que o mercado tem a oferecer de positivo. Enfim, uma liberdade realizável exclusivamente sob a primazia de um suposto triunfo inexorável do capitalismo, além de pressupor atributos perenes do ser humano em sociedade, aniquila, executa, concepções passadas e presentes a respeito dos deveres do Estado e lega um futuro de aclamação à competitividade do mercado. Todos esses fatores de sacralização da liberdade negativa, de delimitação de esferas de não interferência, colocam-se em detrimento da liberdade positiva, de autoafirmação, logo,

restringem o horizonte de democracia quando se tem em vista que sua ampliação depende também do Estado como agente econômico e político ativo.

Nos termos caros a Reinhart Koselleck, é possível afirmar que o “pensamento único” fundamenta-se na singularização das possibilidades históricas sintetizadas pelos estratos de significados do conceito de liberdade alçados à proeminência pelo neoliberalismo. Nesse sentido, a polissemia do conceito, ligada ao potencial mobilizador do mesmo, facilitou o obscurecimento dos sentidos que atravancavam uma retomada histórica da capacidade autorreprodutiva, e crescentemente destrutiva, do capital. Não se tratou mais da defesa do capitalismo, mas da estruturação de um novo sustentáculo que aglutinasse grupos estratégicos, possibilitando a ascensão de novas “elites orgânicas”, por meio de desejos, valores e pretensas virtudes invocadas por um conceito de potencial singular. Esse momento pode ser datado em escala global e nacional, e aqueles que capitanearam esse processo, no Brasil e no mundo, por meio de sistemático trabalho ideológico, são identificáveis, como demonstrado pelo exemplo do Fórum da Liberdade.

“Liberdade, para quem?”, questionou um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referindo-se ao Fórum da Liberdade no início dos anos 2000²³⁴. É possível acrescentar a essa pergunta, “Liberdade, para quando?”, pois a realização plena do “signo único” proposto pelo neoliberalismo pressupõe um futuro de sucessivas “execuções do Estado”, parafraseando Roberto Campos. A cada execução, sucederia um novo modelo, aperfeiçoado e mais eficiente do que o anterior na manutenção da capacidade reprodutiva do capital. Nessa trajetória histórica que se projetaria a plenitude de um conceito de liberdade jamais atingido, embasado nos pressupostos do neoliberalismo, à medida que uma outra liberdade possível é sucessivamente esquecida, executada.

²³⁴ LOPEZ, Luiz Roberto. O Fórum da Liberdade: para quem? In: *Folha da história*. Porto Alegre, v. 6, n. 55, mai. 2002, p. 3.

REFERÊNCIAS

1) Registros audiovisuais do Fórum da Liberdade

FÓRUM da Liberdade. Solenidade de abertura. IEE, 1988. Mídia A, 1 DVD (107min).

I FÓRUM da Liberdade. Fita 02. IEE, 1988. Mídia A, 1 DVD (116min).

I FÓRUM da Liberdade. Fita 04. IEE, 1988. Mídia A, 1 DVD (119min).

I FÓRUM da Liberdade. Fita 05. IEE, 1988. Mídia A, 1 DVD (41min).

II FÓRUM da Liberdade. Fita 01. IEE, 1989. Mídia A, 1 DVD (121min).

II FÓRUM da Liberdade. Fita 02. IEE, 1989. Mídia A, 1 DVD (117min).

II FÓRUM da Liberdade. Fita 03. IEE, 1989. Mídia A, 1 DVD (96min).

II FÓRUM da Liberdade. Fitas 04 e 05. IEE, 1989. Mídia A, 1 DVD (141min).

III FÓRUM da Liberdade. Solenidade de abertura e 1º painel. IEE, 1990. Mídia A, 1 DVD (240min).

III FÓRUM da Liberdade. II e III Painel Encerramento. IEE, 1990. Mídia A, 1 DVD (284min).

IV FÓRUM da Liberdade. Fita 01 Abertura e Painel I. IEE, 1991. Mídia A, 1 DVD (123min).

IV FÓRUM da Liberdade. Fita 02 Debates e Painel I. IEE, 1991. Mídia A, 1 DVD (99min).

IV FÓRUM da Liberdade. Fita 03 Painel II. IEE, 1991. Mídia A, 1 DVD (120min).

IV FÓRUM da Liberdade. Fita 04 Painel III. IEE, 1991. Mídia A, 1 DVD (120min).

IV FÓRUM da Liberdade. Fita 05 Encerramento. IEE, 1991. Mídia A, 1 DVD (9min).

V FÓRUM da Liberdade. Fita 01. IEE, 1992. Mídia A, 1 DVD (120min).

V FÓRUM da Liberdade. Fita 02. IEE, 1992. Mídia A, 1 DVD (137min).

V FÓRUM da Liberdade. Fita 03. IEE, 1992. Mídia A, 1 DVD (124min).

V FÓRUM da Liberdade. Fita 04. IEE, 1992. Mídia A, 1 DVD (39min).

VIII FÓRUM da Liberdade. Manhã. IEE, 1995. Mídia A, 1 DVD (113min).

X FÓRUM da Liberdade. Fita 01. IEE, 1991. Mídia A, 1 DVD (118min).

2) Jornais

Correio do Povo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Zero Hora, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

3) Sítios de Internet consultados

Atlas Network

<<http://atlasnetwork.org>>

College Of Engineering, University of Iowa

<<http://www.engineering.uiowa.edu>>

CPERS – Sindicato

<www.cpers.com.br>

Fórum da Liberdade

<www.forumdaliberdade.com.br>

Fórum Social Mundial

<<http://www.forumsocialmundial.org.br>>

Global Negotiations Home Page: Center for International Development at Harvard University

<<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html>>

Google

<www.google.com>

IEE – Instituto de Estudos Empresariais

<www.iee.com.br>

Instituto Liberal

<<http://www.institutoliberal.org.br>>

Library Of Economics And Liberty

<<http://www.econlib.org>>

Ministério da Cultura – MinC

<<http://www.cultura.gov.br>>

New Left Review

<www.newleftreview.org>

NOBELPRIZE.ORG

<<http://nobelprize.org>>

ONU Brasil

<<http://onu.org.br>>

Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos

<<http://www.premiovladimirherzog.org.br>>

Revista Leader

<<http://www.revistaleader.com.br>>

SciELO – Scientific Electronic Library

<<http://www.scielo.br>>

Stanford Encyclopedia Of Philosophy

<<http://plato.stanford.edu>>

The Mont Pelerin Society

<<http://www.montpelerin.org>>

4) Documentos de Estado

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 21 ago. 2011.

5) Bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964-...)*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ADORNO, Sérgio. Direitos Humanos. In: BRANDÃO, Gildo Marçal *et al.* (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild: Anpocs, 2008, p. 191 – 224.

ARTURI, Carlos Schmidt. Transição Política e Consolidação da Democracia: notas a partir da experiência brasileira. In: REIS, Elisa *et al* (orgs.). *Política e Cultura*. 1ª ed. São Paulo: ANPOCS; Hucitec, 1996, p. 142 – 167.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 9 – 23.

_____. *Las antinomias de Antonio Gramsci*. 1ª ed. Barcelona: Fontamara, 1973.

_____. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. On the concatenation in the arab world (editorial). *New Left Review*, 68, Mar. – Abr. 2011, p. 5 – 15. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?page=article&view=2883>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004.

AVRITZER, Leonardo. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Mello. In: DOWNES, Richard; ROSENN, Keith S (org.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 167 – 193.

BAUMER, Franklin L. *Pensamento Moderno Europeu – Volume I*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: _____. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 133-175.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

_____. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal *et al.* (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild: Anpocs, 2008.

CADONÁ, Marco André. *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COLÁS, Alejandro. Neoliberalism, globalisation and International Relations. In: JOHNSTON, Debora; SAAD-FILHO, Alfredo (orgs.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005, p. 70 – 80.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964-...)*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 411 – 427.

DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC: Idacon, 1993.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

FEDOZZI, Luciano. Esfera pública e cidadania: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 1998, p. 236 – 271.

FERES JÚNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005, p. 655 – 679. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a07v48n3.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

FERNANDEZ, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. *Brava gente: la trayectoria del MST y de la lucha por la tierra en el Brasil*. 1ª ed. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo; Rosario: Ediciones América Libre, 2005.

FONER, Eric. *La historia de la libertad en EE.UU.* Barcelona: Ediciones Panínsula, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2011.

GROS, Denise Barbosa. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do “Movimento Pela Liberdade Empresarial”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 1988, p. 130 – 146.

GUZMAN, Socrates J. M. *Ação empresarial e reformas neoliberais no Brasil, 1995-2002*. Porto Alegre, UFRGS, 2003. 266 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University, 2005.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1977.

HEINZ, Flávio Madureira. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: _____ (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7 – 15.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, n. 57, fev. 2005, p. 27 – 38. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

_____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001.

FERNANDES, Luis. *URSS, ascensão e queda: a economia política das relações da URSS com o mundo capitalista*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

LOPEZ, Luiz Roberto. O Fórum da Liberdade: para quem? In: *Folha da história*. Porto Alegre, v. 6, n. 55, mai. 2002, p. 3.

MANN, Michael. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). *Um mapa da questão nacional*. 1ª ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 311 – 334.

MÉSZÁROS, István. A ativação dos limites absolutos do capital. In: _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª ed. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002, Cap. 5, p. 216 – 344.

MORAIS, Reginaldo C. Correa de. *Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa*. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/libneolibcompa.html>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

NOUSCHI, Marc. *Historia del siglo XX: Todos los mundos, el mundo*. Madrid: Cátedra, 1996.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, Ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 24 – 28.

PANIZZA, Francisco. Política y economía de Brasil contemporáneo. In: PALERMO, Vicente (comp.). *Política brasileña contemporánea: de Collor a Lula en años de transformación*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003, p. 49 – 89.

PETRAS, James. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PETRAS, James et al. *Neoliberalism and class conflict in latinamerica: a comparative perspective on the political economy of structural adjustment*. Londres: Macmillan Press, 1997.

PINTO, Céli R. J. *A banalidade da corrupção* (no prelo).

PRESIDÊNCIA da República. *Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

RADICE, Hugo. Neoliberal globalisation: Imperialism without Empires? In: JOHNSTON, Debora; SAAD-FILHO, Alfredo (orgs.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005, p. 91 – 98.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho, direitos sociais e sindicato na Constituição de 1988: duas décadas de acirrada disputa política. In: BRANDÃO, Gildo Marçal *et al* (org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild : Anpocs, 2008, p. 133 – 136.

RAMONET, Ignacio. *O pensamento único e os novos senhores do mundo*. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/pensamentounico_ramonet.htm>. Acesso em: 29 set. 2011.

SAAD-FILHO, Alfredo. The Political Economy of Neoliberalism in Latin America. In: JOHNSTON, Debora; SAAD-FILHO, Alfredo (orgs.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005, p. 222 – 229.

SALLUM Jr., Brasílio. Metamorfosis del Estado brasileño a finales del siglo XX. In: PALERMO, Vicente (comp.). *Política brasileña contemporânea: de Collor a Lula em años de transformación*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003, p. 275 – 316.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Theotônio dos. *Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

SKINNER, Quentin. La idea de libertad negativa: perspectivas filosóficas e históricas. In: RORTY, Richard *et al.* (comp.). *La filosofía en la historia: ensayos de historiografía de la filosofía*. 1ª ed. Barcelona: Paidós, 1990, p. 227 – 259.

_____. *Lenguaje, política e historia*. 1ª ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

_____. *Maquiavelo*. 3ª reimp. Madrid: Alianza, 1998.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. *O Parâmetro Humano*. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

WAGNER, Carlos. Fazenda Santa Elmira. Disponível em: <<http://www.premiovladimirherzog.org.br/busca-midia.asp?cat=jornais>>. Acesso em: 22 ago. 2011.